

ORGANIZADOR

Vitor Barletta Machado

Historiografia da **Mídia**



Organizador:
Vitor Barletta Machado

Historiografia da Mídia

1ª Edição
Volta Redonda - RJ
2014



FOA

Presidente

Dauro Peixoto Aragão

Vice-presidente

Jairo Conde Jogaib

Diretor Administrativo - Financeiro

Iram Natividade Pinto

Diretor de Relações Institucionais

José Tarcísio Cavaliere

Superintendente Executivo

Eduardo Guimarães Prado

Superintendência Geral

José Ivo de Souza

Relações Públicas

Maria Amélia Chagas Silva

UniFOA

Reitora

Claudia Yamada Utagawa

Pró-reitor Acadêmico

Dimitri Ramos Alves

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Marcello Silva e Santos

Pró-reitor de Extensão

Otávio Barreiros Mithidieri

Editora FOA

Editora Executiva

Flávia Lages de Castro

Capa e Editoração

Laert dos Santos Andrade

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

B257h Machado, Vitor Barletta.
Historiografia da mídia. [livro eletrônico] / Vitor Barletta Machado. Volta Redonda: FOA, 2014.

314 p. il.

ISBN: 978-85-60144-76-1

1. Historiografia. 2. Mídia – historiografia. I. Fundação Oswaldo Aranha. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD –907.2

Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA Campus Três Poços

Av. Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Três Poços, Volta Redonda /RJ / CEP: 27240-560
Tel.: (24) 3340-8400 - FAX: 3340-8404
www.unifoa.edu.br

Editora FOA

www.unifoa.edu.br/editorafoa

Sumário

Apresentação	5
Opinião Pública e Cobertura Jornalística: Informação ou Determinação?	8
Os “Anos Azuis” da Comunicação no Brasil: as Relações Públicas e Memória dos 50 Anos do Curso de Jornalismo da Unicap.....	24
Televisão e Pioneirismo Um olhar historiográfico sobre as cinco primeiras TVs do interior do Brasil	41
Cultura do Medo em Revista: Estratégias Sensacionalistas de Veja em casos que vão do terrorismo islâmico à violência doméstica	58
Uma análise da trajetória de Carlos Marighella nos documentários de Sílvio Tandler, Carlos Pronzato e Isa Ferraz.....	80
A História na Ficção: um estudo de caso sobre a novela Lado a Lado	93
Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional.....	106
Telejornalismo e escrita da história: as representações de alteridade no Globo Repórter	131
Vítimas judias e o Holocausto: um trabalho da memória	149
Memórias de Torturas na Cidade do Aço.....	166
A construção histórica do popular na dialética do processo comunicativo	176
Prática fotojornalística e experiência social - apontamentos teórico-metodológicos.....	191

Trinta anos de história da televisão no Paraná registrados por três jornais diários (1954-1985)	204
O “Diário Mercantil” no Golpe Militar de 1964: como um jornal de província auxiliou na consolidação do golpe	220
Documentário: A história da imprensa de Frutal - um passado presente	235
Questões historiográficas e metodológicas: historiadores e jornalistas coincidem, entretanto, não se confundem.	251
Virgílio de Melo Franco: Trajetória política e jornalística.....	260
Experiências de Leitura: Leituras e leitores antes da prensa	271
Cinquenta anos entre Roswell e Varginha: memória discursiva em movimento e formação de sentidos no jornalismo.....	288
“Cultura política de esquerda no Brasil: reflexões sobre um intelectual e o cinema nacional”.	307

Apresentação

Silvana Louzada

Os estudos sobre a história da mídia brasileira são ainda relativamente recentes e a historiografia, que pela própria natureza tem como objeto essas pesquisas, é também um campo em formação. A própria delimitação do objeto é imprecisa uma vez que o estabelecimento do marco temporal para o surgimento dos meios de comunicação no país está tradicionalmente vinculado à chegada da imprensa ao país, juntamente com a da Corte Portuguesa, muitas vezes desconsiderando que, antes mesmo desta efeméride, os habitantes da Colônia estabeleciam as mais diversas formas de comunicação, em sua maior parte centradas na oralidade, mas não apenas. Da mesma forma, parte das pesquisas relativas à mídia se balizou, ao longo dos anos, por critérios estrangeiros, particularmente europeus, que dificilmente não se aplicam à nossa realidade.

Na contramão dessa visão historiográfica, a partir da primeira metade do século XX surgem pesquisadores interessados na construção de uma história da imprensa brasileira, como é o caso do pioneiro Alfredo de Carvalho, tendência que se acentua a partir da segunda metade do século. A esses trabalhos pioneiros, marcadamente voltados para a imprensa escrita, soma-se a então já tradicional corrente de estudos históricos sobre o cinema brasileiro. O aumento do número de pesquisas voltadas para esses meios é acompanhado não apenas de um incremento na qualidade acadêmica dos trabalhos como também pela pluralização de interesses. Surgem então estudos dedicados a nichos específicos da mídia, como publicidade, rádio, fotografia, televisão, meios digitais, mídias institucionais e alternativas, entre outros, assim como uma corrente disposta a construir o campo mais amplo da História da Comunicação no Brasil.

Esse movimento iria se traduzir, no início do século XXI, precisamente no dia 5 de abril de 2001, na criação da primeira rede de pesquisadores da história da mídia brasileira, a Rede Alfredo de Carvalho (Rede Alcar), em reunião que, significativamente, aconteceu na sede da tradicional Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro.

A Rede Alcar exibiu, desde a sua fundação, um caráter plural, formada que foi por jornalistas e outros profissionais da mídia atuantes no mercado, historiadores e pesquisadores das diversas áreas que conformam a Comunicação no país. Sua concepção, alicerçada na tarefa de construção de uma história da mídia brasileira, está inserida em um projeto de maior envergadura que é o da consolidação do campo da Comunicação.

Em 2003 foi realizado, no Rio de Janeiro, o Primeiro Encontro Nacional da Rede Alcar, que desde então tem abrigado uma nova geração de pesquisadores da História da Mídia. O crescimento em número e qualidade correspondeu a um aumento do número dos Grupos de Trabalho, que buscam dar conta da multifacetada história da mídia brasileira. Consonante com esse movimento foi criado, em 2011, o Grupo de Trabalho Historiografia da Mídia, como uma resposta à necessidade de reflexão acerca das questões históricas e epistemológicas relativas a esse campo do saber.

Se a historiografia é a ciência da história, a historiografia da mídia é a ciência da história dos meios e dos homens e mulheres que, em seu conjunto, compõem o que se convencionou chamar de mídia. É pela historiografia da mídia que se busca a interpretação da ação dos meios e dos sujeitos históricos a eles ligados. É, em última instância, a busca de um saber histórico que influencia e é influenciado pela prática humana de se comunicar com grupos mais amplos, o público, através dos instrumentos que, criados especificamente para isso, se utilizam da mais variadas linguagens, seja oral, escrita ou visual.

O presente livro é composto dos trabalhos apresentados na segunda edição do Grupo de Trabalho Historiografia da Mídia, que aconteceu durante o 9º Encontro Nacional de História da Mídia, em 2013 na cidade de Ouro Preto. A criação do GT Historiografia da Mídia foi uma consequência natural da consolidação da Rede Alcar e da ampliação das temáticas que essa Rede vem abarcando. Os trabalhos apresentados nesse encontro, como o leitor poderá constatar nesse livro, estão em sintonia com a grande complexidade que hoje compõe a mídia brasileira e, conseqüentemente, com sua historiografia. São trabalhos sobre jornalismo, televisão, rádio, fotografia, cinema, cultura, assim como relativos à memória de instituições, grupos e pessoas. Trabalhos

de caráter epistemológico ou de foco específico, sobre personagens, veículos ou instituições, como também de profissionais da Comunicação em busca de uma reflexão acerca de seu fazer profissional.

É o resultado do trabalho desses pesquisadores, de variados matizes e procedências, que, cientes do valor acadêmico do conjunto de pesquisas apresentadas, resolveu, por iniciativa própria, levar a um público mais amplo suas reflexões acerca desse multifacetado processo de se fazer História.

História que é obra dos homens e também o estudo da experiência humana. Os historiadores da História da Mídia são, portanto, os responsáveis pela memória histórica desse grupo, são os “historiadores da casa”, como definiu Michael Pollak, dessa casa que é feita dos meios e de história. Da história dos meios e da história da mídia.

Opinião Pública e Cobertura Jornalística: Informação ou Determinação?¹

MACHADO, Vitor Barletta (Doutor em Sociologia)² · UniFOA/RJ

BRANDÃO, Bianca Monsores Gomes (Publicidade e Propaganda)³ · UniFOA/RJ

BRAZ, Camila de Souza (Publicidade e Propaganda)⁴ · UniFOA/RJ

CONCEIÇÃO, João Paulo Cordeiro dos Santos da (Publicidade e Propaganda)⁵ · UniFOA/RJ

Resumo

Resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada durante o segundo semestre de 2010, o artigo enfatiza a questão das relações entre a produção da informação e a escolha do eleitorado brasileiro. Procuramos avaliar se alguns dos principais telejornais brasileiros estariam adotando posturas políticas deliberadas em sua cobertura do processo eleitoral para tentar influenciar na decisão de voto da população, através de três telejornais da Rede Globo: Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo. A emissora foi escolhida por ainda apresentar os maiores índices de audiência, mas também por seu envolvimento em polêmicas eleitorais como as de 1989, quando foi acusada de manipular a edição do debate entre os candidatos Luís Inácio da Silva e Fernando Collor. Nossos resultados não revelaram situações de tomadas explícitas de posicionamento político e a discussão bibliográfica tem indicado conclusões que coincidiram com as nossas observações: ainda que as mídias atuem como agentes políticos partidários, tal fato não basta para provocar alterações nas intenções de voto. O artigo avança também em algumas reflexões preliminares sobre as novas formas de comunicação e seus possíveis impactos na disputa política contemporânea.

Palavras-chave: história da mídia; telejornalismo; eleições; manipulação; Rede Globo.

1 Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013. O trabalho é concorrente ao Prêmio José Marques de Melo de Estímulo a Memória da Mídia.

2 Sociólogo formado pela Unicamp, mestre em Sociologia pela USP e doutor em Sociologia pela Unicamp. Professor responsável no UniFOA, onde é nucleador de ciências humanas e coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos.

3 Discente do curso de Publicidade e Propaganda do UniFOA.

4 Discente do curso de Publicidade e Propaganda do UniFOA.

5 Discente do curso de Publicidade e Propaganda do UniFOA.

Introdução⁶

Ao analisar o episódio da proclamação da República no Brasil, Carvalho destaca uma frase de Aristides Lobo escrita em artigo publicado logo após os acontecimentos de 15 de novembro de 1889: *“O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.”*. Lobo foi crítico da condução de todo movimento, comandado pelos militares e praticamente sem participação popular. Carvalho sugere, então, que a população do Rio de Janeiro da época, então capital do Império, estava habituada com a “carnavalização do poder”, a prática de realizar grandes eventos somente para informar ao povo dos novos acontecimentos:

O povo sabia que o formal não era sério. Não havia caminhos de participação, a República não era para valer. Nessa perspectiva, o bestializado era quem levasse a política a sério, era quem se prestasse à manipulação. Num sentido talvez ainda mais profundo que o dos anarquistas, a política era tribofe. Quem apenas assistia, como fazia o povo do Rio por ocasião das grandes transformações realizadas a sua revelia, estava longe de ser bestializado. Era bilontra. (CARVALHO, 1996, p. 160)

O bilontra é o malandro, o gozador. Lobo expressava um posicionamento, ainda presente em diferentes análises políticas, dos que acreditam ser o povo facilmente manipulado pelos grupos dominantes, justamente por não saberem e não acompanharem os fatos que ocorrem em sociedade. A sugestão de Carvalho é oposta, de que havia, sim, a percepção muito clara da política, pelas camadas populares, como um jogo de interesses muitas vezes estranhos aos seus próprios, buscando, então, um distanciamento da mesma. Era enquanto político defensor da República que Lobo escrevia sua coluna no jornal Diário Popular, utilizando esse espaço na mídia para divulgar seus ideais. Seu perfil enquadrava-se, portanto, no do “formador de opinião” (COIMBRA, 2007), que procura traçar os rumos das reflexões da opinião pública. O incômodo de Lobo com a fraca participação do povo no movimento republicano revela, contudo, um desalento que permanece atual: qual é o potencial das propagandas e do jornalismo político na definição daqueles que estarão no poder, ou seja, nos rumos do processo eleitoral? Terá a mídia realmente

⁶ Uma versão ampliada deste trabalho pode ser encontrada na revista Cadernos UniFOA, n. 19, 2012.

um poder definitivo em tal questão? Ela deve desempenhar esse papel? Pode tornar-se legitimamente o espaço para a voz de interesses partidários? Deve misturar seu papel de informar com o de determinar “como as coisas devem ser”? Nossa pesquisa foi uma tentativa de responder a alguns aspectos dessas questões.

Nossa opção, ao tentar entender as relações entre a produção da informação e a conduta do eleitorado nacional, foi pelo noticiário televisivo. A população brasileira, na maior parte, acompanha o noticiário político pela televisão e rádio⁷. As mídias escritas, impressas ou eletrônicas, não nos ajudariam, portanto, nas respostas sobre o impacto dessas informações na maior parte da população. Escolhemos então os seguintes telejornais da emissora com a maior audiência, a Rede Globo: Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo. Cobrimos então o almoço, o jantar e o início da madrugada dos eleitores brasileiros. Os telejornais eram assistidos tomando-se notas e, sempre que possível, salvando o vídeo das notícias diretamente no portal da Globo, principalmente se suspeitássemos de alguma possível tomada de posição favorável ou desfavorável a algum candidato. Observamos as palavras ou gestos que poderiam expressar valorização ou depreciação, mas sem a elaboração de nenhum tipo de guia específico, dado o formato e público diversificados desses telejornais. Reuniões semanais eram feitas para discutir as anotações feitas. Podemos adiantar que, se em pleitos anteriores prevaleceu a percepção do favorecimento de alguns candidatos⁸, descobrimos que o mesmo não pode ser repetido de igual modo para as eleições de 2010, pelo menos no que diz respeito ao nosso recorte.

Os membros da equipe também consultaram o site de relacionamentos *Twitter*, onde as entrevistas dos candidatos eram prontamente comentadas. Revelou-se como um meio para avaliarmos o impacto dos telejornais em uma parcela da população.

⁷Pesquisa do Datafolha (2010) indicou que 65% das pessoas utilizam principalmente a TV para obter informações sobre as eleições, e ela foi lembrada por 88% das pessoas como fonte de dados sobre o processo eleitoral. Pesquisa da Eletrobrás revelou que a TV estava presente em 97,1% das residências brasileiras, enquanto 32,2% dispunham de computadores e 23,8% de acesso à internet (G1, 2007). Já uma pesquisa do Datafolha (2010) revelou que o rádio é o terceiro meio de comunicação mais citado (52%) para a obtenção de informações sobre as eleições.

⁸Como ressaltam os autores da coletânea organizada por Lima (2007).

O controle da informação pelo Estado

Sem nos estendermos em tal assunto, podemos afirmar que as relações entre o controle da informação e o poder político existem desde as antigas civilizações:

Em Roma, tudo se organizava em torno da vontade de fazer da comunicação social uma das figuras centrais da vida cotidiana. A arquitetura das cidades, notadamente a instituição dos fóruns, trazia nela essa vontade. As praças centrais, sempre barulhentas e animadas, cadinho da vida política e social, também haviam existido na Grécia. (BRETON, PROULX, 2006, p. 30)

Em outras épocas prevaleceu a oralidade, não havendo meios de comunicação de massa. A palavra escrita tinha alcance limitado e estava subordinada muitas vezes aos interesses do estado ou religiões. O que era dito ao povo era controlado e a comunicação pública era atividade quase exclusiva do Estado. No século XV, com a revolução dos tipos móveis, temos a imprensa e a possibilidade de disseminar mais informação em um tempo menor: a informação tinha maior durabilidade e chegava mais longe. Quebrava-se a hegemonia da Igreja e do Estado no controle da informação. A Revolução Industrial acelerou ainda mais tal processo, facilitando a impressão e distribuição de jornais. Já no século XVIII, a desvinculação dos meios de comunicação dos governos é grande, havendo a circulação de vários panfletos satíricos criticando o Absolutismo, por exemplo. Evidente que tal ousadia era punida quando a autoria fosse identificada. Sob o Iluminismo, as críticas ao Antigo Regime se expandiram na imprensa clandestina, financiada com o dinheiro da burguesia ascendente. Uma particularidade da contemporaneidade é que a expansão da internet, dos celulares e das redes sociais deu nova configuração ao compartilhamento da informação, tornando praticamente impossível a centralização do seu controle.

Martín-Barbero (2003) defende que a mídia brasileira deve ser estudada considerando-se o desencontro aqui existente entre o Estado e a Nação, colocando-a como mediadora dessa relação. Ressalta o governo Vargas (1937-1945), durante o qual a mídia foi utilizada para difundir seus discursos de massa e construir uma identidade nacional, cumprindo um papel de ensinar

as pessoas a serem brasileiras, registrando as nossas diversidades regionais, mas construindo uma unidade ao redor de temas como o samba e o futebol⁹. Mas Vargas também recorreu à censura dos meios de comunicação, ao controle dos sindicatos e às perseguições políticas, enquanto o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) trabalhava para construir sua imagem pública. Lembramos, contudo, que Vargas consolidou-se no poder não apenas pelo controle da mídia, mas por ter conseguido entregar aos trabalhadores a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que regulamentou as condições de trabalho e remuneração no Brasil. As propagandas oficiais eram eficientes por serem corroboradas por medidas que atendiam aos anseios legítimos das camadas populares. Mas mesmo tal popularidade não foi suficiente para mantê-lo no poder após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a nossa luta pela democracia na Europa passou a contradizer com a falta da mesma por aqui.

A utilização da mídia pelo governo brasileiro na Ditadura Militar é outro exemplo sempre mencionado. A censura foi a grande aliada dos que deram o golpe militar em 1964. Nada que fosse crítico ao governo militar, ou à imagem que tentavam construir, poderia vir a público. O Ato Institucional número 5 (AI-5) foi o momento definitivo no estabelecimento desse controle, oficializando tanto a censura como a prisão dos opositores do regime sem direito ao habeas corpus. Um ano após o golpe, foi fundada a TV Globo, com apoio do governo autoritário. Em 1969, um ano após a promulgação do AI-5, iniciava-se O Jornal Nacional, espécie de “porta-voz da ditadura”, que mostrava o mundo em desordem em oposição a um Brasil em segurança. A emissora ajudou a divulgar o programa Brasil Novo do regime, aliviou as crises e não mostrou as primeiras manifestações contra a ditadura nas ruas. Mas a Ditadura chegou ao fim, através da ação dos que se opuseram diretamente a ela e, também, pelos problemas financeiros acumulados pelo suposto “milagre econômico”. A inflação disparava e a imprensa começava a noticiar casos de corrupção. Com o movimento das Diretas Já nas ruas, a Rede Globo precisou noticiá-lo, revelando limites do poder controlador da mídia, os quais ainda devem ser mais bem estudados.

⁹ É a fase de profissionalização do futebol brasileiro, conforme Rodrigues (2004): “A fase do início do profissionalismo, datada, na literatura oficial, de 1933 a 1950, caracteriza-se pela regulamentação do futebol como profissão através da legislação social e trabalhista do governo Vargas (1930-1936).” (2004, p. 273).

Mas a Rede Globo soube manter seu papel de destaque nos eventos políticos do Brasil pós-ditadura. Apoiou a eleição indireta de Tancredo Neves e revelou sua preferência por Fernando Collor nas primeiras eleições diretas à presidência. O caso de maior repercussão foi a edição veiculada no Jornal Nacional do último debate da campanha presidencial entre Collor e Lula. A matéria sugeria o melhor desempenho de Collor em contraste com o despreparo de Lula (AZEVEDO, 2006). Porém, o mesmo Collor não pôde contar com o apoio da mídia na campanha pelo seu impeachment. Diante de diversas acusações de corrupção, Collor falou em rede nacional no horário nobre da televisão: pediu aos brasileiros verdadeiramente patriotas que fossem trabalhar vestidos de verde e amarelo no dia seguinte, em sinal de apoio ao seu governo. A resposta veio com as ruas repletas de pessoas vestidas de preto, principalmente jovens estudantes, no movimento que ficou conhecido como Caras Pintadas¹⁰. A mídia, a Rede Globo inclusa, deixa de apoiá-lo, diante da dimensão do movimento e a persistência dos problemas econômicos, principalmente após o confisco dos depósitos bancários no país.

Os interesses políticos na mídia

A Rede Globo sempre defende a sua credibilidade e o papel do jornalismo na defesa da democracia¹¹. Mas, contrariamente às mídias e redes na internet, a televisão é um veículo de informação com uma única via, não proporcionando o debate imediato das informações¹², com espaço limitado para o confronto de opiniões necessário à manutenção da democracia. Ao promoverem debates políticos, as emissoras afirmam que os eleitores poderão analisar os candidatos, mas, em uma realidade de equipes de profissionais que os treinam previamente, isso é relativo. Martín-Barbero afirma:

O marketing pretende racionalizar as variáveis para controlar as reações do público, mas eu acredito que isso está empobrecendo a capacidade mediadora dos meios de comunicação e não estou certo de que isso está

¹⁰ Vestidos de preto, mas com os rostos pintados de verde e amarelo.

¹¹ Ali Kamel, diretor-executivo do jornalismo da Rede Globo, escreve frequentemente defendendo a credibilidade do trabalho que realizam e o papel fundamental da imprensa na manutenção da democracia (KAMEL, 2007a; 2007b).

¹² Mesmo em programas que abrem espaço para a participação dos telespectadores, seja através do telefone ou de blogs, somente as mensagens selecionadas pela emissora serão divulgadas.

produzindo um negócio maior. Eu continuo defendendo, com um conceito brasileiro, que a mídia tem brechas. Ainda que tentem racionalizar os meios de marketing, a influência sobre as pessoas, o que elas vêem na TV, o que elas pensam a partir do que vêem na TV, ou o que escutam no rádio, ou lêem nos jornais, tudo isso nunca vai ser controlado. Não que não haja certo nível de controle, há sim, mas o controle nunca será na mesma medida em que os comerciantes acham que controlam. Como um velho ditado que diz que os professores fingem que ensinam e os alunos fingem que aprendem. Acho que existe um pouco disso na relação da mídia com as pessoas. (MARTÍN-BARBERO, 2003)

A mídia pode então tentar orientar a opinião pública, mas a complexidade de tal processo não nos permite pensar em um controle absoluto, no qual o cidadão somente reproduz o que lhe é transmitido. No caso da disputa entre Lula e Collor em 1989, contudo, após o referido editorial na Rede Globo, o resultado eleitoral apontou vantagem de apenas 6% dos votos válidos para o segundo, sugerindo que algo pode ter mudado:

Havia uma tendência de aproximação entre os dois candidatos e no dia do debate eles estavam a apenas 1% de diferença. Com este resumo do debate exibido na sexta-feira, a pesquisa do sábado mostrou uma abertura de diferença e no domingo a diferença que era de 1% apareceu como de 4%. (MATHEUS, 1993)

Coimbra (2007) pesquisou o impacto da mídia nas eleições de 2006 e apresentou dados que reforçam tal percepção. Afirmou que a influência da mídia é sentida temporariamente apenas no grupo de eleitores com baixo interesse por política, aqueles “menos interessados e menos informados” (COIMBRA, 2007, p. 206). Somente tais eleitores oscilaram na intenção de voto (entre Lula e Alckmin), coincidindo com denúncias contra o governo petista na mídia. Mas essa oscilação foi pequena e logo retornou ao favoritismo de Lula. Entre os eleitores que afirmaram ter alto, médio ou nenhum interesse por política não houve oscilação semelhante nas intenções de voto. Parece estabelecer-se que ação política da mídia só poderá ser decisiva no caso de um cenário eleitoral equilibrado, mas somente se as informações forem divulgadas poucos dias antes da eleição, como ocorreu em 1989.

O telejornalismo e as eleições presidenciais de 2010 – resultados da pesquisa

Observemos agora os resultados de nossa pesquisa com telejornais da Rede Globo, entre agosto e outubro de 2010. Começando pelo Jornal Hoje, no horário do almoço de segunda-feira a sábado, temos um telejornal de formato mais informal, linguagem coloquial, conduzido descontraidamente por Evaristo Costa e Sandra Annenberg, alternando o noticiário político e econômico com uma pauta de amenidades. As informações políticas veiculadas pelo Jornal Hoje visaram expor o posicionamento dos candidatos e as pesquisas de intenção de votos, de modo que não identificamos o favorecimento ou criticismo explícito de um candidato. O Jornal Nacional, então com Willian Bonner e Fátima Bernardes, manteve o padrão do Jornal Hoje. Principal telejornal da emissora, de maior audiência, com maior quantidade de matérias políticas e econômicas, apresentadas com maior formalidade. Provavelmente por seu passado polêmico, verificamos nele o mesmo cuidado com as palavras, expressões e gestos.

A situação repetiu-se no Jornal da Globo, com Willian Waack e Cristiane Pelajo, porém com algumas situações que suscitaram debates no grupo de pesquisa, envolvendo as entrevistas realizadas com os candidatos José Serra e Dilma Rousseff antes do primeiro turno. Pareceu a um dos membros que o tom e as perguntas da entrevista de Rousseff, em 30 de agosto, foram muito mais leves do que deveriam. Ela foi questionada sobre seu passado como guerrilheira, a composição dos quadros de seu governo diante de acusação de concentração de cargos entre petistas na gestão Lula e sobre as acusações do PSDB de que o PT havia mandado produzir um dossiê contra Serra. Entrevistado em 31 de agosto, Serra recebeu perguntas sobre a campanha e seu programa de governo diante da queda nas suas intenções de voto após o início da propaganda eleitoral na televisão, sendo questionado por Waack sobre a ausência de apoio público a sua candidatura por personalidades do PSDB. Foi justamente a postura de Waack, que pareceu mais incisiva com Serra do que com Rousseff para um dos pesquisadores, o foco da nossa avaliação. Constatou-se que a percepção sobre a postura do jornalista variava conforme a preferência política de quem realizava a observação. Blogs, Twitters e comu-

nidades diversas frequentadas por simpatizantes de Serra avaliavam a postura de Waack como imparcial, enquanto os favoráveis à Rousseff apontavam um favorecimento a Serra. Blogs como o Escrevinhador¹³, o Blog do Amoralnato¹⁴ e o Blog do Celso Jardim¹⁵, críticos à Rede Globo, criticaram a postura de Serra e do jornal, enquanto o blog do Professor Hariovaldo Almeida Prado¹⁶, favorável a Serra, acusou o PT de haver “comprado” toda mídia. Uma nova análise das entrevistas revelou perguntas complicadas para ambos os candidatos, sobre temas que estavam em circulação no noticiário.

Ao final da avaliação do caso concluímos que existiam elementos nas entrevistas do Jornal da Globo que podiam apoiar as duas interpretações, variando tal percepção conforme a posição política de quem assiste. Fortaleceu-se a posição de que, nas últimas décadas, o telejornalismo da emissora sofreu alterações, possivelmente estimulado pelo desdobramento dos casos aqui apresentados. Do mesmo modo que é possível encontrar indícios de preferência partidária nos telejornais, também é verdade que se percebeu a existência de um padrão geral para lidar com os candidatos. Os noticiários não são passivamente assistidos e nem a mídia e nem os eleitores podem mais ser compreendidos simplesmente através do esquema manipuladores/manipulados¹⁷.

Os dois candidatos foram questionados no jornal em temas já divulgados publicamente, utilizando o espaço para defenderem suas propostas. Não eram perguntas sobre assuntos desconhecidos, elaboradas para deixá-los calados. As denúncias sobre a produção de dossiês e a quebra de sigilo fiscal de familiares de Serra não alteraram o resultado antecipado pelas pesquisas de opinião, mesmo tendo sido amplamente veiculadas nas mídias, mostrando que a população não incorpora os noticiários como verdades absolutas. E, mesmo considerando que as notícias ganhem credibilidade, elas não bastarão

13 Disponível em: <<http://www.rodrigovianna.com.br/geral/jose-serra-volta-a-atacar-blogs-sujos.html>>.

14 Disponível em: <<http://amoralnato.blogspot.com/2010/09/da-serie-diz-me-com-quem-rastejas.html>>.

15 Disponível em: <<http://blogdocelsojardim.blogspot.com/2010/08/william-waack-ensaia-com-serra.html>>.

16 Disponível em: <<http://www.hariovaldo.com.br/site/2009/12/11/midia-golpista-e-tendenciosa-tenta-enganar-incautos-e-distorcer-a-realidade/>>; <<http://www.hariovaldo.com.br/site/2010/10/02/agora-so-a-fraude-impede-a-vitoria-de-serra-no-primeiro-turno/>>.

17 Mais adiante, trataremos do caso do jornal O Estado de S. Paulo e da revista Carta Capital, que assumiram posicionamentos políticos específicos em seus editoriais. Veremos que o impacto dos posicionamentos desses meios de comunicação no eleitorado é questionável, bem como o impacto em sua própria credibilidade.

para provocar sozinhas alterações nas intenções de voto. Vincular um candidato a suspeitas de corrupção não transforma seus oponentes em modelos de honestidade. A imagem geral dos políticos no Brasil é principalmente negativa, ao mesmo tempo em que existe uma tolerância à corrupção na população. Pesquisa do IBOPE (2006) revelou que: 59% dos eleitores aceitavam a escolha de familiares e conhecidos para cargos de confiança; 43% não se importavam com a utilização de viagens oficiais para o lazer pessoal e familiar do político; 70% acreditavam que em geral o brasileiro age visando somente seu próprio benefício, mas que somos um povo trabalhador (80%). Na mesma pesquisa 73% classificaram nossos políticos como preguiçosos, 87% afirmaram que atuam para benefício próprio, sendo classificados como egoístas (81%) e desonestos (82%). Em comparação com a honestidade de políticos estrangeiros, 36% acharam que os nossos são igualmente honestos enquanto 45% que são mais desonestos que a média mundial. Tal retrato revela que acusações de corrupção não serão vistas com espanto pela população: é um comportamento esperado mesmo que não desejado. E destaca-se que 82% dos entrevistados afirmaram que fazer uma ligação clandestina de eletricidade é um ato grave e inaceitável, assim como apresentar um atestado médico falso no trabalho ou na escola (78%), mas o nepotismo, crime tipicamente político, foi assim classificado por 56% das pessoas, sendo, portanto mais tolerado. Tal diferença é certamente indicativa de que as relações da população com a política são mediadas por valores diversos. Reforça também a percepção do grupo de pesquisa: diante de um quadro geral de desconfiança nos políticos, a atribuição de um favoritismo ou perseguição pela mídia a um candidato pode revelar muito mais o posicionamento político da pessoa que acusa do que uma real manipulação midiática.

A mídia se assume partidária

O que foi dito não significa que inexistam posicionamentos políticos na mídia nacional. Em 2010 o jornal O Estado de S. Paulo¹⁸, assumiu em editorial sua opção pela candidatura Serra e, alguns dias depois, a revista Carta Capital declarou apoio à candidatura de Rousseff. O editorial do Estadão, defendendo

¹⁸ Conhecido como Estadão.

o voto em Serra, tinha o título de “O mal a evitar”, usando termos como “facção” e “chefão” ao falar sobre o PT e Lula, em alusão óbvia aos filmes sobre a máfia da trilogia de “O Poderoso Chefão”. A Carta Capital apresentou o título simples de “Por que apoiamos Dilma”, em tom crítico ao PSDB, comparado à UDN, mas sem apresentar críticas diretas a Serra. Ambos afirmavam defender o melhor para o Brasil, diferenciando-se nos ataques do Estadão ao governo Lula e o PT, que nem mesmo mencionou o nome de Rousseff, lembrada apenas como a candidata inventada pelo ex-presidente, enquanto a revista mostrou críticas e elogios ao governo Lula, ao mesmo tempo em que qualificava o preparo de Rousseff. Definiu-se, assim, claramente a disputa política através da mídia.

Os leitores do Estadão e da Carta reagiram de modo semelhante: alguns elogiaram a abertura e outros criticaram a imparcialidade. Não temos como avaliar, aqui, os impactos eleitorais de tal decisão, mas podemos pensar sobre os impactos causados na credibilidade desses veículos. As críticas e elogios futuros que possam fazer aos políticos e seus partidos poderão ser considerados manifestações políticas e não informações jornalísticas. Verifica-se, ainda, que o perfil dos seus leitores é o mesmo: 87% dos leitores do Estadão e 85% da Carta Capital são das classes A e B; 63% dos leitores do Estadão¹⁹ e 68% da Carta Capital possuem nível superior²⁰. Percebemos que elas disputam e atendem o mesmo público, classes A e B, pessoas de alto poder aquisitivo, com acesso à escolaridade superior, consideradas formadoras de opinião. Poderíamos acabar, então, com a conclusão de que os extratos considerados mais esclarecidos seriam justamente os mais influenciados pelos meios de comunicação, afinal são eles que consomem jornais e revistas, justamente as duas mídias que adotaram posicionamentos políticos explícitos. Todavia, seria outra percepção exagerada, afinal revelamos que são eleitores semelhantes economicamente, mas distantes no perfil político. Temos, então, um confronto de ideias e valores inadequados ao esquema genérico da manipulação.

19 Mídia Kit O Estado de S. Paulo 2007. Disponível em: <<http://www.grupoestado.com.br/midiakit/estadao/index.asp?Fuseaction=Perfil>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

20 Mídia Kit Carta Capital 2011. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/cartacapital/mdia-kit-carta-capital-2011-economist>>. Acesso em: 01 dez. 2011.

Considerações finais

Certamente que nosso estudo não fornece a reflexão definitiva sobre a temática da influência da mídia na definição do voto. Realizamos, aqui, uma observação preliminar, visando justamente avançar na compreensão das complexas relações existentes entre a política partidária, os interesses dos produtores de informação e o público que a consome, os eleitores. Evidenciaram-se, como em outros trabalhos aqui apresentados, os limites da argumentação tradicionalmente levantada sobre a manipulação da opinião pública através dos meios de comunicação controlados pelo Estado. As reportagens apresentadas pelos telejornais, conforme nossa pesquisa, não são aceitas simplesmente como retratos definitivos da verdade pela população. Os veículos midiáticos estão inseridos em um campo de disputas de interesses variados, em muitos modos similar às disputas políticas entre candidatos e seus partidos. O discurso que surge na mídia sobre a necessidade de sua própria autonomia, na defesa de sua isenção e liberdade, configura-se como mais um entre tantos outros discursos, os quais pretendem invariavelmente construir uma imagem pública que nada mais é que a autoimagem pretendida por aquele que o enuncia. Na disputa mercadológica pelos leitores, o “ser” de fato torna-se menos importante do que o reafirmar-se em uma identidade vendável. É o que podemos verificar nesta passagem de um discurso do diretor de redação do jornal *Folha de S. Paulo*, Otávio Frias Filho: “O jornalismo, tal como procuraram praticá-lo, é um serviço de utilidade pública. Divulgar a verdade, estimular um exercício consciente da cidadania, iluminar o debate dos problemas coletivos --que outra atividade seria mais elogiável e necessária do que essa?” (FOLHA.COM, 2011). Iluminar o exercício próprio da cidadania, como a reafirmação de tornar claros os problemas da sociedade e suas soluções. O mesmo pode ser analisado através dos princípios editoriais da Rede Globo:

Sem a democracia, a livre iniciativa e a liberdade de expressão, é impossível praticar o modelo de jornalismo de que trata este documento, e é imperioso defendê-lo de qualquer tentativa de controle estatal ou paraestatal. Os limites do jornalista e das empresas de comunicação são as leis do país, e a liberdade de informar nunca pode ser considerada excessiva. (G1, 2011, p. 25)

No mesmo documento, ela ainda define os princípios fundamentais que devem reger a produção da informação pela empresa: isenção, correção e agilidade. Ressalta-se a afirmação de que a atividade jornalística não pode ser controlada pelo Estado ou outras organizações paraestatais, estando, porém, sujeita às leis do país, através do que se opera uma separação entre o Estado e as leis vigentes, como se fosse possível a existência de um sem o outro, já que são na verdade partes da mesma estrutura. Não lhes é possível negar a lei, mas é possível negar o Estado, o grande responsável pela manutenção e mudança das leis. Temos, então, que as leis são também alvo de uma disputa política e midiática. E retorna sempre a crença de que a informação que produzem é parte necessária ao pleno desenvolvimento da cidadania e da democracia. Acreditamos que o fato de não termos identificado formas diretas de favorecimento e manipulação nos telejornais pesquisados é um resultado dessa pretensão, mas não somente. A trajetória anterior desses telejornais, envolvidos em polêmicas sobre tentativas de manipulação da informação, certamente influenciou as mudanças na condução de sua linha editorial, conforme vemos hoje.

Finalizando nossas considerações, tocaremos em um ponto que foi importante nas eleições de 2010: a utilização da internet, com os blogs e redes sociais. São meios nos quais a comunicação ocorre de maneira multidirecional, em que os leitores não recebem simplesmente a informação, mas podem revelar suas impressões sobre elas, debatê-las em tempo real com outros leitores. Atualmente, é requerido um esforço e conhecimentos de informática muito pequenos para a montagem de um blog individual ou de uma página em uma rede social, passando-se, então, quase imediatamente, a tornar públicas reflexões pessoais e a interagir com possíveis leitores. Cabe aqui, portanto, uma última reflexão sobre o impacto real dessas novas ferramentas políticas. Verificamos que a rede mundial tem sido utilizada pelos partidos políticos como meio de divulgar seus programas, mas também de criticar os adversários, de apresentar a sua própria versão de fatos veiculados pela imprensa. Em 2008, a campanha vitoriosa de Obama nos EUA utilizou extensivamente a rede para divulgar o candidato, mas também para arrecadar recursos financeiros em doações diretas de eleitores. Anteriormente, em 2001, o presidente das Filipinas, Joseph Estrada, foi deposto e a rede serviu para espalhar milhares de mensagens de texto para celulares, as quais convocaram a população para as manifestações nas ruas,

todos vestidos de preto (RHEINGOLD, 2003). Observações similares sobre o potencial mobilizador dessas novas formas de comunicação foram feitas nos episódios que ficaram conhecidos como “primavera árabe”, com a eclosão de uma onda de protestos reivindicando maior liberdade e democracia nos países daquela região. Estamos de fato diante de uma revolução na maneira como nos comunicamos e fazemos política²¹? Se por um lado as mudanças nos meios de comunicação são verdadeiras, também são vários os fatores que limitam tais afirmações. Primeiramente, devemos perceber que sem a existência prévia de uma vontade fortemente definida por mudanças não será através de uma mensagem de texto que tal vontade surgirá milagrosamente. Os milhares de jovens que saíram às ruas do Brasil vestidos de preto em 1992 não dispunham desses recursos tecnológicos e, mesmo assim, as mobilizações foram realizadas com regularidade, contribuindo decisivamente para a campanha pelo impeachment de Fernando Collor de Melo. Sob vários ângulos, temos que a velocidade na organização de movimentos desse tipo seria a verdadeira novidade. Mas somente quando a velocidade está aliada com a vontade prévia por uma mudança é que os eventos podem tomar maior dimensão. Devemos lembrar, também, que é muito difícil fazer a contabilidade de quem realmente está acompanhando uma discussão na rede. O eleitor já definido em seu candidato nas eleições de 2010 dificilmente gastou seu tempo na leitura do blog dos outros candidatos. Não há, pelo menos sem acesso ao sistema, como dimensionarmos exatamente quantas pessoas diferentes acessam essas discussões na rede, já que uma mesma pessoa pode acessar vários endereços diferentes, empregando identidades diferentes, várias vezes seguidas. Devemos considerar que o maior papel da rede seja, provavelmente, o de fortalecer aquelas intenções de voto já existentes, de fornecer aos militantes um arsenal de argumentos contra seus opositores, muito mais do que acreditar que poderá provocar uma alteração nas intenções de voto. Confirmando-se tal situação, estaremos diante de um quadro que se revela muito semelhante ao que foi descrito ao longo deste texto, o que somente reforça a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a temática. É nossa expectativa, visando o fortalecimento de nossa democracia, que os bilionários destacados por Carvalho estejam deixando de ser aquela plateia descrente na

21 Lembramos aqui do sentido de política no mundo grego, onde o uso correto das palavras diante da multidão reunida era considerado parte essencial da vivência daquela democracia (VERNANT, 1996).

seriedade do que assiste e que por isso não participa, para tomarem definitivamente o espetáculo em suas próprias mãos.

Referências

AZEVEDO, Fernando Antônio. Imprensa, cobertura eleitoral e objetividade: a eleição de 2000 na capital paulista. **Opin. Publica** [online]. 2001, vol.7, n.2, pp. 182-201.

_____. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opin. Publica** [online]. 2006, vol.12, n.1, pp. 88-113.

_____, CHAIA, Vera Lucia Michalany. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003 - 2004). **Opin. Publica** [online]. 2008, vol.14, n.1, pp. 173-204.

BRETON, Philippe, PROULX, Serge. **Sociologia da Comunicação**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

CARVALHO, Fátima Lampreia. Continuidade e inovação: conservadorismo e política da comunicação no Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. 2000, vol.15, n.43, pp. 147-162.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não Foi**, 3ª edição, 2ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COIMBRA, Marcos. A mídia teve algum papel durante o processo eleitoral de 2006? LIMA, Venício de. (org.). **A Mídia nas Eleições de 2006**. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

DATAFOLHA. TV é meio mais usado pelo eleitor para se informar sobre a eleição. **Datafolha Instituto de Pesquisas**. 28 jul. 2010. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=1007>. Acesso em: 30 mar. 2011.

FOLHA.COM. Otavio Frias Filho reafirma compromissos editoriais da Folha. **Folha.com**. 21 fev. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha90anos/879090-otavio-frias-filho-reafirma-compromissos-editoriais-da-folha.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

G1. Brasil tem mais TV do que geladeira, diz estudo. **Globo.com**. 18 abr. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0..MUL23738-9356.00.html>. Acesso em: 30 mar. 2011.

_____. Princípios editoriais das organizações globo. **Globo.com**. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html#definicao-do-jornalismo>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

KAMEL, Ali. O jornalismo. **O Globo**. 23 jan. 2007a, p. 07. Disponível em: <<http://www.alikamel.com.br/upload/data/2007.01.23.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

_____. Jornalismo e Objetividade. **O Globo**. 06 fev. 2007b, p. 07. Disponível em: <<http://www.alikamel.com.br/upload/data/2007.02.06.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. Mercado global e a influência dos meios de comunicação. São Paulo:

2003. **Roda Viva-TV Cultura**, 2003. Disponível em: <<http://www.tvcultura.com.br/rodaviva/programa/pgm0834>>. Acesso em: 30 mar. 2011.

_____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MATHEUS, Carlos Eduardo Meirelles. *Muito Além do Cidadão Kane*. Reino Unido: 1993. **Channel 4**, 1993.

RHEINGOLD, Howard. **Smarts Mobs – The Next Revolution**. USA: Perseus, 2002.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. Modernidade, disciplina e futebol: uma análisesociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 260-299.

VERNANT, Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

Os “Anos Azuis” da Comunicação no Brasil: as Relações Públicas e Memória dos 50 Anos do Curso de Jornalismo da Unicap²²

RODRIGUES, Alfredo Sotero Alves²³

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

Resumo

Resgatar e preservar a memória das organizações no Brasil é trabalho de contingência. Para tais cenários, faz-se necessário ter a pertença de um profissional qualificado em ações de relacionamento entre as organizações e seus diversos públicos. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar o processo da memória organizacional como instrumento de pesquisa científica e institucional planejada das Relações Públicas. Busca-se, como empoderamento, registrar a arte empírica da homenagem ao Jubileu de Ouro do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), especialmente com a exposição: “Máquina (In)Orgânica de (In)Formação-Mundo! 50 anos de Jornalismo Unicap, 1961/2011”. O cenário e seus contextos também são correlacionados aos 50 anos de pesquisa em comunicação no Brasil.

Palavras-chave: relações públicas; jornalismo; memória; pesquisa em comunicação; jubileu de ouro.

²² Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

²³ Mestre, professor do Centro de Ciências Sociais, coordenador do curso de Relações Públicas da Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: alfredosotero1@gmail.com.

Introdução

O campo do saber das Relações Públicas - como atividade acadêmica e profissional – articula, por meio dos seus profissionais, atividades práticas de forma interdisciplinar às suas interfaces, em “que as situações de comunicação envolvem o indivíduo [ou grupos] em relações públicas. [Assim,] propicia aos indivíduos compartilharem de suas experiências” (FEARING, 1971, p. 59, grifo do autor).

Nesses cenários, as Relações Públicas se afirmam, “principalmente como função gestora das habilidades humanas, com destaque para o relacionamento e de comunicação, nos níveis pessoal, organizacional e tecnológico” (NASSAR, 2008), dimensões em que a área configura-se como “a ciência e a arte de compreender, de ajustar e influenciar o clima humano” (LESLY, 1991, p. XI), por meio de suas ferramentas, da comunicação, das ciências sociais e humanas.

Essas dimensões - sinérgicas e mútuas - são articuladas por valores éticos, concepções teórica e prática, condicionadas em suas funções tradicionais e contemporâneas: essenciais, básicas e específicas. As essenciais são fundamentadas na inter-relação dos sujeitos, grupos e organizações em seu ambiente organizacional, imbuída pela concepção da administração ou planejamento na construção de uma imagem institucional positiva. Assim, busca, por meio da mediação, a resolução dos conflitos-soluções embasadas na??? e ações específicas da área (KUNSCH, 2003).

As funções básicas das Relações Públicas estão correlacionadas ao seu processo histórico, constituídas por entidades de classes nacional e internacional, categorizadas em pesquisa, planejamento, assessoramento, execução e avaliação das ações de comunicação e das especificidades da área (ANDRADE, 1994).

A prática profissional na contemporaneidade, via suas funções específicas, é uma reconfiguração do seu processo histórico. Nesse contexto, sua plataforma se dá pela materialização de pesquisas e seus métodos científicos, de auditorias de opinião e imagem institucional, para planejar e criar progra-

mas e projetos estratégicos e operacionais de relacionamento mútuo entre as organizações e seus grupos de interesse.

Além dos referenciais dos *mass media*, as Relações Públicas priorizam elementos, veículos e meios da comunicação segmentada ou comunicação dirigida. Desse modo, "é imprescindível planejar o processo de inter-relacionamento das organizações com os seus públicos, adotando estratégias e técnicas apropriadas [...] utilizando instrumentos adequados para cada segmento de público que se quer atingir" (KUNSCH, 2003, p. 103).

Esse tipo de relacionamento estratégico "é uma forma de comunicação humana destinada a propiciar maior interação entre pessoas e grupos, pois quanto mais direta for, melhor será o resultado de qualquer comunicação. Na comunicação dirigida, comunicador e receptor se identificam" (VASCONCELOS; OLIVEIRA, 1979, p. 73 apud KUNSCH, 2003, p.186).

Os arranjos comunicacionais dos programas e projetos de Relações Públicas são estabelecidos pela comunicação dirigida oral, escrita, auxiliar e aproximativa. Fundamentais em suas particularidades, cerca da totalidade das ações recorrentes da comunicação dirigida é realizada de forma integrada. Mesmo assim, para este trabalho, a ênfase se dá na comunicação dirigida aproximativa.

Essa microdimensão processual da comunicação dirigida é dinamizada por outras ações, a exemplo de programas de informações e de qualidade, extensão organizacional, patrocínios, comemorações/datas especiais (bodas para indivíduos/contextos familiares) e jubileus para todas as demais organizações não familiares (as de caráter jurídico, direta ou indiretamente formalizadas).

Comemorar é emocionar e se emocionar no sentido de reconhecer a importância de fatos e fatores relevantes dos sujeitos e dos grupos organizados. Tal celebração não é uma prática isolada, individualizada; a condição é coletiva. Profissionalmente, são necessários, antecipadamente, pesquisa e planejamento. Essa construção planejada é denominada de *cenário* de memória.

Respaldos em tais dimensões e na condição interlocutora de relacionamentos comunicacionais entre as organizações e seus diversos públicos, os profissionais de Relações Públicas, por meio de métodos e técnicas próprias e de outras áreas do conhecimento, são os especialistas em recuperar a memória sociocultural das organizações.

Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar o processo da memória organizacional como instrumento de pesquisa científica e institucional planejada das Relações Públicas. Busca-se, como empoderamento específico, registrar a arte empírica da homenagem ao Jubileu de Ouro do curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap),

O estudo foi desenvolvido a partir da utilização de técnicas combinadas de coletas de dados, pesquisadas em livros, documentos institucionais textuais e iconográficos, redes sociais e dos testemunhos “quentes”, diretos e indiretos de egressos de várias gerações de jornalistas, dos quais se destacaram: Roberto Benjamin, Tereza Halliday, Geneton Moraes Neto, Sallet Tauk e Paulo Fradique. Ainda sobre o processo metodológico, foram utilizadas técnicas etnográficas para descrever os contextos da homenagem. As discussões teóricas acerca das Relações Públicas e da memória sociocultural das organizações foram embasadas, entre outros, por Andrade (1994), Kunsch (2003), Ferrari (2009), Nassar (2008); Halbwachs (2006), Le Goff (2003), Nora (1993), Pollak (1992, 1989), respectivamente.

Memória Institucional como Ferramenta de Relações Públicas

Remeter-se à memória ou ao processo memorialístico sociocultural é a sistemática dos primeiros agrupamentos humanos. O fator memória é reflexão e ação de várias áreas do conhecimento: psicologia, filosofia, sociologia, antropologia, história, economia, arquitetura, letras, artes em geral, comunicação. A memória resgatada por tais profissionais é reconstruída a partir de fatos, documentos escritos, fotográficos e de artefatos. São fundamentais depoimentos de testemunhas direta ou indiretamente oculares.

De certa maneira, o substantivo feminino memória foi apropriado e popularizado por alguns acadêmicos de várias áreas do saber. Deve-se ao histo-

riador francês Jacques Le Goff o resgate autoral do professor medieval italiano, em que “a memória é um glorioso e admirável dom da natureza, através do qual reevocamos as coisas passadas, abraçamos as presentes e contemplamos as futuras, graças à sua semelhança com as passadas” (BONCOMPAGNO DA SIGNA, 1235, p. 255 apud LE GOFF, 2003, p. 447).

Fundamentada em pesquisa, observa-se a categorização de seis modalidades ou tipos de memória. Para o filósofo francês Henri Bergson, as recordações são consequências subjetivas da repetição e não repetição de atos. Assim, indica dois tipos: memória-hábito e memória-pura ou imagem-lembrança. O primeiro refere-se ao automatismo contínuo de gestos e palavras, usado habitualmente na vida cotidiana. O segundo remete-se às lembranças singulares de fatos ou palavras. Evoca-se seu significado único, afetivo, valorativo das lembranças (BERGSON, 1959 apud BOSI, 1994; CHAUI, 2005).

As memórias específica ou perceptiva, étnica ou biológica da espécie e artificial (das máquinas) foram dimensionadas de forma extensiva às reflexões de Bergson. O terceiro tipo de memória - a perceptiva, permite ao humano reconhecer ou definir sujeitos, objetos materiais ou imateriais, fundamentais ao cotidiano das pessoas. A quarta permite definir a repetição dos seus comportamentos nas várias etapas especiais da vida, pela transmissão de suas qualidades intelectuais e traços físicos. A quinta modalidade da memória é *programada* com gravação e reprodução de “atos mecânicos encadeados”, a partir dos arquivamentos no cérebro humano (LEROI-GOURHAN, 1964-1965, p. 269 apud LE GOFF, 2003; CHAUI, 2005).

O sexto tipo é a memória social ou coletiva. Apesar de inédito até 1950, são dos anos 1930 as reflexões do sociólogo francês Maurice Halbwachs acerca das lembranças como processo de relações entre pessoas e fatos. Ou seja: as lembranças do indivíduo estão diretamente relacionadas com os laços e referências familiares de outros grupos sociais e organizacionais. Isso é denominado pelo teórico como os “quadros ou contextos sociais da memória”. “É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhecê-lo porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências” (HALBWACHS, 2006, p. 29). Ainda de acordo com o autor,

para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).

O historiador francês Pierre Nora denomina tal fenômeno social de “lugares da memória”. Esses espaços são definidos em três sentidos: patrimônios material, simbólico e funcional. Eles engendram uma composição complexa em que, ao mesmo tempo, são: “simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos a mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração” (NORA, 1993, p. 21). Portanto,

a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confrontam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções [...] A memória emerge de um grupo que ela une. [...] A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto (NORA, 1993, p. 9).

Nesse mesmo sentido, Pollak (1989) afirma que

a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, [...] em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes. [...] A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis.

Com esses antagonismos, compostos em grupos sociais plurais, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). São os lugares da memória social salvaguardados com ações planejadas por profissionais.

Nesse contexto, as mediações de relacionamento sócio-organizacionais são inerentes ao profissional de Relações Públicas, como prática do processo memorialístico individual e coletivo. Esses condicionamentos de valorização das organizações e seus públicos são fatores consubstanciais comprobatórios inseridos nos ambientes,

social, organizacional e profissional que, nos últimos anos, a importância das relações públicas tem crescido e se afirmado principalmente como função gestora das habilidades humanas, com destaque para a de relacionamento e de comunicação, nos níveis interpessoal, organizacional e tecnológico (NASSAR, 2008, p. 54).

Assim, a fundamentação do planejamento e execução da prática memorialística das organizações, pelos profissionais de Relações Públicas, compõe-se como “legítima interlocutora e gestora das políticas corporativas de relacionamentos simétricos que têm como alvo contribuir de maneira efetiva para o sucesso dos negócios e para o desenvolvimento da coletividade” (FERRARI, 2009, p. 160).

O Curso de Jornalismo: Memórias “Primárias”

Com o parecer do Ministério da Educação nº 180 de 25 de abril de 1960, o curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) iniciou suas atividades acadêmicas em 1961, “com a matrícula de 29 alunos regulares, aprovados entre 41 que concorreram ao Concurso de Habilitação. A esses 29 alunos regulares juntaram-se 3 ouvintes”.

A formação profissional-humanística com referências éticas aliadas à teoria e à vivência prática das atividades jornalísticas foi idealizada pelo jornalista, pesquisador e “Coordenador do curso [...] - Luiz Beltrão de A. Lima, [...] professor presidente do Departamento de jornalismo” respaldado pela “alta direção de um Professor com curso especializado (sic) na Europa, pertencente à ordem dos Jesuítas” (RIO DE JANEIRO, 1964), o ex-reitor da Unicap, Pe. Aloísio Mosca de Carvalho, S.J.

A “notícia” não foi bem recebida na capital pernambucana. Um dos primeiros desafios ou

a primeira batalha havia sido ganha, mas numerosos problemas precisavam ser enfrentados para a efetiva implantação do curso. A grande imprensa se posicionava contra sua criação e nomes importantes do jornalismo local, tanto cronistas profissionais, como articulistas colaboradores se pronunciavam, considerando que 'jornalismo era vocação' e que 'jornalista se forjava no batente' (BENJAMIN, 1998, p. 66, grifos do autor).

Tal desencontro tinha origem na velha prática do batente jornalístico, exercida por repórteres que não possuíam cursos universitários ou eram, em sua maioria, bacharéis em Engenharia e Direito. “A mídia de então era descrente de que se pudesse ensinar a jornalistas na universidade. Mas, quando fui fazer estágio no Diário de Pernambuco [sic], já sabia redigir notícias, conhecia a fórmula 3Q+Co+Pq, tivera exercícios práticos de entrevista, crônica e reportagem” (HALLIDAY, 2011).

Assim, “considerando não poucas deficiências da imprensa local verificamos que elas são o resultado de um profissionalismo empírico sem a formação e os conhecimentos adquiridos no convívio de um ambiente universitário e nas preleções de mestres”. Por isso, sua criação tinha duplo objetivo:

oferecer à região um dos elementos essenciais à sua cultura e aos profissionais de rádio e imprensa uma formação mais completa. A organização do curso com seu currículo e professorado, os trabalhos escolares realizados pelos alunos, o conceito de que gosam (sic) no seio da sociedade os alunos da primeira turma, quase todos eles já requisitados pelas empresas de divulgação, são provas evidentes de que o curso vai atingir o seu objetivo (RIO DE JANEIRO, 1964).

A resistência inicial do mercado à implantação do curso logo foi vencida pela determinação, ética, compromisso e seriedade acadêmica de Luiz Beltrão. Empenhado em construir uma imagem positiva do curso, realizou uma campanha de opinião pública, ferramenta de Relações Públicas, profissão que contribuiu em âmbito local e no Sudeste do Brasil (RODRIGUES, 2011).

Primeiro curso do Norte e Nordeste, teve parecer recomendado pela comissão do “egrégio Conselho Federal de Educação” (CFE). O Inspetor Federal Florêncio Cunha e os auxiliares Ranulpho de Oliveira Lima e Gilberto Osório de Andrade relatam que “uma cidade como Recife justifica cabalmente

a existência de um curso de jornalismo, [...] ela precisa de um instituto [e] aperfeiçoamento técnico dos seus membros. E tanto mais que este curso não serve só à capital do grande estado nordestino, [mas] a tôda a região” (RIO DE JANEIRO, 1964).

Na contemporaneidade, o curso busca “preparar profissionais críticos e comprometidos com o exercício da cidadania, para atuarem em processos comunicativos, em especial, nos meios de comunicação: rádio, televisão, veículos impressos, digitais e assessorias” (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, 2005).

O Planejamento e a Realização dos 50 Anos do Curso de Jornalismo

O Jubileu de Ouro foi rememorizado com duas ações realizadas por ocasião do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom 2011, acontecido na Unicap, com a *Mesa 50 Anos de Jornalismo na Unicap* e a exposição *Máquina (In)Orgânica de (In)Formação-Mundo! 50 anos de Jornalismo Unicap, 1961/2011*.

As ações foram planejadas e realizadas por três relações públicas, egressos e funcionários da Instituição: os professores Alfredo Sotero e Breno Carvalho e o *webdesign* Flávio Santos. A primeira criação foi o selo, uma marca mista com tipografias relacionadas aos caracteres do linotipo e digital, e o *designer* das principais peças formatadas em *tablet*, desenvolvidas para o convite, os cartazes impresso e *on-line*, a placa de homenagem individual e os painéis da exposição.

Por ocasião da *Mesa 50 Anos de Jornalismo na Unicap*, realizou-se homenagem extensiva aos alunos, egressos e todos os atores acadêmico-administrativos que contribuíram com o curso, através de uma placa de reconhecimento aos empreendedores, aos ex-Chefes de Departamento e aos ex-Coordenadores do curso. A Intercom reconheceu o mérito e fez homenagem a Roberto Benjamin.

A homenagem memorialista “coletiva” teve como registro a exposição a *Máquina (In)Orgânica de (In)Formação-Mundo!* Em 20 painéis, especialmen-

te com reproduções de documentos e fotografias inéditos, procederam-se informações oficiais que institucionalizaram o curso, a relação de todos os coordenadores e as principais atividades produzidas pelos corpos docente e discente.

Em regime seriado de três anos e, de acordo com o parecer nº 323/62, do Estatuto da Instituição, o primeiro currículo do curso tinha um total de 22 “matérias”, sendo sete, oito e sete, nas primeira, segunda e terceira séries, respectivamente. No atual currículo, 34.A.4, de quatro anos, sua matriz curricular contempla 44 disciplinas. Para registrar as atividades práticas dos currículos, foram expostas 32 fotografias dos quatro principais laboratórios: da Sala de Redação, com as “máquinas de escrever” dos anos 1960; do Planejamento Gráfico e suas pranchetas de 1970; da inauguração do circuito fechado de televisão, em 30 de junho de 1975; de Rádio, dos anos 1970; de Fotografia de 1990, correlacionadas com os de 2011 (computadores interligados à internet; programas de computação gráfica; o Chroma Key; tecnologia digital; estúdio fotográfico, tratamento de imagens e revelação colorida em cromo).

Além dos eixos que institucionalizam uma universidade - o ensino e a pesquisa -, o curso, desde a sua criação, investiu na extensão. Assim, foram expostas as fotografias da visita à Instituição, em 1969, do prof. Raymond Nixon para estudo dos cursos de Jornalismo da América Latina. Nesse registro, estão os professores Tereza Halliday, Roberto Benjamin e Ricardo Nunes, e a assinatura do acordo inédito com a Rede Globo Nordeste para veiculação do *Minuto Unicap*, em 1997, tendo como protagonistas: o Magnífico Reitor, Pe. Theodoro Paulo Severino Peters, S.J., o Diretor Executivo da Rede Globo/NE, Cleo Niceas e o Chefe do Departamento de Comunicação Social, Carlos Augusto Pacheco Benevides.

A Unicap firmou duas grandes parcerias com as Universidades Federal e Rural de Pernambuco. A primeira para a realização do *V Simpósio de Pesquisa em Comunicação (Sippec) Nordeste* de 1997, o Intercom Nordeste na atualidade, e a segunda para um grande evento internacional, o *V Congresso Latinoamericano de Ciências de la Comunicación - Alaic/98*, com produção local de professores e alunos de Jornalismo, Relações Públicas e Turismo.

Em 2010, concedeu a distinção de Doutor Honoris Causa ao Prof. Dr. José Marques de Melo, pois

é o reconhecimento ao mérito da sua obra, dedicada ao Jornalismo e às Ciências da Comunicação, que move esta homenagem que a Universidade Católica de Pernambuco lhe presta ao outorga-lhe o título de Doutor Honoris Causa. Mas é, sobretudo, o sentimento de que as sementes do seu trabalho germinarão, continuamente no terreno fértil das mentes e dos corações das novas gerações de pesquisadores das Ciências da Comunicação (TAUK SANTOS, 2010).

De acordo com pesquisa realizada, o primeiro *house organ* da Instituição, o *Informativo Unicap*, é de 1º de julho de 1980, cuja periodicidade variava entre a mensal e/ou semanal. Na atualidade, o *Boletim Unicap on-line* é produzido diariamente. Desde 1987, o curso produz o jornal laboratório *O Berro*; exposto e distribuído o exemplar: *50 anos de Jornalismo na Católica*, um dos seis títulos vencedores da Expocom Nacional 2011, na categoria jornal-laboratório impresso (conjunto/série).

As atividades do jornalismo do batente, impresso e *on-line*, foram pausas desenvolvidas para o *Dia da Esperança*, ação antecipada para o *Criança Esperança*, responsabilidade da Universidade em Pernambuco, realizada conjuntamente pelos profissionais da Assessoria de Comunicação (Assecom) da Instituição, com seus estagiários e voluntários do curso.

A Unicap formou 2.837 (UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, 2011) profissionais para o mercado de trabalho, entre os 13 egressos da primeira turma, rememorados por meio do registro da ata (manuscrita) de formatura e os formandos de 2011.¹ Essas gerações de jornalistas “cobrem” o território nacional ou são correspondentes internacionais. Outros exercem o ofício por meio do jornal impresso, *blogs*, redes sociais, televisão, rádio, foto-jornalismo, assessorias de comunicação ou como empreendedores na área (RODRIGUES, 2011).

O curso é recordista em premiações do Norte/Nordeste, com cerca de 150 trabalhos de ex-alunos reconhecidos em vários concursos e festivais profissionais ou universitários, a exemplo dos Prêmios Ayrton Senna e Cristina

Tavares de Jornalismo, e da mostra da Pesquisa em Comunicação (Expocom) do Intercom. Por meio de enquete, professores de Jornalismo relacionaram cerca de 130 profissionais-pesquisadores das mais distintas gerações em âmbito local, regional e internacional. Na primeira categorização, entre outros: Cleo Niceas, Geneton Moraes Neto, Ricardo Noblat, Romildo Maia Leite, Vera Ferraz. Inversamente ao que julgavam os profissionais da “grande imprensa” dos anos de 1960, os primeiros formandos que concluíram

o curso o ano passado estão contratados para serviços profissionais os ex-alunos: Luiz de Alencar Bezerra e Roberto Emerson Benjamim [que] ingressaram no corpo de redatores do departamento de Rádio Jornalismo da PRA-8, César Leal, no Diário de Pernambuco [sic], Vantuil Barroso e Zita Andrade Lima na Rádio Universidade e Frei Urbano de Sertância na direção da revista mensal ‘Dom Vital’ (RIO DE JANEIRO, 1964, grifo institucional).

Na segunda categoria, entre outros, Alexandre Figueirôa, Aline Grego, Luisa Nóbrega, Marques de Melo, Paulo Cunha, Roberto Benjamim, Sallet Tauk, Yvana Fachine. Os maiores expoentes são originários das duas primeiras turmas, em que

Luiz Beltrão [...] teve dois grandes herdeiros acadêmicos: José Marques de Melo, concluinte da segunda turma (1964), pesquisador de Jornalismo Comparado, autor de vários livros e um esteio dos estudos brasileiros de Comunicação. E Roberto Benjamin (concluinte da primeira turma, 1963), pesquisador alentado e autor de livros na área da Folkcomunicação - menina dos olhos de Beltrão (HALLIDAY, 2011).

De acordo com informações de Roberto Benjamin, para Luiz Beltrão, o seu aluno mais “brilhante” foi Tereza Halliday.

A Unicap, por meio do curso de Jornalismo, teve seu pioneirismo, também, em âmbito nacional. Além da campanha *provisional* de Relações Públicas que deu credibilidade ao curso, em 1963 é criado um centro de pesquisadores, o Instituto de Ciências da Informação (Icinform). Idealizado pelo *visionário transgressor* Luiz Beltrão, “um repórter de carteirinha, para quem a curiosidade investigativa não podia parar na caça às notícias – precisava expandir-se para a pesquisa científica” (HALLIDAY, BENJAMIN, 1998).

O centro de pesquisa em comunicação institucionalizou-se pelo empenho e resultados de levantamentos empíricos, simbólicos e de pesquisas “de larga envergadura”, nos três primeiros anos do curso. Assim,

por ocasião da chegada de D. Helder Câmara para assumir o governo da Arquidiocese fez-se uma pesquisa da opinião pública ‘Que você espera do novo Arcebispo? – Fôram consultadas centenas de pessoas de todas as classes sociais desde o governador à lavadeira do mangue. Foram organizadas também pesquisas sôbre a falta de jornais diários no Recife durante 20 dias, em 1962, durante a greve dos gráficos, e sôbre o noticiário policial nos diários recifenses, no período de 1 a 7 de setembro de 1963 [sic] (RIO DE JANEIRO, 1964, grifos institucionais).

O Icinform teve suas atividades produtivas até 1969, com a circulação de 12 edições da Comunicação & Problemas. Existiam *massa* intelectual e aprendizes de pesquisadores dedicados; os recursos e a ambientação eram precários e inadequados. Para superar tais contrapontos e convalidar o Instituto e sua publicação,

Beltrão adotou o binômio ensino-pesquisa. [...] Com um sorriso maroto, dizia: ‘O ICINFORM funciona porque não existe’. Comparava-o ao Center for Mass Communication Studies de Marshall McLuhan, na Universidade de Toronto, o qual, também, só tinha papel timbrado e a sala de trabalho de seu criador. [...] Lembro-me de ter trazido de casa duas poltronas usadas de bambu com almofadas dupla-face, [...] em atenção ao pedido de doação de mobiliário e objetos de escritório para o ICINFORM que, nos seus primórdios, só tinha uma estante de ferro e um birô emprestados pelos padres (HALLIDAY, 2011, grifo da autora).

Mesmo com as dificuldades, “trabalhar para informar a sociedade é colaborar para que ela possa gozar de um direito fundamental: o de informar e o de ser informado. [...] A dimensão social se está tornando necessariamente planetária [sic], no mundo que tem de despertar para a existência do Outro” (CARVALHO, 1965). Assim,

em março de 1965, saía o primeiro número da Revista Comunicações & Problemas, cuja diagramação em duas colunas emulava a famosa congênere norte-americana *Journalism Quarterly*. Se a Rádio Jornal do Comércio do Recife [sic] indicava a potência de seus transmissores

anunciando-se no ar com o slogan “Pernambuco falando para o mundo”, Comunicações & Problemas sinalizava sua pretensão de entrar para o time dos periódicos acadêmicos internacionais ao publicar, ao fim de cada artigo, um resumo em inglês – coisa inédita naquela época (HALLIDAY, BENJAMIN, 1998, grifo dos autores).

A Unicap incentivou os pesquisadores do Instituto com outras ações de estudos continuados de comunicação, a exemplo do investimento

no programa de bolsas da UNESCO e da Organização dos Estados Americanos (OEA), para um curso de especialização em Ciências da Informação no centro Internacional de Estudios de Periodismo para America Latina (CIESPAL), com sede em Quito, Equador. Contava com um corpo docente de professores de comunicação latinoamericanos, europeus e norteamericanos: Juan Beneylo, Luiz Beltrão, Jacques Kayser, David K. Berlo, Raymond Nixon, Joffre Dumazedier, William Stephenson, que influenciaram, direta ou indiretamente, a opção de vários egressos da Católica pela carreira de docente/pesquisador da comunicação (HALLIDAY, BENJAMIN, 1998).

Também foram exibidos, na exposição, documentos históricos e elementos de condecoração em duas vitrines: uma com os livros-atas referentes à criação do curso, detalhamento acadêmico-administrativo das três primeiras turmas e exemplares das primeiras publicações da Comunicação & Problemas. A outra, com troféus conquistados em vários concursos nacionais universitários e profissionais por ex-alunos. Anexo, reedição do trabalho *Luiz Beltrão: a cidade fiel*, desenvolvido por egressos de Relações Públicas, na disciplina Planejamento e Execução de Campanhas, produzida originalmente para o *V Sipec*.

“Em 2013, o Brasil completa meio século de reconhecimento da Comunicação como área de saber acadêmico. Essa trajetória tem como marco referencial [o] primeiro núcleo de estudos sistemáticos dos fenômenos de produção e difusão simbólica no país”. Nesse sentido, além das memórias da comemoração dos 50 anos de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, em 2011, é fundamental dar “visibilidade pública à área e suas disciplinas, resgatando a memória dos marcos fundadores” (MARQUES DE

MELO, 2012) do primeiro núcleo universitário de pesquisa e da primeira revista científica do Brasil em comunicação.

Não foi fácil tal trajetória, porém os mentores do curso de Jornalismo da Unicap sonhavam “com anos azuis”. Os *focas* também, pois em “que outra esperança pode ter o coração de um estudante?”. A contingência memorialística tornou-se incontingência factual. Assim, “os próximos anos serão [mais] azuis” (MORAES NETO, 2011).

Considerações Finais

Apesar de exemplos concretos e iniciativas atribuladas, resgatar e preservar a memória das organizações no Brasil ainda não é atividade fácil. São inúmeros obstáculos que, em alguns casos, transpassam as dificuldades das pesquisas documentais e dos fatores econômicos. Para os 50 anos do curso de Jornalismo da Unicap, o fator resgate foi o maior revés das articulações.

Pesquisadores como José Marques de Melo e Roberto Benjamin já *dartaram* informações enquanto alunos e, posteriormente, como colegas de profissão de Luiz Beltrão, especialmente acerca do Icinform. Entretanto, informações documentais escritas e registros iconográficos, específicas dos primeiros anos e das primeiras décadas do curso, decorriam inéditas. Exemplo são as imagens fotográficas descobertas em 2010, no acervo do (antigo) Projeto Memória da Instituição. Arquivadas inadequadamente, em álbuns ou avulsas, estão sendo recuperadas pelos profissionais da Biblioteca Pe. Aloísio Mosca de Carvalho, S.J.

A partir dos contextos e assertivas (co)relacionados: concepções teóricas, métodos acadêmicos e atividades práticas profissionais, o processo planejado da memória organizacional são ações transversais das Relações Públicas. Nesse sentido, a criação de programas de resgate da memória institucional é atividade profissional dos relações públicas.

Além do resgate da memória do curso de Jornalismo da Unicap, condicionada, também, em 2013, aos 50 anos de pesquisa em comunicação no Brasil, com as novas tecnologias, como o processo *on-line*, é possível preser-

var tais informações, especialmente os registros iconográficos das produções técnico-científicas e das conquistas profissionais de alunos e egressos, como parâmetro de conhecimento para as futuras gerações.

Referências

ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. **Curso de relações públicas**: relações com diferentes públicos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

BENJAMIN, Roberto (org.). **Itinerário de Luiz Beltrão**. Recife: Associação de Imprensa de Pernambuco/Fundação Antônio dos Santos Abranches-FASA, 1998.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, A. Mosca de. Propósitos In: **Comunicações & Problemas**. V. I, nº 1, p. 1-2, mar., 1965.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo, Ática, 2005.

FEARING, Franklin. A comunicação humana. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de massa. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1971.

FERRARI, Maria Aparecida. Cenário latino-americano da comunicação e relações públicas. In: GRUNIG, James E. (org.). **Relações públicas**: teoria, contexto e relacionamentos. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2009, 125-207.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALLIDAY, Tereza; BENJAMIN, Roberto. **Luiz Beltrão**: contribuição da Universidade Católica de Pernambuco para as ciências da comunicação. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 1998. 1 folder.

HALLIDAY, Tereza Lúcia. Lembranças do Icinform. In: _____. **50 anos do curso de jornalismo da Unicap**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <alfredosotero1@gmail.com>. Em: 24 ago. 2011.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória In: **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 419-476.

LESLEY, Philip (org.). **Os fundamentos de relações públicas e da comunicação**. São Paulo: Pioneira, 1995.

MARQUES DE MELO, Marques. **50 anos de ciências da comunicação no Brasil (1963/2013)**.

Informativo Socicom, nº 7, 2012. Disponível em: <<http://socicom.org.br/informativo/07/001.html>> Acesso em: 20 nov. 2012.

MORAES NETO, Geneton. **50 anos de jornalismo na Unicap**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <alfredosotero1@gmail.com> Em: 25 ago. 2011.

NASSAR, Paulo. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no espaço da memória institucional das organizações**. 2. ed. São Caetano do Sul, Difusão Editora, 2008.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2012.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. 1992. Disponível em:

< <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAA28kAC/memoria-identidade-social>>. Acesso em: 19 out. 2012.

_____. **Memória, esquecimento, silêncio**. 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/argtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 19 out. 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado da Guanabara). Palácio da Educação e Cultura. **Relatório de reconhecimento do curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco**. V. I., II. Rio de Janeiro, 1964.

RODRIGUES, Alfredo Sotero Alves. **Máquina (in)orgânica de (in)formação-mundo! 50 anos de Jornalismo Unicap, 1961/2011**. Recife, 2011. Exposição realizada por ocasião do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), na Biblioteca Pe. Aloísio Mosca de Carvalho, S.J. da Universidade Católica de Pernambuco, no período de 5 a 30 set. 2011. Disponível em: <www.unicap.br/graduação/rp>.

SANTOS, LUCIANE LUCAS. Tudo o que é imagem se desmancha no ar: apostando em uma mudança de paradigma para as relações públicas. In: FILHO, Clóvis de Barros. (org.). **Ética e comunicação organizacional**. São Paulo: Paulus, 2007.

TAUK SANTOS, Maria Sallet. **Homenagem ao Doutor Honoris Causa José Marques de Melo**. Recife, 2010. Discurso proferido durante a entrega do título na Universidade Católica de Pernambuco. Em: 22 abr. 2010.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO. Diretoria de gestão Escolar. Setor de Expedição e Registro de Diplomas. **Quadro estatístico: total de graduados por ano/modalidade: bacharel em comunicação social - jornalismo, 1963-2011.1**. Recife, 2011.

_____. Centro de Ciências Sociais. **Curso de comunicação social – habilitação em jornalismo: projeto pedagógico**. Recife, 2005.

Televisão e Pioneirismo¹- Um olhar historiográfico sobre as cinco primeiras TVs do interior do Brasil

Emerson dos Santos Dias²

UERJ – RIO DE JANEIRO / RJ

UEL – LONDRINA / PR

Resumo:

O foco deste artigo é o debate sobre o conceito de pioneirismo na história das cinco emissoras de televisão consideradas as primeiras no interior do Brasil. A proposta é compreender como os fatos e acontecimentos que cercaram a criação dessas empresas colaboraram na consolidação da imagem desses veículos de comunicação fora das capitais e mostrar que estes mesmos fatos, determinantes na eleição dos empreendimentos como vanguardistas, distorcem o tempo histórico, quando relações socioeconômicas e políticas são colocadas ao lado de questões técnicas (experimentos, transmissões, abrangência e consolidação da grade de programas) e de ordem legal (concessões e criação de pessoas jurídicas). Por meio de metodologia que envolve análise documental, com base nos referenciais de Sônia Virginia Moreira (2005), junto aos métodos regressivos de Marc Bloch (2001), a análise crítica e a memória historiográfica de Le Goff (1990) com a história dos conceitos de Koselleck (2006), pretende-se mostrar que um canal de televisão precisa conciliar todos esses elementos junto aos principais fatores que determinam sua continuidade: a aceitação do público e o posicionamento na História. Condições que devem ser transferidas para a realidade enfrentada, na época, pelos pioneiros da televisão do interior, onde as relações com a comunidade e com a tecnologia disponível eram bem diferentes das atuais.

Palavras-chave: Historiografia da Mídia, televisão, memória, comunicação.

1 Trabalho apresentado originalmente no 9º Encontro Nacional de História da Mídia (2013).

2 Jornalista, professor universitário e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutorando em Comunicação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: emerson.dias@gmail.com

1. O conflito cronológico no pioneirismo televisivo

Muitos dos registros e pesquisas acadêmicos sobre a história da televisão brasileira mantêm o olhar sobre o início do funcionamento das primeiras emissoras do país. Desde a criação daquela que é considerada oficialmente a primeira do Brasil – fundada por Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, em 18 de setembro de 1950, na cidade de São Paulo³ -, várias transmissoras e repetidoras ganharam corpo no sul e sudeste do Brasil, até que o veículo se espalhasse pelo país nos anos 1970, transformando-se na principal fonte de informação da sociedade brasileira e, por fim, interferindo nas próprias relações socioculturais e políticas dos cidadãos.

No entanto, ao debruçarmos mais atentamente sobre pesquisas, livros e escritos relativos à História da televisão brasileira, percebemos que há muitos registros envolvendo as chamadas matrizes, as emissoras-sede, normalmente instaladas nas capitais. Quando o espectro de pesquisas avança sobre emissoras do interior, nota-se certo descolamento da realidade temporal onde tais empreendimentos foram iniciados.

Foi deste modo que esta pesquisa passou a pensar a implantação das primeiras emissoras de televisão do interior do Brasil a partir do conceito da palavra pioneirismo, que envolve condições adversas como questões sociais, estruturais, financeiras e, claro, políticas.

A intenção foi analisar situações comuns durante o processo de instalação destes empreendimentos, identificar relações entre elas, envolvendo desempenho técnico – experimentalismos e criatividade para enfrentar as limitações tecnológicas encontradas fora das capitais, principalmente do eixo Rio - São Paulo – e, por fim, entender como todos estes componentes dão margens para que os empreendimentos se autodenominem pioneiros.

Os objetos empíricos da investigação foram as – consideradas – cinco primeiras emissoras a funcionar no interior do Brasil: TV Bauru (canal 2, Bauru–SP); TV Mariano Procópio (canal 7, Juiz de Fora – MG), TV Coroados (canal 3,

³ Vale destacar que a conhecida TV Tupi tinha outro nome na data da inauguração: chamava-se PRF-3 TV Difusora de São Paulo. Somente na semana seguinte, Chateaubriand decidiu simplificar o nome da emissora.

Londrina–PR); TV Industrial (canal 10, Juiz de Fora MG) e TV Triângulo (canal 8, Uberlândia–MG).

A escolha dessas emissoras envolveu similaridades e interessantes conexões históricas entre elas. A cidade de Juiz de Fora, por exemplo, registrou diversas ações pioneiras na transmissão televisiva, inclusive anteriores à fundação da TV Tupi. Começam pelas experiências do técnico Olavo Bastos Freire, entre 1948 e 1950 (quando montou câmeras e equipamentos de transmissão com peças importadas, elaborou projetos de geração de sinais e consolidou o marco histórico na transmissão esportiva com a primeira veiculação de uma partida de futebol em 1950), passando pela criação da TV Mariano Procópio (considerada por alguns historiadores a “primeira emissora de televisão pirata” do país (MUSSE, 2011, p. 6), ao funcionar sem autorização entre 1961 e 1963), até o surgimento da então TV Industrial, inaugurada em julho de 1964. Isso tudo em apenas um município no interior de Minas Gerais.

Curiosamente, o mesmo Olavo Freire ajudou a estruturar a TV Paranaense (Curitiba) e orientou técnicos que seriam enviados da capital paranaense para a emissora Coroados de Londrina (norte do estado) em 1963. No decorrer dos anos, esses e outros profissionais colaboraram consideravelmente na formação de outras redes, como a RBS gaúcha e catarinense.

A partir de correlações como essas, somadas a levantamentos e análises sócio-históricas, esta pesquisa buscou construir o ambiente onde surgiram tais veículos de comunicação e apontar condições relevantes que convergiram para a criação das emissoras, ou ainda elencar outros fatos paralelos que compuseram os primórdios destas mesmas emissoras (relações comerciais, contornos da formação cultural do proprietário ou do grupo de empresários fundadores, o ambiente político onde surgiram tais veículos de comunicação, entre outros fatores).

Criou-se, assim, um panorama histórico de longa duração para compreender o presente pelo passado, conforme os referenciais de Marc Bloch (2001, p. 55), quando nega que a História é a ciência do passado e afirma que a História “é a ciência que pesquisa os homens, no tempo”.

Ainda como ferramentas metodológicas e de análise, a pesquisa foi baseada em vários autores que transitam entre a História e a Comunicação Social: os referenciais da história antropológica de Michel de Certeau (1998), a história social e cultural de Peter Burke (2002) e Roger Chartier (1990), a “história dos conceitos” de Reinhart Koselleck (2006), além da história construída por meio da colaboração interdisciplinar defendida por Marc Bloch (2001) e aprimorada por Jacques Le Goff (1990), entre outros autores.

A intenção foi desenvolver a construção de um cenário histórico (o perfil das primeiras emissoras de TV do interior do Brasil), em que não bastam somente dados quantitativos (datas de inauguração, abrangência da difusão, audiência, valores para aquisição e modelos de equipamentos comprados, etc.) e análises já constituídas de “pedaços” da história dessas cinco emissoras (como descrições da primeira transmissão, formulação e produção da grade de programas, primeiros apresentadores, entre outras referências).

Foi necessário pensar nas experiências frustradas, nas apresentações sem registro audiovisual, nos *scripts* e projetos de realização dos programas, além dos fatos sociais correlacionados às origens das emissoras, como artigos de jornais e revistas, comentários dos primeiros telespectadores. Muitos detalhes dessas análises não puderam ser detalhados para as adequações necessárias ao artigo, mas espera-se que a condensação aqui apresentada não traga prejuízo ao teor da pesquisa.

Expostas tais condições, torna-se possível, agora, colocar os objetos empíricos em seus possíveis posicionamentos cronológicos, já antecipando que estas datas são controversas: TV Bauru, fundada em 1º de agosto de 1960; TV Mariano Procópio, oficializada em 10 de outubro de 1961; TV Coarados, inaugurada em 21 de setembro de 1963; TV Triângulo, com data de fundação em 1º de maio de 1964; e, por fim, a TV Industrial, com transmissões oficiais registradas em 24 de julho de 1964.

2. A construção histórica de uma emissora de TV

Uma emissora de televisão não surge no momento em que a fita inaugural é descerrada em frente ao prédio. Detalhes dos acontecimentos que

circundam a estrutura (ajustes técnicos, transmissões experimentais, viabilizações legais e políticas, concessões, subsídios financeiros, patrocínios, etc.) constroem um “outro tempo” além das datas cronológicas que tentam definir fatos históricos. Condição identificada por pesquisadores como Marc Bloch: “Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um continuum. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da pesquisa histórica” (BLOCH, 2001, p. 55).

Partimos, então, para o resgate historiográfico, na tentativa de entender como os fatos e acontecimentos que cingiram a criação das emissoras já citadas colaboraram na consolidação da televisão no interior do país. Entre os objetivos específicos, uma das propostas foi usar esses mesmos fatos para mostrar que há uma distorção no tempo histórico quando uma narrativa envolve relações socioeconômicas e políticas com questões técnicas e de ordem legal. Percebe-se que esses mesmos acontecimentos fizeram com que a história da TV no Brasil expusesse, ao longo dos últimos 60 anos, fissuras e brechas pelas quais o tempo histórico adquiriu elasticidade, e forneceu condições para que cinco emissoras fossem consideradas pioneiras do interior.

Para compreender esse tempo elástico, fazemos referência à História Conceitual de Koselleck, que recusa o tempo meramente cronológico, para mostrar que passado e futuro representam, respectivamente, experiência e expectativa dentro da construção do tempo histórico. “A história conceitual abarca aquela zona de convergência em que o passado, junto com seus conceitos, afeta os conceitos atuais. Precisa, pois, de uma teoria, pois sem ela não poderia conceber o que há de comum e de diferente no tempo” (KOSELLECK, 2006, p. 124).

Quando uma pesquisa foca apenas o levantamento cronológico e quantitativo, perdem-se detalhes da História (encontrados em relatos, artigos, críticas, fotografias), o que pode resultar em um olhar reducionista ou em formatações com direcionamento (inconsciente ou não) voltado a transformar o objeto empírico em algo singular ou especial.

Basta observar definições em diversas pesquisas que enquadram essa ou aquela emissora de TV como a “pioneira” (aqui com o entendimento de “ser

a primeira”) sob certos aspectos históricos. Juiz de Fora¹ (MG), por exemplo, é citada em pesquisas de Livia Fernandes Oliveira como “o primeiro município do interior da **América Latina** a ter uma emissora geradora de sinal televisivo” (OLIVEIRA, 2010, p. 10, grifo nosso), citando a TV Mariano Procópio com “um período de implantação” entre 1956 a 1966. Já as investigações de Márcio Cava (2001) e Valquíria Kneipp (2005) colocam a TV Bauru como a pioneira. “Oficialmente, a TV Bauru – Canal 2, primeira emissora interiorana da América Latina, entrou em funcionamento no dia 1º de agosto de 1960” (KNEIPP, 2005, p. 6). Essa seria, então, a pioneira, porque segue em funcionamento contínuo até hoje, apesar de ter seu nome mudado para TV Modelo em 1998 e, depois, ser efetivamente integrada às afiliadas da Rede Globo, passando a ser chamada TV Tem Bauru a partir de 2003.

Se o argumento do pioneirismo se amparasse na identificação contínua no tempo por meio de pessoa jurídica, a TV Coroados seria, então, a pioneira definitiva, porque, segundo Fernanda Boni e Patrícia Piveta (2008, p. 3), “é a primeira emissora de televisão do interior do país, com atividades ininterruptas até os dias atuais” e mantendo o mesmo nome desde sempre. Curiosamente, no mesmo encontro de 2008 da Rede ALCAR, onde foi apresentado o trabalho acima², estão lado a lado artigos paradoxais e com informações conflituosas já nos títulos: “TV Mariano Procópio: representação e pioneirismo na história audiovisual de Juiz de Fora”, também da pesquisadora Livia Oliveira, citada anteriormente; “TV Coroados de Londrina: resgate histórico e visual da primeira emissora de televisão do interior do Brasil” (BONI e PIVETA, 2008); e, por fim, “TV Industrial: A Pioneira”, de autoria de Frederico Belcavello.

Esse último artigo, por sinal, crava a seguinte justificativa para colocar a emissora no topo das pioneiras: “primeira emissora-geradora de televisão no Brasil a operar oficialmente, mediante concessão, instalada fora de uma capital” (BELCAVELLO, 2008, p. 1).

1 Os primórdios das operações televisivas na cidade mineira também estão em jornais de época, como no texto de Luiz Stehling (1961, p. 2) no Diário Mercantil, que afirma ter presenciado a primeira demonstração televisiva da América do Sul.

2 6º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR, que identifica a Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia), realizado de 13 a 16 de maio de 2008, organizado pela UFF em Niterói/RJ. Site: <http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1>

Nessas simples citações, percebe-se o alerta de Bloch (2001), Le Goff (1990) e outros historiadores críticos contemporâneos. Para amparar as investigações sobre os detalhes históricos de algo “fabricado” pelo homem é preciso ouvi-lo, seja por meio dos seus relatos, dos escritos ou das suas ações. “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p. 79).

Informar sobre o homem e, conseqüentemente, sobre aquilo que foi produzido pelas mãos dele, sem esquecer as datas e os eventos, mas, também, sem tornarem-se reféns da cronologia histórica. Fernand Braudel, cuja extensa obra tem em comum a discussão sobre o tempo histórico, usa o tema da sua principal obra – O Mediterrâneo – para mostrar o quanto é frágil estruturar pesquisas a partir de posições cronológicas estáticas.

Não se pode reduzir apenas aos estudos das estruturas estáveis ou ao lento progresso da evolução. Estas realidades permanentes, estas sociedades conservadoras, estas economias prisioneiras da impossibilidade, estas civilizações à prova dos séculos, todas estas lícitas maneiras de distinguir a história em profundidade dão (...) o essencial do passado dos homens (...). Mas este essencial não é a totalidade. (BRAUDEL, 1983, p. 273).

O que preocupa, hoje, é que a crítica aos passos trôpegos de historiadores do século XIX – que pesquisavam fatos antigos dentro dos critérios do tempo e da duração – se repetem em muitas pesquisas historiográficas do século XXI. François Hartog (2003) faz um alerta similar ao que Marc Bloch e Lucien Febvre forneceram para uma geração de historiadores críticos a partir da fundação da Escola dos *Annales* em 1929: “é preciso lutar contra a compartimentação. (...) Todos estão convidados a derrubar os altos muros que impedem com freqüência a visão” (HARTOG, 2003, p. 196).

No caso específico da pesquisa aqui desenvolvida, definir o “pioneirismo televisivo” envolve questionar, por exemplo, o nascimento da televisão brasileira em 18 de setembro de 1950 (fundação da TV Tupi) e o esquecimento de experiências anteriores.

Exemplo disso foi uma transmissão 11 anos antes da Tupi, ocorrida na 1ª Exposição de Televisão da Feira de Amostras do Rio de Janeiro, evento

inaugurado no dia 3 de junho de 1939 pelo presidente da República em pessoa, Getúlio Vargas, como bem lembra o pesquisador João Freire Filho (2008, p. 138).

Seria válido, também, recuperar os experimentos já citados da televisão em Juiz de Fora (MG), entre 1948 e 1949. Segundo pesquisas de Aureo Busetto (2007) e Christina Musse (2008, 2011), houve transmissão da partida de futebol entre o Bangu carioca e o Tupi mineiro durante as comemorações do centenário de Juiz de Fora³, em 1950, porém cinco meses antes da fundação da emissora de Chateaubriand.

As cinco emissoras aqui colocadas como objeto empírico expõem rastros nebulosos quando são confrontadas datas oficiais junto aos relatos de pioneiros, artigos de jornal – De Luca (2005) faz boas observações sobre isso – ou então registros técnicos (testes de recepção e de qualidade da imagem, por exemplo), com solicitações oficiais ao Governo Federal e a configuração das pessoas jurídicas responsáveis pelos empreendimentos. Pesquisas de Cava (2001) e Kneipp (2005) envolvendo a cronologia da TV Bauru, por exemplo, mostram registros e documentos em 1952 (pedido oficial de concessão assinado em 4 de abril), 1959 (primeiras transmissões experimentais, ocorridas entre junho e julho) e 1960 (oficialização do funcionamento da emissora).

No Paraná, conforme o livro do jornalista Sandro Dalpícolo (2010) e dados do site oficial do grupo que mantém as afiliadas da Rede Globo no Estado⁴, quando inaugurada em 21 de setembro de 1963, a TV Coroados já estava no ar há mais de um mês, exibindo filmes e musicais em caráter experimental. Em Minas Gerais, segundo pesquisa de Ana Carolina Temer (2006), a TV Triângulo fez uma transmissão experimental no dia 28 de dezembro de 1963, oito meses antes da inauguração oficial.

Como buscar respostas definitivas sem fazer relação entre fato e cenário histórico-social na época ou até o presente momento? “O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte inte-

3 O jogo foi num domingo, dia 21 de maio, dez dias antes dos 100 anos da cidade (31/05/1950).

4 Disponível no endereço: www.rpctv.com.br

grante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos”, afirma Le Goff (1990, p. 24).

Eis aqui alguns argumentos para demonstrar que os objetivos específicos são amplos e justificam a proposta deste artigo: a escolha das emissoras como “pioneiras” passa por uma avaliação consciente de que datas e outras referências cronológicas funcionam mais como um dado histórico a passar por investigação durante a pesquisa acadêmica que necessariamente como um fato histórico recortado e pronto para ser incluído num compêndio enciclopédico. Assim, os registros que transformaram tais emissoras nas “pioneiras” do interior do Brasil passam permanentemente por análises e confrontos.

3. Análises documentais e o sujeito histórico em ambiente multidisciplinar

A análise documental é classificada por Sônia Virgínia Moreira (2005) como quantitativa e qualitativa. A primeira busca, resumidamente, levantar quantidades de informação em determinado contexto. Já a qualitativa tem o objetivo de analisar o conteúdo do material sob diversos olhares. “A Análise Documental, muito mais que localizar, identificar, organizar e avaliar textos, sons e imagens, funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue, dessa maneira, introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos” (MOREIRA, 2005, p. 276).

Esta pesquisa enveredou também pela análise documental no viés foucaultiano, quando afirma que “o documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações” (FOUCAULT, 2002, p. 7).

Quanto aos referenciais metodológicos específicos da História – e por consequência da História da Mídia –, o próprio Le Goff afirma que pesquisas modernas envolvem (ou precisariam envolver) a “história das representações”, assim como seus desdobramentos.

Esta assumiu formas diversas: história das concepções globais da sociedade ou história das *ideologias*; história das estruturas mentais comuns a uma categoria social, a uma sociedade, a uma época, ou história das *mentalidades*; história das produções do espírito ligadas não ao texto, à palavra, ao gesto, mas à imagem, ou história do *imaginário*, que permite tratar o documento literário e o artístico como documentos históricos de pleno direito, sob a condição de respeitar sua especificidade. (LE GOFF, 1990, p. 11-12).

A relação sociedade/realidade – ambos em constante avanço histórico – tem relação com a metodologia de análise sócio-histórica da produção televisiva existente em alguns projetos desenvolvidos pelo Brasil, a começar pelas pesquisas dos grupos temáticos (Historiografia da Mídia e História do Audiovisual) debatidos nos encontros nacionais da História da Mídia.

O viés do nosso trabalho é claro: ao levantar e sistematizar documentos (escritos e audiovisuais) sobre a TV brasileira, com a intenção de refletir sobre a evolução desse veículo de comunicação no interior do Brasil, é possível apresentar novas referências que podem ajudar na difusão e na discussão do tema dentro do ambiente acadêmico e profissional.

Seguindo esse raciocínio, pesquisas que ampliam a história da televisão podem auxiliar profissionais e técnicos a compreender essa mídia audiovisual e também ajudar outros pesquisadores da academia a entender a formação complexa desse veículo de comunicação. Um processo de retroalimentação que passa por diversos eixos das Ciências Humanas.

Com formação interdisciplinar no campo da História, Sociologia e da Comunicação Social, o autor deste projeto desenvolveu e publicou pesquisas recentes⁵ que debatem a eficiência da comunicação, o uso de ferramentas midiáticas (digitais, audiovisuais e impressas) na representação da realidade e, também, a própria consolidação das mídias regionais.

É a investigação interdisciplinar defendida pelos pesquisadores influenciados por Bloch e Febvre, fundadores dos *Annales*, somada ainda a outros dois eixos básicos apontados por ambos, desde as décadas de 1920 e 1930: a história econômica e social coexistindo com a história das mentalida-

⁵ Pesquisas divulgadas em publicações, congressos e livros (DIAS, 2011a, 2011b, 2010 e 2009).

des (LE GOFF, 1990, p. 132). Essa multidisciplinaridade é defendida também por Rémond (2003), que afirma ser “uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas” (RE-MÓND, 2003, p. 29).

A evolução da mídia televisiva mostra que o entrelaçamento de referenciais da produção cultural extrapola o campo das artes e pode ser apreendida no sistema de educação, nas organizações sociais, ambientalistas e econômicas. É assim que Michel de Certeau (1998) propõe decodificar a cultura (ou procedimentos culturais) dentro de um ambiente histórico analisado.

É possível, ainda, inserir novos olhares sócio-históricos nesse processo evolutivo. Ao comparar a história da televisão (tanto tecnológica e administrativa, quanto de conteúdo) em países europeus com os EUA e Brasil, Busetto (2007) inclui em sua análise sócio-histórica o viés político, ressaltando o uso e abuso de concessões públicas arrastadas para o ambiente privado, ainda assim subsidiado pelo Estado por meio de verbas oficiais, por exemplo:

Não causa espanto o fato da TV brasileira mesmo tendo alcançado padrões de emissão e de produção técnica comparados ao das tevês europeias e norte-americanas, tenha caminhado, durante os seus 56 anos de existência no país, tão pouco e ainda por cima com passos trôpegos, em direção à sua democratização, bem como o fato dos concessionários de TV, mesmo com a democratização, mantiveram-se cúmplices do Governo Federal com vistas a manterem suas concessões e sobremaneira colher as verbas da publicidade oficial e empréstimos vantajosos. (BUSERO, 2007, p. 206).

Em um âmbito menor (na abrangência das emissoras regionais do interior), também são as referências entrelaçadas acima que colaboram na formação dos indivíduos, visto que eles se identificam com representações coletivas encontradas tanto “dentro” da TV interiorana (no comportamento gestual e nas gírias locais vistas e ouvidas durante os programas normalmente apresentados por líderes ou ícones regionais) quanto na órbita da própria emissora (nas relações políticas e sociais envolvendo comunidade e autoridades com os empresários e profissionais que atuam no veículo de comunicação local).

As representações coletivas, definidas à maneira da sociologia durkheimiana, incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social. São elas que suportam as diferentes modalidades de exibição de identidade social ou de força política, tal como os signos, os comportamentos e ritos os dão a ver e crer. (CHARTIER, 2006, p. 39).

Todos (artistas, apresentadores, diretores e técnicos) estavam desbravando e abrindo fronteiras na área da comunicação e essa busca era compreendida e reverenciada pela sociedade local. A televisão reflete parte das ações e do comportamento da sociedade, mas também digere, deturpa ou exagera essas mesmas ações (fatos) para que o telespectador encontre respostas fáceis (descoladas da história) às indagações que faz diante da tela. É a espetacularização necessária para mobilizar (ou manipular) a sociedade, segundo Guy Debord (2003), condição posta desde o surgimento do cinema e acentuada a partir da segunda metade do século passado com o advento da TV. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 2003, p. 14).

Muitos historiadores buscam preencher as lacunas entre audiência e a real identificação do público com a programação das redes de TV por meio de análises pontuais (resgatando a trajetória de um programa específico, líder de audiência em um determinado período do tempo, por exemplo) ou de cronologias que apontam avanços e retrocessos tal qual um gráfico oscilante em um plano cartesiano (como ascensão e queda de grandes redes, empresários ou artistas).

Respeitamos, por exemplo, o trabalho e a dedicação de Mário Sampaio, mas entendemos que o título da obra – História do Rádio e da TV no Brasil e no mundo (1984) – é um exemplo extremo de uma proposta teoricamente impossível de se abarcar em um único livro ou pesquisa.

Na relação do ontem com o hoje, em que a sociedade vivencia as consequências das conjunturas reais e idealizadas no passado, é preciso ter consciência “desta” como de “outra” realidade audiovisual possível. Freire Filho (2008) afirma que a televisão vista hoje como principal meio de comunicação de massa brasileiro (estendemos ao âmbito latino) foi determinada histórica-

mente por ações políticas e socioeconômicas das classes dominantes da sociedade moderna, ou seja, a nossa sociedade atual. Por isso, mesmo ela (a TV enquanto meio) permanece aberta à mudanças e, assim, dessa forma, precisa ser vista pelos pesquisadores.

É desnecessário frisar a atualidade política, econômica, social e cultural das questões levantadas naqueles longínquos anos 1930 – período em que a transmissão televisiva, a partir de uma unidade central para o consumo privado e doméstico, ainda não havia sido *naturalizada*. (...) a pesquisa serve para lembrar-nos o que o presente pode ser – ou poderia ter sido. (FREIRE FILHO, 2008, p. 140, grifo do autor).

Muitas pesquisas publicadas – Sampaio (1984), Mattos (2002) e Caparelli (1982), por exemplo – concentram a história da televisão com a relação político-econômica dos donos das emissoras com governos e empresários de outros setores. São investigações produtivas e importantes, mas que isolam o ambiente econômico e político de outros fatores que passam pelo processo cultural (a consolidação dos profissionais que se tornaram líderes de audiência passa pela identificação do público com esses mesmos ídolos, sejam eles representantes de programas de auditório ou de telenovelas reconhecidamente bem produzidos) e também pelo desenvolvimento do jornalismo brasileiro solidamente ancorado no ambiente televisivo.

4. Conclusão

O trabalho aqui apresentado é uma pequena mostra de como a História Social e a História dos Conceitos podem estimular novas abordagens em relação à origem das emissoras de televisão no Brasil. Este pesquisador entende que documentos e imagens são importantes para compreender a formação dos indivíduos de uma determinada região, pois funcionam como “suportes da memória que comportam elementos para a história e o entendimento de seu presente” (ZANIRATO, 2005, p. 142).

Concluimos que o pioneirismo identificado por alguns pesquisadores da história das emissoras do interior oscila entre datas que marcam experimenta-

ções técnicas, autorizações legislativas, inaugurações prediais e, ainda, posicionamentos políticos e econômicos das empresas ou de seus empresários.

É pioneira aquela pessoa física ou jurídica que fundou, testou, conseguiu autorização, transmitiu o primeiro programa integralmente, ou que consolidou o nome inaugural na história da mídia? Essa questão revela que pesquisas devem ser incisivas e detalhadas ao extremo, mas também expõe que esse aprofundamento pode trazer mais dúvidas ou levantar opções permanentemente em aberto, como peças de um quebra-cabeça que demoram a se encaixar, fortalecendo a ideia de complemento, e não de sobreposição cronológica.

A melhor resposta para as questões acima é a apresentada neste trabalho: evitar o determinismo quantitativo e expor as diversas faces do corpus pesquisado, neste caso, as primeiras emissoras de televisão do interior do Brasil, deixando bem claro que pioneirismo não pode ser unificado quando falamos de mídias audiovisuais. Conflitos sobre a invenção do rádio e do cinema (envolvendo equipamentos, transmissão, projeção e linguagem), por exemplo, permanecem até hoje.

A relação – conflituosa ou não – com todas as facetas desse objeto de estudo envolvem pessoas, antes de tudo sujeitos históricos forjados pelo processo tecnológico que levou técnicos e empresários a construir uma empresa. Para compreender as emissoras pioneiras é preciso entender o sujeito (pioneiro), defendido por Eni Orlandi: “Ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas” (ORLANDI, 1999, p. 49).

Nós, pesquisadores, estamos em situação semelhante. As relações sociais destes sujeitos (empresários, artistas, técnicos e, claro, primeiros telespectadores) surgem, de certo modo, por meio da relação social durkheimiana onde todos “são incompletos e ele [o relacionamento social] nada mais faz que exteriorizar essa dependência mútua” (DURKHEIM, 1990, p. 64) e seguem interferindo na História de uma região com sua história pessoal.

Pois foi a partir desses sujeitos que pesquisadores primeiros como Bloch (2001) desenvolveram a investigação histórica com perspectivas baseadas em nuances e detalhes que não são vistos quando se fazem observações ou

análises de forma estatística, cronológica e superficial. Cabe a nós, pesquisadores contemporâneos, debruçarmo-nos sobre esses conflitos cronológicos e ampliar o foco de investigação sobre as mídias audiovisuais.

BIBLIOGRAFIA

BELCAVELLO, Frederico. **TV Industrial: A Pioneira**. In: 6º Encontro Nacional da ALCAR. Anais. Niterói : UFF/ALCAR, mai. 2008.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONI, Fernanda Aiex e PIVETA, Patrícia Rosana. **TV Coroados de Londrina: resgate histórico e visual da primeira emissora de televisão do interior do Brasil**. In: 6º Encontro Nacional da ALCAR. Anais. Niterói : UFF/ALCAR, mai. 2008.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo**. São Paulo : Martins Fontes, 2v., 1983.

BURKE, Peter. **Historia e teoria social**. São Paulo : Editora Unesp, 2002.

BUSETTO, Áureo. **Relações entre TV e poder político: dados históricos para um programa de leitura dos produtos televisivos no ensino e aprendizagem**. In: PINHO, Sheila Zambello; SAGLIETTI, José Roberto Corrêa (Org.). Núcleos de Ensino. 1ª ed., v.4. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2007.

CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre : L&PM, 1982.

CAVA, Márcio Antonio Blanco. **Um modelo de televisão – como nasceu a TV Modelo, primeira emissora do interior da América Latina**. Bauru: Edusc / Imprensa Oficial SP, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano I: artes de fazer**. Petrópolis : Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A nova História Cultural existe?** In: LOPES, Antonio H.; VELLOSO, Monica P.; PESAVENTO, Sandra J. (orgs). **Historia e linguagens: texto, imagem oralidade e representações**. Rio de Janeiro : 7 Letras, 2006, p. 29-43.

_____. **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DALPÍCOLO, Sandro. **Uma Nova Luz na Sala - A História da TV Paranaense**. Curitiba : Editora Arowak, 2010.

DE LUCA, Tania R. **Fontes Impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DIAS, Emerson dos Santos. **Educação e comunicação nos movimentos sociais rurais**. IN: FERNANDES, Marcio; PEREIRA, Ariane; TOMITA, Íris (Orgs). **Fatos do passado na mídia do presente: rastros históricos e restos memoráveis**. São Paulo : Ed. Intercom, 2011a.

_____; LIMA, Guilherme. **Da emoção à descrição – a História da narração esportiva**

no rádio. IN: 8º Encontro Nacional de História da Mídia. Anais. Guarapuava : UNICENTRO, 2011b.

_____. **O Relato como Notícia e História: a Memória da Fronteira nos Jornais de Foz do Iguaçu.** IN: I Encontro Paraná/Santa Catarina de História da Mídia. Anais. Guarapuava : UNICENTRO, 2010.

_____. **Fronteira Sitiada: as memórias dos moradores de Foz do Iguaçu sobre os movimentos tenentistas (1924-1925).** IN: PRIORI, Angelo (org). **História, Memória e Patrimônio.** Maringá : EDUEM, 2009, p. 49-64.

DURKHEIM, Émile. **Sociedade como fonte do pensamento lógico** (p.166-182). IN: RODRIGUES, José A. **Durkheim.** Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1990.

FOUCAULT, M.. **A arqueologia do saber.** 6ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2002.

FREIRE FILHO, João. **Por uma nova agenda de investigação da história da TV no Brasil.** IN: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (orgs.). **Comunicação e História: interfaces e abordagens** Rio de Janeiro, Mauad X: Globo Universidade, 2008.

KNEIPP, Valquíria Passos. **A primeira emissora de TV do interior da América Latina.** Revista Facom, São Paulo, v. 14, p. 69-76, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

Le GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas : Editora da UNICAMP, 1990.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira – uma visão econômica, social e política.** Petrópolis : Vozes, 2002.

MOREIRA, Sonia Virgínia. **Análise documental como método e como técnica.** IN: DUARTE, Jorge (org.). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2005.

MUSSE, Christina Ferraz. **Televisão, cidade e memória: a configuração do espaço urbano pela narrativa audiovisual.** Anais. São Paulo : Confibercom, 2011

_____. **Imprensa, cultura e imaginário urbano: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora.** São Paulo: Nankin; Juiz de Fora, MG: Funalfa. 2008.

OLIVEIRA, Livia Fernandes. **TV Mariano Procópio e Identidade juizforana: A construção do mito do pioneirismo nas páginas do Diário Mercantil e do Diário da Tarde.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UEL, Londrina.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso.** Campinas: Ponte, 1999.

RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

SAMPAIO, Mario Ferraz. **História do Rádio e da TV no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

STEHLING, Luiz José. **Primeira demonstração pública de TV na América do Sul.** Juiz de Fora : Diário

Mercantil, 4 nov. 1961. p. 2.

ZANIRATO, Sílvia H. **Lembranças Fotográficas: memória e história na cidade contemporânea.** IN: PELEGRINI, Sandra Araújo; ZANIRATO, Sílvia H. **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica.** Maringá : EDUEM, 2005.

Cultura do Medo em Revista: Estratégias Sensacionalistas de Veja em casos que vão do terrorismo islâmico à violência doméstica¹

BITTENCOURT, Tainá²

VENEGAS, Soraya³

Resumo:

O temor frente à ameaça de dor ou de morte faz parte da natureza humana. As empresas jornalísticas, percebendo essa característica do público e buscando incremento nas vendas de periódicos, muitas vezes parecem investir apenas na publicação de notícias consideradas ruins. Através do reforço do trágico, a partir de narrativas sensacionalistas, tendem a fomentar o que o sociólogo Barry Glassner chama de Cultura do Medo. Para entender esse processo, foram selecionados três eventos trágicos de naturezas distintas: o atentado ao *World Trade Center*, nos Estados Unidos, em 2001, o terremoto ocorrido no Haiti, em 2010 e o assassinato da menina Isabella Nardoni, atirada pela janela do apartamento do pai em São Paulo, em 2008. Escolheu-se, como veículo paradigmático, a Revista *Veja*, uma publicação de referência - maior tiragem no país e a quarta maior do mundo. A observação de suas capas funciona como fio condutor para a reflexão de como a mídia constrói e reforça historicamente o medo (do terrorismo islâmico, das forças da natureza e dos parentes próximos) a partir dos critérios de noticiabilidade e do discurso sensacionalista.

Palavras-chave: Historiografia da Mídia, Cultura do Medo; Sensacionalismo; Critérios de Noticiabilidade; Revista *Veja*.

1 Uma versão preliminar desse trabalho foi apresentada no DT 1 – Jornalismo do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 28 a 30 de junho de 2012 e uma outra versão, sob nova perspectiva, foi apresentada no GT de Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, concorrendo ao Prêmio José Marques de Melo de Estímulo à Memória da Mídia 2013

2 Tainá Bittencourt é Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Estácio de Sá - RJ, email: taibit@gmail.com

3 Soraya Venegas Ferreira é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ, com pós-doutorado pelo PPGCom-UFF. Docente há 27 anos, há dez orienta monografias de graduação. Atua em Niterói como professora na Universidade Estácio de Sá, onde coordena o curso de Jornalismo há 12 anos. Email: sosovenegas@yahoo.com.br

O medo baseado nos *fait divers* e o sensacionalismo

Determinar quais notícias serão veiculadas e quais terão a lixeira do computador como destino final é um desafio cotidiano para os jornalistas. Normalmente, o que se vê com mais destaque nos veículos de comunicação são notícias que impressionam, chocam e criam na sociedade um clima de tensão. Muitas delas se baseiam nos *fait divers*, conceito proposto por Roland Barthes, que os apresenta como eventos que rompem com a rotina do dia a dia da população e, por isso, podem estar relacionados ao grotesco e ao sinistro. Muitas vezes, a imprensa taxada como sensacionalista os usa para estimular as sensações.

Barthes caracteriza os *fait divers* por duas tipologias: *causalidade* e *coincidência*. De acordo com o pesquisador Roberto Ramos, a causalidade é dividida em dois tipos: *causa perturbada*, quando há o desconhecimento causal ou quando uma pequena causa produz um grande efeito e *causa esperada*, quando a ênfase recai nos personagens dramáticos – mãe, criança e velho, pois o que aconteceu é algo normal. A tipologia de coincidência também se subdivide em dois tipos: *repetição*, quando se reforça o igual com pequenas diferenças e *antítese*, quando duas perspectivas antagônicas se fundem no acontecimento. É a expressão do cúmulo, situação de má sorte.⁴

Alguns autores não enfatizam a diferença entre os conceitos de *fait divers* e sensacionalismo. Mas, como pontua Danilo Angrimani, o termo sensacionalismo, muitas vezes usado de modo pejorativo, é apenas uma dentre as inúmeras formas de narrar uma história. Os *fait divers* são autossuficientes, notícias chocantes por si só, aquelas que existem sem a influência ou olhar de nenhum veículo ou jornalista. Percebe-se que o sensacionalismo encontra nos *fait divers* um campo praticamente sem limites para provocar sensações, sendo o medo uma das mais comuns. Para Ciro Marcondes Filho, com o uso do sensacionalismo, a informação se torna produto para a empresa jornalística:

(...) como o grau mais radical da mercantilização da informação: tudo o que se vende é aparência e, na verdade, vende-se aquilo que a informação interna não

4 RAMOS, Roberto. Roland Barthes: semiologia, mídia e *fait divers*. Págs. 7 e 8. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/3108/2383>

irá desenvolver melhor do que a manchete. Esta está carregada de apelos às carências psíquicas das pessoas e explora-as de forma sádica, caluniadora e ridicularizadora. (...) No jornalismo sensacionalista as notícias funcionam como pseudo-alimentos às carências do espírito (...) O jornalismo sensacionalista extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece. Fabrica uma nova notícia que a partir daí passa a se vender por si mesma. (MARCONDES *apud* ANGRIMANI, 1995:15)

Angrimani complementa que a narrativa sensacionalista tem como fundamento transportar o leitor para o mundo do veículo informacional, para que ele esteja “(...) junto ao estuprador, ao assassino, ao macumbeiro, ao sequestrador, sentindo as mesmas emoções.” (ANGRIMANI, 1995:30). Essa narrativa provoca sensações na população “por procuração, porque a interiorização, a participação e o reconhecimento desses papéis, tornam o mundo da contravenção subjetivamente real para o leitor.” (ANGRIMANI, 1995:30). Graças à humanização do relato jornalístico, o leitor passa a vivenciar o acontecimento como se fosse seu ator principal. O professor Leonel Aguiar, contudo, evita a conotação negativa usualmente atribuída ao sensacionalismo e o analisa enquanto lógica das sensações.

Sensação está ligada ao sujeito, ao sistema nervoso, ao instinto, ao temperamento, ao movimento vital (...) e, por outro lado, volta-se para o objeto, o lugar, o fato, o acontecimento. Isto é, a sensação é, ao mesmo tempo, ambas as coisas: eu me torno na sensação e algo acontece pela sensação, o que os fenomenólogos chamam de ser-no-mundo, visto que o corpo que dá e recebe a sensação é, a um só tempo, sujeito e objeto. (AGUIAR; SCHAUN, 2010: 9)

Aguiar conclui que a lógica das sensações sempre esteve incorporada ao fazer jornalístico, ou seja, atuando ao lado do sensacionalismo. Nessa perspectiva, o autor afirma que a lógica das sensações é potência, ritmo, vibração que cega e toma a visão. O medo é uma dessas sensações. Para o estudioso Paulo Pinheiro, o medo do crime, por exemplo, está inserido na sociedade desde a infância dos indivíduos, pois desde cedo histórias infantis trazem a tona esse sentimento. Segundo o escritor, no mundo ocidental nascemos e crescemos numa cultura do medo.

É difícil precisar quando começou o sensacionalismo. Para Ben Singer, na Idade Moderna ocorreram inúmeras mudanças tecnológicas e sociais, como a industrialização, a urbanização e o crescimento populacional rápidos, assim como uma enxurrada de novas tecnologias e meios de transporte, também a saturação do capitalismo avançado e a exploração de uma cultura de consumo de massa. A partir de então, a população passou a viver em um ambiente mais urbano, tendo, assim, que aprender de forma rápida a conviver com as mudanças. Era um mundo que exigia rapidez e consumo. Se antes a vida era pacata, com o início da Idade Moderna passou a ser orientada, ou melhor, desorientada pelo caos do ambiente urbano. Um ambiente propício ao medo. A descrição da vida urbana feita, em 1905, pelo jornalista Henry Adams, mostra o que foi vivido na época:

Forças agarravam seus [do homem moderno] pulsos e o arremessavam como se ele estivesse segurando um arame eletrizado... Todos os dias a Natureza violentamente revoltada causava supostos acidentes com enorme destruição de propriedades e vidas enquanto nitidamente ria do homem, que gemia e clamava e estremezia impotente, mas nunca por um único instante podia parar. As estradas de ferro sozinhas aproximaram-se da carnificina da guerra; os automóveis e as armas de fogo devastaram a sociedade, até que um terremoto tornou-se quase um relaxamento nervoso. (ADAMS *apud* SINGER in CHARNEY; SCHWARTZ, 2001: 98)

Singer pontua, ainda, que o medo era evidente no rosto de cada cidadão dessa época. Muitos desses temores eram reforçados pela mídia. Com a intenção de aproveitar os medos da população e incrementar as vendas, o sensacionalismo passou a estar presente em inúmeros veículos. A intenção da mídia no fim do século XIX e início do XX parecia ser menos informar do que vender. Nos primeiros jornais e revistas de humor, existiam desenhos, muitos deles assustadores, a fim de retratar os acontecimentos. Tragédias causadas pelo homem, catástrofes naturais, mortes grandiosas ou de personagens conhecidos, assaltos, roubos, mortes em série, acidentes com crianças, parecem impactar mais do que assuntos mais amenos. Tanto no passado quanto no presente, a mídia busca os medos que já existem na sociedade para enfatizá-los. No Brasil, com o lançamento de *A Marmota na Corte*, em 1849, começou a era das revistas de variedades que, como pontua Marília Scalzo, abusavam

das ilustrações, dos textos curtos e do humor. As ilustrações criavam um caminho de medo a ser percorrido pelo leitor, enquanto mentiam ao acrescentar mais pavor a cenas de acontecimentos em geral.

As caricaturas são a febre seguinte nas revistas brasileiras. Nomes como Henrique Fleuiss, de *Semana Ilustrada*, e Ângelo Agostini, de *Revista Ilustrada*, fazem escola e inauguram por aqui um jeito divertido de dar notícias e fazer crítica social e política. Henrique Fleuiss também é responsável pela publicação das primeiras fotos nas revistas brasileiras. Sua *Semana Ilustrada* publica, em 1864, cenas de batalhas da Guerra do Paraguai. (SCALZO, 2006: 29)

De acordo com Scalzo, a *Revista da Semana* foi pioneira na utilização sistemática de fotos, especializando-se em fazer reconstituições de crimes, em estúdios fotográficos. Até então, os crimes eram reconstituídos em forma de ilustrações e caricaturas. Assim era mais fácil “modificar a realidade” para o que fosse conveniente para o veículo. Com o surgimento da fotografia, “transformar a realidade” já não era tão fácil, mas, logo, fotógrafos e jornalistas resolveram recriar crimes e cenas monstruosas dentro de estúdios fotográficos. O sensacionalismo passou a ser enfatizado pela “veracidade” da fotografia.

O Jornalismo e a Cultura do Medo

Segundo o sociólogo Barry Glassner, a população mundial teme o que não deveria ser temido. Os índices de criminalidade diminuíram, o número de usuários de drogas caiu pela metade, a taxa de desemprego despencou, a inflação continuou estável, a expectativa de vida dobrou e as pessoas continuam com medo. As preocupações, para Glassner, vão além da razão. Para autor, parte desse pânico acontece por conta do alarmismo criado pelos jornalistas. Curiosamente, quanto mais a vida da população melhora, mais os indivíduos se tornam pessimistas. Glassner explica o medo presente na sociedade a partir do seguinte preceito:

Sentimos tantos medos, muitos deles infundados, que a argumentação prospera porque a mídia nos bombardeia com histórias sensacionalistas idealizadas para aumentar os índices de audiência. (...) Depois que alguns pesquisadores da Universidade Emory avaliaram os níveis

de cobertura a respeito de diversos perigos à saúde em jornais e revistas populares, descobriram uma relação inversa: muito menos espaço foi dedicado a muitas das principais causas de morte do que a algumas causas incomuns. A doença cardíaca, a principal *causa mortis*, recebeu aproximadamente a mesma quantidade de cobertura da *causa mortis* classificada em 11º na lista, o homicídio. (GLASSNER, 2003: 21)

Ainda para o autor, a cobertura jornalística tem efeitos nos leitores e espectadores. Ele cita a professora Esther Madriz, que entrevistou algumas mulheres de Nova Iorque sobre o medo com relação ao crime no país: a resposta mais ouvida foi: “Vi isso no noticiário”. Segundo Glassner, as norte-americanas identificavam os meios noticiosos “tanto como fonte de seus medos como a razão pela qual acreditavam que esses medos eram válidos. Em uma pesquisa nacional, indagadas sobre por que acreditam que o país apresenta um sério problema em relação ao crime, 76% das pessoas citaram matérias vistas na mídia”. (GLASSNER, 2003: 31).

O medo costuma ser mais citado por estudiosos da psicologia relacionado a síndromes advindas da cultura. Segundo Paulo Dalgalarondo, o universo cultural em que se vive traz um conjunto de valores, símbolos, atitudes, modos de sentir, de sofrer, formas de organizar a vida e que são essenciais na formação do indivíduo, das relações que se tem e, também, de seu adoecer. Para a psicologia, a consequência dessas sensações para a sociedade são as psicopatologias. Segundo Paulo Pinheiro, o medo do crime, por exemplo, está inserido na sociedade desde a infância dos indivíduos, pois desde muito cedo as histórias infantis trazem a tona esse sentimento. Segundo o escritor, no mundo ocidental nascemos e crescemos numa cultura do medo.

Pode-se traçar um paralelo entre o que pontua Glassner e o medo caracterizado pelos psicólogos, uma vez que 76% das nova-iorquinas entrevistadas por Madriz não tiveram qualquer experiência com os crimes, mas sentem medo, pois assistiram a matérias no noticiário. Além da presença do medo psicopatológico, há uma acusação contra a mídia, vista como uma esfera que produz sentidos na sociedade e que busca passar uma “noção de realidade”. Para Alfredo Vizeu, o discurso é uma das principais ferramentas utilizadas pelo jornalista, a fim de realçar o sentimento de medo na sociedade:

Sem dúvida, o enunciador está presente no discurso através de suas *marcas*. No entanto, ele não tem controle, *a priori*, do que deve ser dito de uma maneira melhor ou não. É neste trabalho de enunciação-apropriação da língua onde se dá o modo pelo qual o jornalista (enunciador da informação) se relaciona com o que ele mesmo diz, isto é, está relacionado com o problema de como ele legitima o seu discurso ou o torna aceitável. Mas, isso não implica um controle do discurso voluntariamente definido pelo sujeito. (...) No jornalismo, a linguagem não é apenas um campo de ação, mas a sua dimensão constitutiva. É a condição pela qual o sujeito constrói um real, um real midiaticizado. (VIZEU, 2004: 7,8)

Glassner afirma que diversos grupos promovem o medo e lucram com ele, entre eles as organizações de defesa de uma causa, as seitas religiosas, os partidos políticos e as empresas jornalísticas. Ainda, segundo o autor, qualquer análise feita sobre a cultura do medo que não se refira à imprensa estaria incompleta, pois “entre as diversas instituições com mais culpa por criar e sustentar o pânico, a imprensa ocupa indiscutivelmente um dos primeiros lugares”. (GLASSNER, 2003: 33).

A mídia tem o poder de escolha do que será ou não noticiado. Para que essa escolha seja eficaz para a empresa, os jornalistas seguem os valores-notícia. A primeira tentativa sistemática de identificá-los foi feita em 1965, por Galtung e Ruge. Para responder como os acontecimentos se tornam notícia, os autores chegaram a doze valores-notícia, a saber: *frequência, significância, amplitude do evento, clareza ou falta de ambiguidade, inesperado, continuidade, composição, referência a nações de elite, consonância, personalização, proeminência do ator do acontecimento e negatividade*. A partir daí, muitos tentaram listar e classificar os valores-notícia, entre eles Mauro Wolf (1987), que faz a distinção entre valores-notícia de *seleção* e de *construção*. Os de seleção, que dizem respeito à seleção e descarte dos acontecimentos de acordo com o seu potencial de serem noticiados, são divididos em *critérios substantivos* (avaliação direta em termos de importância do acontecimento) e *contextuais* (ligados ao cenário de produção da notícia). Já os critérios de construção são entendidos como os que são internos ao acontecimento e dignos de serem incluídos na elaboração da notícia.

Os critérios de noticiabilidade podem ser definidos como: “aptidão potencial de um fato para se tornar notícia”, “conjunto de requisitos que se exige de um acontecimento para que ele adquira existência enquanto notícia”, ou ainda “o conjunto de critérios que operacionalizam instrumentos segundo os quais os meios de comunicação de massa escolhem, dentre os múltiplos fatos, aqueles que adquirirão o status de noticiabilidade” (HOHLFELDT, 2001:208). Nesse sentido, pode-se dizer que notícia é aquilo que os jornalistas e as empresas jornalísticas definem como tal e nota-se que o tema violência, e outros relacionados ao medo, atendem ao critério de negatividade e possuem qualidades inerentes ao potencial de noticiabilidade, tanto para chegar às páginas dos jornais quanto das revistas.

Glassner vai além, afirmando que os jornalistas não só difundem o medo, mas também desmascaram e criticam uns aos outros por assustar a população. Como exemplo, o autor cita o *Wall Street Journal*, que em 1996 publicou um artigo cujo título era “Assustar com números”, no qual a repórter Cynthia Crossen refuta uma matéria de capa da revista *Time* sobre câncer de próstata. A revista trazia informações e índices de que um homem entre cinco teria a doença.

As estatísticas também permitem que o jornalista utilize-as conforme a necessidade. O autor revela a dramática estatística da pesquisa realizada pela Associação Americana de Automóveis e publicada de forma exagerada na revista *People*. A revista publicou que a violência no trânsito “subiu mais de 50%”. Glassner conta que o erro surgiu da diferença entre dois números razoáveis: “o número de incidentes no trânsito associados à violência em 1990 (1.129) comparado a 1996 (1.800). Um aumento de 671 incidentes em 50 Estados durante sete anos dificilmente pode ser chamado de uma “epidemia crescente” (descrição do *USA Today* sobre fúria no trânsito)”. (GLASSNER, 2003: 51).

Para Marcia Machado e Nilda Jacks, a mídia não está fora do mundo que pretende retratar. Ela é imperfeita, complexa e inacabada como o mundo em que se vive, e em seu interior se movem sujeitos que pensam, têm ideias e interesses a defender. Mesmo quando há interesses bastante nobres, os jornalistas são sujeitos que lutam para conciliar seus critérios éticos com as in-

formações que acham relevantes, organizadas do ponto de vista que julguem adequado. Para isso, além dos critérios de noticiabilidade, eles se valem de estratégias discursivas. Para Patrick Charaudeau, o discurso é uma construção do sentido feita a partir da troca social, somente sendo perceptível através de formas: “toda a forma remete ao sentido, todo sentido remete a forma, numa relação de solidariedade recíproca”. (CHARAUDEAU, 2006, 41). Para informar, os jornalistas selecionam o que está de acordo com o interesse de seu veículo e do seu público. Para o autor, não há captura da “realidade verdadeira e devidamente experimentada” que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, construindo, assim, um objeto próprio que é dado como um pedaço do real. “Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade” (CHARAUDEAU, 2006: 131).

Os elementos discursivos não se restringem aos aspectos verbais. Os elementos gráficos compõem a mensagem, especialmente quando se trata das capas de revistas. Para João Prado, “o discurso gráfico tem como objetivo ordenar nossa percepção. É ele que nos dá o fio da leitura. O discurso gráfico é fundamentalmente subliminar.” (PRADO *apud* SILVA, 1985: 39). Rafael Silva complementa que o arranjo gráfico atua como discurso e, como tal, possui uma linguagem específica e uma rede encadeada de significação. O autor cita que “é preciso que os planejadores gráficos tenham consciência da importância dessa linguagem e o seu poder de manipulação” (SILVA, 1985:40). A tarefa de um *designer* é dar às mensagens a devida estrutura visual, com a intenção de que o leitor possa discernir, rápida e confortavelmente, aquilo que para ele é interessante. Cada dia está mais difícil estimular visualmente os indivíduos, daí a necessidade de usar elementos cada vez mais inovadores e chocantes para atrair a atenção do leitor.⁵ Essa estratégia de aliar recursos gráficos inovadores e imagens chocantes pode ser observada especialmente nas capas de revista.

⁵ CHAVES, Francisco e SILVA, Emylianny. Elementos de comunicação visual marcantes em uma metalinguagem do design gráfico: lançamento do Adobe Creative Suite 4 por Adobe Artists. Pág. 2. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-2474-1.pdf>

A revista *Veja* como palco de tragédias

A revista *Veja* foi criada em 1968, em um período marcado pela censura, o que possivelmente a levou a sua postura opinativa. Para não fechar suas portas como inúmeras outras revistas da época, *Veja* investiu em uma nova orientação: “a revista semanal de informação deveria fazer a complementação dos acontecimentos da semana” (ABREU, 2002:15). Para marcar esse viés, houve reportagens que foram além da complementação do noticiário, como a de 21 de fevereiro de 1979, que mostrou como funcionava a máquina repressiva dos militares e revelou o caso de um bebê de quatro meses submetido a choques elétricos como forma de intimidar a mãe. Segundo Marília Scalzo, *Veja* é a quarta revista de informação mais vendida no mundo, atrás das norte-americanas *Times*, *Newsweek* e *US News & World Report*. Percebe-se que o uso do sensacionalismo e da atemorização estiveram presentes na revista desde suas primeiras edições. No período observado para a pesquisa, entre 2000 e 2010, muitas catástrofes ganharam as capas da revista.

Para aprofundamento das análises, foram escolhidos três tipos distintos de tragédias: as de caráter global, fruto de ataques classificados como “terroristas”, as ligadas às forças da natureza e os ataques de parentes ou amigos próximos das vítimas. Entre os diversos atentados ocorridos na primeira década do século XXI (Madri, Rússia e Londres, entre outros), destacou-se o ataque ao *World Trade Center*, nos EUA, em 11 de setembro de 2001. As catástrofes naturais, geralmente imprevisíveis e incontroláveis (tsunamis, terremotos e enchentes, por exemplo) também estavam muito presentes nas capas de *Veja*. Com essas características, selecionou-se o terremoto que devastou o Haiti em 2010. Com relação ao medo cotidiano, do que está mais próximo, chegou-se aos “dramas familiares” que resultam em ataques violentos e, por vezes, em assassinato. Nesse quesito, optou-se por analisar o assassinato da menina Isabella Nardoni, atirada do sexto andar do apartamento do pai, em 2008. O caso teve grande repercussão, inclusive com a transmissão da reconstituição do crime, ao vivo, pelas redes de televisão brasileiras.

O Medo do Terrorismo Global

O atentado às torres gêmeas ocorreu às 8:48 do dia 11 de setembro de 2001. Um Boeing 767 se chocou com a torre norte do *World Trade Center*, maior centro empresarial dos Estados Unidos, composto por sete prédios. O avião atingiu a primeira torre na altura do centésimo andar, provocando as explosões. Quinze minutos depois, a torre sul do *World Trade Center* foi atingida por outro avião. A queda das torres gêmeas abalou a estrutura das demais torres. Por conta disso, ao anoitecer, o *World Trade Center* havia ruído por completo. As fotos divulgadas nos sites demonstram que os transeuntes, em meio à nuvem de poeira que pairou no ar, não sabiam ao certo o que havia acontecido. Em pouco tempo, telejornais de todo o mundo começaram a noticiar ao vivo o atentado. A partir do segundo ataque, Nova Iorque foi sitiada e os serviços de segurança entraram em alerta. O segundo ataque foi transmitido ao vivo por emissoras de TV, reforçando o teor sensacionalista nos veículos de comunicação.

Em minutos, o FBI anunciou o sequestro de quatro aviões que estariam dentro do espaço aéreo americano. Quase uma hora após os ataques às torres gêmeas, os sites informaram que o Pentágono, situado em Washington, também fora atingido por um *Boeing 757*. O quarto avião não teria conseguido atingir seu alvo, que poderia ser o Capitólio, sede do Congresso nos EUA, ou a Casa Branca. Por cerca de 24 horas ininterruptas, as televisões mantiveram o noticiário sobre os ataques e, durante semanas, a população foi envolvida por manchetes, capas e até edições especiais sobre o atentado, que rende edições retrospectivas até hoje.

No período de setembro a dezembro de 2001, *Veja* dedicou seis capas para assuntos relacionados ao atentado às torres gêmeas. Analisando-as, percebe-se o uso de uma mesma linha de diagramação no contraste entre cores quentes e escuras, na escolha das imagens, e nas manchetes, que fomentam um ambiente sensacionalista propício ao medo. Destaca-se, à primeira vista, o fato de o nome *Veja* se encontrar na cor vermelha em quatro das seis edições, destoando apenas de duas capas, que mantêm as cores quentes para se referir, respectivamente, à religião islâmica e aos antiamericanos.



Figura 1: Capas de *Veja* sobre o terrorismo islâmico

Na primeira capa, o nome *Veja* encontra-se na cor laranja, “puxado” para o vermelho; já na segunda, o nome da revista é preenchido por fogo. Segundo Ana Karina Freitas, as sensações advindas da cor vermelha referem-se, materialmente, à guerra, ao sangue, a feridas, ao perigo, ao fogo etc. Para a autora, essa cor simboliza o encontro, a aproximação, e é bastante usada para dar ainda mais sentido ao sensacionalismo.⁶

Outra informação que chama a atenção é o fato de que apenas três capas tratam diretamente do atentado ao *World Trade Center*; as outras três se referem a desdobramentos, curiosidades do mundo islâmico ou a Osama Bin Laden, líder da *Al Qaeda*, grupo que assumiu a responsabilidade pelos ataques. Outra característica comum aos seis exemplares são as chamadas para matérias relacionadas ao tema principal, na tentativa de atrair um público maior nas bancas e fidelizar assinantes oferecendo-lhes um conteúdo mais amplo.

6 FREITAS, Ana Karina. *Psicodinâmica das cores em comunicação*. Págs. 6 e 7. Disponível em: http://www.iscafeaduldades.com.br/nucom/PDF/ed12_artigo_ana_karina.pdf. Acessado em 13/10/10.

A edição especial de 19 de setembro de 2001 enfatiza o atentado em si, na tentativa de mostrar um apanhado do que acontecera na semana anterior. A capa foi idealizada em tons escuros, como o preto, para favorecer a fotografia que se encontra no canto direito, tendo assim a finalidade de mostrar que a fumaça está envolvendo as duas torres. Inclusive, o nome *Veja* está parcialmente nebuloso, num efeito que simula a fumaça saindo da foto. Além do uso excessivo da cor preta, o vermelho está em evidência, tanto no nome da revista, quanto no fogo que consome as torres e também nas linhas de diagramação que separam uma chamada de outra. De acordo com Modesto Farina, Clotilde Perez e Dorinho Bastos, “a cor preta é a ausência de luz e corresponde a buscar as sombras e a escuridão. É a cor da vida interior sombria e depressiva. Morte, destruição, tremor estão associados a ela” (FARINA, PEREZ e BASTOS, 2006: 98). O texto de ancoragem do sentido da capa, “O império vulnerável”, indica que o poder até então inabalável dos Estados Unidos está em risco. *Veja* diz que o ataque não abalou somente as estruturas das torres gêmeas, mas também a estrutura de todo o país, quicá do mundo, reforçando a sensação global de medo.

A capa do dia 26 de setembro de 2001 dá a entender que uma guerra estava prestes a começar, principalmente pela fotografia de um helicóptero militar carregado de mísseis e, ao fundo, um amanhecer. O texto “Guerra ao terror” é de cunho sensacionalista, reforçando a possibilidade concreta de guerra, violência e sangue. As cores do texto seguem as cores de um céu ao amanhecer, indo do amarelo ao vermelho, terminando na imagem escura do chão.

A capa de 3 de outubro de 2001 tem como imagem impactante a bandeira norte-americana sendo queimada. A imagem, produzida com auxílio de *softwares*, pode ser considerada sensacionalista, tende a chocar a população e a incitar a guerra contra os Estados Unidos. Com relação aos textos, “O vírus anti-EUA” e “A demagogia que transformou a vítima em culpada”, pode-se inferir que os EUA, inicialmente vítima dos ataques de 11 de setembro, têm sua parcela de culpa. Esse foi o momento em que a população foi informada que os Estados Unidos têm interesses econômicos nos países islâmicos. A chamada - “A terceira onda do terror: como seria um ataque com armas químicas

e biológicas” - levanta a suposição de que há possibilidade de ataques piores que os de setembro de 2001, criando uma crescente sensação de insegurança.

A capa de 10 de outubro de 2001 destoa um pouco das demais, a começar pelo tema, que diz respeito à religião muçulmana e, também, pelas cores, em tons pastéis, ressaltando a fotografia. O nome *Veja* está parcialmente coberto pela imagem de uma mulher, que parece não enxergar bem devido ao uso de burca. A fotografia da mulher de burca caracteriza a fé muçulmana e reforça a expressão “fé cega”, título que mostra a cultura muçulmana do ponto de vista crítico e ocidental, atribuindo-lhe características de exagero e alienação.

A capa do dia 17 de outubro tem como figura principal Osama Bin Laden, apontado como mandante dos atentados. A capa é bastante escura, em tons azulados, já que aparentemente Osama estava em uma caverna. A cor vermelha, além de aparecer no nome da revista, está presente também no texto, que se torna mais visível do que o personagem. O que pode chocar nesta capa são os textos, “O profeta do terror” e “Bin Laden promete novos ataques aos EUA e ganha status de herói entre os muçulmanos”. Na fotografia, Osama parece estar sorrindo e o texto “Bin Laden na TV: feliz com o medo dos americanos” indica que mais está por vir, pois os muçulmanos parecem felizes e preparados para novos ataques.

A última capa selecionada, de 12 de dezembro de 2001, tem como tema a derrota dos muçulmanos e a vitória dos EUA. Nessa edição, ao contrário da anterior, a expressão de Bin Laden é triste. O texto “A derrota de Bin Laden” surge numa capa bastante escura. Nesta capa, há a sensação para o leitor de que tudo acabou bem e tranquilo, de que a ameaça de guerra, de violência e terror terminou. Depois de cinco capas investindo na atemorização, é comum, na mídia, o uso da estratégia de acalmar seu público, com um “final feliz” ou um tradicional “boa noite”.

Terremoto no Haiti. Medo para brasileiros?

O terremoto no Haiti ocorreu às 16:53 de 12 de janeiro de 2010. Seu epicentro encontrava-se a poucos quilômetros da capital Porto Príncipe e devastou o país, deixando cerca de um milhão de desabrigados, 200 mil mortos e 300 mil feridos. Dentre os mortos, estava a médica brasileira e fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns. Os meios de comunicação acompanharam os acontecimentos no Haiti por aproximadamente um mês. A imprevisibilidade dos terremotos, assim como sua relativa raridade e seu potencial de destruição e mortes são valores-notícia suficientemente relevantes para garantirem espaço nas revistas. Para Regina Andrade, quem convive diariamente com a morte, seja direta ou mediada pela comunicação, aprende a gostar da mesma:

A presença da pulsão de morte, natural em qualquer estado do sujeito é aumentada em situações de ameaça, e a compulsão a repetição surge como manutenção do princípio de prazer. Neste caso a repetição serviria para provocar a elaboração, quase impossível frente a eventos traumáticos. (ANDRADE, 2003: 3)

O terremoto do Haiti era distante do cotidiano dos habitantes do nosso país pouco ou nada ameaçado por tremores de terra. O fator de aproximação do público leitor era o fato de uma das vítimas ser brasileira e, além disso, irmã de um líder católico e fundadora da Pastoral da Criança, ou seja, alguém que não “merecia” esse fim. A tragédia ocupou por duas vezes as capas de *Veja*. Ambas tratam da morte, mas enquanto uma apela para o adeus, a outra ressalta a força da esperança demonstrando a lógica de primeiro atemorizar e depois acalmar e confortar o leitor. As capas são bastante diferentes, mas ambas apostam nos tons escuros.



Figura 2: capas de *Veja* sobre o Terremoto do Haiti

O exemplar do dia 20 de janeiro trata da morte de modo grandioso, já que foram inúmeros os atingidos. O foco principal da capa foi dado a uma fotografia em tons frios, com destaque para uma mão inerte, e à morte de Zilda Arns, conhecida mundialmente por seu trabalho na Pastoral da Criança, cujo destaque é dado também a um aceno de mão. O uso dessa composição parece aproximar os dois personagens. Destacar uma pessoa conhecida na capa atende aos critérios de noticiabilidade, já que aproxima o leitor do fato. Zilda Arns aparece sorrindo na imagem, o que tende a deixar o leitor ainda mais triste, pois a morte de alguém querido e bom para a sociedade parece mais cruel e injusta e, com o aceno, ela parece se despedir do leitor.

Como a morte é assunto essencial nesta capa, o nome *Veja* está transparente, deixando clara a imagem por trás, o que demonstra suas intenções sensacionalistas, já que dá ênfase em imagens e textos que chocam e escandalizam. A fotografia é composta de escombros e da mão inerte de uma pessoa. Essa imagem destaca a fragilidade do ser humano, que está suscetível a acontecimentos inesperados. Além de “Haiti: 12 de janeiro de 2010”, o outro texto da capa refere-se à notícia em si, “a tragédia brasileira em Porto Príncipe e a morte de Zilda Arns, protetora das crianças”. Com a expressão “tragédia

brasileira”, a revista tende a aproximar o leitor brasileiro da tragédia haitiana, buscando atender o critério de noticiabilidade conhecido como *proximidade*.

A edição de 27 de janeiro traz a imagem de um sobrevivente. Seu cunho sensacional é demonstrado no apelo para um final feliz. A imagem está se fechando para o sobrevivente que sorri e abre os braços em direção ao alto, o que coincide com o olhar do leitor. Abaixo, o texto que guia o sentido da capa é “Do caos à esperança”. Mensagens desse tipo tendem a emocionar, remetendo à vida de uma criança, o que busca comover os leitores, como se a morte de outros milhares já não importasse, pois, independente do ocorrido, tudo está bem.

A capa não incita o medo com relação à imagem, porém o texto faz menção à cultura do medo de forma bastante clara: “Sob as trevas da noite o pavor aumenta. Os raros focos de luz são dos faróis de carros, dos postes de quartéis com geradores e das fogueiras... assustadoras fogueiras alimentadas por escombros e corpos. Do hospital-Geral de Porto Príncipe emergem urros de dor de pacientes. Com os primeiros raios de sol chega a notícia do resgate de uma criança com vida, e a esperança renasce”. Num olhar mais detido sobre a fotografia, percebem-se os aplausos da multidão, o que remete, mais uma vez, ao “final feliz”. O uso do vermelho no nome da revista, assim como nas grandes aspas que compõem o texto da capa, nos lembra sangue e morte. Apesar da imagem ser impactante, o seu entorno trágico é escurecido de modo a ressaltar o retângulo no qual se encontra a criança sobrevivente que se contrapõe ao texto dramático.

Essa capa trata de acalmar o leitor após a tragédia. A narrativa do acontecimento passa a ter início, meio e fim. Neste último, há sempre um “final feliz”. Mesmo as capas com “final feliz” incitam e promovem a cultura do medo, vão além do choque, estimulam a lógica das sensações, emocionando o leitor. Ao analisar as capas, percebe-se o uso de elementos sensacionalistas no projeto gráfico, nas imagens e nos textos. O terremoto no Haiti é um fato imprevisível e, por si só, chocante, principalmente quando devasta locais de extrema pobreza ou, como no caso, atinge uma brasileira relativamente conhecida. A revista promove um discurso de curiosidade, em busca de promover o interesse do leitor por informações sobre algo que, aparentemente, desconhece.

Deve-se ressaltar que a revista não é a única a criar o ambiente de medo, mas colabora para o seu crescimento.

Dormindo com o inimigo – o medo na família Nardoni

Isabella Nardoni, então com cinco anos, foi jogada de um prédio, em Vila Guilherme, São Paulo, no dia 29 de março de 2008. O caso foi acompanhado praticamente desde o momento da queda, inicialmente tomada como acidental, até a condenação do seu pai e madrasta em março de 2010. A menina, que passava o fim de semana com seus dois irmãos, pai e madrasta, foi atirada do sexto andar pela janela do apartamento da família. Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá, respectivamente pai e madrastra da menina, que a princípio não eram suspeitos, foram sendo incriminados até serem presos. Eles continuam a negar o assassinato da criança, mesmo após a condenação pela justiça. A polícia concluiu, após depoimentos do casal e de testemunhas, que havia contradições na história contada pelos Nardoni. Por isso, os peritos e legistas iniciaram a investigação, que contou com a reconstituição do crime acompanhada ao vivo pela TV, uma vez que as empresas jornalísticas perceberam o potencial de comoção em torno do caso. Indícios levaram a crer que a menina sofria maus tratos, o que fez as suspeitas recaírem sobre Anna Carolina e Alexandre.

Os acidentes com crianças são bastante frequentes, porém o que tem sido visado pela mídia nos últimos anos são casos nos quais a própria família ou conhecidos estão envolvidos nos atos de violência. As constantes *suites* de acontecimentos desse tipo ajudam a promover um clima de instabilidade familiar. Sobre o assassinato de Isabella Nardoni, a Revista *Veja* publicou três capas entre 23 de abril de 2008 e 31 de março de 2010. Diferente dos casos anteriores, a morte aconteceu no Brasil, o que reforça o critério de proximidade do leitor.



Figura 3: Capas de *Veja* do caso Isabella Nardoni

A edição de 23 de abril de 2008 traz a acusação aos Nardoni. Com fundo negro, o casal surge da escuridão com olheiras e expressão que pode aparentar tanto maldade quanto medo. Para reforçar a imagem, o texto “foram eles” está em caixa alta e em branco, destoando da cor preta. O leitor é convidado a aderir à acusação feita pela revista. O texto enfatiza: “Para a polícia, não há mais dúvidas sobre a morte de Isabella”. A capa do dia 26 de novembro de 2008 destoa da anterior: há uma foto esmaecida de Isabella sorrindo e, a sua frente, a imagem dos registros dos presos, Anna Carolina e Alexandre. O texto “200 dias na cadeia” torna-se mais impactante do que fosse “Sete meses na cadeia”, pois quanto maior o número, maior o impacto. Há ainda outro texto que promete denunciar a “boa vida” que os acusados levam na cadeia. A imagem de Isabella está esmaecida. A menina está sorrindo, pode-se inferir que pelo fato da prisão dos assassinos. O nome *Veja* está em vermelho, cor que tem sido predominante nas capas que reforçam a cultura do medo.

A última capa analisada é de 31 de março de 2010. Ela traz a condenação do casal pelo homicídio de Isabella Nardoni. A capa está em cinza, com o nome *Veja* vazado. A fotografia do casal é a mesma do exemplar de 23 de abril de 2008 e se encontra desta vez esmaecida, pois à frente está a imagem colorida de Isabella sorrindo (estratégia inversa à utilizada na segunda capa estudada). Novamente, percebe-se, na última capa das sequências estudadas, a tentativa de passar a sensação de que tudo está no lugar, de que o leitor pode se acalmar, pois houve condenação. A imagem mostra um momento de

felicidade da criança, que é reforçada pelo texto “Condenados!” - “agora, Isabella pode descansar em paz”.

Conclusão

Com base nas 11 capas selecionadas, percebe-se que a revista *Veja*, na tentativa de atrair o leitor e consolidar a média de 80% de assinaturas, busca utilizar os fatos atraentes, curiosos e até assustadores para reforçar o medo. As notícias negativas e, especialmente, a morte, estão presentes em todas as capas. Acontecimentos desse tipo atendem tradicionais critérios de noticiabilidade e são potencializados pela amplitude, quando há muitas mortes, ou feridos; pelo seu caráter inesperado e impactante e, por vezes, por atingir alguém que nos é próximo.

A morte, embora presente em quase todas as capas, aparece de modo curioso. Nas tragédias que nos são próximas, as vítimas são retratadas em imagens nas quais aparecem vivos e felizes, como Zilda Arns e Isabella Nardoni. Essa estratégia pode incitar a tristeza ao mostrar o quanto aquela pessoa era feliz antes de morrer num episódio inesperado, cruel ou misterioso.

Nos três acontecimentos pesquisados, foram encontradas capas de cunho sensacionalista e que estimulam um medo coletivo, mas as últimas capas de cada sequência estudada tratam de acalmar o leitor. Percebe-se uma tendência da revista em “morder” e “assoprar”, assim como ocorre em diversos telejornais. O acontecimento narrado na sequência de capas passa a ter início, meio e fim. A narrativa só termina com o restabelecimento da ordem e há sempre um “final feliz” para que o leitor se tranquilize.

Em cinco das 11 capas analisadas, há um discurso próximo ao de acusação, dando ao leitor, mais uma vez, a ideia de que a revista tem credibilidade suficiente para acusar um suspeito. Palavras de acusação e medo (“acusados”, “foram eles”, “tragédia brasileira”, “trevas”, “noite”, “pavor”, “urros de dor”, “derrota”, “profeta do terror”, “guerra”, “mortal”, “vulnerável”) aparecem em, praticamente, todos os exemplares. Percebe-se, também, que para transmitir nas capas a mensagem “correta”, *Veja* utiliza imagens modificadas por

programas de computador ou criadas por *designers*, como é o caso de seis das 11 capas selecionadas.

A revista parece apostar nas fraquezas da população em seu próprio benefício. A morte de uma criança, um fenômeno ambiental e imprevisível e um atentado servem de mote para estimular as sensações mais primitivas como o medo. Esse medo, reforçado pelos elementos gráficos, pelas fotos e pelos textos, potencializa a venda de revistas, a audiência televisiva e reforça o temor generalizado num país como o Brasil, que não é alvo de terrorismo, não é sucessível a tremores de terra e onde os pais geralmente protegem (e até superprotegem) os seus filhos.

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. **A Modernização da Imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **Imprensa Sensacionalista: o entretenimento e a lógica da sensação**. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. - <http://www.intercom.org.br>

ANDRADE, Regina. **A Repetição e o Acontecimento: horrores de guerra** - <http://intercom.org.br>

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai Sangue**. São Paulo: Summus, 1995.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAVES, Francisco e SILVA, Emylianny. **Elementos de comunicação visual marcantes em uma metalinguagem do design gráfico: lançamento do Adobe Creative Suite 4 por Adobe Artists** - <http://www.intercom.org.br>

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2008.

FARINA, Modesto, PEREZ, Clotilde e BASTOS, Dorinho. **Psicodinâmica das cores em comunicação**. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.

GLASSNER, Barry. **Cultura do Medo**. São Paulo: W11 Editores, 2003.

HOHLFELDT, Antônio. **Teorias da Comunicação**. RJ: Vozes, 2001.

MACHADO, Márcia Benetti e JACKS, Nilda. **O Discurso Jornalístico** <http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1515.html>

RAMOS, Roberto. **Roland Barthes: semiologia, mídia e fait divers** -<http://revistaseletronicas.pucrs.br>

SCALZO, Marília. **Jornalismo de Revista**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SILVA, Gislene. **Para pensar critérios de noticiabilidade** - <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2091/1830>

SILVA, Rafael Souza. **Diagramação – O Planejamento Visual Gráfico na Comunicação Impressa**. São Paulo: Summus, 1985.

SINGER, Ben. **Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular**. In CHARNEY, Leo R.; SCHWARTZ, Vanessa (org). **O cinema e a invenção da vida moderna**. São Paulo: Cosac Naif, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo – Volume II**. Santa Catarina: Insular, 2008.

VIZEU, Alfredo. **A Produção de Sentidos no Jornalismo: da Teoria da Enunciação à Enunciação Jornalística** - <http://revcom.portcom.intercom.org.br>

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Presença, 1987

Uma análise da trajetória de Carlos Marighella nos documentários de Silvio Tendler, Carlos Pronzato e Isa Ferraz

FEITOSA, Sara Alves (doutora)¹
UNIPAMPA/RS

Introdução

Partindo do pressuposto que a memória social é viva, portanto mutável, o presente artigo² pretende, a partir da análise de três documentários cuja narrativa é a trajetória de Carlos Marighella, chamar a atenção para o papel das imagens técnicas no processo de constituição de memória social sobre um período recente da história brasileira. Se, em tempos de ditadura, Carlos Marighella foi identificado pelos próprios militares como inimigo número “um” daquele regime, hoje, em tempo de democracia, o ex-guerrilheiro desponta como um mito da história, um herói nacional.

O percurso adotado neste trabalho é o seguinte: na seção “quem é Carlos Marighella?”, apresenta-se o personagem a partir de registros filmicos e de biografias; no item “Os audiovisuais e seus diretores”, expõe-se uma síntese dos filmes, seus produtores e aspectos estéticos e narrativos de cada um dos três documentários; por fim, em “Imagem, imaginação e memória social”, problematizam-se algumas ideias sobre o uso de imagens de arquivo e as relações na produção de memória social sobre a história da nação.

1 Dr^a em Comunicação e Informação (PPGCOM/UFRGS), Mestre em Educação (PPGEDU/UFRGS), jornalista (Unisinos), professora adjunta na Universidade Federal do Pampa/Campus São Borja. Integrante do Grupo de Pesquisa História da Mídia (GPHmídia) EMAIL: sarafeitos@unipampa.edu.br

2 As análises aqui apresentadas são resultados preliminares da pesquisa, em andamento, “A história na tela: representações da ditadura civil-militar brasileira no audiovisual nacional no período 2001-2010”.

Quem é Carlos Marighella? Retrato falado

Denominado por Silvio Tendler como um “baiano porreta”, o que significa, na gíria do nordeste do Brasil, uma pessoa boa, positiva, alto astral, enfim, um sujeito excepcional, Carlos Marighella, nascido em 1911, em Salvador, foi militante comunista desde a juventude. Deputado Federal constituinte em 1946. Fundador do maior grupo armado de resistência à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a Ação Libertadora Nacional (ALN). Personagem em vários dos mais importantes acontecimentos da história política do Brasil contemporâneo, Marighella era também poeta e pensador político, autor do *Manual do Guerrilheiro Urbano*. Execrado publicamente nos tempos de ditadura, nos últimos anos tem surgido como um herói nacional, quase um mito. Exemplo disso é a proliferação de biografias, filmes de ficção e não- ficção em que o eixo da narrativa é Marighella e seus feitos. Nessa produção recente, parecem tomar corpo outros aspectos dessa controversa personagem, pois segundo um de seus biógrafos (MAGALHÃES, 2012), o mulato baiano, além de político, era um sujeito irreverente e brincalhão.

De acordo com Magalhães (2012), Marighella em vários sentidos era uma figura excepcional. Seu *Manual do guerrilheiro urbano* foi *cult* nos anos 1960, considerado um clássico da literatura de combate político. Foram esses escritos que chamaram a atenção de Jean-Paul Sartre, possibilitando a publicação de artigos de Carlos Marighella na Revista *Les Temps Modernes*. A trajetória de Marighella é entrecruzada pela história dos movimentos radicais e de esquerda no Brasil e no mundo. Ainda segundo o biógrafo, sua vida é tangenciada por coadjuvantes nada desconhecidos como Fidel Castro, Getúlio Vargas, Che Guevara, Stálin, Luiz Carlos Prestes e Carlos Lamarca. Não há uma narrativa sobre os duros anos de ditadura, especialmente aqueles passados até seu assassinato, em 1969, em que Marighella não seja personagem. Em várias representações fílmicas sobre aquele período, como *O que é isso, companheiro?* (Bruno Barreto, 1997); *Batismo de Sangue* (Helvécio Hatoum, 2007); *Lamarca* (Sérgio Rezende, 1994), dentre outros, Marighella é citado muitas vezes como personagem oculto, sempre clandestino, como viveu grande parte de sua vida. Os filmes e imagens de representação dos anos de chumbo for-

mam uma espécie de grande quebra-cabeça que aos poucos revela nuances e detalhes outrora esquecidos e silenciados.

A consolidação da democracia no Brasil, que já supera os anos de duração do último período de exceção, além da ascensão eleitoral de personagens que encarnam a resistência à ditadura, parece trazer à luz a memória daquele período e daqueles que morreram pela liberdade e pela democracia. Marighella é talvez um personagem que na última década tem ocupado lugar de destaque nesta galeria dos “novos heróis” nacionais. Invariavelmente, quando se fala de Carlos Marighella há sempre um tom mítico, heroico, típico das narrativas biográficas em que a seleção de tempos fortes constrói um personagem para o consumo midiático (ROSENSTONE, 2010). Isso não significa, de modo algum, que os relatos sejam irreais, fantasiosos, ou algo do gênero, o que se pretende aqui é perceber as delicadas relações entre os usos das imagens históricas na construção de imaginação social.

Os audiovisuais e seus diretores

Marighella – Retrato falado do guerrilheiro, dirigido por Silvio Tendler (2001), é a primeira produção audiovisual brasileira a dedicar o olhar à trajetória do inimigo número “um” da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Vale chamar a atenção para a produção de Tendler, que tem se consolidado como um cineasta historiador (ROSENSTONE, 2010) da nação brasileira, tanto do ponto de vista da história política quanto da história cultural. Sua produção tem contribuído para a constituição e preservação de memória sobre o Brasil contemporâneo, a exemplo dos documentários *JK: uma trajetória política* (1981); *Jango* (1984); *O mundo mágico dos trapalhões* (1981); *Glauber, o filme* (2003); *Encontros com Milton Santos* (2006). A trajetória de Tendler como produtor de imagens em movimento é a expressão de suas crenças. Para o cineasta, a comunicação é território frutífero para quem quer intervir no mundo, e sublinha: “intervir, não doutrinar”. Em uma entrevista em 2009 o cineasta afirma que se coloca diante do cinema como um pensador que tenta, sem ser filósofo, discutir o mundo.

Com narração de Othon Bastos, o documentário de Silvio Tendler tem como eixo de construção da narrativa o uso de depoimentos de pessoas que conviveram com Marighella e compartilharam de suas lutas, vitórias e derrotas. Tendler aborda a adesão de Marighella ao Partido Comunista em 1932; a prisão e tortura em maio de 1936, em consequência do fracasso da insurreição comunista ocorrida em novembro de 1935; a legalidade do Partido Comunista após a queda da ditadura de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo; a eleição de Marighella a deputado constituinte, em 1946; o retorno à clandestinidade quando o PCB é proscrito, em 1947; a organização da resistência armada à ditadura de 1964, com a criação da ALN e o assassinato, em 1969.

O filme de Tendler dá relevo às conexões internacionais de Marighella, quando narra lutas de independência ocorridas, nos anos 50 e 60, na Ásia, África e América Latina. O audiovisual articula esses fatos históricos, que impressionaram Marighella, como alimento do espírito revolucionário do militante brasileiro. Com 55 minutos de duração e imagens documentais entremeadas por depoimentos de cerca de 20 pessoas que conviveram com Marighella, como a viúva Clara Charf, Tendler (2001) constrói um personagem que, segundo o depoimento do advogado Takao Amaro, é uma síntese de todo processo de luta no Brasil, “desde a luta contra o colonialismo, depois os negros, os índios e a classe operária”. Embora tenha um formato de documentário clássico ou expositivo (NICHOLS, 2005), Tendler subverte algumas das figuras típicas do documentário expositivo. Uma delas é o modo como varia o uso da voz *over*; por vezes, Othon Bastos que faz a narração, fala em primeira pessoa, como sendo o protagonista e, em outras, narra em terceira pessoa, assumindo o típico uso da voz *over* do documentário expositivo.

Outro elemento importante da estética do filme de Tendler é como o diretor trata a escassez de imagens do protagonista. Por um lado, usa fotografias de Marighella e o áudio de discursos e entrevistas dadas pelo personagem durante o curto período que atuou como deputado constituinte. Por outro, Tendler usa imagens em movimento do período representado, conflitos e ações revolucionárias que inspiraram Marighella.

O segundo documentário, *Carlos Marighella – quem samba fica, quem não samba vai embora*, dirigido por Carlos Pronzato (2011) é uma homenagem

ao centenário de nascimento de Carlos Marighella (1911-2011). O argentino Pronzato tem seu trabalho audiovisual identificado como engajado. Suas produções abordam manifestações populares, sindicais e estudantis como *A rebelião Argentina* (2001); *A Rebelião dos pinguins – estudantes chilenos contra o sistema* (2007), mas também com forte traço de recuperação histórica como *Carabina M2, uma arma americana – Che na Bolívia* (2007); *Buscando Allende* (2008) e *Madres de Plaza de Mayo – memória, verdade, justiça* (2009). O declarado interesse do diretor pela antropologia visual e pelo *cinemá verité* de Jean Rouch dão pistas do modo de construção das narrativas de não-ficção desse argentino radicado em Salvador/Bahia. Pronzato se preocupa em documentar a história da América Latina desde o ponto de vista dos oprimidos.

O filme de Pronzato e sua narrativa têm relação com o contexto político e uma mudança no olhar, até então hegemônico, em relação à luta de resistência à ditadura de 1964. Se, como aponta Miriam de S. Rossini (2006), as representações filmicas da resistência à ditadura militar produzidas na década de 1990 tinham como marca o esvaziamento, a representação de uma luta sem sentido em meados dos anos 2000 a produção cinematográfica de ficção dá sinais de mudanças na interpretação e representação desse passado. Filmes como *Cabra Cega*, de Toni Ventura (2004) e *Em teu nome*, de Paulo Nascimento (2010), além de produzirem a crítica sobre a ditadura, acenam com um olhar de reconhecimento e valorização da ação de resistência. A sequência final do filme de Venturi parece exemplar da noção de que temos democracia porque alguns tombaram. É nesse ambiente de mudança de perspectiva sobre a luta armada, antes pensada como um projeto derrotado, para uma ideia que olha a democracia de hoje como fruto também, não exclusivamente, do empreendimento de resistência nos anos de chumbo, que são produzidos tanto o filme de Pronzato como o de Isa Grinspum Ferraz.

Pronzato, ao terminar de produzir *Carabina M2, uma arma americana – Che na Bolívia* (2007), pensou em dar continuidade à documentação daquele período da história recente do continente. Che foi assassinado em 1967, mesmo ano da irrupção de Marighella com a Ação Libertadora Nacional (ALN). Juntou-se a isso a observação do cineasta sobre o pouco conhecimento, na população em geral, sobre a atuação de Marighella na política nacional. Res-

guardadas as diferenças, Pronzato pensa o cinema como Tandler, ou seja, dentro de um panorama de difusão da luta popular e do resguardo da memória. Do ponto de vista da construção da narrativa, o filme de Pronzato adota as entrevistas como fio condutor de seu filme; há uma tese claramente defendida pelo filme: Marighella é um herói nacional e sua importância para a democracia brasileira precisa ser reconhecida.

O já o filme de Isa Grinspum Ferraz, *Marighella* (2012), conta com uma variante importante: o tom intimista que costura a narrativa. Embora tenha como eixo a trajetória do militante comunista, como os demais filmes aqui analisados, o fato de a diretora ser sobrinha do protagonista dá ao filme nuances que o diferencia dos demais, especialmente pelo fato de tratar uma personagem histórica com uma linguagem de “documentário subjetivo” (LINS & MESQUISA, 2008). O filme de Ferraz também se utiliza dos depoimentos, de imagens de arquivo, no entanto, a familiaridade da diretora com seu protagonista está presente, seja nas sequências em que Marighella é “o tio Carlos”, seja no material iconográfico inédito que o filme traz à público.

No filme de Ferraz não há imagens de Marighella em movimento. Apenas poucas fotos, o que a diretora assume como uma limitação. A narrativa de 100 minutos apoia-se, como falado antes, em entrevistas com cerca de 30 pessoas, como o antropólogo Antônio Risério; o filho Carlos Augusto Marighella; o escritor Antônio Candido, ex-companheiros de luta armada e, sobretudo, a viúva de Marighella, Clara Charf. A dualidade produzida pela narrativa do filme de Ferraz, que transita entre o histórico e o familiar, o público e o privado, sustenta a narrativa. O filme *Marighella* resulta do alinhavo das memórias filtradas pelo tempo, fruto da subjetividade dos depoentes, e da própria diretora/sobrinha; desse modo, fala do militante de resistência e do homem que até certo tempo era, para Isa Ferraz, o “tio Carlos”. No início do filme, numa espécie de prólogo, a diretora contextualiza a história que se propõe a contar e a sua relação com o protagonista. O que motiva a realização do filme é saber quem foi Carlos Marighella. Daí o uso de subtítulos com pistas com as quais a diretora e o espectador podem ir montando a trajetória ou, como trata o filme de Tandler, o “retrato falado” de Carlos Marighella.

Vale, ainda, observar que o filme de Ferraz faz uso de um recurso ficcional no seu filme, ou seja, uma narração em primeira pessoa, feita pelo ator Lazaro Ramos, como sendo Marighela contando sua trajetória. Este é outro mecanismo utilizado pela diretora que mantém o tom pessoal, intimista, subjetivo da obra.

Além do protagonista, esses três filmes apresentam outros pontos que os unem, como o uso de material de arquivo, um tratamento narrativo para os vestígios do passado e fundamentalmente pela recuperação histórica e constituição de memória social que propõem esses filmes. Na seção seguinte, alinhavam-se algumas ideias sobre o uso das imagens técnicas e a constituição de imaginação social (BACZKO, 1985).

Imagem, imaginação e memória social

Não há dúvida da relação existente entre o fazer documentário, o uso de imagens de arquivo e testemunhos para a constituição de memória. O que parece proveitoso, diante da proliferação de discursos audiovisuais sobre a história da nação, é especular sobre os perigos de produzir reconstituições de acontecimentos ou trajetórias de vida. O risco, a nosso ver, está em tomar o arquivo como prova do passado, além da tendência de confundir a memória com a lembrança.

A partir de Henri Bergson (2010), sabe-se que a memória não é apenas um processo cognitivo, mas também uma resposta auto-orientada de uma pessoa estimulada em seu ambiente externo. De acordo com Bergson, para analisar a memória, é preciso observá-la no momento em que ela se constitui. Isto porque o presente dita as memórias do passado, ou seja, a memória sempre teria, então, um pé no presente e outro no futuro. É nesse movimento, explica o filósofo, que o cérebro não armazena lembranças, mas recria o passado a cada vez que ele é evocado. Dito de outro modo, ao contrário de aceitar a existência de um reservatório de pura memória, da qual o sujeito recolhe suas lembranças, o que acontece, de acordo com Bergson, é que a imagem evocada é uma construção do sujeito no presente. Daí ser importante obser-

var as continuidades e descontinuidades na produção do discurso memorial sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964 -1985), por exemplo.

O desafio que se impõe nesse campo é o de operar com a defasagem entre memória e história, passado e imagens do passado. Os três filmes aqui analisados, ao fazer uso de imagens de arquivo, produzem um discurso a partir do gesto de apropriação de imagens alheias. O interessante é que os três diretores trabalham com a escassez, com a falta; Tendler chama a atenção para as poucas imagens disponíveis de Marighella. Desse modo, a solução na montagem é o uso das poucas fotografias do protagonista da história, associado às imagens-documento (FEITOSA, 2012) do período representado. É assim que se justificam – no filme de Tendler – imagens de arquivo do período do Estado Novo; da Revolução Cubana; do golpe militar de 1964, dentre outras.

A estratégia narrativa utilizada é, portanto, construção do contexto em que Marighella transitava. Aliás, as três docubiografias (Tendler; Pronzato e Ferraz) são construções narrativas que, de acordo com a tipologia apresentada por Giovanna Levy (2005), constituem-se em “biografia de caso extremo”, ou seja, um personagem exemplar, uma trajetória que serve como modo de narrar e esclarecer um contexto social. A voz das imagens de arquivo (RAMOS, 2008), especialmente nos filmes *Retrato de um guerrilheiro* (Tendler) e *Marighella* (Ferraz), embora por vezes utilize-se das mesmas imagens-documento, constrói, na montagem, tipos de narrativas distintas, sendo a primeira um documentário expositivo e o segundo subjetivo ou poético (NICHOLS, 2005). A montagem, como chama atenção Bill Nichols, tem no documentário uso diferente que na ficção: “podemos supor que aquilo que a continuidade consegue na ficção é obtido no documentário pela história: as situações são relacionadas no tempo e no espaço em virtude não da montagem, mas de suas ligações reais, históricas” (NICHOLS, 2005, p.58). É, neste sentido, ao usar imagens-documento da época em que Marighella viveu postas em relação com os testemunhos sobre o personagem, que a montagem dos três documentários cobre as lacunas deixadas pela ausência de imagens-documento do protagonista.

Esse uso de imagens-documento feitas pelo cinema coloca em jogo diferentes modos de apreensão da História, que sustentam a ideia de tempo

em aberto, como um *continuum* cronológico, depurado e repleto de falhas e lacunas do esquecimento. Marialva Carlos Barbosa (2008) pensa a relação comunicação e história a partir da metáfora da imagem híbrida. Isso porque, segundo a autora, “chamar a relação história e comunicação de imagem híbrida [ou imagíbrida] é destacar o ato narrativo contido tanto nas análises e práticas históricas como nas análises e práticas comunicacionais” (BARBOSA, 2008, p.110). A autora toma como pressuposto o fato de que “tanto a história como a comunicação produzem narrativas da existência”, sendo a narrativa histórica voltada para o passado humano, enquanto a comunicação se preocupa com o tempo presente. Pensando com a autora, o audiovisual de reconstituição histórica, seja ele ficcional ou de não-ficção, é a própria imagíbrida, uma vez que é uma narrativa que une esses dois campos de produção de narrativas da existência. Embora construa uma trama que se propõe reconstituir o passado, ela é sempre atravessada por questões relevantes do momento de sua produção, ou seja, do tempo presente (BERGSON, 2010). É como se esse tipo de produto condensasse duas temporalidades: o passado extinto e o presente vivo, por isso também é possível identificá-lo como uma imagíbrida.

Nessa relação metafórica que Barbosa (2008) estabelece entre comunicação e história, interessa a noção de articulações narrativas, ou seja, o modo como a história se ocupa dessas conexões produzidas em um tempo extinto, num mundo presumido que chega ao tempo presente sob a forma de restos, de vestígios decifráveis, passíveis de interpretação por parte do pesquisador que se interessa pelas narrativas produzidas num período anterior àquele que denominamos aqui agora. O passado se apresenta ao presente a partir do que Barbosa (2008) denomina de conectores históricos, ou seja, documentos (escritos, imagéticos, sonoros). Esses conectores são atos comunicacionais, através dos quais estabelecemos laços com o passado. Para Barbosa (2008), a história é sempre um ato comunicacional, isso por que:

A história sempre se refere do fracasso ou do sucesso de homens que vivem e trabalham juntos em sociedades ou nações, se constituindo num fragmento ou segmento do mundo da comunicação. São os atos comunicacionais dos homens do passado o que se pretende recuperar como verdade absoluta ou como algo capaz de ser acreditado como verídico. (BARBOSA, 2008, p.120)

Segundo a autora, o mais importante conector que produz para o presente, a materialidade e a visibilidade de um passado, com a pretensão de ser o “verdadeiro passado”, é a memória. Através da memória, argumenta Barbosa, é possível produzir na imaginação a ideia de um tempo e lugar. “A memória é uma imagem híbrida por excelência” (BARBOSA, 2008, p.116), pois conecta no presente, a partir dos restos e vestígios comunicacionais, uma narrativa ou um acontecimento do passado. Assim, a memória se constitui entre esses dois tempos e espaços: o passado e o presente.

Em relação aos conectores históricos, Barbosa (2008) chama a atenção para o fato de que a produção textual e imagética dos meios de comunicação são eles próprios conectores e marco-referência para o futuro. No caso da produção do discurso audiovisual de reconstituição histórica, é possível verificar que produtos midiáticos, como jornais, cinejornais, fotografias, radiojornais – tudo isso que, produzido no passado, teve como objetivo comunicar ações e atos daquele tempo presente –, hoje é alçado ao posto de documentos históricos, transformando-se em instrumentos que atestam e atribuem efeito de real (AUMONT, 2008) a uma narrativa sobre o passado. Desse modo, argumenta Barbosa: “Os meios de comunicação se transformaram em momento axial para a preservação das mediações do presente para o passado pelo seu caráter de documento/monumento de memória, no sentido empregado por Le Goff” (BARBOSA, 2008, p.129).

No trabalho cotidiano dos meios de comunicação de narrar o tempo presente, já se coloca uma questão crucial para a constituição da memória social, ou seja, a seleção e, por consequência, o que será possível no futuro ser selecionado ou ser esquecido. Como afirma Barbosa (2008, p.135), “haverá sempre algo esquecido e algo lembrado do passado re-atualizado”. Para a autora, nas narrativas audiovisuais com sentido histórico emerge um tipo particular de esquecimento, ou seja, são acontecimentos que ganham uma espécie de sentido supra-histórico, por ter afetado o público em outra época e, em razão disso, de ter colocado uma espécie de marca afetiva. “A sobrevivência dessas imagens indicaria a existência de um esquecimento profundo, o que Ricoeur chama esquecimento de reserva” (BARBOSA, 2008, p.137).

O argumento é que a reconstrução histórica feita por esses produtos audiovisuais, de ficção e não ficção, é produzida a partir de uma lógica do esquecimento de reserva. E, desse modo, a história do país se apresenta ao público no presente como algo trazido do esquecimento para a lembrança, mas que ao mesmo tempo silencia sobre diversos outros aspectos.

Georges Didi-Huberman (2003) propõe como método, para saber ver imagens do passado, observar a montagem, a desconstrução, ação que implica a reconstrução em novas associações e interpretações, de modo a produzir uma memória que passa também a ser tecida pelas imprecisões e pelos esquecimentos enquanto potências significativas.

Considerações

A partir dos três documentários analisados no artigo, pretendeu-se, além de mostrar distinções e similaridades no fazer documentário, apontar implicações do uso de imagens de arquivo na constituição da memória social. No artigo *A noção de documento e apropriação de imagens de arquivo no documentário ensaístico contemporâneo*, Consuelo Lins; Luiz A. Rezende e Andréa França (2011), ao analisar o documentário *Rocha que voa* (2002), de Eryk Rocha, produzem uma reflexão que também pode servir para pensar os filmes aqui analisados. Para os autores, ao retomar e recompor imagens de arquivo, produzidos em outro tempo, outro lugar e por outros cineastas, o realizador produz não apenas uma memória histórica e cinematográfica de um período da ditadura militar, mas “uma percepção de que estas imagens não estão congeladas no tempo, que são carregadas de tensão e que podem sobreviver [...] ao acontecimento que lhes deu origem” (LINS *et al*, 2001, p. 64). Diria, ainda, que o modo de apropriação destas imagens de arquivo constitui-se em material precioso para historiar as mentalidades, as continuidades e descontinuidades de cada período de produção sobre os acontecimentos e personagens do tempo representado. Sem dúvida, campo frutífero e relevante para o estudo das relações história, comunicação, imagem e imaginação social.

Referências

BARBOSA, M. C. Uma imagem híbrida: comunicação e história. In: ARAUJO, Denize Correia & BARBOSA, Marialva Carlos (orgs.) **Imagibrida: comunicação, imagem e hibridação.** (e-book). Porto Alegre: Editoraplus.org. 2008. pp. 110-139.

BAZCKO, B. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et alii. **Antropos-homem.** Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. pp- 296-332.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória** – ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Images Malgré tout.** Paris: Les éditions de Minuit, 2003.

FEITOSA, S. A. **Teledramaturgia de minissérie:** modos de construção da imagem e memória nacional em JK. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM), 2012. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/49420>

LEVY, Giovanni. Usos da biografia. In: Janaina P. Amado Baptista De Figueiredo, Marieta De Moraes Ferreira (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

LINS, C. & MESQUITA, C. **Filmar o real:** sobre o documentário brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

LINS, Consuelo; REZENDE, Luiz Augusto; FRANÇA, Andréa. A noção de documento e a apropriação de imagens de arquivo do documentário ensaístico contemporâneo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 21, p. 54-67, jun. 2011.

MAGALHÃES, Mario. **Marighella** – O guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário.** São Paulo: Papyrus, 2005.

RAMOS, Fernão Pessoa. **Mas afinal... o que é mesmo documentário?** São Paulo: Editora Senac. 2008

ROSENSTONE, R. **A história nos filmes, os filmes na história.** São Paulo: Paz & Terra, 2010.

ROSSINI, Miriam de S. Rebeldes nas telas: um olhar sobre filmes de reconstituição histórica dos anos 90. In: **Fenix - Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 3 ano III nº 1, jan/fev/mar de 2006. Disponível em www.revistafenix.pro.br.

Filmografia

A rebelião Argentina (2001) , Carlos Pronzato.

A Rebelião dos pingüins – estudantes chilenos contra o sistema (2007), Carlos Pronzato.

Batismo de Sangue (2007), Helvécio Raton.

Buscando Allende (2008), Carlos Pronzato.

Cabra Cega (2004), de Toni Ventura.

Carabina M2, uma arma americana – Che na Bolívia (2007), Carlos Pronzato.

Carlos Marighella, quem samba fica, quem não samba vai embora (2011), de Carlos Pronzato.

Em teu nome (2010), de Paulo Nascimento.

Encontros com Milton Santos (2006), Silvio Tendler.

Glauber, o filme (2003), Silvio Tendler.

Jango (1984), Silvio Tendler.

JK: uma trajetória política (1981), Silvio Tendler.

Lamarca (1994), Sérgio Rezende.

Madres de Plaza de Mayo – memória, verdade, justiça (2009), Carlos Pronzato.

Marighella – retrato falado do guerrilheiro (2001), Silvio Tendler (2001).

Marighella (2012), Isa Grinspum Ferraz.

O mundo mágico dos trapalhões (1981), Silvio Tendler.

O que é isso, companheiro?, Bruno Barreto, 1997.

Rocha que voa (2002), de Eryk Rocha

Sobre a autora

Professora adjunta na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus São Borja. Jornalista, mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS) e Doutora em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). Link currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5451869210045387>

A História na Ficção: um estudo de caso sobre a novela Lado a Lado

AZEVEDO, Elaine (Mestre em Comunicação)³

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/UERJ

ELIAS, Roberto (Mestre em Comunicação)⁴

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/UERJ

Há mais de sessenta anos, as telenovelas estão presentes na vida dos brasileiros, gerando pautas, comentários, críticas e elogios. Mesmo quem não assiste às tramas dificilmente consegue ficar indiferente a elas, visto que os temas abordados com frequência repercutem na mídia impressa e eletrônica e os últimos acontecimentos dos capítulos são discutidos em mesas de bares, reuniões familiares e redes sociais.

Em várias regiões do Brasil, a televisão assume o posto de principal meio de entretenimento e, graças a sua popularidade, “telenovelas que tradicionalmente foram concebidas como entretenimento, tem tido um potencial educacional cada vez maior, como um meio de disseminação da informação e ampliação de conhecimentos” (TUFTE, 2004, p.309). Muitas vezes, os autores de novelas se apropriam do poder de alcance das suas histórias para nelas inserir campanhas sociais e abordar, inclusive, temas áridos, que se tornam digeríveis pelo viés da ficção. Dentre outros exemplos, podemos citar *Caminho das Índias* e sua abordagem sobre a esquizofrenia ou *Laços de Família*, que tratou de leucemia e doação de medula, duas novelas e duas campanhas que alcançaram considerável êxito⁵.

Porém, mesmo quando não se trata de campanhas, as telenovelas funcionam como fonte de informação, ainda que romanceada pela licença poética. Pessoas do interior do Brasil podem conhecer os grandes centros e vice-versa através do que lhes é apresentado na tela da TV. Da mesma forma,

3 Mestre em Comunicação Social pela UERJ. Especialista em Teoria e Clínica Psicanalítica pela UGF e em Gestão de Recursos Humanos pela PUC-Rio. Graduada em Psicologia. elainechristovamps@yahoo.com.br

4 Mestre em Comunicação Social pela UERJ. Especialista em Política e Planejamento Urbano pelo IPPUR-UFRJ. Graduado em Ciências Sociais pela UFRJ. robertovilela@globo.com

5 A autora Glória Perez divulgou em seu blog que a procura para tratamento de esquizofrenia aumentou em 10% na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro a partir do momento em que o tema foi abordado na novela. E segundo o site Memória Globo, após o último capítulo de *Laços de Família* foram registrados 109 novos doadores, enquanto anteriormente o número de cadastrados para doação não ultrapassava 10 por mês.

novelas de época nos mostram sua visão da História, ainda que esta não seja totalmente fiel a realidade.

Através da ficção, um povo pode conhecer um pouco mais do seu passado e, em nosso país, as novelas tem uma função relevante quando se trata de memória, visto que mesmo uma trama passada na atualidade pode ser encarada como uma espécie de documento histórico, assim como podemos fazê-lo com os antigos folhetins e os registros de tradições orais. Ao observarmos uma novela passada na década de 80, por exemplo, podemos ter uma ideia de como as pessoas se vestiam, das gírias e de alguns comportamentos comuns naquele período, ainda que seja uma novela de tempo presente. Da mesma forma, é possível supor que, no próximo século, as tramas que hoje são atuais funcionem para as gerações futuras como um registro do modo como vivemos no século XXI. Motter (2001, p.79) observa que a telenovela:

cumprir na ficção o papel que o jornal desempenha com relação ao factual. Enquanto ele trabalha com os aspectos pontuais do cotidiano em andamento, ela fala sobre hábitos, costumes, preocupações que perpassam a vida cotidiana de um momento que ela seleciona e fixa como ambiente sociocultural para estruturar uma história. Ela mesma tecida de acontecimentos em sintonia com a realidade social, seus problemas, refletidos nos conflitos vividos no âmbito do privado, do individual das personagens.

Quando nos referimos às novelas de época, aquelas que nos transportam para tempos longínquos, essa situação ganha novos contornos e algumas peculiaridades merecem ser observadas. Para começar, os autores e a equipe de produção estão tratando, frequentemente, de fatos que não vivenciaram e, por isso, um trabalho de pesquisa se faz necessário. Pesquisa essa que ajuda na verossimilhança da trama e, muitas vezes, informa e esclarece o espectador sobre fatos históricos, ainda que essa não seja a principal função da novela.

Em geral, o tempo no qual se passam as chamadas tramas de época é apenas o pano de fundo. Entretanto, observamos um diferencial na telenovela *Lado a Lado*, exibida pela Rede Globo, entre 2012 e 2013, na qual claramente o contexto histórico influenciava de forma decisiva nos acontecimentos e nas ações e reações dos personagens. A história girava em torno da amizade de Laura e Isabel, duas jovens de origens sociais distintas, que viviam no Rio

de Janeiro do início do século, período marcado por significativas transformações que influenciaram a história da cidade e do país. Em uma República recém chegada, ex-aristocratas e ex-escravos tentam se adaptar a suas novas realidades e acontecimentos como a Reforma Pereira Passos, a Revolta da Vacina e a Revolta da Chibata influenciam na vida dos personagens, gerando desdobramentos.

Isabel era uma filha de escravos que, apesar de ter nascido livre, se via obrigada a lidar com preconceitos por ser negra, pobre e mulher. Mas, apesar de sofrer vários reveses da vida – como toda heroína de folhetim que se preze – enfrentava tudo de cabeça erguida e acabou por se tornar a melhor amiga de Laura, uma moça branca, filha de Constância, uma ex-baronesa que tinha extrema dificuldade em aceitar a perda do título de nobreza e o fim da escravidão. Tão moderna quanto Isabel, Laura repudiava as ideias retrógradadas de sua mãe e lutava para realizar o sonho de ser professora e conquistar a liberdade intelectual e financeira, sem depender de um marido.

As protagonistas se conhecem na igreja, no dia do casamento de ambas, e imediatamente sentem uma grande afinidade. Nesse momento, enquanto Laura sofre ao casar-se sem amor com Edgar para cumprir uma promessa feita anos antes, a apaixonada Isabel é abandonada no altar por seu noivo, Zé Maria, que é preso a caminho da igreja ao lutar contra o “Bota-abaixo” dos cortiços. Ao voltar para o lar, amparada pelo pai, Isabel descobre que sequer tem onde se abrigar, pois sua casa foi demolida para a construção da Avenida Central. Ela enfrenta os policiais, consegue retirar seus pertences e muda-se com o pai e os antigos vizinhos para o Morro da Providência. Assim, o drama da personagem entrelaça-se com a história da formação da primeira favela no Rio de Janeiro.

Com o tempo, Laura se apaixonou pelo marido, que corresponde aos seus sentimentos, e Isabel é enganada e seduzida por Albertinho, irmão da amiga, que a engravida e abandona. Expulsa de casa pelo pai e rejeitada por Zé Maria – com quem acabara de se reconciliar – é obrigada a encarar mais um preconceito: o de ser mãe solteira no início do século XX. Demitida da casa onde trabalhava como empregada doméstica, Isabel não consegue emprego devido a sua condição de gestante. Encontra acolhida somente na casa de

Laura, que mesmo sem saber que o bebê é seu sobrinho, recebe a amiga com a cumplicidade do marido. Quando Isabel finalmente se reconcilia com o pai e consegue um emprego em uma companhia teatral – graças a simpatia da atriz principal, que se identifica com seu drama – sofre um novo golpe ao ter seu filho roubado por Constância e trocado por um natimorto. A vilã age movida pelo preconceito, temerosa de que o filho tente assumir a criança e a sociedade descubra seu neto “mulatinho”. O drama vivido por Isabel constitui a típica situação de melodrama, que leva o público a se comover com sua dor e torcer por seu final feliz.

Depois de uma passagem de tempo, a situação das protagonistas se inverte. Exímia sambista, Isabel é convidada por uma dançarina francesa para levar o novo ritmo à Paris e, quando retorna ao Brasil, é uma artista rica, famosa e independente. Já Laura, após descobrir que Edgar tinha uma filha anterior ao casamento, perder o seu próprio filho e ver o marido trazer a ex-amante e a criança de Portugal para o Brasil, pede o divórcio e passa a sofrer com o estigma de mulher divorciada, que a faz ser “mal vista” pelas outras mulheres, rejeitada pela própria mãe e ter dificuldades para conseguir um emprego. É a vez de Isabel retribuir o que Laura fez por ela, acolhendo a amiga em sua casa e apoiando-a nos momentos difíceis.

Através das aventuras e desventuras das personagens, que circulam por um Rio de Janeiro em constante transformação – física, cultural e social – o público é convidado a espiar as dificuldades enfrentadas pelas mulheres em uma época nem tão longínqua assim, mas que teve importante papel na formação da sociedade tal como veio a estruturar-se no século XXI.

2. A história do Rio e do Brasil pela ótica da novela Lado a Lado

Segundo Feitosa (2011, p.01) “As mídias audiovisuais na contemporaneidade têm um papel importante na produção e disseminação das representações do passado, por essa razão é importante investigar as regras de abordagens destes discursos, os códigos, as convenções e práticas por meio dos quais a história é levada às telas”. Em consonância com as ideias da autora,

acreditamos ser importante uma análise sobre como o Rio de Janeiro do início do século foi representado na novela *Lado a Lado*.

De acordo com a pesquisa realizada por Stocco (2008), a cidade do Rio de Janeiro é o cenário mais frequente das telenovelas. A autora relaciona esses números tanto ao fato da cidade ser sede da Rede Globo, maior emissora do país, quanto ao de que possivelmente o telespectador aceite o Rio como referencial para o resto do país. Podemos complementar dizendo que essa vocação da cidade como sede cultural começou com a chegada da portuguesa e suas conseqüentes transformações na vida carioca, consolidando-se com a proclamação do Rio como capital da República. Segundo o site da novela *Lado a Lado*:

... foi justamente em 1900 que o Rio de Janeiro começou a ganhar a cara que tem hoje. É importante compreender este período porque as manifestações culturais que eram criminalizadas pelo Estado e alvo de forte preconceito social acabaram construindo e moldando a identidade da cidade do Rio de Janeiro de hoje. Não só do Rio, mas do Brasil: a cultura negra, o samba, o carnaval, o futebol. Os negros, excluídos da sociedade e sem direito à cidadania, criaram, por meio da cultura, uma forma própria de inserção na sociedade. Construíram sua cidadania por meio da cultura” (*Rosana Bardanachvili, historiadora*).

Se a história do Rio ajudou a moldar a história do país, na novela contribuiu também para moldar os dramas individuais dos casais Laura/Edgar e Isabel/Zé Maria e dos demais personagens. Ficção e realidade se misturaram para dar lugar as peripécias do folhetim. Zé Maria, desiludido com a gravidez de Isabel, vira marinheiro e participa da Revolta da Chibata, enquanto os demais personagens discutem seus diferentes pontos de vista acerca do evento e demonstram seu temor em relação aos canhões dos navios apontados para a cidade. Antes disso, o mesmo Zé já se envolvera na Revolta da Vacina e Laura convencera seu pai, um médico que de barão passou a senador, a subir o Morro da Providência para aplicar a vacina. Observamos através dos diálogos dos personagens o medo e a ignorância das pessoas, que não tinham sido suficientemente esclarecidas sobre o que aquele líquido desconhecido poderia produzir em seu organismo. Se, por um lado, hoje soa engraçada a desconfiança aventada por alguns personagens de que a vacina

em vez de erradicar produziria a varíola com fins de extermínio da população pobre, por outro, sabemos que esta resistência tinha fundamento na época. Afinal, os moradores do cortiço tinham sido desalojados de suas residências, sob o pretexto de que os cortiços eram infectos – e o eram, segundo sabemos – sem nenhuma compensação, visto que o objetivo do governo era apenas higienista.

Lado a Lado aproxima-se do chamado “docudrama”, no qual momentos históricos nacionais costumam ser pano de fundo e situações reais e fictícias podem ser mescladas, tendo o melodrama como peça fundamental para a humanização dos personagens e, por consequência, da identificação do público. (JATENE, 2011, p.53). Na novela, um recurso constantemente empregado para dar veracidade à parte documental era o de apresentar, como *stock shot*, fotografias reais, em preto e branco, do Rio de Janeiro no início do século, que se colorem gradualmente à medida que personagens estáticos ganham movimento, numa fusão quase explícita entre o real e o **ficcional**¹. Para Lopes (2003, p. 26), o que mais tipifica a telenovela brasileira é exatamente a capacidade *sui generis* de sintetizar o público e o privado, o político e o doméstico, a notícia e a ficção, o masculino e o feminino, combinando convenções formais do documentário e do melodrama televisivo. Segundo a autora, essa situação leva ao paradoxo de se identificar o Brasil mais com a narrativa ficcional do que com a jornalística.

A novela sofreu diversas críticas por supostamente fugir da realidade. Uma delas era quanto a personalidade das protagonistas. Houve quem alegasse que tanto Laura quanto Isabel não poderiam existir na vida real por tratarem com naturalidade temas que eram tabus para as mulheres do início do século, como por exemplo, a virgindade e o divórcio. Acreditamos que a discussão não tenha tomado vulto por tratar-se de uma novela exibida às 18hs, tradicionalmente um horário de menor repercussão. Ainda assim, talvez por isso, no site da novela constasse no *link* “Naquele Tempo” ... – do qual falaremos adiante - um texto informativo sobre o divórcio na década de 1900.

1 Stock shot é como se chamam as cenas inseridas no meio das telenovelas, com a finalidade de transmitir a ideia de passagem de tempo e de localização.

Outra crítica sofrida foi em relação a trilha sonora, repleta de músicas atuais. Entretanto, como se trata de uma obra de ficção é natural que as composições estejam mais a serviço da trama do que da História. Um exemplo é o tema de abertura da novela, uma versão de *Liberdade, Liberdade*, samba entoado pela agremiação carioca Imperatriz Leopoldinense em 1989. Embora seja uma música moderna para o período em que a novela se passa, coaduna-se perfeitamente com a trama, ao remeter tanto a busca de liberdade dos personagens – tema central da narrativa – quanto ao samba, que ocupa lugar importante na novela.

Independente de tais discussões, compartilhamos a visão de Jatene (2011, p.06), para quem “Se por um lado o gênero é identificado por parte dos telespectadores como uma ferramenta de aprendizagem baseada no real, por outro o viés melodramático do docudrama permite uma licença poética que pode alterar ou não a representação dos fatos”.

2.1 – Revoltas na capital da república.

No final do século XIX, início do XX, a expansão do capitalismo provocou importantes transformações em todo o mundo. No Brasil, esse fenômeno foi responsável pela abolição da escravatura (1888) e pela proclamação da república (1889), ambas acompanhadas de um crescente processo de modernização econômica. A vida urbana se aquecia e, com isso, a densidade populacional das cidades aumentava. Novas atividades laborativas surgiam e aquela estratificação social do Império (escravos e senhores) ia se diluindo com o surgimento de novas profissões e atividades liberais.

A constituição de 1891 – de inspiração norte-americana - acabara de entrar em vigor, declarando ser o Brasil uma república federativa, representativa, presidencialista e laica. Nesse contexto, em 1902, Rodrigues Alves assumia a presidência da jovem república e Francisco Pereira Passos a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

É nesse período que ocorre uma das principais reformulações urbanas do século XX no Brasil, a Reforma Passos, popularmente apelidada de “Bota Abaixo”. A capital federal, até então cheia de becos e vielas sujas e estreitas,

em cujas ruas proliferavam o lixo e a pestilência, era uma cidade com ares coloniais que não mais se compatibilizava com os ideais da elite republicana. O alargamento e a abertura de ruas, praças e avenidas, a remoção dos cemitérios e cortiços da região central para a periferia, a melhoria do abastecimento de água e a construção de um cais, para impedir que as praias fossem invadidas pelos mangues, foram algumas das obras que transformaram o Rio na “Paris dos Trópicos”. A Avenida Central representava o novo padrão estético e social de cidade que se almejava.

A urbanização e o saneamento implicaram a destruição de cortiços e casebres nos arredores da Praça XV, invasão de casas por agentes do governo, apreensão e destruição de tudo que era considerado prejudicial à saúde pública. Para combater as doenças, o médico sanitário Osvaldo Cruz, responsável pelo saneamento da cidade, impôs, além das medidas profiláticas como matar ratos e destruir áreas de reprodução de mosquitos, que a população – obrigatoriamente – se vacinasse contra a varíola. O descontentamento popular levou à explosão da revolta. Mas Osvaldo Cruz não hesitou: colocou os vacinadores nas ruas, apoiados por policiais que entravam nas casas e vacinavam os indivíduos “na marra”.

Em novembro de 1904, fora criada a Liga Contra a Vacina Obrigatória, pelo senador Lauro Sodré. Num comício contra a vacina, convocado pela Liga em 11 de novembro, no qual os próprios líderes da convocação não compareceram ao evento, representantes populares assumiram espontaneamente a direção do movimento proferindo discursos explosivos. A intervenção da polícia deu origem ao confronto que fez espalhar o motim por toda a cidade. Durante quase uma semana, agitações tomaram conta das ruas, com depredação de bondes, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos. Finalmente, o governo recuou em 16 de novembro, revogando a obrigatoriedade da vacina e, assim, esvaziando o movimento.

Mas a brutalidade da ação policial sobre as camadas populares – principais vítimas da revolta – continuou mesmo após o término da rebelião, identificando como suspeita qualquer pessoa pelo simples fato de pertencer aos estratos menos abastados. O sentido da repressão tornou-se claro: afastar o

pobre da cidade, “limpá-la” e entregá-la como espaço higienizado às elites da época.

A Revolta da Chibata é outro importante acontecimento histórico da República Velha abordado na novela através do ingresso de Zé Maria na Marinha brasileira.

Desde o período colonial, o recrutamento de soldados e marinheiros ocorria de maneira particularmente violenta. Era forçado, arbitrário e recaía sobre as pessoas de origem humilde que não tinham como se defender. Além disso, os homens recrutados eram submetidos a constantes violências, que incluíam desde uma péssima alimentação até castigos corporais.

A rebelião que entrou para a história como “Revolta da Chibata” ocorreu na Marinha. Em comparação com o Exército, a Marinha era tradicionalmente elitizada, e a distância entre oficiais e marinheiros era muito maior do que a existente entre postos análogos no Exército. Desde meados do século XIX, o tratamento humilhante e violento na Marinha vinha sendo questionado sem nenhum resultado concreto. Com o advento da República, cuja história iniciou-se após a abolição, aquela forma de tratamento que vinha do Império era insustentável. Contudo, foi necessária uma rebelião ameaçadora dos marinheiros para que a Marinha adotasse medidas disciplinares menos brutais.

A rebelião ocorreu em 1910. Nesse ano, o marinheiro Marcelino Rodrigues Meneses fora condenado a 250 chibatadas. Seus companheiros – obrigados, como de costume, a assistir o castigo – não se contiveram e, na noite de 22 de novembro, se rebelaram. O líder da revolta foi o marinheiro João Cândido.

Embora tenha sido precipitada pelo castigo de Meneses, a revolta já vinha sendo preparada há muito tempo. Assim, os rebeldes estavam razoavelmente organizados, o que lhes permitiu dominar com rapidez quatro navios. O objetivo da revolta era simples: conseguir o fim do castigo corporal e melhorar a alimentação.

João Cândido enviou uma mensagem pelo rádio ameaçando bombardear o Palácio do Catete e os navios que não haviam aderido à revolta, caso

as reivindicações não fossem atendidas. O governo estava sem alternativas, pois os navios tinham seus canhões apontados para a cidade. Dessa maneira, por iniciativa de Rui Barbosa – senador à época – foi proposto e aprovado um projeto que atendia aos marinheiros e lhes concedia anistia. Com isso, os revoltosos depuseram as armas e se submeteram às autoridades.

Porém, as concessões do governo ficaram no papel. Os novos comandantes nomeados para os navios revoltados ordenaram a prisão de João Candido e seus companheiros, muitos dos quais morreram numa masmorra na Ilha das Cobras. Desse modo, os oficiais e o governo se vingaram dos marinheiros rebelados. João Candido, que ficou conhecido como o “Almirante Negro” conseguiu sobreviver, sendo enfim absolvido em julgamento realizado em 1912. Seu nome e seus feitos eram constantemente citados por Zé Maria, seu amigo Chico e outros personagens da novela

3 – Novela & História

Em *Lado a Lado*, além da representação de vários fatos históricos, como as já mencionadas Revoltas da Vacina e da Chibata, é mostrada a repercussão desses eventos na vida dos personagens e da cidade. A barbearia onde trabalha Seu Afonso, pai de Isabel, é frequente palco de discussão acerca dos acontecimentos. Em diversas cenas, os clientes leem e comentam as notícias dos jornais, compartilhando-as com aqueles que, como o ex-escravos, não sabem ler.

Tal situação remete à forte oralidade que marca a formação da cultura brasileira e às origens da própria novela. A tradição de contar histórias – factuais ou fictícias – teve considerável força em um momento histórico em que a grande massa populacional era composta por analfabetos. Sadeck (2008, p31) chega a aventar a hipótese de que o brasileiro tenha se alfabetizado enquanto lia os folhetins, visto que, ainda que a primeira prensa tenha surgido em 1808, naquele período menos de 3% da população era alfabetizada e a difusão dos folhetins e a alfabetização da maior parte da população brasileira são contemporâneas.

Em Palestra na Academia Brasileira de **Letras**², no ano de 2010, o professor Muniz Sodré definiu telenovela como “a narrativa folhetinesca tecnicamente iluminada”, isto é, como a transposição dos antigos folhetins para os meios eletrônicos, floreada pelas novas tecnologias. Dentro dessa visão, podemos comparar a mídia a uma grande contadora de histórias, repletas de possibilidades, dentre as quais, a de funcionar como registro de pesquisa histórica e fonte de aprendizagem.

Atualmente, quando programas televisivos são comentados em tempo real nas redes sociais e narrativas transmidiáticas ganham cada vez mais força, todas as novelas têm sites próprios, que despertam curiosidade, levantam questões e complementam a trama pedagogicamente. No caso de *Lado a Lado*, o site nos convidava para um passeio virtual pelo Rio de Janeiro da República Velha, em uma interessante confluência entre o passado e o presente. Podíamos ainda acessar e ler a fictícia revista “O Bonde”, paradoxalmente estruturada como uma revista do início do século, para ser lida na internet. Em 09/10/12, o site passou a contar também com um link intitulado “Naquele Tempo...”, apresentado da seguinte forma:

Por que Zé Maria foi preso por praticar capoeira? Por que muitos cortiços foram demolidos, deixando pessoas sem teto, como Isabel? Por que Constância não aceita que Laura trabalhe fora? Você vai descobrir essas respostas e muitas outras nesta coluna. Embora a novela **Lado a Lado** seja uma obra de ficção, livremente inspirada em determinadas circunstâncias históricas, a trama está despertando a curiosidade de muita gente sobre os costumes e a nossa sociedade no início do século XX.

Ao navegar pela rede, o espectador/internauta era convidado a fazer novas descobertas sobre o período retratado e a ampliar seu interesse tanto pela história da novela e dos personagens quanto pela História do país. Os tópicos eram escritos com a colaboração das pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense Luciane Reis e Rosane Bardanachvil, e um informe esclarecia que “A novela *Lado a Lado* não se propõe a mostrar o período histórico como realmente aconteceu. Mas nesta coluna as historiadoras resgatam os principais fatos que inspiraram os autores”. Fica claro que a História está a

2 Palestra realizada em 26/08/2010 durante o seminário 'Brasil Brasis: Telenovela e Literatura', na Academia Brasileira de Letras.

serviço da ficção e, por isso, a licença poética é aceitável na trama, apesar do trabalho de pesquisa, constatado no cuidado com os detalhes da produção, como os figurinos das diferentes classes sociais e o cenário que reproduz as ruas antigas do Rio de Janeiro.

4 - Considerações Finais

Desde a tradição oral, passando pelos folhetins do século XIX, até chegar às rádios e posteriormente às telenovelas, o homem aprecia ouvir e contar histórias e “bebe” delas como fonte de informação e aprendizado.

Morin (2002, p.05) nos lembra que “a vida não é aprendida apenas nas ciências formais” e que, assim como a poesia e a literatura, as telenovelas são capazes de abordar o meio social, familiar e histórico das relações humanas ao falar sobre amor, morte, doença e ciúme. Complementamos com a observação de que graças à licença poética que a ficção pode assumir, a identificação com os personagens torna-se possível e, pela via do afeto, a aprendizagem torna-se, por vezes, mais efetiva do que através de campanhas meramente didáticas. Quando se trata da História oficial de um país, podemos constatar que a representação dos fatos jamais será como o ocorrido na realidade, dentre outros motivos, porque é impossível regredir no tempo e reproduzi-los tal e qual se deram. Porém, isso tampouco é possível nos livros, documentários ou programas jornalísticos.

Ao aliar melodrama e fatos históricos – ainda que romanceados – a novela *Lado a Lado* levou o telespectador a conhecer um pouco mais sobre um pedaço importante da história do Rio de Janeiro e do Brasil. Acreditamos que essa iniciativa seja válida para, ao menos, despertar a curiosidade e o interesse do público acerca da memória do nosso país.

Referências

FEITOSA, Sara Alves. **Narrativa da história na minissérie JK: uma reflexão sobre o testemunho histórico das imagens na teledramaturgia.** Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do VIII Encontro Nacional de História da Mídia. 2011. Disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/Narrativa%20da%20historia%20na%20minissserie%20JK%20uma%20reflexao%20sobre%20o%20testemunho%20historico%20das%20>

imagens%20na%20teledramaturgia.pdf/view Acesso em 06/01/13

JATENE, Íris de Araújo. **O docudrama e os olímpianos: identificação na microssérie Dalva e Herivelto – uma canção de amor** - Trabalho apresentado no Intercom 2011.

Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-1352-1.pdf> . Acesso em 06/01/13

LOPES, Maria Imacollata Vassalo. **Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação**. In: Comunicação e Educação. São Paulo. 17 a 34, Jan/abril, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários para educação do futuro**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, Brasília: UNESCO, 2002

MOTTER, Maria de Lourdes. **A telenovela: documento histórico e lugar de memória**. In: Revista USP, n.48, São Paulo, USP-CCS, 2001.

SADECK, José Roberto. **Telenovela: um olhar do cinema**. São Paulo: Summus, 2008.

STOCCO, Daniela. **A presença da cidade do Rio de Janeiro nas novelas das oito de 1982 a 2008**. In: Baleia na Rede – Revista online do Grupo Pesquisa em Cinema e Literatura. São Paulo. UNESP, 2009

TUFTE, Thomas. **Telenovelas, cultura e mudanças sociais: da polissemia, prazer e resistência à comunicação estratégica e ao desenvolvimento social**. In LOPES, Maria Immacolata Vassalo (org.). Telenovela: Internacionalização e interculturalidade. Ed.Loyola, São Paulo, 2004.

Site consultado: <http://tv.globo.com/novelas/lado-a-lado>

Memória Institucional: possibilidade de construção de significados no ambiente organizacional³

Andréia Arruda Barbosa⁴

Resumo:

As implicações do mundo pós-moderno estão repercutindo no ambiente organizacional, cada vez mais (inter) dependente às variações e às alterações no relacionamento com os públicos estratégicos. Diante dessa complexa realidade de relações sociais e valores efêmeros, em que os quadros de referência que davam certa estabilidade aos indivíduos no mundo social estão abalados, as organizações precisam investir em ações que ressaltem os elementos não transitórios de sua identidade para construir relacionamentos de valor com seus *stakeholders*. Este artigo se propõe a apresentar a memória institucional como uma possibilidade de comunicação organizacional nesse contexto, evidenciando os enfoques de alguns teóricos sobre a temática da memória e traçando uma evolução do conceito no ambiente organizacional.

Palavras-chave: Memória, Memória Institucional, Comunicação Organizacional.

³Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013, Ouro Preto, Minas Gerais.

⁴ Relações Públicas, Mestre em Comunicação Social e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Email: andreia.arruda@gmail.com.

1. Introdução

Vivemos em um mundo pós-moderno, caracterizado por acirrada competitividade e constantes alterações nos campos político, econômico e social, que repercutem e causam novas adequações no sistema globalizado.

O notável impulso no desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação observado nos últimos anos provocou a ruptura das noções de tempo e espaço e profundas mudanças nas relações sociais, nas formas de ver, ouvir, sentir e se relacionar. De acordo com Drucker (1999), as inúmeras transformações pelas quais o mundo passou no último século modificaram mais as suas configurações, processos e estruturas nesse período do que em qualquer outra época da história humana.

Esse cenário propiciou o surgimento de uma sociedade na qual a informação possui caráter estratégico e exerce um papel preponderante sobre a vida dos indivíduos e a dinâmica das organizações. No tocante aos indivíduos, podemos observar que as mudanças decorrentes dessa nova realidade têm provocado uma ruptura em sua identidade. Isso porque, de acordo com Almeida (2006, p. 33), este “é um tempo de opções; de unicidade e pluralismo; de combinação de tradição e inovações; de deslocamento dos indivíduos em relação aos seus referenciais normativos; de carência de modelos identificatórios”.

Diante dessa complexa realidade de relações sociais e valores efêmeros, em que os quadros de referência que davam certa estabilidade aos indivíduos no mundo social estão abalados, os sujeitos parecem buscar sentido em tudo o que fazem. Em contrapartida, os indivíduos têm buscado novas formas de prática social, afirmativa compartilhada por Rabin (2005), quando aponta que a busca pela identificação e pelo pertencimento parece ter se tornado uma necessidade humana, pois todos anseiam sentir-se vinculados a algo, podendo usar rótulos e referências.

Os reflexos desse processo são sentidos também no ambiente organizacional, que exige reorganização constante. Para Kunsch (2006, p. 35) “é exatamente no âmbito dessa nova sociedade e de cenários mutantes e complexos que as organizações operam, lutam para se manter e para cumprir sua missão

e visão e para cultivar seus valores”. Ilharco trata das diversas implicações geradas pelas tecnologias de informação nas organizações contemporâneas, argumentando que ela afeta diretamente a estratégia organizacional, seu modo de ser e agir:

à medida que a estratégia organizacional, a cultura e o universo comunicacional em que a organização está imersa são penetrados intuitiva e instintivamente pelas características, possibilidades, pela essência da nova tecnologia, mais radical e inovadora tende a ser mudança organizacional” (ILHARCO, 2003, p. 103).

Torna-se essencial, então, que as organizações se preocupem em utilizar a comunicação de forma estratégica, buscando construir relacionamentos bilaterais com os seus públicos de interesse. Isso porque, conforme aponta Ilharco (2003, p.94), “a dimensão organizacional estrutura e fornece constantemente critérios de entendimento, de significado e de ação”.

A memória institucional guarda profunda relação com a identidade e a cultura organizacional. Dessa forma, esta reflexão passará pela compreensão das características da (s) identidade (s) atuais, por algumas abordagens teóricas sobre o conceito de memória e pela evolução da temática no contexto corporativo.

2. A (s) identidade (s) do sujeito pós-moderno

A busca pela identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, tornou-se, segundo Castells (2000), a fonte básica de significado social nesse mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, em virtude da desestruturação das organizações, da deslegitimação das instituições e do enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais.

De acordo com Hall (2005), estamos passando por uma “crise de identidade”, na qual as velhas identidades estão em declínio e o indivíduo está fragmentado. Conforme argumenta, houve uma evolução na concepção do sujeito, que pode ser evidenciada nos três conceitos que ele apresenta: Sujeito do Iluminismo, Sujeito Sociológico e Sujeito Pós-Moderno.

O Sujeito do Iluminismo representa uma concepção individualista do sujeito e de sua identidade, em que o indivíduo é “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (HALL, 2005, p.10), e o centro essencial do seu eu é a sua identidade.

O Sujeito Sociológico reflete a crescente complexidade do sujeito do mundo moderno, com núcleo – ou centro – não-autônomo e auto-suficiente, formado na relação com as pessoas, na qual a identidade é que costura o sujeito à estrutura, sendo formada na interação entre o eu e a sociedade, e “modificada num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem” (Ibid., p.11).

Já o Sujeito Pós-Moderno não possui uma identidade fixa, essencial ou permanente, podendo assumir diferentes identidades em diferentes momentos (HALL, 2005). Além disso, dentro de cada indivíduo existem identidades contraditórias que lutam umas com as outras, empurrando em diferentes direções, fazendo com que as identificações sejam continuamente deslocadas. Isso se deve à complexidade do contexto atual, uma vez que

à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2005, p. 13).

Nesse mesmo sentido, mas utilizando-se de outra perspectiva, Morin (2006) indica que ser sujeito não quer dizer ser consciente ou possuir afetividade e sentimentos, mas sim colocar-se no centro de seu próprio mundo, ocupando o lugar do *eu*, uma posição onde ele pode lidar com o mundo e consigo próprio. Ele argumenta que a concepção do sujeito deve ser complexa, pois “ser sujeito é ser autônomo, sendo ao mesmo tempo dependente. É ser alguém provisório, vacilante, incerto, é ser quase tudo para si e quase nada para o universo” (Ibid., p. 66). Sob sua ótica, o sujeito se define por sua consciência, não sendo esta absolutamente fixa ou estável. Dessa forma, cada sujeito “traz em si a brecha, a rachadura, o desgaste, a morte, o além” (Ibid., p. 39).

Para construir relacionamentos efetivos com os *stakeholders*¹, torna-se essencial que as organizações invistam em práticas que despertem nos indivíduos o sentimento de pertencimento². Estimular a criação do senso de pertença nos dias atuais se justifica por representar algo que diferencia e solidifica a relação dos públicos com a organização: “em um mundo que é rapidamente banalizado pela massificação, pela utilização cotidiana, pelo excesso de exposição, uma diferenciação que nasce pela história de uma organização, é um atributo que poucos têm” (NASSAR, 2007, p. 186). Assim, a memória institucional se apresenta como uma possibilidade de “costura” do sujeito à organização, para que este se reconheça como elemento partícipe de sua trajetória.

3. A premência da memória: passados presentes

A memória exerce uma importante função na vida dos indivíduos. Como só se registra aquilo que é marcante³, o que realmente toca os sentidos, ela é carregada de emoções.

Lembranças de outros tempos, de outros vividos e sentidos, fazem com que cada indivíduo seja único, pelas experiências únicas que guarda em sua memória. Daí decorre a intrínseca relação entre memória e identidade, uma vez que, de acordo com Izquierdo (2002, p. 09), “o acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é, com que sejamos, cada um, um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico”. Dessa forma, elas possuem o potencial de referenciar e contextualizar os sujeitos dentro do tempo. Conforme observa Tedesco (2004, p. 64), se o indivíduo “perde o sentido da relação com o próprio passado perde também um elemento fundamental de sua identidade, ou seja, a capacidade de perceber sua própria continuidade, de se reconhecer como mesmo no decorrer do tempo”.

1 Stakeholders são, na visão de Kunsh (1997), os públicos estratégicos de uma organização, ou seja, as pessoas ou grupos que estão ligados à ela em razão do interesse recíproco existente entre ambas as partes.

2 Nassar (2007, p.114) conceitua o sentimento de pertencer ou pertencimento como “um turbilhão de lembranças do sujeito, estimulado pelo pesquisador, por um objeto, por uma pergunta e pela possibilidade de uma narrativa desvinculada de um objetivo prático, que traz um reencontro com um passado feliz ou importante, ou com uma comunidade de destino”.

3 Conforme Izquierdo (2002), a memória consiste na aquisição (aprendizagem), na formação, na conservação e na evocação (recordação, lembrança, recuperação) de informações. Para ele, “só se “grava” aquilo que foi aprendido” (IZQUIERDO, 2002, p. 9, grifo do autor).

Essa referência, esse sentido de si, representa algo de valor nesse mundo pós-moderno, criador de infinitos não-lugares⁴, onde reina o individualismo, a pluralidade, o provisório e o efêmero. Quando os indivíduos são cada vez mais prisioneiros do instante, a memória pode representar uma possibilidade de lugarizá-los dentro de um projeto maior de continuidade, de constância dentro do tempo, de sentido. Nesse lugar⁵, os sujeitos podem (re) descobrir sua identidade, seus pontos de referência e construir vínculos sociais.

De acordo com Huyssen (2006, p. 9), a emergência da memória nos anos recentes⁶ como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais constitui um fenômeno surpreendente, pois esse retorno ao passado “contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX”. Para ele, tal obsessão pelo passado se justifica pela sobrecarga de informações a que temos sido submetidos:

nosso mal-estar parece fluir de uma sobrecarga informacional e perceptual combinada com uma aceleração cultural, com as quais nem a nossa psique nem os nossos sentidos estão bem equipados para lidar. **Quanto mais rápido somos empurrados para o futuro global que não nos inspira confiança, mais forte é o desejo de ir mais devagar e mais nos voltamos para a memória em busca de conforto** (HUYSSSEN, 2006, p. 32, grifo nosso).

A cultura da memória busca preencher, então, uma importante função nas transformações atuais da experiência de tempo, trazidas a reboque no impacto das novas tecnologias e mídias na percepção e na sensibilidade do ser humano (HUYSSSEN, 2006). Pode representar, assim, um contraponto aos *não-lugares* por propiciar um sentido de continuidade em um contexto caracterizado pelo efêmero:

4 Não-lugares, segundo Augé (1994) constituem os espaços que não valorizam aspectos essenciais da identidade dos indivíduos, são locais de passagem, um mundo “prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero” (AUGÉ, 1994, p. 74). Nesses ambientes tudo é pontual, instrumental, sem obrigação com a continuidade, um fazer preso ao presente.

5 Entende-se por lugar o conceito indicado por Augé (1994), que parte da constatação que o ser humano precisa de pontos de referência para não se perder numa sociedade caracterizada por alta individualização e perda do vínculo social. Conforme o autor, lugar pode se definir como o identitário, o relacional e o histórico.

6 O autor considera “anos recentes” aqueles a partir da década de 1980, quando os “discursos de memória” foram impulsionados nos Estados Unidos e na Europa em razão, sobretudo, dos debates sobre o Holocausto (HUYSSSEN, 2006, p. 13).

nesse contexto de mercantilização da cultura, percebe-se a necessidade de construir uma biografia, uma história da própria vida que esteja com possibilidade de fornecer, ainda que limitadamente, um senso de continuidade do tempo num contexto de fragmentação (TEDESCO, 2004, p. 75).

Face ao exposto é que se considera relevante refletir sobre as possibilidades da memória no contexto institucional, visto que as organizações ocupam um espaço significativo na sociedade, influenciando e interferindo em vários aspectos da vida dos indivíduos. De acordo com Freitas (2000, p. 64), são elas inclusive “que fixam o (s) lugar (es) que confere (m) a cada um seu status social”.

Embora as organizações constituam agentes coletivos planejados deliberadamente para realizar um determinado objetivo, produzir bens e serviços, torna-se essencial atualmente enxergá-las como produtoras de significado, que constituem ambientes de pulsão, repulsão, desenvolvimento de saberes e demarcação de poderes. Tais nuances, ao mesmo tempo complementares e antagônicas, muitas vezes são esquecidas, mas devem ser (re) conhecidas para dar espaço à novas possibilidades de comunicação organizacional, que propiciem a construção de relacionamentos de valor com os públicos estratégicos.

Nesse sentido, os estudos da memória servem para entender os tempos e os espaços que carecem de valores e significados culturais “nem sempre em harmonia entre vividos e concebidos, expressos nas condições de existência passadas, atuais e projetiva” (TEDESCO, 2004, p. 29).

Na busca por um conceito de memória institucional serão enfocadas a seguir as abordagens de alguns teóricos sobre aspectos ligados a esta temática e, posteriormente, como a questão evoluiu no contexto organizacional.

3.1 Algumas abordagens teóricas sobre memória

A temática da memória vem sendo abordada em campos de investigação tão diversos quanto as ciências biológicas, humanas e sociais. As esferas de estudos são tão abrangentes que têm posicionado tais reflexões também

no campo dos imaginários e das representações. Como consequência, existem inúmeras definições e enfoques para esse conceito. Não obstante, este estudo será centrado nas abordagens individual, coletiva e social da memória.

De uma maneira geral, as principais referências sobre memória são as propostas por Henri Bergson⁷ e Maurice Halbwachs⁸. O primeiro trata dos aspectos ligados à memória individual e o segundo sobre a memória coletiva. As considerações de Michael Pollak⁹ sobre o caráter social da Memória também serão evidenciadas ao longo deste tópico.

Bergson (2006), filósofo e escritor francês, enfatiza a perspectiva neurobiológica da capacidade de lembrar e esquecer, buscando afirmar a realidade do espírito e da matéria e determinar a relação entre eles através da memória. Considerado um marco na filosofia moderna, seu pensamento representa o fim da era cartesiana, uma vez que propôs a substituição da ótica materializante da ciência e da metafísica por uma perspectiva biológica.

Em sua principal obra, *“Matéria e Memória: ensaio sobre a relação entre corpo e espírito”*, Bergson situa a memória não como uma função do cérebro, mas como força subjetiva, no domínio do espírito. Isso porque possui uma função essencial no processo psicológico, uma vez que seu uso permite o conhecimento das coisas e o retorno ao passado.

A memória é, segundo a abordagem desse filósofo, praticamente inseparável da percepção e intercala o passado no presente, condensando “momentos múltiplos da duração” (BERGSON, 2006, p. 77). Para ele, a percepção ou a imagem daquilo que nos interessa possui um efeito de miragem e está impregnada de lembranças. Situada fora do corpo, não é mais do que uma seleção, ou seja:

7 O filósofo Henri-Louis Bergson nasceu em Paris (França) em 1859. Sua principal obra, *Matière et Mémoire*, foi publicada em 1897, mas, para este estudo, utilizamos como referência a publicação feita em Língua Portuguesa no ano de 2006.

8 Maurice Halbwachs nasceu em Reims (França) em 1877. O sociólogo foi aluno de Bergson durante alguns anos, mas rompeu com seu pensamento filosófico para seguir seu próprio caminho em busca da ciência. Posteriormente se tornou discípulo e colaborador de Émile Durkheim (SANTOS, 2003).

9 O sociólogo Michael Pollak nasceu em Viena (Áustria) em 1948. Radicado na França, foi pesquisador do Centre National de Recherches Scientifiques – CNRS, ligado ao Institut d’ Histoire du Temps Present e ao Groupe de Sociologie Politique et Morale. Estuda as relações entre política e ciências sociais.

não cria nada; seu papel, ao contrário, é eliminar do conjunto das imagens todas aquelas as quais eu não teria nenhuma influência, e depois de cada uma das imagens retidas, tudo aquilo que não interessa as necessidades da imagem que chamo meu corpo (BERGSON, 2006, p. 268).

Ainda de acordo com o autor, existem duas formas da memória, teoricamente independentes, mas na realidade interdependentes: *memória-hábito* e *memória pura*. A primeira, fixada no organismo e adquirida pela repetição de gestos e palavras, representa o “conjunto dos mecanismos inteligentemente montados que asseguram uma réplica conveniente às diversas interpelações possíveis”, permitindo nossa adaptação frente às situações do presente (BERGSON, 2006, pp. 176-177). Já a segunda, a verdadeira conforme argumenta Bergson, é coextensiva à consciência, situando os fatos e acontecimentos dentro de um passado:

ela retém e alinha uns após outros todos os nossos estados à medida que eles se produzem, dando a cada fato seu lugar e conseqüentemente marcando-lhes a data, movendo-se efetivamente ao passado definitivo, e não, como a primeira, num presente que recomeça a todo instante (BERGSON, 2006, p.177).

Para Bergson (2006), o passado sobrevive sob duas formas distintas, em mecanismos motores e em lembranças independentes. A primeira é conquistada pelo esforço e permanece sob a dependência de nossa vontade. Já a segunda é espontânea, quer seja para conservar ou reproduzir os fatos. Conforme comenta, o passado é “o que não age mais, mas poderia agir, o que agirá ao inserir-se numa sensação presente da qual tomará emprestada a vitalidade”, mas é essencialmente impotente e apenas o futuro motiva a ação (Ibid., p. 281). Dessa forma, a memória tem graus sucessivos e distintos de tensão ou de vitalidade, difíceis de discernir, mas “não consiste em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas pelo contrário, num progresso do passado ao presente” (Ibid., p. 196).

O enfoque da memória como uma capacidade mental essencialmente individual começou a ser questionado nas décadas de 1920 e 1930, por autores como Halbwachs e Bartlett¹⁰, que a enxergavam com um processo que

¹⁰ Santos (2003) destaca as considerações de Frederico Bartlett como sendo essenciais, junto com as de Halbwachs, para com-

se constitui na dinâmica social. Tais reflexões, agora, concebiam a memória coletiva, enfatizando “uma visão da recordação, memorização e esquecimento como trabalhos/processos construídos culturalmente, em termos de seu conteúdo e sua estrutura” (BRAGA, 2000, p. 18).

Halbwachs (2006) situa sua reflexão sobre o caráter coletivo da memória, buscando evidenciar a impossibilidade da compreensão do fenômeno das lembranças sem tomar como referência os quadros sociais. Conforme ele argumenta: “é impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza à essa reconstrução que chamamos memória” (HALBWACHS, 2006, p. 08).

Devedor das idéias de Bergson, de quem foi discípulo, rompeu com a sua formação filosófica para seguir seu próprio caminho em busca da ciência¹¹. O livro “*A memória coletiva*”¹² contém os fundamentos do que na época representou um marco, posto que, nele, Halbwachs discorreu sobre memória coletiva num momento em que essa temática era vista somente como um fenômeno individual e subjetivo.

Halbwachs não considerava a memória apenas como um atributo da condição humana ou unicamente a partir de sua relação com o passado, mas, de acordo com Santos (2003), compreendia-a como uma resultante das representações coletivas construídas no presente visando o controle social: “para ele a memória não tinha apenas um adjetivo; a memória era a memória coletiva” (SANTOS, 2003, p. 21).

Nele, como em Bergson, encontra-se a idéia do caráter seletivo da memória. Mas, para Halbwachs, *a idéia de seleção da memória coletiva se faz em*

preender a inserção da memória no pensamento social. Bartlett foi o psicólogo britânico que estabeleceu em 1932 uma série de conceitos com o objetivo de explicar “os processos mentais constituídos a partir de interações sociais que seriam responsáveis pela lembrança e pelo esquecimento” (SANTOS, 2003, p. 22). Assim como Halbwachs, ele também enxerga a memória como uma construção social, mas, em sua ótica “os indivíduos têm razões e intenções com significados próprios no processo de construção de suas memórias” (Idem). Porém, apesar da relevância da contribuição desse autor para os debates sobre memória coletiva, este estudo focaliza os argumentos de Halbwachs por considerá-los mais oportunos para o desenvolvimento desta reflexão.

11 Posteriormente, Halbwachs se associou a um grupo de intelectuais que se organizava em torno de Émile Durkheim, de quem se tornou colaborador (SANTOS, 2003).

12 O livro “*A Memória Coletiva*” foi publicado em 1950, após a morte de Halbwachs em um campo de concentração nazista, a partir de manuscritos contendo reflexões sobre memória individual e coletiva, história, tempo e espaço (SANTOS, 2003). Utiliza-se neste estudo uma edição atualizada, publicada em 2006.

razão dos interesses do presente, constituindo não apenas um fator de identidade do indivíduo e do grupo, mas também a “expressão e manifestação do momento presente” (TEDESCO, 2004, 58).

Halbwachs compreende a memória, individual ou coletiva, como um processo de reconstrução. Diferentemente de Bergson, não a vê como um depósito que guarda o passado da mesma forma como ocorreu, mas como “algo que comporta um aspecto social ineliminável, que conserva tanto os processos de sedimentação dos acontecimentos passados na consciência quanto os de sua conservação e de seu reconhecimento” (HALBWACHS, 2006, p. 59). Nesse sentido, ele observa que a memória não está no espírito, como indicou Bergson, mas na sociedade. Porém, nem esta última fornece as indicações para que o passado se apresente por completo. Ou seja, para o sociólogo, este será sempre uma reconstrução:

Para Bergson, o passado permanece inteiro em nossa memória. [...] Para nós, ao contrário, o que subsiste em alguma galeria subterrânea de nosso pensamento não são imagens totalmente prontas, mas - na sociedade - todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado que representamos de modo incompleto ou indistinto (HALBWACHS, 2006, p. 97).

De acordo com Halbwachs (Ibid., p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, uma vez que as lembranças são formadas no interior dos grupos. Isso porque a primeira depende do relacionamento do sujeito com todos os grupos em que ele convive e que carregam e imprimem seus referenciais sobre este indivíduo. Assim, a origem dos sentimentos, lembranças e recordações que acreditamos ser individuais, na realidade são inspiradas pelo grupo. Nesse sentido, os indivíduos somente se lembram porque são seres sociais e vivem em conjunto:

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque **jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em certa quantidade de pessoas que não se confundem** (HALBWACHS, 2006, p. 30, grifo nosso).

Tedesco (2004) destaca os aspectos de continuidade dentro do tempo e de afirmação da identidade como sendo essenciais para a compreensão dos argumentos de Halbwachs. Desse modo, ele observa que:

a memória, em Halbwachs, precisa ser entendida como manifestação de um conjunto dinâmico, espaço não só de relação, mas de reinterpretação/renovação de sentido. Sua função está em preservar os elementos do passado que garantem aos sujeitos sua própria continuidade e afirmação identitária, do que propriamente fornecer uma imagem fiel do passado (TEDESCO, 2004, p. 59).

A memória também é enfocada por Pollak (1992) a partir de um viés sociológico. O autor evidencia que a memória, em todos os níveis, é um fenômeno construído social e individualmente e que, por isso, tem ligação direta com o sentimento de identidade. Esse processo de construção, que pode ser consciente ou inconsciente, ocorre em função das preocupações pessoais e políticas do momento.

Pollak concorda com a idéia de seletividade da memória, encontrada também em Bergson e Halbwachs, mas destaca o papel da organização no processo: “o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização (POLLAK, 1992, p. 204).

Esse sociólogo destaca os elementos constituintes da memória, tanto individual quanto coletiva: os acontecimentos, os personagens e os lugares. Conforme argumenta, são considerados acontecimentos, tanto aqueles vividos pessoalmente quanto os vividos por associação, ou seja, aqueles vivenciados pelo grupo ou pela coletividade à qual o indivíduo se sente pertencer. As pessoas ou personagens, que podem ser aqueles realmente encontrados no decorrer da vida ou os que conhecemos não-diretamente: aqueles “que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa”, mas que podem ser sentidos como se seus contemporâneos fossem (Ibid., p. 202). Os lugares da memória, aqueles ligados a uma lembrança, são os locais que estão fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa que podem constituir um lugar importante para a memória do grupo e, como decorrência, da própria pessoa, “seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo” (Idem).

Existe uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade, de acordo com Pollak (1992), o que pode contribuir para a criação do sentimento de pertencimento nos indivíduos. Fortalecer o senso de pertença e de autoria de cada um, estimulando a possibilidade dos indivíduos fazerem-se ouvir é, segundo aponta Worcman (2006), o grande sentido social que as práticas de memória podem adquirir, pois:

A possibilidade de compartilhar desta memória – como produtores e receptores – é que dá, a cada um de nós, o senso de pertencimento e constitui o que chamamos de memória social. Trata-se de uma relação criativa e dinâmica entre o indivíduo e o grupo. Nosso lembrar e as maneiras como lembramos se fazem a partir da experiência coletiva (WORCMAN, 2006, p. 202).

Para Pollak (1992), a construção da identidade é um processo que se produz em referência aos outros e passa por três elementos: a unidade física, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência. A unidade física constitui o sentimento de ter fronteiras físicas ou de pertencimento ao grupo. A continuidade dentro do tempo, para ele, atua no sentido moral e psicológico. Já o sentimento de coerência serve para tornar evidente onde “os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados” (Ibid., p. 204).

Além disso, a construção da identidade passa por critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade, que são possíveis apenas por meio da negociação direta com outros sujeitos. Dessa forma, memória e identidade podem ser perfeitamente negociadas e, por isso, são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais.

O autor também argumenta sobre o conceito de memória herdada, ou seja, o fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, muito forte, que pode ocorrer seja por meio da socialização política ou histórica. Para ele, a memória é em parte, herdada, e representa

um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992, p.204).

Até mesmo a memória nacional, em sua visão, é organizada e constitui um objeto de disputa importante, sendo comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (POLLAK, 1992). Assim também são os processos de construção das memórias de uma organização.

Os argumentos dos três autores enfocados possuem abordagens diferenciadas sobre o conceito de memória, mas de suas concepções teóricas podem ser extraídos alguns aspectos similares que são relevantes na busca pela compreensão do conceito de memória institucional.

Seleção, reconstrução e identidade são características que podem ser transportadas para o contexto organizacional. A memória, tanto individual quanto coletiva, é seletiva e realiza a organização das lembranças, funcionando como uma reconstrução do passado, que não foi de um indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido dentro de um quadro social, ao qual influencia e recebe influências. Como aponta Halbwachs (2006, p. 30), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós” e, desse modo, tudo o que o sujeito compreende como seu, até as suas lembranças mais arraigadas, estão consigo porque os outros também estão impregnados em si. Tal assertiva demonstra a dimensão da inserção do sujeito dentro da coletividade e de uma continuidade dentro do tempo.

A profunda ligação entre memória e identidade permite a inferência sobre o potencial da memória institucional em lugarizar o indivíduo. De acordo com Bergson (2006), a memória possui uma função essencial no processo psicológico. Ela posiciona os sujeitos, contextualizando-os no tempo, nos ambientes e nas relações, pois conforme observa Halbwachs (2006, p. 08), somente é possível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando “se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza à essa reconstrução que chamamos memória”.

Pollak (1992) evidencia que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente e que, por isso, tem ligação direta

com o sentimento de identidade, cuja construção passa pela negociação e por critérios de aceitabilidade, de admissibilidade e de credibilidade. Dessa forma, ela constitui o elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros, consistindo em:

uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. [...] Seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana (RUOSSO, 1996, pp. 94-95, grifo do autor).

O processo de construção da identidade, que pode ser consciente ou inconsciente, ocorre em função das preocupações pessoais e políticas do momento, sendo possível apenas por meio da negociação direta com outros sujeitos (POLLAK, 1992).

De acordo com Le Goff (2003, p. 469, grifo do autor), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Daí decorre a crença na memória institucional como uma possibilidade de comunicação organizacional para criar relacionamentos de valor com os *stakeholders*. Ela consiste, desse modo, numa (re) construção de fatos e acontecimentos significativos da trajetória e das experiências da organização, selecionados e organizados com o objetivo de estimular o processo de construção de uma identidade comum entre esta e seus públicos de interesse. Embora essa identidade seja volátil e volante, em razão das organizações serem complexas e atuarem em um ambiente marcado por relações antagônicas e complementares, é ela que pode propiciar o senso de pertencimento dos indivíduos junto à causa e à trajetória institucional.

De acordo com Worcman (2006, p. 128), contar a história das organizações mostra-se fundamental nos dias atuais, em que “prevalece o culto cego ao eternamente novo, à juventude, ao moderno, categorias tomadas como critério absoluto de qualidade numa época organizada em torno do consumo e do consumismo”.

3. 2 A Memória no contexto das organizações

Observa-se a emergência dos estudos sobre memória de instituições e acontecimentos a partir da década de 1980, com os processos de democratização e lutas por direitos humanos e a expansão e fortalecimento das esferas públicas da sociedade civil. Esse cenário se refletiu no ambiente organizacional, que passou a sofrer maiores pressões dos públicos, mais diversificados e conscientes de seus direitos em razão do aumento da circulação de informações.

Não obstante essa crescente nas últimas décadas, Totini e Gagete (2004) traçam um panorama da evolução do conceito de memória em âmbito empresarial (Quadro 1). De acordo com as autoras, os primeiros trabalhos que podem ser classificados como de memória empresarial surgiram no início do século passado, quando as empresas alemãs Krupp e Siemens criaram serviços de arquivo com caráter histórico, em 1905 e 1907 respectivamente. Nos Estados Unidos, serviços semelhantes foram criados apenas a partir da década de 1920, época que também viu a criação da Business Historical Society e, em âmbito acadêmico, da disciplina História Empresarial (1927), em Harvard. Influenciados pelos americanos, os ingleses criaram em 1934 Business Archives Council com o objetivo de estimular a preservação desse tipo de arquivo. Nas décadas seguintes, vários países da Europa criaram instituições semelhantes.

Quadro 1: Evolução do Conceito de Memória Organizacional

Período	Âmbito	Local	Produtos / Enfoques
1905 - 1907	Empresarial	Alemanha	Criação de serviços de arquivo de caráter histórico
1920	Empresarial	EUA	Primeiras tentativas de criação de arquivos empresariais nos EUA
1927	Acadêmico	EUA	Criação da disciplina História Empresarial em Harvard (biografias de empresários e a evolução das instituições)
1934	Empresarial	Inglaterra	Criação do Business Archives Council
Décadas de 1940 e 1950	Acadêmico	EUA	- Novo enfoque dos estudos da escola norte-americana : processos internos de mudança organizacional em relação à competição tecnológica e mercadológica.

Período	Âmbito	Local	Produtos / Enfoques
Década de 1960	Acadêmico	Brasil	Registro dos primeiros trabalhos que podem ser caracterizados de memória no país com enfoque na evolução das empresas e de seus fundadores
Década de 1970	Acadêmico	Europa	Debates em razão da Nova História; introdução da memória empresarial na dimensão do simbólico.
	Acadêmico	Brasil	- Estudos influenciados pela Nova História e pelos estudos da escola norte-americana.
	Empresarial	Europa / EUA	- Inclusão de funcionários especializados para cuidar do acervo no organograma das empresas.
Décadas de 1980 e 1990	Empresarial	Europa / EUA Brasil	Criação de “agências” de historiadores especializada em projetos de memória empresarial.
	Acadêmico	Brasil	- Aplicação de novos conceitos de memória face às mudanças dos contextos interno e externo.
	Empresarial	Brasil	Criação de Projetos de “resgate histórico” nas empresas. Realização do I Encontro Internacional de Museus Empresariais , pela ABERJE (1999).
2004	Empresarial	Europa/EUA Brasil	Constituição da memória como área de atuação específica nas empresas .
Últimos Anos	Empresarial Acadêmico	Europa / EUA Brasil	Criação de projetos de memória em empresas e instituições como ferramenta estratégica de gestão.

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em (TOTINI; GAGETE, 2004, pp. 113-121).

A partir das décadas de 40 e 50, os estudos sobre memória nos Estados Unidos começaram a se diferenciar. O foco passou a ser os processos internos de mudança organizacional em relação à competição tecnológica e mercadológica. O estudo *Management Decentralization: na Historical analysis* (1956), de Alfred Chandler, professor emérito da *Harvard Business School*, representou um marco desse novo posicionamento, pois sistematizou os modelos de evolução organizacional de dez setores industriais baseando-se em biografias empresariais, relatórios anuais, livros e revistas de negócios.

Os debates da Nova História¹³ realizados na Europa a partir de 1970 influenciaram o conceito de memória, introduzindo-o na dimensão do simbólico. Conforme Totini e Gagete (2004, p. 115), enxergar o objeto de pesquisa

13 A Nova História é, conforme Burke (1992), uma corrente que incorpora novos problemas, abordagens, objetos e formas de se escrever a história como uma reação deliberada contra o paradigma tradicional posto em circulação pelo historiador americano Thomas Kuhn. É a história associada à *École de Annales* (França), que passou a se interessar não apenas pela política, mas por toda atividade humana, mais preocupada com a análise da estruturas do que com a narrativa dos acontecimentos, que buscava enxergar “a história vista de baixo” fazendo uso de outros tipos de fontes, não apenas de documentos.

empresa não somente como uma unidade de produção de bens e serviços, mas como de produção de significados sócio-culturais, “colaborou sensivelmente para o estudo da construção e consolidação da cultura e da identidade corporativas”. Nesse momento, empresas americanas e européias passaram a incluir nos organogramas profissionais para cuidar de seus acervos, cujo enfoque era a valorização do potencial analítico da história da empresa para a empresa.

Nas décadas seguintes, foram criadas agências de historiadores, especializadas em projetos de memória empresarial. Nos últimos anos, organizações da Europa, dos Estados Unidos e também do Brasil vêm contemplando a memória como ferramenta estratégica de gestão, criando projetos de memória em sua maioria com enfoque na construção de narrativas heróicas, sagas, celebrações e biografias elogiosas, apesar destes constarem com algumas distorções (TOTINI; GAGETE, 2004).

No Brasil, o registro dos primeiros trabalhos caracterizados como de memória empresarial datam de 1960, constituindo estudos acadêmicos com enfoque na relação entre aspectos econômicos, ideologia e estrutura paternalista, com enfoque na evolução das empresas e de seus fundadores.

As reflexões acadêmicas brasileiras dos anos 1970 receberam influência da Nova História¹⁴ e da escola norte-americana, sendo desenvolvidas por historiadores de áreas afins como economia, administração e sociologia.

A publicação da pesquisa de Maria Bárbara Levy em 1977 sobre a evolução da bolsa de valores do Rio de Janeiro levou outros pesquisadores ao estudo de tradicionais empresas e instituições brasileiras. Já os estudos de Cleber Aquino resultaram na publicação do livro *História Empresarial Vivida*, em 1986.

O cenário do Brasil dos anos 1980 era de luta pela redemocratização em razão do fim do Regime Militar. Esse processo, aliado à reestruturação das forças produtivas, à mudança de postura no perfil do Estado, que promoveu uma série de privatizações em importantes corporações na década de

¹⁴ Dentro do contexto da Nova história, de acordo com Nassar (2007, p. 127), “as práticas de história empresarial têm a sua autonomia claramente expressa nas abordagens e metodologias utilizadas para o registro memorialístico e para o fazer histórico; já as imbricações entre os interesses de relações públicas e os da história têm sido feitos dentro de um espírito de negociação e de aprendizagem mútua”.

1990, além das fusões e aquisições correntes nessa época, tiveram significativo impacto sobre as organizações e a sociedade. Além disso, o impulso no desenvolvimento da tecnologia, a partir da massificação dos computadores pessoais e do aumento da utilização da internet fora das universidades, a partir de 1994, contribuiu para potencializar a diversificação e a articulação dos públicos (NASSAR, 2007).

Estes fatores contribuíram para provocar profundas mudanças nas empresas, desde sua estrutura até o (re) pensar sobre novas posturas de comunicação. Conforme resgata Nassar (2004, p. 15), “milhões de brasileiros, nos seus papéis de cidadãos, trabalhadores e de consumidores perceberam que as identidades de empresas e instituições, extremamente reconhecidas em nossa sociedade mudavam”.

Numa tentativa de conquistar os novos objetivos de eficácia requeridos neste contexto, além do engajamento dos públicos com a causa e favorecer o processo de democratização, as empresas brasileiras passaram a adotar programa de Qualidade Total a partir de 1990. Mas a adoção dessas iniciativas se mostrou demasiado negativa para a memória das organizações, uma vez que a implantação descuidada de ações que se inspiravam nos modelos japoneses e norte-americanos, focados apenas em resultados quantitativos, teve como conseqüência a destruição de grande parte do acervo das empresas, cujas histórias eram consideradas como mero passado, morto, destituído de valor. Nassar, retratando essa situação, observa que:

muitas delas se inspiravam no management japonês e norte-americano, principalmente do programa conhecido como 5S, que em seu manejo prevê, como um dos primeiros rituais, o descarte de “coisas velhas” pelos empregados das empresas que implantam esse tipo de metodologia. Assim, nos anos 1990, simplesmente se jogaram no lixo milhares de documentos, fotografias, máquinas e objetos, sem nenhuma preocupação com a preservação da memória organizacional (NASSAR, 2007, p. 20, grifo do autor).

Após o término desse movimento de descarte de documentos, fotos e outros registros importantes de suas trajetórias, as organizações passaram a compreender que a história é que traduz a sua identidade, interna e externa-

mente, pois “é ela que constrói, a cada dia, a percepção que o consumidor e seus funcionários têm das marcas, dos produtos, dos serviços” (Nassar, 2004, p. 21). Totini e Gagete (2004) apontam que isto se deu em virtude das empresas terem começado a perceber que precisavam se adaptar às mudanças do contexto sem perder sua identidade e os valores essenciais de sua cultura. Para estas autoras, como a identidade está diretamente ligada à memória e

aos processos que vivenciaram, aos erros e acertos, às inovações, superações, derrotas e vitórias que marcaram sua trajetória histórica [...] **resgatar a história passou a ser um projeto importante para muitas empresas que perceberam que** os registros do passado estavam se perdendo e com eles, a compreensão dos processos passados e conseqüentemente dos seus reflexos no presente (TOTINI; GAGETE, 2004, p. 119, grifo nosso).

A partir de 1999, a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE¹⁵) “tomou para si o papel político e simbólico de demonstrar a importância da Comunicação Organizacional na defesa, na manutenção e reforço da identidade brasileira, e a responsabilidade (histórica) que os comunicadores organizacionais têm nesse processo” (NASSAR, 2004, p. 20), realizando eventos para ressaltar a importância do tema em âmbito empresarial.

Por memória institucional – ou empresarial - Worcman (2004) entende como sendo o uso que uma empresa faz de sua própria história. Ainda de acordo com o pensamento dessa autora, trabalhar esse tema não é apenas promover uma reconstrução do passado da organização, devendo ser visto “como um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros” (WORCMAN, 2004, p.23). Segundo Nassar (2007), diante do enfraquecimento das formas tradicionais de comunicação com o objetivo de envolver os empregados e outros públicos, a história organizacional começou a se firmar como uma nova perspectiva para o reforço, principalmente, do sentimento de per-

15 A ABERJE é uma sociedade civil sem fins lucrativos criada em 1967 com a finalidade de discutir e promover a Comunicação Empresarial e Organizacional como função administrativa, política, cultural e simbólica de gestão estratégica das organizações e de fortalecimento da cidadania. Sua sede fica em São Paulo, mas realiza e apóia iniciativas na área da comunicação organizacional em todo o Brasil.

tencimento dos empregados, como protagonistas fundamentais das realizações, dos bens, dos serviços e da própria sustentação dos empreendimentos.

A memória institucional é uma (re) construção do passado, visto que não é possível, conforme Bergson (2006), voltar ao que não atua mais, ao tempo decorrido, se não for pela memória. Como em todo processo de escolha e de seleção, constituirá a memória da organização aquilo que foi relevante para ela e ela estará impregnada de sua cultura. Ou seja, “a cultura, os comportamentos, os símbolos, a identidade e a comunicação, o conjunto de elementos que formam a personalidade de uma empresa ou instituição, são os grandes pilares da memória” (Ibid., p. 111).

Por meio da memória “as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças por que passam em suas próprias vidas” (THOMPSON, 1992, p.21). Ela consiste, então, em uma narrativa entre as múltiplas narrativas possíveis dentro do contexto organizacional e sua construção deve ser alicerçada naquilo que foi ou é considerado relevante para cada indivíduo, para o grupo ou para a organização.

As iniciativas no campo da memória institucional objetivam, num primeiro momento, a manutenção da imagem corporativa, contribuindo para a perpetuação da organização na medida em que promovem um mergulho para dentro do próprio ser, o que é essencial para o autoconhecimento e uma maneira bastante contundente de antever o futuro (MARICATO, 2006). Podem servir, ainda, para criar valor para as organizações e a defesa de sua imagem em situações de crise (NASSAR, 2007). Assim, ainda que seja revelada alguma ação negativa em dado momento de sua história, a exposição de sua trajetória transparente poderá contribuir para minimizar os danos à sua imagem.

Segundo Maricato (2006, p. 126), “ao compreender a vida de uma organização disposta na linha do tempo, podemos distinguir quão importantes foram e são os fatos históricos, as reações, as linhas de comando e o perfil que ela vai incorporando, traduzindo-se na própria maneira de ser da organização”. Nesse sentido, a memória serve para o conhecimento da verdadeira identidade da organização e esta possibilidade de compartilhar é que garante a cada um o senso de pertencimento.

4. Conclusões

A comunicação sempre desempenhou um papel de destaque no desenvolvimento da sociedade, mas é no ambiente marcado pela complexidade que ela se configura como imprescindível, pois conforme observa Freitas (2000), é perceptível a perda de confiança dos cidadãos na credibilidade das empresas, do Estado e de outras instituições consagradas.

Nesse contexto de valores efêmeros, identidades fragmentadas e contínuas mudanças, o grande desafio que se coloca para a comunicação é reconstituir ou tentar criar vínculos que possam propiciar o senso de pertencimento e o resgate da identidade do indivíduo. A comunicação que valoriza a alteridade do outro e que contribui para a criação e o reforço do senso de pertencimento com uma causa, um objetivo ou uma organização, pode ser essencial para construir relacionamentos de valor com os públicos de interesse.

O conhecimento, a preservação e a utilização estratégica da memória institucional se apresentam como aspectos relevantes para o discurso organizacional em um tempo onde “forças de desintegração múltiplas e potentes encontram-se em andamento” (MORIN, 2007, p. 15), marcado por constantes mudanças, modismos e instantaneidade. Tais práticas evidenciam a responsabilidade histórica da organização, marcando seu legado para a sociedade, e podem representar um caminho para a questão do pertencimento. Nesse sentido, colaboram para fortalecer a imagem, a identidade e reputação da organização, legitimando sua ação perante a sociedade.

O enfoque das práticas de memória mudou consideravelmente desde que a temática foi inserida no ambiente empresarial. Se antes o objetivo era documentar o acervo ou realizar uma mera celebração do passado, nos últimos anos os projetos de resgate histórico têm sido pensados como ações de comunicação institucional e marketing corporativo (TOTINI; GAGETE, 2004). Porém, não obstante a aplicação de novos conceitos de memória face à necessidade de uma comunicação mais aberta e transparente, ela tem sido vislumbrada ainda como uma ferramenta de comunicação. Essa é a visão de Worcman (2004, p.23-24), que afirma que as organizações serão capazes de transformar sua trajetória em conhecimento útil se compreenderem a memória

“como ferramenta de comunicação, como agente catalisador no apoio a negócios, como fator essencial de coesão do grupo e como elemento de responsabilidade social e histórica”.

Numa outra perspectiva, este estudo busca apresentar a memória institucional não como uma ferramenta de comunicação, descontextualizada e pontual, mas como uma possibilidade de comunicação organizacional, que pode *lugarizar* os *stakeholders* neste contexto pós-moderno de valores efêmeros e identidades descentralizadas. Nesse sentido, ela pode representar ainda uma possibilidade de compreensão das diferenças e dos aspectos positivos e negativos da trajetória de uma organização, posto que “sem memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento da diferença [...] **nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades** pessoais e culturais, políticas e nacionais” (HUYSEN, 2006, p. 72, grifo nosso).

Resgatar a memória passou a ser um fator relevante para as organizações, em razão de não constituir somente um simples registro da história, mas um programa que envolve objetivos, justificativas e um cronograma que permite um planejamento adequado e contínuo. Dessa forma, seu papel é construir um futuro, por meio do passado e da atualidade, nos quais a identificação da cultura organizacional e do fortalecimento da (s) identidade (s) serão os fatores predominantes.

5. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ana Luiza de Castro. A construção de sentido sobre “quem somos” e “como somos vistos”. In MARCHIORI, Marlene (org). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2006.

AUGÉ, Marc. Não-lugares: **Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus Editora, 1994.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRAGA, Elisabeth dos Santos. **A constituição social da memória: uma perspectiva histórico cultural**. Ijuí, Rio Grande do Sul: Ed UNIJUÍ, 2000.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 4

ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

DRUCKER, Peter. **Administração em tempos de grandes mudanças**. São Paulo: Pioneira – Publifolha, 1999.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura organizacional: identidade, sedução e carisma?**. 2a.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GAGETE, Élida, TOTINI, Beth. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In NASSAR, Paulo (org). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro**. São Paulo: Aberje, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HUYSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da Informação: uma introdução à informação como fundação da ação, da comunicação e da decisão**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. Gestão das relações públicas na contemporaneidade e a sua institucionalização profissional e acadêmica no Brasil. **Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 31-61, 2º. Semestre 2006.

_____. **Relações públicas e modernidade**. São Paulo: Summus, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5a.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MARICATO, Adriano. História e memória. In MARCHIORI, Marlene (org). **Faces da cultura e da comunicação organizacional**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2006.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MORIN, Edgar, Almeida, Maria da Conceição de, Carvalho, Edgard de Assis (orgs.). **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NASSAR, Paulo. Conceitos e processos de comunicação organizacional. In KUNSCH, Margarida Krohling. **Gestão estratégica em comunicação organizacional e relações públicas**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2008.

_____. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações**. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007.

_____. Relações públicas e história organizacional no Brasil. **Organicom - Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**, São Paulo, ano 3, n. 5, p. 155-177, 2º. Semestre 2006.

_____. Sem memória, o futuro fica suspenso no ar. In NASSAR, Paulo. **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social: estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RABIN, Alberto. **Virtuais comunidades na era do acesso**. Lâmina, Pernambuco, set. 2005. Disponível em: <<http://ppgcomufpe.com.br/lamina/artigo-alberto.pdf>>. Acesso: 04 out 2005.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOTINI, Beth, GAGETE, Èlida. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In NASSAR, Paulo. **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (coord.). **História Falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC SP, 2006.

_____. Memória do futuro: um desafio. In NASSAR, Paulo (org). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

Telejornalismo e escrita da história: as representações de alteridade no Globo Repórter

José Augusto Mendes Lobato

Jornalista, doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Comunicação na Contemporaneidade pela Faculdade Cásper Líbero. Integrante do Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas (MidiAto), da ECA/USP. Consultor de conteúdo na agência Report Sustentabilidade. E-mail: gutomlobato@usp.br

Resumo:

Com base na perspectiva de que o audiovisual brasileiro pode atuar como local de resgate e documentação da história e da cultura do País, este artigo pretende analisar as estruturas de enunciação da alteridade sociocultural no telejornalismo de grande reportagem. A discussão se baseia em noções sobre a narrativa e seu percurso da oralidade às mídias, bem como nos debates sobre as interações entre os discursos informativo e histórico e os processos de demarcação da identidade e da alteridade por meio da produção simbólica. O programa Globo Repórter, por meio de sua edição “Ribeirinhos da Amazônia”, exibida em janeiro de 2010, é tomado como objeto de análise, de forma a evidenciar as estratégias discursivas a partir das quais a memória e a identidade de determinadas regiões brasileiras são documentadas na narrativa televisiva. Ao fim, identifica-se que o produto em questão se configura como uma narrativa de alteridade – que atua, a um só tempo, como local de acesso à memória da região retratada e instrumento de escrita da história recente.

Palavras-chave: Historiografia. Telejornalismo. Globo Repórter. Identidade. Alteridade.

1. Introdução

Ao som de uma trilha sonora *new age*, um pássaro sobrevoa o cenário exuberante do Pantanal mato-grossense. Outros animais – répteis, insetos, aves – surgem na tela, interagindo preguiçosamente com a paisagem; em seguida, um repórter se posiciona em uma ilha no centro de um rio, sob o pôr do sol. E diz: “Quando chegaram aqui, os primeiros colonizadores temiam enfrentar índios ferozes, monstros gigantes, demônios pavorosos. Logo aprenderam: o que não se pode vencer é a força da natureza, a um só tempo selvagem e bela”. Na sequência, novas imagens e discursos que realçam a beleza exótica da região – e povoam uma edição inteira do Globo Repórter, principal programa de grande reportagem da Rede Globo de Televisão, exibido na emissora às noites de sexta-feira desde a década de 1970.

Cada vez mais comuns, estruturas narrativas dessa natureza são responsáveis por evidenciar uma das principais funções atribuídas ao jornalismo: apoiar-nos, por meio de recursos estéticos e textuais diversos, na difícil tarefa de apreender o universo que nos cerca. Conhecer a totalidade de seus fenômenos é, por essência, tarefa ontologicamente impossível; no entanto, a compreensão de parte desse complexo “mundo-texto” (FLUSSER, 2008) está na base de todo processo de enunciação informativa, responsável por inserir o acontecimento em uma lógica capaz, a um só tempo, de construir a atualidade como tempo histórico, atuar como local de acesso à memória e enunciar aspectos identitários do universo representado, tornando a *imagem de si mesmo* inteligível ao corpo social.

Tais aspectos se tornam ainda mais relevantes ao tomarmos como objeto a televisão e, mais especificamente, o exemplo acima citado. Considerando, desde já, que a linguagem do dispositivo audiovisual é capaz de estruturar um universo de significação capaz de interferir na própria natureza da percepção do real (BUCCI, 2004, p.33), pode-se identificar um aspecto crítico no que concerne à produção que versa sobre universos socioculturais ainda tidos como distantes ou exóticos. Afinal, se a imagem televisiva é capaz de “desvelar uma realidade preexistente capturada pela câmara”, mas ao mesmo tempo manifesta “a presença de um pensamento, de uma subjetividade” (BORGES, 2008,

p.76), toda experiência de contato com o outro nas mídias está ligada a operações prévias de seleção e concatenação do real.

Sob esse ponto de vista, programas como o Globo Repórter podem, além de atuar como locais de acesso ao mundo concretamente vivido, ser poderosas ferramentas de enunciação da diversidade sociocultural brasileira, responsáveis por oferecer ao público conteúdos que versam sobre as diferenças e “fissuras” identitárias nacionais (BHABHA, 1998) – e este processo, consequentemente, está associado à determinação, desde a apropriação do real pelo dispositivo, “do visível e, portanto, do vivível” (GOMES, 2003, p.103). Está-se diante de uma *narrativa de alteridade* por excelência, que tem em seu cerne a exploração de temas que reforçam imagens do outro, apoiando sua apropriação pelo espectador e a demarcação de fronteiras entre o próprio e o alheio.

Este trabalho discutirá o processo de construção da alteridade nacional no seio da narrativa jornalística, tomando como objeto de análise o programa Globo Repórter. A proposta é identificar como a memória e a historicidade do outro podem ser evocadas em seus discursos, como parte do processo de referenciação que caracteriza o discurso informativo contemporâneo. Para isso, serão apresentadas noções relacionadas à narração, aos processos de documentação da memória no jornalismo, suas interfaces com a história e seu caráter de produção de atualidade, bem como aspectos específicos concernentes à linguagem televisiva, à estética do audiovisual e à construção da identidade e da alteridade nos discursos midiáticos. Por fim, tais raciocínios se aplicarão à análise de uma edição do programa, “Ribeirinhos da Amazônia”, exibida em janeiro de 2010. As discussões fornecem bases para uma compreensão das atribuições do telejornalismo brasileiro à hora de tornar públicos olhares específicos sobre a historicidade e a diversidade sociocultural dos diferentes biomas e paisagens nacionais.

2. Narrativas e identidades: da oralidade ao audiovisual

Compreender as estratégias com que o telejornalismo constrói determinadas imagens de alteridade demanda, desde já, uma breve reflexão sobre

as funções, efeitos e transformações dos processos de narração rumo à contemporaneidade. Igualmente relevante é compreender seu papel como veículo de estruturação da individualidade e de delimitação do outro, bem como as especificidades da enunciação realizada no dispositivo televisual.

Embora associado no senso comum ao trabalho artístico, o conceito de representação pode ser uma boa ferramenta para compreender as bases da estrutura narrativa. Desde a Antiguidade, a afeição do humano pela construção simbólica, por intermédio das linguagens visual, textual e verbal e da produção mental de imagens, tem sido um dos principais aliados para seu aprendizado cultural e, por conseguinte, sua “sobrevivência psíquica” (BYSTRINA, 1995). Aristóteles (1996), por exemplo, analisou as representações como formas de criação poética que superam, em grande parte, a mera *mímese* ou imitação, capazes de perpetuar tradições e estabelecer o humano ao mesmo tempo em que provocam fascínio e divertimento nas sociedades.

Podemos ir adiante neste raciocínio e pressupor que, além da sua função lúdica, as representações também ganham uma função instrumental ou utilitária relevante: a de, na forma de narrativas estruturadas, apoiar o homem em sua organização perante a vida (MEDINA, 2003, p.47), fazendo-o exercitar um olhar mais apurado para os fenômenos que o cercam e, inclusive, “aconselhando-o” a partir da experiência (BENJAMIN, 1996, p.200). Tal perspectiva contribui para situar o texto midiático como expressão de uma tradição ancestral de sistematização de conhecimento e saber, cuja história se confunde com o próprio desenvolvimento das estruturas simbólicas da linguagem.

Outra atribuição dos processos de narração, que é de especial relevância para as questões aqui lançadas, é a de fornecer as bases para a formação identitária dos grupos sociais e indivíduos. Diversos autores, como Hall (2001), Woodward (2000) e Bhabha (1998), discutem o papel que as enunciações possuem no desenho das identidades socioculturais, sendo estas, essencialmente, formadas e transformadas no interior das representações. Neste rumo, Hall afirma que a própria legitimação de padrões e sistemas de cultura demanda sua inserção nas “narrativas da nação” – que correspondem aos relatos que sistematizam seus saberes, além de “conectar seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2001, p.87). Nesse processo de

construção do Eu/Nós, os fragmentos da vida cotidiana são transformados em uma estrutura coerente, responsável por gerar sentimentos de identificação e pertencimento.

Há consequências diretas desses procedimentos no campo oposto – ou seja, na delimitação da alteridade. Afinal, a formação de uma imagem de si mesmo pressupõe o estabelecimento de opostos, a partir dos quais fronteiras são demarcadas e os discursos sobre a “essência”, construídos sobre relações de poder. Definir características capazes de diferenciar o próximo e o distante em suas aspirações, práticas culturais, memórias e historicidades é um processo natural ao pensamento simbólico; como diz Gomes (2003, p.26), “na dimensão da linguagem nunca temos um elemento que signifique por si, ele só se coloca em significância por oposição e sua significância se determina somente em relação a outro”. No mesmo rumo, Bhabha (1998, p.75) afirma que ter consciência de si mesmo é, também, “ser chamado à existência em relação a uma alteridade.”

Esse jogo de oposições não está a salvo de instabilidades internas; ao estudar a produção de sentido por meio dos processos de identificação, Woodward (2000, p.14) argumenta que as identidades submetidas à narração tendem a apresentar contradições em seu interior. É o que Bhabha (1998) denomina *contra-narrativas*: textos culturais ausentes nas narrativas hegemônicas de um grupo, que enriquecem a perspectiva identitária do discurso e nos auxiliarão, mais à frente, a compreender as representações do telejornalismo brasileiro. Estão ligadas à diversidade interna de toda cultura e à impossibilidade de a representação alcançar a plenitude do que deveria abarcar:

As contra-narrativas da nação que continuamente evocam e rasuram suas fronteiras totalizadoras – tanto reais quanto conceituais – perturbam aquelas manobras ideológicas através das quais ‘comunidades imaginadas’ recebem identidades essencialistas. (BHABHA, 1998, p.211)

Embora presentes em todos os suportes narrativos da história humana, os processos de estruturação identitária e definição da alteridade sofrem transformações significativas à hora da expansão dos *mass media*. A transição de um modelo de socialidade mediado pela narrativa oral rumo à cultura das mídias, capitaneada pelo rádio, pela televisão e, mais recentemente, pela *web*,

trouxe à tona diversos efeitos no campo sociológico (HARVEY, 2003; BAUMAN, 2005), dois dos quais cabe destacar: por um lado, a circulação massiva de discursos identitários submeteu-os a processos cada vez mais frequentes de questionamento e fragmentação interna; por outro, fez surgir resistências na demarcação do próximo e do distante, como estratégia de fortalecimento dos laços socioculturais (WOODWARD, 2000, p.21).

Outro aspecto foi a priorização da *visibilidade*, que em muito está ligada à ascensão da imagem eletrônica como linguagem predominante e que suscitou diversos questionamentos sobre o papel das mídias na enunciação, as relações de poder nela construídas e seus efeitos sobre as trocas simbólicas humanas. A linguagem televisiva está no cerne do debate: por estar, ela também, ligada a um processo de captação seletiva de determinados elementos do real, tem sua estrutura narrativa marcada por filtragens que, mais que fornecer um mapa de orientação ao espectador, determinam em certa medida o que se conhece a respeito de si e do outro.

Está-se, portanto, diante de um pressuposto essencial à análise do discurso de alteridade: o procedimento de captar seletivamente o real, já crítico em qualquer processo de representação, torna-se ainda mais problemático quando inserido no campo das enunciações midiáticas sobre o outro. Isso porque, muitas vezes inacessível na experiência concreta do espectador, este corre o risco de ser construído de forma a gerar esquecimentos, ao invés de resgatar a memória cultural que o constitui como sujeito histórico. Delega-se, portanto, à instância de produção a responsabilidade de falar sobre o que é parcialmente desconhecido, sem que haja possibilidade real de representá-lo plenamente e sem que se possa pressupor uma apreciação crítica por parte da instância de recepção. É sobre esse terreno lodoso, repleto de armadilhas, que a narrativa de alteridade se constrói na televisão; cabe, agora, dedicar algumas linhas à compreensão das especificidades do discurso jornalístico, bem como os diálogos possíveis entre o texto informativo, a produção de atualidade e a construção da memória sociocultural.

3. Jornalismo: da construção do presente à escrita da história

Embora seja uma atividade comercial e globalmente disseminada há pouco mais de dois séculos, a comunicação jornalística se integrou ao cotidiano das sociedades de tal modo que sua ausência, hoje, desconfiguraria boa parte das relações e práticas culturais estabelecidas. Afinal, é por meio da informação organizada nos meios de comunicação de massa que os processos de sistematização e troca de conhecimento em grande escala se desenham, permitindo aos usuários-leitores obter um mapa de orientação diante do mundo (SODRÉ, 2009, p.96).

Não é difícil encontrar semelhanças entre os conceitos de narrativa anteriormente trabalhados e aqueles que concernem ao texto informativo. Conforme define Benedeti (2009, p.49), este nada mais é que parte de um processo de mediação de conhecimento, que tem como principal característica a vinculação aos ideais de transparência e rigor racional que permearam o pensamento moderno a partir do século XIX. Indo além da proposta de versar sobre as experiências humanas diante do mundo, porém, o jornalismo tem como pilar de seu discurso a noção de *objetividade* – que pode ser definida, de modo genérico, conforme alega Sponholz (2009, p.18), como “a adequação de uma representação à realidade”. Do conceito derivam várias atribuições e pressupostos originais dessa modalidade de comunicação: a sintonia com o cotidiano, a construção da noção espaço-temporal de atualidade, a função de orientação, a busca pela pluralidade referencial e, especialmente relevante para esta análise, a função de *documentação* e construção da memória recente, que está intimamente ligada à consolidação de identidades e, em um sentido mais amplo, à escrita da história.

À primeira vista, a percepção é a de que, conforme diz Palacios (2010, p.40), o jornalismo se configura, sobretudo, como “espaço vivo de produção da atualidade” – ou seja, trabalha a favor do agendamento do cotidiano, com registros sistemáticos de seus fenômenos sob a forma da notícia e da reportagem. No entanto, um olhar mais atento sinaliza que a leitura do real promovida pelo discurso informativo é, também, lugar de memória – entendendo esta como uma construção social do passado recente, vivida individual e coletivamente, inscrita nas práticas culturais de seu tempo e capaz de alimentar o dis-

curso histórico (ALMEIDA, 2006). Sodré (2009, p.87) vai além nesse sentido e diz que é por meio de sua vinculação com o tempo que o discurso informativo se torna capaz de construir “uma imagem de unidade de funcionamento do cotidiano”, e que é recorrendo à dramatização do fato relatado que “os atores sociais encontram balizas cruciais para a memória coletiva dos fatos” (2009, p.231). Outra perspectiva importante para nós é a de Flusser (2008, p.26), que, ao estudar a imagem tecnicamente produzida, afirma que a criação e a transmissão de informações por meio do dispositivo visual estão ligadas à perpetuação simbólica do homem: como o autor bem diz, “as imagens técnicas são represas de informação a serviço da nossa imortalidade.”

Ou seja: ao contrário do que o senso comum indica, os relatos informativos dos meios de comunicação podem atuar como ferramentas efetivas de escrita e documentação da história e, por extensão, da cultura humana. Ao selecionar fenômenos do mundo concreto e articulá-los na forma de narrativas lógicas, que enquadram o presente, tomam o passado como instrumento de contextualização (PALACIOS, 2010, p.42) e o inscrevem no imaginário humano, o jornalismo é capaz de desenhar não só o espaço social hodiernamente vivido, mas também a memória que se pretende guardar dele para o futuro. Segundo Almeida (2006, p.123):

Os produtos midiáticos são verdadeiros documentos da história que é contada pelos meios de comunicação e resultam de escolhas feitas enquanto a história mesma se faz, escolhas do que se deve lembrar e do que se deve esquecer ou nem ao menos conhecer.

As aproximações entre o discurso informativo e a história são um antigo objeto de estudo que auxiliará boa parte do raciocínio aqui proposto. Antes, porém, é preciso analisar brevemente a transformação por que o fazer jornalístico passou nas últimas décadas, com a superação de perspectivas que enquadravam a produção discursiva neste campo como um ato de narração objetivo e transparente. Com a disseminação dos meios de comunicação no século XX, diversos estudos, como argumentam Wolf (1996) e Sousa (2003), sinalizaram que, embora capaz de balizar positivamente as práticas no campo, a noção de objetividade teria de ser questionada à hora de se estudar os relatos midiáticos. Afinal, a perspectiva de que o mundo concreto poderia ser

enunciado plenamente contradiz a natureza própria do processo de narração, já anteriormente discutida, que pressupõe enquadramentos, constringões e exclusões.

Além disso, aspectos próprios das rotinas de produção do discurso informativo (WOLF, 1996, p.217), que influenciam a captação do acontecimento e a construção da notícia, passaram a ser considerados nos estudos dos mass media. A teoria do espelho da atividade jornalística, que pressupõe representações isentas de subjetividade, acabou cedendo espaço à visão construcionista, que pressupõe que o noticioso também resulta de um processo em que “interagem fatores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico” (SOUSA, 2003, p.3) capazes de produzir uma realidade à parte à hora de significá-la. É nesse movimento que se pode enquadrar a ideia de Gomes (2000, p.27), inspirada por Roland Barthes, de que os fazeres do jornalismo, baseados em um discurso pretensamente realista, estão ligados à produção de efeitos de real, recorrendo “a uma realidade em cuja construção colaboram”. Esse duplo movimento, de referencialidade permanente e de construção discursiva do mundo concreto, faz com que, no lugar da verdade ou do verdadeiro – essas categorias qualitativas ideais dos mass media –, tenhamos de pensar na comunicação jornalística nos termos do verossímil e da credibilidade (GOMES, 2000, p.30).

Das narrativas, enfim, só podemos esperar um recorte do real que indicia – jamais reflete – discursivamente os fenômenos nele transcorridos. É essa a perspectiva capaz de trazer insumos relevantes para compreender o diálogo possível entre o jornalismo, como prática de construção do acontecimento e produção de memória, e a história, como ciência da sistematização de conhecimentos a respeito da jornada humana. Se àquele cabe o registro imediato do acontecimento e a produção da memória recente, com base na referencialidade e na contextualização do acontecimento, a essa cabe a construção discursiva de um passado possível a partir das fontes, relatos e documentos (entre eles, naturalmente, a narrativa jornalística) que a ele aludem – processo igualmente sujeito, portanto, à interpretação subjetiva e à edição/concatenação do real; *mais afeito ao verossímil que ao verdadeiro.*

O que não impede, no entanto, que essa natureza seja permanentemente ocultada: em ambos os campos, é permanente a tentativa de apresentar seus relatos como correspondentes ao acontecimento (CASADEI, 2010, p.50). Assim como o jornalismo, a história não “assume” ser capaz de conferir *nova feição* ao fato elaborado discursivamente, conforme argumenta Jenkins (2001); para o autor, a atividade historiográfica pressupõe a influência de jogos de poder e pressões diversas, que afetam a pesquisa por parte do narrador e, conseqüentemente, a construção do relato:

Não importando o quanto a história seja autenticada, amplamente aceita ou verificável, ela está fadada a ser um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como ‘narrador’. (...) Vemos [a história] por intermédio de um intérprete que se interpõe entre os acontecimentos passados e a leitura que deles fazemos. (JENKINS, 2001, p.32)

Outro ponto importante, para nós, é a proximidade natural entre a produção histórica e a formação da subjetividade; ao analisar a construção, pela burguesia e pelas classes trabalhadoras, de narrativas sobre sua própria consolidação, Henry Jenkins afirma que “a história é a maneira pela qual as pessoas criam, em parte, suas identidades” (JENKINS, 2001, p.42). Cabe à história, portanto, *aliar memória, passado e cultura*, servindo como canal de acesso ao espírito de uma sociedade e sua época.

A perspectiva a ser adotada aqui, enfim, é a de que o discurso informativo e o histórico são capazes de alimentar um ao outro no contexto dos meios de comunicação de massa; compartilham problemáticas em relação à construção de sentido, em especial sua natureza construcionista, e atuam como ferramentas essenciais ao processo de aquisição de conhecimento na contemporaneidade. Com base nesses raciocínios, cabe analisar as contribuições do telejornalismo na documentação de identidades culturais e memórias e na escrita da história dos diversos biomas e regiões brasileiros.

4. A construção da alteridade e o resgate da memória no telejornalismo

Em linhas gerais, os raciocínios anteriores buscaram mapear questões essenciais à compreensão da narrativa e sua transição rumo à comunicação

de massa, tendo o discurso histórico e o discurso informativo como referências para compreender como ocorrem os processos de documentação e escrita da memória nas mídias. Passada essa etapa, iremos discutir as operações do telejornalismo à hora de significar a alteridade nacional.

Exibido de modo quase ininterrupto desde sua estreia, em 1973, o Globo Repórter é um dos principais programas jornalísticos da Rede Globo, com foco na produção de matérias de longa duração, de cerca de 40 minutos, normalmente não exibidas na grade convencional de telejornais. Sua concepção, desde o início, buscou inspiração nos documentários jornalísticos de emissoras internacionais, de forma a “analisar com mais profundidade os principais acontecimentos jornalísticos nacionais e internacionais do mês”¹. De acordo com Pontual (1994), o programa iniciou com frequência mensal, tornando-se semanal em função da boa receptividade; até a década de 1980, predominavam edições sem a atuação de repórteres em cena, e, não raro, o conteúdo era adquirido de emissoras estrangeiras e produtoras independentes. Após uma breve interrupção, o programa retorna em 1983 com uma linha editorial de caráter investigativo e reportagens em que a presença e atuação do repórter em cena, a edição fílmica e o foco em um tema por semana configuram uma narração afeita à construção de textos de apelo historiográfico e documental.

Embora por vezes absorva elementos de factualidade, a narrativa do Globo Repórter se enquadra na categoria de grande reportagem – que, conforme definido por Kotscho (2004), tem foco na exploração dos diversos ângulos de um determinado assunto, com maior investimento financeiro e um trabalho de investigação profundo. Outro ponto importante é a edição final, mais cuidadosa que a de um jornal diário (PONTUAL, 1994, p.101). Nos moldes de programas jornalísticos de emissoras como BBC e CNN, o programa alterna trechos de 10 a 15 minutos de reportagem com falas do apresentador Sérgio Chapelin, que aparece em estúdio. Seu índice de audiência é, em média, de 20 pontos, com picos de até 27 em edições de maior apelo popular.

Atualmente, a linha editorial do Globo Repórter dá ênfase a reportagens de aventura, viagens e turismo, saúde, bem estar e comportamento – os te-

¹ Informação obtida em: <<http://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2010/04/conheca-historia-do-globo-reporter.html>>. Acesso em 6 de outubro de 2012.

mas políticos, pouco a pouco, ganharam importância secundária. No eixo das reportagens de viagens – às quais este texto se dedica –, alternam-se programas sobre lugares distantes, como a Patagônia, a região do Atacama, o Alasca e a savana da África (muitos com conteúdo importado de produtoras internacionais), e especiais sobre biomas brasileiros – como a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal. Nestes, costuma-se investir na reportagem *in loco*, com forte interação entre o jornalista e as comunidades retratadas. Essa dimensão temática torna o programa, por essência, uma *narrativa de alteridade* – ou seja, um texto que, além da função de identificação, ostenta grande potencial de enunciar mundos e discursos identitários distantes, inacessíveis na experiência concreta imediata. Tal noção está intimamente relacionada à de exótico – que, de modo bem geral, corresponde aos conteúdos socioculturais que, a despeito das infindáveis tentativas humanas de estabelecer códigos comuns à produção cultural (MARTÍN-BARBERO, 2004), permanecem um mistério – um código a ser decifrado, enfim – para o público.

Ao enunciar, a um só tempo, paisagens distantes de outros continentes e de regiões brasileiras desconhecidas pela maioria absoluta dos telespectadores, o Globo Repórter trabalha com duas categorias de alteridade/exótico: a *geográfica*, ligada a locais distantes espacialmente, e a *sociocultural*, que tem como principal fator de distinção as qualidades e posturas culturais do objeto representado (LOBATO, 2011, p.114). O exótico sociocultural é, em suma, uma “contra-narrativa”, recorrendo a Bhabha (1998); uma alteridade que convive espacialmente e é permanentemente subjugada por nossas concepções identitárias hegemônicas no campo simbólico.

A segunda categoria nos interessa de modo especial por aludir ao trabalho de representação de alguns biomas brasileiros, como o Cerrado e o Pantanal, no Globo Repórter. Isso porque, nesses programas, os mecanismos de significação do outro são semelhantes aos de uma reportagem ambientada no exterior. Ambos têm – em maior ou menor medida – foco no recurso à memória cultural e à enunciação da identidade que está alhures à hora de tentar apresentá-la e torná-la inteligível aos olhos do espectador.

Iremos recorrer, brevemente, à observação da edição “Ribeirinhos na Amazônia”, exibida em 22 de janeiro de 2010, para analisar esses processos.

Parte de uma série conduzida pela Rede Globo sobre a maior floresta tropical do mundo, o programa inicia com Sérgio Chapelin, que, do estúdio, adianta dois aspectos centrais do programa: os esforços da reportagem, que passou um ano viajando ao local, e o objetivo de mostrar a rotina dos moradores e as curiosidades culturais da região:

Um ano na Amazônia. Pela primeira vez, uma equipe de televisão brasileira acompanha a vida de quem mora na mais fascinante floresta da terra. O projeto Amazônia, da Rede Globo, mostra a rotina de homens e mulheres que convivem com onças, cobras e jacarés. No verão, a seca, que foi intensa; no inverno, a cheia, uma das maiores já registradas em todos os tempos. Você vai conhecer brasileiros que desafiam a natureza na beira dos rios. Viajamos por trilhas desconhecidas, caminhos que nem aparecem no meio do mapa; acompanhamos a captura do maior peixe de água doce do planeta, e descobrimos que o tempo da fartura é o da seca. Na cheia, as casas viram ilhas e até os animais perdem o chão.

Logo em seguida, a reportagem exhibe imagens exuberantes do local: primeiro, um céu repleto de nuvens, artificialmente avermelhado em dois *takes* sobrepostos; depois, a chuva na floresta. A trilha sonora alterna *world music* e canções étnicas, que remetem à cultura indígena (embora esta não seja tema da reportagem). Após cerca de 90 segundos, surgem na tela alguns moradores, que interagem com animais e circulam ao redor de uma pequena casa. Acompanhando essa ambientação visual, a repórter Daniela Assayag explica, no primeiro texto em *off*, a localidade:

Amazônia. Durante uma das maiores cheias de todos os tempos, nossa equipe acompanhou um ano na vida de quem mora na floresta. Estamos nos limites das reservas de Mamirauá e Amanã. Aqui, a natureza e o homem convivem em harmonia em um modelo brasileiro de desenvolvimento sustentável.

Os primeiros minutos são significativos para apontar de que forma discursos de alteridade podem ser construídos, mesmo quando o universo apropriado pelo texto jornalístico pertence aos limites territoriais do País. O *jogo de oposições*, por exemplo, é um procedimento básico para a elaboração da identidade e a construção da alteridade sociocultural no Globo Repórter. Conforme diz Woodward (2000, p.41), “a diferença é aquilo que separa uma

identidade da outra, estabelecendo distinções, frequentemente na forma de oposições (...), em que as identidades são construídas por meio de uma clara oposição entre 'nós' e 'eles'."

A narração de Sérgio Chapelin, que adianta ao público o que será visto na edição, não economiza nesse recurso à hora de revestir a Amazônia dos ribeirinhos de tons exóticos, distantes do resto do Brasil: além de reiterar o pioneirismo de a equipe viajar a uma localidade tão afastada – sem se referir ao município ou estado em que se situa –, o apresentador busca reforçar as diferenças e peculiaridades daquele modo de vida: a convivência com animais selvagens, o regime de cheias que afeta a vida das comunidades, a fatura que vem justo na época de seca.

Tais ideias se repetem ao longo do texto. Ao explicar como vivem os moradores das reservas, por exemplo, enfatiza-se permanentemente que o cotidiano opera segundo o ritmo da natureza. As viagens em diferentes épocas permitiram à equipe acompanhar a vida seus entrevistados, para que estes contassem como as cheias e a seca afetaram sua rotina. Tal recurso, conforme diz Pontual (1994, p.98), é típico na grande reportagem; está ligado à linguagem documental, que valoriza a experiência humana, a dramatização e a construção de expectativas e pontos de conflito que engajam o espectador na narrativa.

Outro ponto é o uso do dispositivo visual como recurso de documentação. Natural à linguagem televisiva, o apelo das imagens é, a despeito de posições críticas que as consideram inimigas, e não aliadas, dos processos de comunicação humana, recurso dos mais importantes para a construção narrativa do Globo Repórter – o que resulta em uma edição filmica, marcada por um zelo estético incomum à reportagem convencional. No caso do episódio "Ribeirinhos na Amazônia", a ideia parece ir além da exibição espetacularizada² da alteridade: utiliza-se o dispositivo audiovisual a favor da documentação

2 Não pretendemos, aqui, discutir a fundo a questão do espetáculo; no entanto, cabe argumentar que sua presença nos meios de comunicação é permanentemente criticada em função dos efeitos negativos que tende a provocar nas socialidades (DEBORD, 1997). Isso porque, mais que um tipo de conteúdo, o espetáculo é uma alteração na forma com que o mundo nos é apresentado. Como diz Martín-Barbero (2004, p.98-99), ele se define na "vontade recíproca de ver, que é vontade de dramatização, necessidade de representação que faz parte da própria substância do social: a teatralização constante da vida coletiva."

da rotina dos moradores e, por consequência, de uma espécie de escrita da memória recente local.

Ao longo de um ano, a equipe pôde captar imagens dos mesmos cenários em diferentes épocas, bem como realizar inserções em vídeo (passagens) da repórter; ao mesmo tempo, os entrevistados expuseram seus pontos de vista, preocupações, anseios e dificuldades em função da sazonalidade nas áreas de várzea. Por trabalhar com estas duas paisagens, em *takes* ágeis que as opõem ou em longas sequências que exibem animais selvagens, pontes improvisadas e passeios de barco pelas comunidades, o programa promove a documentação da vida local ao mesmo tempo em que reforça seus tons de exotismo e diferença.

No entanto, a utilização do programa como veículo de acesso à memória recente e à cultura dos ribeirinhos não assegura, por si, só, a inserção, na própria narrativa, de informações sobre sua história não imediata. O esforço na enunciação dos modos de vida no tempo presente e no passado recente – considerando-o o período de um ano em que a equipe visitou as reservas – faz com que, ao longo dos 40 minutos de reportagem, haja pouco uso da referencialidade/contextualização e do resgate histórico; não há menção à origem daquelas populações tradicionais, seu percurso até a instalação na região de várzea, mas sim remissões breves, lacunares e esparsas (CASADEI, 2010), o que prejudica a função de orientação-informação da narrativa telejornalística a respeito do mundo vivido (no caso, *assistido*) pela TV.

O risco, enfim, é de a representação se fixar em determinados aspectos do presente ou do passado mais recente, em detrimento do resgate histórico; o único momento em que o passado é efetivamente evocado é na menção, por um agente ambiental, da desocupação de uma localidade por conta de um inseto que atacava animais de médio e grande porte. Tais ideias remetem ao potencial de toda escrita do mundo operada pelos meios de comunicação promover, a um só tempo, apagamentos e lembranças, como parte do processo de seleção dos acontecimentos que se tornarão visíveis na história (ALMEIDA, 2006, p.124).

Chega-se, portanto, a uma questão crítica: embora frutífera do ponto de vista de aquisição de conhecimento sobre o período retratado pela equipe de reportagem, a documentação promovida em “Ribeirinhos na Amazônia” não oferece ao espectador informações que permitam um olhar de profundidade histórica sobre o universo que se apresenta ao telespectador. É possível delinear, no programa em questão, um problema compartilhado por boa parte dos discursos jornalísticos contemporâneos: o desperdício de uma de suas possibilidades mais ricas, que é a de resgate do passado distante e do fomento à construção de discursos históricos sobre a diversidade sociocultural brasileira, em função da valorização extrema da atualidade e da memória recente.

5. Considerações finais

Como parte de uma pesquisa mais ampla, que pretende identificar os procedimentos de estruturação da alteridade nacional no telejornalismo e na ficção televisiva, este trabalho lançou luzes sobre o Globo Repórter e seu potencial de documentação sobre os diversos biomas e regiões brasileiros. Buscou-se trazer à tona raciocínios a respeito do texto jornalístico e sua capacidade de apoiar a escrita da história e evocar discursos identitários, bem como analisar elementos de um episódio específico do programa da Rede Globo, de forma a mapear a lógica de construção do outro em sua narrativa.

Consideramos que, por fazer referência a um discurso identitário exógeno, de difícil apropriação na experiência concreta do telespectador, a alteridade midiaticizada é especialmente crítica no que concerne à aquisição de conhecimento: mais do que nunca, está-se diante de um texto que corre o risco de produzir esquecimento, ao invés de lembrança; gerar perguntas, ao invés de formular respostas. Ao enunciar memórias e aspectos culturais obtidos após doze meses de investigação, “Ribeirinhos na Amazônia” explorou, de modo adequado, elementos da cultura e do passado recente (sobretudo, das vivências da população no período de investigação); no entanto, deixou de lado aspectos concernentes à história local. Ou seja: atuou na documentação do universo tal como estabelecido à hora da reportagem, mas sem afastar-se do tempo presente, da construção da atualidade e da memória do imediatamente vivido.

Mais que prejudicial à reportagem, a carência de informações e relatos do passado histórico estruturado dos ribeirinhos aponta para duas questões, cada vez mais atuais em tempos de relações mediadas: o aprisionamento do jornalismo ao tempo presente e ao passado imediato, por um lado, e a orientação disciplinar das experiências humanas por meio da escolha do que deve ser narrado nas mídias – e, por extensão, do que deve ser visto ou vivido. É essa operação de seleção, para Gomes (2003, p.75), a questão crítica nas relações de poder que o jornalismo, enquanto discurso sobre o mundo, protagoniza: como diz a autora, “trazer à visibilidade é (...) mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do *visível*”. Este trabalho representa um primeiro passo para analisar as implicações desse processo sobre a experiência humana de olhar – e compreender – o outro que lhe é apresentado nos *mass media*.

6. Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Valéria Paz de. **Nas redes dos telejornais:** o tecido discursivo e a formação de memória social. Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.
- ARISTÓTELES. Poética. In: **Coleção os pensadores: Aristóteles.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BENEDETI, Carina Andrade. **A qualidade da informação jornalística:** do conceito à prática. Florianópolis: Insular, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BORGES, Rosane da Silva. **Ficção e realidade:** as tramas discursivas dos programas de TV. Tese de doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo, 2008.
- BUCCI, Eugenio; KEHL, Maria Rita. **Videologias.** SP: Boitempo, 2004.
- BYSTRINA, Ivan. **Tópicos de Semiótica da Cultura.** São Paulo: CISC, 1995.
- CASADEI, Eliza Bachega. Jornalismo e ressignificação do passado: os fatos históricos nas notícias de hoje. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicações e Artes da USP. São Paulo, 2010.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

- FLUSSER, Vilém. **O universo das imagens técnicas**. Elogio da superficialidade. São Paulo: Annablume, 2008.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Jornalismo e ciências da linguagem**. SP: Edusp e Hacker Editores, 2000.
- _____. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker/Edusp, 2003.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Guaracira Lopes Louro, 2001.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança**. São Paulo: Loyola, 2003.
- KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 2004.
- LOBATO, José Augusto Mendes. **O próximo e o distante: a compreensão do outro na ficção seriada**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, 2011.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Summus, 2003.
- PALÁCIOS, Marcos. Convergência e memória: jornalismo, contexto e história. In: **Revista MATRIZES**, ano 4, nº 1, págs. 37-50, 2010.
- PONTUAL, Jorge Faure. Reportagem e documentário em “Globo Repórter”. In: REZENDE, Sidney, KAPLAN, Sheila (orgs.). **Jornalismo eletrônico ao vivo**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: Notas para uma Teoria do Acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia**. 2003. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>. Acesso em 27 de março de 2009.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação: mass media, contextos e paradigmas, novas tendências, efeitos a longo prazo, o newsmaking**. Lisboa: Presença, 1996.
- WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual**. In SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

Vítimas judias e o Holocausto: um trabalho da memória

Letícia Rossignoli³

RESUMO:

A política nazista de extermínio perpetrada na Europa e que culminou na morte de seis milhões de judeus tornou-se, atualmente, tema célebre para diversas produções midiáticas. Diante dessa presente demanda, a memória social sobre as vítimas judias da Segunda Guerra toma novos sentidos. Longe de ser um pesado arquivo morto, já acabado e definitivo, a memória se caracteriza por suas sucessivas deformações, que a tornam aberta à dialética do lembrar e do esquecer e vulnerável a manipulações e apropriações (Nora, 1984). Nesse sentido, este artigo busca mostrar a cobertura jornalística do pós-guerra (1945) no jornal *Folha da Manhã*, e como estava sendo construída uma memória social acerca das vítimas judias que diverge do que presenciamos hoje como a memória do Holocausto.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo, memória, Holocausto, esquecimento

³ Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense. Orientador: Fernando Resende.

Introdução

Em 2005, grande parte das mídias internacionais publicou acerca da comemoração dos sessenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, conseqüentemente, o fim dos campos de concentração e extermínio na Europa. Atualmente, grande parte da sociedade ocidental, quando se refere às vítimas desse conflito, relaciona-as, quase automaticamente, às imagens, testemunhos, narrativas históricas e jornalísticas sobre o genocídio de seis milhões de judeus na Europa durante o governo nazista de Adolf Hitler na Alemanha. O *boom* memorialístico em torno do acontecimento nomeado como Holocausto⁴ ramifica-se em narrativas encontradas na história, literatura, arte, cinema, minisséries e internet. No calendário mundial, por exemplo, estabeleceram-se duas datas referentes às vítimas judias do governo nazista: o dia 2 de maio, comemoração da Memória do Holocausto e 27 de janeiro, o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto.

Na Alemanha, a cidade de Berlim ganhou um dos maiores e mais surpreendentes

memoriais a céu aberto já construído, cobrindo uma área de aproximadamente 19.000 metros quadrados. Nesse memorial, mais de 2.711 blocos de cimento cinza foram construídos lembrando túmulos das vítimas da guerra no centro da capital alemã. Em Israel, o Yad Vashem, Museu do Holocausto, inaugurou um novo prédio anexo, o maior de seu complexo museológico, com cerca de 4.200 metros quadrados. Diante das construções motivadas por tal memória, pode-se perceber que as reverberações históricas, sociais e midiáticas em torno desse tema ainda permanecem latentes e muitas são as estratégias criadas para que a memória do Holocausto se atualize, tornando-se um tema corrente na memória social de grande parte da sociedade ocidental.

Porém, até pouco tempo atrás, o Holocausto nazista mal figurava no imaginário social da Europa, tampouco no Brasil. De acordo com Finkelstein (2006) entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os últimos anos da década de

⁴ Há dois termos consagrados para identificar o massacre nazista de judeus entre 1933 e 1945, Holocausto e Shoá. Preferencialmente, utilizarei o primeiro termo, pois este se tornou o mais corrente nos meios de comunicação. De acordo com Fingerman (2008) o termo Holocausto chegou até nós através da palavra em latim holocaustum, que por sua vez deriva da palavra grega holocaustos. Esta última é um composto da palavra holos (inteiro) e kaustos (queimado). Assim, holocaustos (e holocausto) significa totalmente queimado.

1960, haviam sido produzidas poucas obras históricas e literárias, bem como poucos filmes que mencionavam o assunto. Quando Hannah Arendt publicou *Eichmann in Jerusalem*, em 1963, ela só pôde contar com dois estudos acadêmicos em língua inglesa¹. A situação não era muito diferente na Alemanha. Por exemplo, a biografia feita por Joachim Fest, publicada na Alemanha em 1973, dedica apenas quatro das 750 páginas ao extermínio dos judeus e um mero parágrafo a Auschwitz e outros campos da morte.

Finkelstein (2006) atesta que, controversamente, os próprios judeus, incluindo os intelectuais judeus americanos, deram pouca importância ao Holocausto nazista. No tocante a esses fatos o autor suscita um questionamento:

Nenhum monumento ou homenagem marcou o holocausto nazista nos Estados Unidos. Pelo contrário, a maior parte das organizações judaicas se opôs a tais comemorações. A pergunta é: Por quê? A explicação comum é que os judeus ficaram traumatizados com o holocausto nazista e, portanto, reprimiram sua memória. Na verdade, nada comprova tal conclusão. Alguns sobreviventes, sem dúvida, preferiram, por essa razão, deixar de falar sobre o que aconteceu não só na época como nos últimos anos. Muitos outros, no entanto, preferiam falar exaustivamente e, quando tinham chance, não paravam. (Idem, p. 4)

Em face dos dados apresentados, fica evidente a construção de uma memória em torno das vítimas judias no período da Segunda Guerra. Este artigo busca através de análises de narrativas do jornal *Folha da Manhã*², mostrar a cobertura jornalística em torno do pós-guerra (1945), o silêncio encontrado nas notícias acerca das vítimas judias e como estava sendo construída, a partir dos relatos jornalísticos, uma memória social que não se afina ao que hoje concebemos como Holocausto nazista, o que evidencia o caráter dinâmico da memória, que provoca mudanças qualitativas em sua textura ao longo do tempo.

O jornalismo produzindo memória

No Brasil, a partir dos anos 1920, um jornalismo em moldes empresariais, que já existia desde final do século XIX, começa a se sobressair drasti-

¹ Gerald Reitlinger, *The Final Solution*, e o de Raul Hilberg, *The Destruction of the European Jews*.

² Em julho de 1925, foi criado o jornal *Folha da Manhã*, edição matutina do *Folha da Noite*, jornal instalado na cidade de São Paulo, endereçado à classe média e que teve significativa influência na região sudeste do Brasil.

camente em detrimento de um segundo tipo de imprensa que circulava no espaço urbano: periódicos de caráter artesanal, feitos em baixas tiragens e de vida efêmera. Barbosa (2006) ressalta que a transformação do discurso dado no jornal vem ocorrendo bem antes do marco que foi estabelecido em 1950. Desse modo,

o processo de modernização do jornalismo da década de 1950 sedimenta uma série de mudanças paulatinas implementadas desde a primeira década do século e que encontra na conjuntura histórica dos anos 1950 eco favorável ao discurso da neutralidade. (Idem, p.221)

Nesse momento, os meios de comunicação de massa, em particular os jornais, assumiram papéis centrais na sociedade. De acordo com Araújo (2008), ocorriam mudanças radicais nas diretrizes políticas e econômicas do país, onde “o universo jornalístico era a grande arena das lutas políticas nesse período” (Idem, p.1). Houve, assim, uma crescente participação da imprensa no jogo político e “o jornal se tornou ‘espelho da sociedade’, possuindo um papel decisivo na formação de uma opinião pública” (Idem, p. 3). Vale dizer que a imprensa brasileira passa a ser, portanto, centro irradiador de valores, ideias e crenças.

Por se tratar de um evento histórico ocorrido na Europa, longe das terras brasileiras, boa parte das notícias foram obtidas através das agências internacionais de notícias, como a Reuters, France Presse e United Press. A princípio, pensar nas matérias advindas das agências internacionais faz com que se visualize um processo aparentemente neutro, no qual há a compra das notícias, sua tradução, a efetuação da edição por parte do jornal que irá veiculá-la, sua diagramação e impressão. Entretanto, nesse circuito funcional, acontecem tensões nos processo de edição das notícias até serem publicadas nos jornais brasileiros.

Tal processo compreende a função do jornalista de ler as notícias, retirar ou incluir palavras e/ou frases, agrupá-las de acordo com a temática e designar às mesmas manchetes e sub-manchetes. Assim, Maciel (2001) diz que é necessário se voltar com olhos críticos à linguagem praticada nos telégrafos, trabalhando a mesma enquanto espaço de disputas, de tensões sociais, e como prática concreta que realiza tarefas de dominação e de poder, ainda

que pareça, naquela época, um dado natural e neutro da vida social. Desse modo, como diz Barbosa (1999) os acontecimentos vão ganhando sentido “pela apropriação e interpenetração dos grandes sistemas de mediação, movimento obrigatório para chegar ao público que, assim, forma opinião e uma representação do mundo” (p. 79).

É inegável que os jornais, assim como outros veículos mediáticos que proliferaram nas primeiras décadas do século passado, tornaram-se fontes preciosas para a pesquisa e reflexão da memória nacional e da história, principalmente no que diz respeito ao imaginário que estava sendo construído – pondo em relevo aquilo que devia ser lembrado e obscurecendo aquilo que devia ser esquecido.

E vários autores têm procurado demonstrar como os meios de comunicação de massa e, mais especificamente, os jornais, ocupam um lugar privilegiado como formadores e armazenadores da memória social. Neste sentido, ao pensar no conceito de *lugares de memória* de Pierre Nora (1984), podemos ver uma relação íntima entre os discursos mediáticos e a produção da memória. Para Enne (2010), os jornais poderiam ser pensados como construtores e/ou legitimadores de lugares de memória: “mais precisamente: seriam eles, se não os lugares de memória (dadas as interpretações mais restritas do conceito), com certeza espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória [social].” (Idem, p. 20)

Portanto, através dos sentidos encontrados nas narrativas jornalísticas acerca das vítimas do pós-guerra (1945) e sua inevitável comparação ao que, nos dias atuais, atribuímos serem as vítimas da 2ª GM, poderemos compreender o conceito de memória trazido por Halbwachs (1990), que a define, grosso modo, como reconstruções contínuas na relação com os grupos sociais, mediadas pelo tempo e espaço.

Fim da guerra. Cadê as vítimas judias?

De acordo com Halbwachs (1990), a memória possui uma dimensão individual, porém muitos dos seus referentes são sociais e são eles que per-

mitem que, além da memória individual, que é por definição única, tenhamos também uma memória intersubjetiva, compartilhada e coletiva.

Portanto, em busca de uma definição de memória coletiva, recorreremos novamente a este autor que nos diz que tal memória consiste numa corrente de pensamento contínuo, que retem do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo.

Ao pensar numa memória coletiva relacionada aos jornais, entende-se que o que os jornalistas atribuem como acontecimento jornalístico, isto é, a narração de um fato que contem um enredo (começo, meio e fim), personagens, descrições, impressões e os pontos de vista de quem escreve, serão dados como ocorrências verossímeis a um público que, juntamente com suas referências individuais, irá (re)elaborar uma opinião pública em meio a diversos grupos sociais.

Nesse sentido, os acontecimentos selecionados como pauta jornalística acabam por afetar o imaginário social de um grupo social, bem como instituir os fatos que serão dignos de serem comentados e lembrados. Daí vem a relação entre jornalismo e memória coletiva, pois através dos acontecimentos que serão publicados nas folhas do jornal grupos sociais poderão (re)moldar suas fronteiras sócio-culturais, compondo, posteriormente, uma memória fluida e em constante mutação acerca de suas próprias identidades como das de outros grupos sociais.

É possível sentir-se parte de uma memória coletiva sem pertencer ao grupo em que a mesma existe. Tomando como exemplo a memória coletiva do Holocausto, observamos um sentimento de pertença ou identificação intensa em grupos não-judeus. Para Gehlen (2010), em relação ao Holocausto, há uma ultrapassagem da memória coletiva de um grupo vindo a se instaurar como que uma memória do humano. Assim, mesmo quem não viveu a história e não compartilha da mesma cultura, sente-se parte dessa memória e nela se reconhece, simplesmente, por também ser humano.

Como dito anteriormente, nesse período, o Holocausto ainda não era um acontecimento histórico tal como hoje, porém o anti-semitismo³ já figurava na memória histórica de grande parte do mundo ocidental. E, desde a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha (1933), eram publicadas matérias acerca dos informes políticos do governo nazista em relação à sua política anti-semita no Reich. A réplica dada à pergunta “Pode um cidadão alemão prender um judeu?” que era, ao mesmo tempo, o título da matéria, foi o conteúdo de uma das reportagens que veiculavam práticas políticas anti-semitas, vejamos:

A resposta a essa pergunta foi dada pelo dr. Zarck funcionário da directoria do Partido Nacional Socialista, com instruções e dados explicativos que não deixam margens e dúvidas. De conformidade com essas instruções, qualquer cidadão alemão pode dar voz de prisão a um judeu nos casos abaixo especificados:

a) Se houve flagrante de desrespeito público, isto é, se um judeu violando a hospitalidade alemã se exhibir em publico com uma mulher alemã;

b) Se dansar em um baile com requebros e menelos insolentes;

c) Si se singularizar por uma atitude espectaculara nalguma estação balnear alemã.

Em casos taes considera-se que o judeu põe em perigo a ordem publica interna (...) Se o judeu oppuzer resistência, se não puder provar, cabalmente a sua identidade ou se houver receio de evasão, o alemão tem o direito de empregar a força. As instrucções não permitem amarrar e pôr a ferros o judeu, “se não em casos excepcionaes”.
(*Folha da Manhã* – 08/08/1935)

Nesse contexto, fora as matérias que tratavam da publicação de informes políticos anti-semitas, estavam sendo publicadas notícias que continham representações dos judeus enquanto povo “sem pátria” e “deicida” ou, em caráter individual, como “judeu errante”, “negociante”, “inimigo de Christo”, entre outras⁴.

3 De acordo com conceituação de Tucci Carneiro (2007), tomaremos o anti-semitismo como um fenômeno psicocultural a partir das relações de interação/conflito entre judeus e não-judeus. Explicar mais acerca do antissemitismo

4 Possuo, enquanto corpus de análise, cerca de 60 matérias relacionadas ao povo judeu desde 1933 a 1945, cujos conteúdos, em sua maioria, demonstram posições anti-semitas em relação aos judeus.

Portanto, até o final da 2ª GM (1945), haviam sido publicadas muitas matérias que demonstravam o ódio racial e a violência por parte do governo alemão para com os judeus. Não era desconhecido para os leitores o que, minimamente, ocorria na Europa. Grosso modo, sabiam que estava ocorrendo uma ação autoritária, violenta e discriminatória com o povo judeu. Contudo, em relação aos campos de extermínio, devemos salientar que muitos registros históricos atestam que até os próprios judeus prisioneiros não sabiam para onde estavam sendo levados e, conseqüentemente, não tinham ideia que milhões de pessoas estavam sendo exterminadas; bem como muitos cidadãos alemães não sabiam o que seria a Solução Final no período da guerra.

No dia 3 de maio de 1945, as manchetes sobre a tomada de Berlim por tropas russas ocuparam grande parte da primeira página. A morte de Hitler, a rendição dos exércitos nazifascistas na Itália e Áustria, a prisão de oficiais de altas patentes alemãs e a atividade das forças expedicionárias brasileiras na campanha da Itália também foram notícias no jornal *Folha da Manhã*. Estas possuem, como conteúdo, as falas de políticos e oficiais dos exércitos das nações envolvidas, os posicionamentos das tropas, o processo de declínio do governo nazista, a anexação dos territórios e as negociações de paz.

A multiplicidade de assuntos numa mesma edição mostra que o tempo do jornalismo, na verdade, saturado de agoras, tem sido exímio, como diz Resende (2006), em nos fazer ver que há muitas histórias em jogo e não exclusivamente uma. As disputas de sentido estavam sendo travadas e coube ao jornal selecionar o que irá ser informado e, posteriormente, lembrado pelos leitores brasileiros.

Mas e quanto às vítimas judias? Somente uma matéria fez menção ao povo judeu e, estranhamente, a notícia não veio das agências internacionais e, sim, redigida por jornalistas brasileiros acerca da cobertura de um evento comemorativo em São Paulo. A matéria “O povo paulista comemorará hoje, festivamente, a queda de Berlim” (*Folha da Manhã* – 03/05/1945) narra acerca das dezenas de organizações que se concentraram no Parque do Anhangabaú para festejar o fim do conflito. Dentre as 38 organizações citadas, figura a comunidade israelita, que terá como representante no palanque o cidadão judeu Aaron Melitzky.

No dia seguinte, outra matéria relata aos leitores como foi a festividade dada na capital paulista em relação ao término da guerra. Intitulada “Festivamente comemorado ontem pelo povo paulista, em gigantesco comício, a queda da capital germânica.” (*Folha da Manhã* – 04/05/1945), a matéria traz um pequeno trecho do discurso do cidadão judeu Aaron Melitzky que evidencia, por parte da comunidade judaica, a ciência do extermínio de judeus na Europa, na qual o orador salienta os “sofrimentos impostos aos israelitas pelo anti-semitismo nazista.” E acrescenta um dado aterrador: “Cinco milhões e quinhentos mil judeus foram exterminados pelos totalitários.”

Nesse breve relato jornalístico, podemos inferir que, provavelmente, a sociedade brasileira e, principalmente, a paulista, detinha informações acerca do anti-semitismo nazista e que o genocídio de milhões de judeus era, ou tornou-se, através desse discurso, um fato de conhecimento público. Entretanto, a ocorrência da morte de milhões de vítimas judias toma somente duas frases numa única matéria que foi escrita no Brasil e em meio a um emaranhado de retalhos jornalísticos vindo das agências internacionais.

Notamos, portanto, que não havia espaço na mídia internacional da época para o relato do sofrimento de milhões de judeus europeus que, oficialmente, desde 1933 passavam por cruéis restrições políticas, ocasionando a morte de muitos. Assim, na construção de uma memória nacional dada pelos jornais, percebemos que se instaurou um silêncio por parte dos conglomerados de comunicação acerca da experiência do campo de extermínio vivido pelos judeus europeus após a declaração oficial do término do conflito.

Pollak (1989), ao estudar sobre o silêncio dos sobreviventes dos campos de concentração que optaram regressar à Alemanha ou à Austría, descreve que tal silêncio sobre o passado está ligado à necessidade de encontrar um *modus vivendi* com aqueles que, de perto ou de longe, contribuíram, ao menos sob a forma de consentimento tácito, à sua deportação. Assim, o autor diz que “não provocar o sentimento de culpa da maioria torna-se então um reflexo de proteção da minoria judia” (POLLAK, 1989, p.5).

Nesse sentido, Pollak (1989) afirma que uma memória acerca das vítimas dos campos de extermínio ainda não estaria sendo elaborada por ques-

tões peculiares, como a da culpa que as próprias vítimas podem ter ocultas no fundo de si mesmas e da culpa que poderia ser despertada no seio da sociedade em que estavam sendo inseridas. Assim, o autor salienta que, desde 1945, a lembrança dos deportados de roupa listrada vai desaparecendo das comemorações oficiais, pois não se integram bem em um desfile de ex-combatentes.

Fora isso, como foi observado na análise das matérias acerca das possíveis vítimas da Segunda Guerra, quando as vítimas judias voltam do campo, encontram múltiplas versões oficiais, testemunhos e pontos de vista, sendo legitimados enquanto uma memória oficial sobre o conflito e a experiência das vítimas. Namer (1986) diz que o ano de 1945 organiza, ideologicamente, o esquecimento da deportação: “os deportados chegam quando as ideologias já estão colocadas, quando a batalha pela memória já começou, a cena política está entulhada: eles são demais” (idem, p. 3 *apud* POLLAK, 1989, p. 6).

Atrelado a isso, as disputas de sentido em torno dos acontecimentos do final da 2ª GM são corroboradas pela dinâmica do processo jornalístico nos anos 1940, no qual já imperava, como hoje, a produção de notícias. Neste sentido as organizações jornalísticas

funcionam no interior de um ciclo temporal específico marcado tiranicamente por horas de fechamento. A tirania do fator tempo, a centralidade do conceito de “atualidade” na cobertura jornalística, a importância do “imediatismo como valor fundamental da profissão, o imperativo para os jornalistas a fim de responder à pergunta básica, “o que há de novo?”, tudo se combina para levar o jornalismo a privilegiar a cobertura de acontecimentos. (TRAQUINA, 2005, p.117)

Nas páginas dos jornais, eram publicadas a política militar russa, as várias especulações em torno da morte de Hitler, a atuação das forças expedicionárias brasileiras na Itália, os discursos do novo Führer da Alemanha, entre outros acontecimentos. As disputas de sentido e, concomitantemente, os entrecosques de visões de mundo, estavam se dando nos jornais, refletindo as reverberações do pós-guerra.

Porém, diante das relações de poder incutidas na propagação de notícias do pós-guerra, temos que ser perspicazes quanto aos fatos que poderiam ser notícia e como deveriam ser contados. As matérias repassadas através das agências internacionais não eram, simplesmente, propagações a esmo do que estava ocorrendo na Europa. Antes, obedeciam, geralmente, a um processo de hegemonia que inclui a disputa pelo monopólio dos órgãos formadores de consenso, tais como os meios de comunicação. E são nestes que as teias de poder nas quais os poderes ideológico, econômico e cultural das hegemonias americana e britânica (países-sede das agências internacionais) se entrelaçam a fim de dissuadir forças contrárias e formar uma opinião dócil em relação às suas políticas de Estado.

Entretanto, Foucault (1996) nos salienta que o discurso não é somente a tradução de sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta. A disputa, então, se dá no âmbito simbólico, por isso que a produção do discurso em todas as sociedades é controlada, redistribuída e organizada por procedimentos que “têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (idem, p. 9)

Assim, nos dias subsequentes à oficialização do fim do conflito, os conglomerados de comunicação não disseram uma linha acerca das vítimas judias. Contudo, a imprensa brasileira que, apesar de não estar realizando a cobertura jornalística na Europa, foi o canal comunicacional que trouxe aos leitores brasileiros os poucos dados acerca das vítimas judias ao final da guerra. Dentre as parcas descrições, salta aos olhos, pelo menos, o número referido pelo orador Aaron Melitzky: cinco milhões e quinhentos mil mortos.

O campo é lembrado! O campo é esquecido...

Após 51 dias desde a última publicação (*Folha da Manhã* – 04/05/1945), que fazia menção às vítimas judias, o jornal *Folha da Manhã* estampa na página 8 uma matéria extensa⁵ e chocante acerca dos campos de extermínio na Europa. Advinda das agências internacionais de notícias a reportagem, trata da ida de uma delegação do Parlamento britânico ao campo de Buchenwald a

⁵ Uma matéria relativamente grande publicada no jornal nesta época continha cerca de 1500 palavras. A matéria “Crueldades nazistas no campo de concentração de Buchenwald” é composta por 2.381 palavras.

fim organizar um relatório sobre o campo alemão e apresentá-lo ao Rei Jorge VI.

Portanto, temos a publicação de um documento oficial nas páginas do *Folha da Manhã*, o que demonstra as relações ideológicas entre os meios de comunicação e o poder hegemônico da época. A reportagem possui 5 subtítulos: “O campo de concentração Buchenwald”, “Barracão utilizado como hospital”, “Casa mortuária”, “Experiência científica com seres humanos” e “O pior campo de concentração”. Apesar da intenção das autoridades da delegação britânica em serem comedidas na narração dos fatos que presenciaram, elas deixam claro de que “a lembrança daquilo que vimos e ouvimos em Buchenwald será uma obsessão permanente durante anos” (*Folha da Manhã* – 04/05/1945).

Desse modo, mesmo apresentando descrições esmiuçadas das condições dos sobreviventes e do relato de como viviam os prisioneiros, não há, nos dias posteriores, nenhuma repercussão no jornal acerca do conteúdo dessa notícia. Assim, evidencia-se que a publicação do horror vivido nos campos não faz com que haja ecos desse assunto em outras notícias relacionadas ao pós-guerra.

O que era publicado correntemente eram notícias que descreviam, até de forma dramática, a condição de penúria das cidades e dos cidadãos alemães. Imagens fotográficas de crianças alemãs vasculhando o lixo em busca de comida, matérias descrevendo o choro de intelectuais alemães pelas suas cidades destruídas e as condições de miséria da população eram constantes.

Vemos, portanto, que havia uma insistência em lembrar como foi aviltada a nação alemã com a guerra e, ao mesmo tempo, uma tendência a não lembrar o destino dos judeus perseguidos durante o governo nazista. Em face do repositório de matérias publicadas acerca das políticas anti-semitas durante o governo nazista na Alemanha, podemos identificar que ao final da guerra há uma presença da ausência, isto é, um esquecimento desse assunto nos conglomerados de comunicação.

A ocorrência de uma extensa matéria acerca da vida no campo de concentração, de contundente veracidade, que é apresentada como o relatório

oficial do Parlamento britânico, neste caso, não produz uma demanda acerca do assunto. Nesse sentido, ratifica uma suposta indiferença do jornal *Folha da Manhã*, como do público. Ao não publicá-la na primeira página e ao não constatar nenhuma repercussão nas seguintes edições percebemos que, possivelmente, estratégias foram iniciadas para que este assunto não mais figurasse no jornal brasileiro.

Ricoeur (2008), ao pensar sobre os usos e abusos da memória, traz o conceito de manipulação da memória, que irá nos ajudar a entender a construção memorialística dos acontecimentos pós-guerra. Portanto, estava sendo dado no jornal o que deveria ser lembrado e, assim, o que, inclusive, deveria ser esquecido. Novamente, percebe-se que quem tem o poder de manipular a memória também o realiza com o esquecimento. Ou, como aponta Ricoeur (2008): “os abusos, no sentido mais forte do termo, se derivam da manipulação da memória e do esquecimento por quem tem o poder.” (Idem, p. 110).

De acordo com Finkelstein (2006), o que motivava o silêncio público sobre o extermínio nazista era a política conformista da liderança judaica americana e o clima político do pós-guerra na América. Assim, tanto nos assuntos internos quanto nos externos, as elites judaicas americanas fecharam com a política oficial do EUA. O esquecimento, então, torna-se uma estratégia política para somar forças em prol dos americanos na Guerra Fria, como salienta o autor:

No início da Guerra Fria, as organizações judaicas proeminentes aderiram à luta. Elas “esqueceram” o holocausto nazista porque a Alemanha – Alemanha Ocidental, em 1949 – tornou-se um aliado crucial do pós-guerra americano no confronto dos EUA com a União Soviética. Vasculhar o passado não seria útil; na verdade, era um complicador. (Idem, p. 26)

Outra razão dada pelo autor para promover o esquecimento do Holocausto se baseia na convocação da lembrança do extermínio nazista pelos judeus de esquerda nos EUA a fim de se oporem ao alinhamento da Guerra Fria com a Alemanha em oposição a União Soviética. Desse modo, lembrar o holocausto nazista foi etiquetado como causa comunista e, temendo ser associada à esquerda fora e dentro dos EUA, as grandes organizações judaicas se

opuseram a cooperar com os alemães social-democratas antinazistas, assim como ao boicote de produtos alemães e as manifestações públicas contra nazistas fazendo turismo no país.

A relação entre memória e esquecimento ultrapassa uma oposição simplista entre lembrar e esquecer, estabelecendo diferenças entre formas de esquecimento. Para Huyssen (2005), o esquecimento abrange um campo de termos e de fenômenos que se propagam através de vários mecanismos como “o silêncio, a ausência de comunicação, desarticulação, evasão, apagamento, erosão, repressão – que se revelam num espectro de estratégias tão complexas quanto às da memória” (Idem, p. 24)

Assim, tanto nos primeiros momentos do pós-guerra quanto nos tempos atuais, neste caso em relação ao acontecimento intitulado como Holocausto, vemos nos jornais o que Ricoeur (2010) propõe ser o cerne do problema: a mobilização da memória. Assim, através dessa constante modificação numa memória social, percebemos “alguns sintomas inquietantes: excesso de memória, em tal região do mundo, portanto abuso de memória – *insuficiência* de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento.” (Idem, p. 94)

Conclusão

Ao abordarmos a construção narrativa em torno da memória das vítimas judias do Holocausto, tendo como enfoque as notícias publicadas após a oficialização do fim da Segunda Guerra no jornal Folha da Manhã, e comparando-as ao que, atualmente, concebemos através da mídia sobre esse acontecimento, constatamos que a memória, longe de ser um repositório rijo e contundente de um passado, mostra-se, como nos diz Nora (1984),

(...) em perene evolução, aberta à dialética do lembrar e do esquecer, inconsciente a suas sucessivas deformações, vulnerável a manipulações e apropriações, suscetível a longos repousos e periódicos renascimentos. (...) abriga apenas aqueles fatos que nela se encaixam; ela nutre lembranças que podem estar desfocadas, telescopicamente aumentadas, que podem ser gerais ou detalhistas, particulares ou simbólicas – de acordo com a conveniência de cada caminho ou de cada cenário, de acordo com cada censura ou projeção. (Idem, p. 3)

O quadro social da memória (Halbwachs, 1990) encontrado nas narrativas jornalísticas em relação às vítimas judias nos mostra que há um esquecimento da situação dos sobreviventes desse povo. O que evidencia tal esquecimento são, primeiramente, as contínuas matérias publicadas desde 1933 acerca dos informes políticos nazistas contra os judeus e que após o final da Segunda Guerra (3/05/1945) cessam de serem veiculadas. Segundo, a falta de notícias acerca dos prisioneiros judeus que, por anos, eram noticiados como alvos da política racista de Adolf Hitler. Mesmo a publicação de um relatório oficial escrito por autoridades políticas britânicas relatando as barbáries cometidas contra os prisioneiros judeus no campo de Buchenwald não quebra o silêncio que se promove ao não trazer notícias acerca das vítimas judias. E, nos jornais, quando um assunto não é mais visto, tende ao esquecimento.

Pollak (1989) diz que a memória, enquanto operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, passa por um trabalho de enquadramento. No caso da memória coletiva, esse trabalho tem a ver com as lutas e negociações de grupos sociais em torno dos sentidos dos fatos e dos sujeitos neles envolvidos. O proposital silêncio dos judeus americanos (elite da comunidade judaica mundial), as políticas de Estado estabelecidas pelos EUA e a Inglaterra com a Alemanha e as relações de poder entre a hegemonia política e os conglomerados de comunicação no pós-guerra possivelmente influenciaram na seleção de quais fatos deveriam ser esquecidos e quais deveriam ser lembrados (noticiados).

Portanto, ao contrário do que vemos atualmente, o genocídio dos judeus na Segunda Guerra era pouco explorado, pouco debatido e pouco noticiado. A demanda do presente por testemunhos de sobreviventes, produções midiáticas que proliferam narrativas ficcionais, monumentos e museus que atualizam a memória do Holocausto, derivaram desse trabalho de enquadramento que não cessa e ainda irá propor novos delineamentos à memória desse acontecimento.

Na comemoração dos sessenta anos do fim da Segunda Guerra, a mídia acionou a lembrança do acontecimento do aniversário tomando para si o papel de promotora da memória, num ato simbólico que revestiu o passado de novos gestos e significados. Assim, na reportagem “Líderes lembram

60 anos do fim de Auschwitz; Sharon ataca omissão” (Folha de São Paulo – 27/05/2005), vemos que o silêncio toma forma de omissão e é ferozmente apontado pelo líder político de Israel, Ariel Sharon: “A triste e terrível conclusão é que ninguém se importou que judeus estivessem sendo mortos. No momento desse terrível teste, amigos e benfeitores, não levantaram um dedo. Esta é a lição do Holocausto para os judeus.”

E tal lição tornou-se dever – dever da memória: “Relembrar a era nazista e seus crimes é um dever moral” disse o então chanceler da Alemanha Gerhard Schröder (Folha de São Paulo – 27/05/2005). Novos sentidos são gerados e mais espaços na mídia são tomados em face da demanda do presente. Nesse caso, como nos diz Ricoeur (2008), o dever da memória não se limita a guardar os rastros materiais da guerra, mas enaltecer o sentimento de dever a outros, dos quais muitos até não são mais, já foram. E, assim, pagar a dívida.

Referência Bibliográfica

ARAÚJO, Nelton. Imprensa e poder nos anos 1930: uma análise historiográfica. In: **Anais do VI Congresso Nacional de História da Mídia**. Niterói. 2008.

BARBOSA, M. C. . Imprensa e poder no Brasil pós-1930. In: **Em Questão**. Porto Alegre, vol. 12, n. 2, p. 215-234, jun/dez. 2006.

_____. Temporalidade: uma questão mediática. **Margem** (PUCSP), São Paulo, v. 1, n.9, p. 177-190, 1999.

CARNEIRO, M. L. T. **O Antissemitismo nas Américas**. História e Memória. 1º. Ed. São Paulo: EDUSP, 2007. v. 1. 680 p.

ENNE, A. L. S. . Algumas reflexões sobre a relação entre mídia, identidade e memória. In: **2º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, 2004, Florianópolis. Cd-rom, 2004.

FINKELSTEIN, N. G.. **A indústria do holocausto: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo. Edições Loyola, 2004.

GEHLEN, R. S. **A guerra de Clara: um diálogo possível entre literatura, história e memória**. Literatura em debate (URI), v. 4, p. 63-72, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

HUYSEN, Andréas. Resistência à memória: os usos e abusos do esquecimento público. IN:

BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia Virginia (org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005.

MACIEL, Laura Antunes. UNESP – **Assis Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, no. 41, p. 127-144. 2001.

NORA, Pierre. *Les lieux de Mémoire*. Paris, Gallimard, 1984. Tradução de Ana Paula Goulart Ribeiro.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.

RESENDE, F. A. . O diário de Bagdá: conflito no cenário midiático contemporâneo. In: **IV Encontro nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2006, Porto Alegre. IV Encontro Nacional de Pesquisadores em jornalismo. Porto Alegre, 2006. Livro espaços parciais

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo volume II: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

Memórias de Torturas na Cidade do Aço⁶

MONTEIRO, Talissa de Angilis Azevedo (Estudante do Curso de Jornalismo)²

GONÇALVES, Douglas (Mestre em História)³

Resumo:

A presente pesquisa apresenta relatos de pessoas que sofreram perseguições e repressão política por serem contra as ações dos militares na cidade de Volta Redonda. São histórias de vítimas da repressão (presos políticos e torturados) que mostram a importância de uma investigação e revisão historiográfica da história local e dos casos que não foram divulgados pela mídia. Afinal, três cidades no Sul do Estado do Rio de Janeiro formavam uma área de segurança nacional: Volta Redonda, por abrigar a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), Barra Mansa, com a sede do 1º BIB (Batalhão de Infantaria Blindada) e Resende, com a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), maior Batalhão do Exército Brasileiro. Portanto, essas cidades podem representar todas as outras do interior que não tiveram seus casos repercutidos como os das capitais. Para o trabalho, foi feito um levantamento com as fontes que ampliaram ainda mais o enfoque sobre os fatos que aconteceram naquele período. São elas: Waldyr Calheiros, bispo emérito de Volta Redonda, e Marizza Tonolli Bedê, vítima da repressão.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Volta Redonda; História Oral.

¹ Trabalho apresentado no GT de História da Mídia Sonora, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

² Estudante do curso de Jornalismo do Centro Universitário de Volta Redonda (Unifoa), no sul do estado do Rio de Janeiro.

³ Jornalista (UBM), pós-graduado em Comunicação Empresarial (UBM), mestre em História (USS). É professor dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA), no Sul do estado do Rio de Janeiro. E-mail: douglasbgoncalves@gmail.com

Introdução:

Durante o período de 1964 a 1988, a cidade de Volta Redonda sofreu forte repressão política; grande parte pelo cunho sindicalista de parte da população e à forte presença oposicionista da Igreja Católica. Devido à localização afastada dos centros urbanos, e pela forte estrutura militar existente, os crimes poderiam ser facilmente encobertos, dificultando, assim, a divulgação e investigação dos mesmos.

A finalidade será, portanto, mostrar que essa região, principalmente as cidades de Volta Redonda, Barra Mansa e Resende, foi tão prejudicada com a repressão militar como as principais capitais do Brasil.

Comecei com um estudo do tema, em livros, jornais, revistas e transmissões de rádio. A partir desse estudo, identifiquei alguns personagens, dentre eles, Dom Waldyr Calheiros.

Através do encontro, pude perceber que a atuação política de Dom Waldir sempre foi exercida com a segurança necessária, não só para lutar contra as injustiças que o indignavam, como para não se deixar desanimar pelas críticas frequentes que recebia por misturar sua postura religiosa com a política. Muitas vezes, atuou como mediador em causas políticas, usando sua posição dentro da igreja católica. Afinal, quem iria prender o bispo e influenciador da massa em Volta Redonda?

Um dos casos em que Dom Waldir entreviu me foi contado pela professora Marizza Tonolli Bedê, viúva do também professor Waldir Amaral Bedê. Segundo ela, o bispo se ofereceu para ficar preso no lugar do seu marido, quando este estava detido no BIB em Barra Mansa.

A entrevista com essa segunda personagem foi menos clara e objetiva que a primeira. Marizza Bedê, apesar de ter sido diretamente influenciada pela repressão militar, teve sua história obscurecida, assim como a de muitas pessoas da cidade. A professora teve poucas experiências com a imprensa e, diferente de Dom Waldir, foi prejudicada diretamente pelo regime autoritário. Esses fatos imprimiram muita emoção e sentimentalismo ao seu relato. Essa

entrevista foi mais difícil de destrinchar, tendo que se fazer, muitas vezes, a separação da exposição emocional do que era fato histórico.

Essa foi a minha primeira reportagem e entrevista jornalística. A falta de técnica e experiência foi sobreposta pela experiência adquirida. Como acadêmica, me interessa muito a abrangência e a revisão historiográfica que o jornalismo histórico proporciona. Com essa pesquisa, pretendo não só rever a história de Volta Redonda, como dar voz aos personagens desse período conturbado que tiveram suas histórias esquecidas.

Durante o período da Ditadura Militar (1964-1984), Volta Redonda foi área de segurança nacional. Sua localização era estratégica, tanto por ser sede da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), quanto por estar entre os dois estados mais importantes economicamente do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), e, ainda, por se localizar perto da maior academia militar da América Latina (AMAM). Essas variáveis tornaram a cidade foco de atenção do regime militar. O controle dos acontecimentos na região era importante para evitar confrontos maiores no qual o governo pudesse sair prejudicado. No entanto, a cidade havia sido planejada para sediar a siderúrgica, sendo que toda a população volta-redondense ou era operária da companhia ou possuía vínculos com alguém que fosse. Por isso, as questões trabalhistas estavam sempre em pauta nos assuntos dos moradores, fazendo com que a cidade possuísse um forte movimento sindicalista para apoiar os operários. Dessa forma, a região já era marcada pelos movimentos rebelatórios de natureza sindical. Mas esse foi só um passo para que as contestações ganhassem um cunho político e trabalhassem a favor da democracia. Sobre esse cenário, a autora Alejandra Estevez afirma que:

O quadro que se instaura é de exceção, sendo a cidade invadida por tanques do Exército, o Sindicato dos Metalúrgicos invadido e muitos de seus dirigentes presos e torturados, expulsos da CSN, tendo sua documentação apreendida. A partir desse momento assiste-se um esvaziamento do movimento sindical uma vez que atores ligados ao novo regime assumem a direção do sindicato. O sindicalismo perde então seu papel de amortecedor das lutas sociais. Vale lembrar que Volta Redonda, nesse período, torna-se área de segurança nacional, o

que dificulta ainda mais a mobilização e articulação do movimento sindical. (ESTEVEZ, p 4-5, 2011)

Para conter as contrariedades, o governo mantinha o controle da cidade através, por exemplo, de censura da imprensa local, escolha dos prefeitos, uso da Rádio Siderúrgica Nacional, emissora pertencente a CSN, além, claro, de prisões e torturas daqueles que se mostrassem contra o governo.

Volta Redonda foi, portanto, durante todo o período da Ditadura, motivo de atenção do regime. O que chama atenção, entretanto, foi a forte repressão praticada aqui, podendo ser comparada à dos grandes centros. Porém, por ser uma cidade do interior e ter tido sua tímida imprensa censurada e quase extinta, os relatos dos acontecimentos não se propagaram como em outros lugares. Sua história se limitou aos relatos orais e memorialistas, ficando defasada principalmente na cidade pela falta de mais pesquisas científicas acerca de sua historiografia.

Outro fato que destaca a história de Volta Redonda é a presença de líderes sindicais e católicos, que conseguiam reunir grande parte da população e mobilizá-la pela luta dos direitos trabalhistas, políticos e do cidadão. Com a falta de divulgação da repressão existente, há uma mudança na representação social da cidade, como define Estevez (2011):

O momento da ditadura militar inaugura, assim, uma nova fase para o movimento operário da região, onde verifica-se uma rearticulação das forças sociais, tendo agora a Igreja como um importante ator político. Principalmente após a chegada de D. Waldyr, em 1966, a Igreja católica adota uma postura de maior proximidade com os movimentos sociais, contribuindo para a formação de lideranças que mais tarde iriam se destacar nas associações de moradores, nos partidos políticos e nos sindicatos. (ESTEVEZ, p 5, 2011)

Faz parte desse contexto o bispo Dom Waldyr Calheiros, que veio do Rio de Janeiro para Volta Redonda em 1966 e se deparou com a realidade de uma das cidades mais repreendidas pelo governo militar no país. Sua postura política se misturou à católica, e Dom Waldyr começou a ser um porta-voz dos direitos humanos e democráticos em Volta Redonda. Fazia uso da sua posição dentro da igreja para contestar e dar voz àqueles que sofriam nas prisões ou tinham sua liberdade cerceada por outro motivo. Na cidade, também não é di-

fácil ouvir relatos de casos de prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e até mortes. Além de muitos dos prejudicados pelo regime ainda estarem vivos, quase todos os moradores sabem o impacto que a repressão teve na cidade e conhecem algumas dessas histórias. O bispo emérito de Volta Redonda relata como foram as ações do regime militar na cidade:

E a história é que a perseguição aqui em Volta Redonda foi muito pesada, pelo fato de que era justamente um inimigo que eles enfrentavam. Era o capital daqueles que animaram esse golpe militar e justamente o trabalho. Aqui se concentrava o trabalho, e era um dos elementos de conflito que existia. Mas o trabalho nessa ocasião, dentro das armas, tinha pouca oportunidade de manifestação. A manifestação que havia dos operários era mais manifestações de pequenos grupos, que se reuniam em tal lugar, escondido, sem revelar. Era tudo oculto. (CALHEIROS, Dom Waldyr: depoimento [26 de agosto, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pelo bispo emérito de Volta Redonda).

O bispo DomWaldyr afirma como as famílias faziam as denúncias de tortura durante o período militar:

Bom, isso que acontece é que os familiares daqueles que foram presos e foram torturados, os familiares são os primeiro portadores do procedimento que tem com seus familiares presos. E aí, não havia discriminação. O negócio era ou é da ditadura ou é um inimigo do país. Tudo era escondido e também essa clandestinidade que era obrigatória pelo regime da ditadura. Essa clandestinidade só oferecia-se espaço, um espaço de que individualmente, ou pessoalmente, ou fosse transmitindo os acontecimentos daquela época. (CALHEIROS, Dom Waldyr: depoimento [26 de agosto, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pelo bispo emérito de Volta Redonda).

A história do bispo influenciou muitas situações no município de Volta Redonda, como, por exemplo, a que irá ser relatada nesse trabalho, do professor Waldyr Bedê.

Aqui mesmo em Volta Redonda houve muita tortura de operários que hoje ainda são vivos. Eles prenderam o Waldyr Bedê, um professor de História muito lúcido. E disseram lá no quartel que Bedê estava preso, porque se comunicava comigo e trabalhava junto comigo.

(CALHEIROS, Dom Waldyr: depoimento [26 de agosto, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pelo bispo emérito de Volta Redonda).

Mariza Bedê, viúva do professor Waldyr Bedê, descreve como foi “essa participação dele contra a ditadura. Ele não era comunista, ele queria a democracia de volta. E ele foi assim, um expoente da cultura e da educação no Brasil”. Ela relata também o processo de negociação com os militares durante a prisão do seu marido:

Eu só solto o seu marido a hora que Dom Waldyr vier aqui. Se o Dom Waldyr não vier aqui, eu não solto. Aí eu falei, “eu posso falar isso para ele?”. Ele falou “pode”. Eu posso falar isso para ele? Ele “pode”. “Enquanto o Dom Waldyr não vier aqui, eu não solto o seu marido”. Mas ainda levou uns 30 dias para soltar. Mas foi um “auê” nacional. Não tinha televisão na época para filmar, não como tem hoje. Não tinha o avanço da televisão. Mas a gente ficou no radinho. Todo mundo no rádio. Pessoal faltou serviço, faltou aula, e Dom Waldyr preso lá 24 horas. Dom Waldyr foi e se ofereceu para ficar no lugar do meu marido. Porque eles falaram para mim “Eu estou prendendo ele, ele está aqui porque ele faz a cabeça...”. Mas vê se faz a cabeça do Dom Waldyr? (BEDÊ, Mariza: depoimento [3 de setembro, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pela viúva do professor Waldyr Bedê).

O bispo Dom Waldyr Calheiros foi até o batalhão do Exército em Barra Mansa para trocar de lugar com o preso, já que os militares afirmaram que bispo fazia a cabeça do professor Bedê. Dom Waldyr relatou:

Então, o fato foi que eu tive que tomar a providência de ir pessoalmente pedir uma audiência com o comandante do batalhão BIB lá em Barra Mansa. E lá, então, fui perguntar se era verdade. No final da conversa, depois de muita provocação da parte deles, eles disseram que a missão da Igreja era rezar e ensinar o pessoal a rezar a Deus. E não se meter. Houve então, nessa parte, a minha ida lá ao quartel. E enfim, perguntei a ele se o senhor condiz que ele está preso por minha causa, eu é que sou o maior criminoso. E eu vim aqui para ficar preso com ele. E aí deu o “forrobodó”. (CALHEIROS, Dom Waldyr: depoimento [26 de agosto, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pelo bispo emérito de Volta Redonda).

O bispo Dom Waldir, mesmo tendo contato com vários relatos de tortura, não consegue definir em palavras os graves erros cometidos pelos militares “A gente sabe que a tortura e o que acontece dentro da tortura não é narrável. É impossível narrar”. (WALDYR, 2012).

O bispo da diocese de Volta Redonda enfrentou os militares mesmo sabendo que estava correndo perigo dentro de uma área militar:

Depois, a noite, eu cheguei às 8hrs da manhã, às 21hrs da noite mais ou menos veio a notícia que o comandante tinha soltado o preso que tinha essa relação comigo. Mas antes disto, de soltar, ele tentou soltar o preso escondido para pegar algumas informações, que podia ainda me dá marcação de perigo lá. E ele obrigou o preso a dar uma busca de algum documento que me compromettesse. Mas não consegui, não achou nada. (CALHEIROS, Dom Waldyr: depoimento [26 de agosto, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pelo bispo emérito de Volta Redonda).

Mariza Bedê guarda na sua memória as formas de tortura que os militares faziam com os presos:

A pessoa ficava tonta, jogava para o outro continuar e ele desmaiou. Meu marido foi ajudá-lo e ele falou “Ah, você tá com pena dele? Então você vai...” Aí, meu marido falou “Ele tá de idade, ele sofre do ouvido, ele é surdo”. Aí eles levantaram o Waldir e fizeram corredor polonês nele. Os soldados ficam enfileirados, vão batendo. E o meu marido era surdo também. De um ouvido completamente, do outro mais ou menos. Ele veio de lá surdo por causa do corredor polonês. Ele sofria um zumbido, um zumbido 24 horas por dia. Dava aula maravilhosas palestras. Mas tinha um zumbido, sabe?! (BEDÊ, Mariza: depoimento [3 de setembro, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pela viúva do professor Waldyr Bedê).

Em uma das visitas que Mariza Bedê fez ao marido, ela conta mais detalhes das torturas que aconteciam nas prisões:

Acho que ele fez de propósito e não me falou. Ele passou comigo por uma cela, que tinha um homem deitado no chão, todo queimado de cigarro. Você via que era cigarro pelas pontinhas do cigarro. Todo queimado, todo queimado assim com as pontinhas do cigarro. E o meu

marido, pela grade, via ele do lado de lá. Estava o meu marido em uma sala e ele na outra ali, “pequetítico”, coisa “pequetítica”, não tinha nem banheiro. E ele lá, de ciroula, todo queimado “ah, ah”. Mas não lá dentro, eles não deixavam, não eram bobos. Mas eles queimaram ele. Quando eu vi aquilo, eu fiquei desesperada, eu perdi peso, eu fiquei desesperada. Ai, que eu vim atrás do Dom Waldyr e falei “Dom waldyr, tem um homem todo queimado lá.” E ele falou que liberam o Waldyr (marido) se você for lá. Daí ele falou “Eu vou. Mas a senhora viu o homem?” e eu falei “Eu vi. O oficial que estava me levando, depois o soldadinho deu uma volta comigo e passou em frente a cela que ele estava.”. Mas tinha muito homem preso, tinha mulher presa. Muita mulher presa. Quando o Dom Waldyr foi lá, eles já tinham sido torturados. Depois que o Dom Waldyr foi, eles não torturaram mais ninguém lá dentro. (BEDÊ, Mariza: depoimento [3 de setembro, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pela viúva do professor Waldyr Bedê).

Os moradores da cidade de Volta Redonda reconhecem o papel do bispo não só pela sua função religiosa, mas como um verdadeiro representante da minoria social. Sobre isso, Mariza Bedê afirma:

Eu sei que eu tenho adoração pelo Dom Waldyr, eu sei que não pode adorar. Mas ele foi a pessoa que Deus mandou para esse mundo, para cortar um pouco do sofrimento das pessoas aqui em Volta Redonda. Ele tinha tudo para ser um arcebispo no rio, para ir para o norte, com a família dele no norte, eles moram muito bem em Alagoas. (BEDÊ, Mariza: depoimento [3 de setembro, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pela viúva do professor Waldyr Bedê).

A ditadura militar influenciou constantemente a vida da professora Mariza Bedê, que afirma “se um dia tiver uma outra ditadura no Brasil. Eu nunca vou querer estar viva. Eu nunca vou querer estar viva mais, nunca. Porque eu sei que as pessoas... para não sofrer o que eu sofri mais. E eu não quero”. (BEDÊ, 2012).

Conclusão:

A partir do relato dos personagens que viveram a repressão da Ditadura Militar, esse trabalho começou uma possível revisão historiográfica de Volta

Redonda. As histórias orais dos personagens puderam compor minha pesquisa e auxiliar na reconstrução do passado ao lado de documentos escritos, áudios e publicações da época.

A pesquisa aborda histórias de atores sociais com um contexto em comum. A trajetória dos personagens se cruza, na medida em que um age como vítima e o outro como mediador. Esses relatos unidos ao restante da minha pesquisa me fizeram perceber que essa história é um exemplo de outras tantas que aconteceram na cidade e ainda precisam ser ouvidas.

Além de ter sido essencial para compor minha pesquisa acadêmica, também deu às pessoas ouvidas uma ferramenta para reconstruir sua história pessoal. De alguma forma, elas puderam sentir que sua trajetória é importante para alguém e pode servir para alguma coisa. Como Marizza Bedê diz, ela espera que, ao contar sua história, dê mais força para a ditadura nunca mais se repetir. Já o bispo emérito, Dom Waldyr, apesar de estar acostumado em contar sua trajetória para a imprensa, parece querer reforçá-la a cada oportunidade, a fim de delatar o que não foi filmado, transcrito ou gravado, mas que mesmo assim não pode ser esquecido.

Por esse motivo, pretendo continuar a pesquisa buscando outras histórias de prisões arbitrárias, torturas cometidas e desaparecimentos de membros da população. Para tal fim, pretendo usar as informações em fontes diretamente afetadas, como as próprias vítimas, amigos e familiares.

Também usarei referências bibliográficas de livros que analisem o período da ditadura, reportagens da época e depoimentos para servir de parâmetro de como poderemos explorar melhor as relações entre essas fontes. Pois acredito que o levantamento dos fatos, declarações dos dramas dos familiares e envolvidos em tortura, pode se tornar um material enriquecedor para o jornalismo investigativo.

A finalidade foi e continuará sendo, portanto, mostrar que essa região, principalmente as cidades de Volta Redonda, Barra Mansa, e Resende, foi tão prejudicada com a repressão militar como as principais capitais do Brasil. E efetivar que as histórias locais podem apresentar acontecimentos que não só

influenciam, mas como também podem mudar o panorama da história nacional.

Referências

ESTEVEZ, Alejandra. **Igreja Católica em Volta Redonda: Configurações e Enquadramentos**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Futebol em tempos de ditadura civil-militar**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

SANTOS, Daniel de Araújo dos. **Urnas e nos gramados – as eleições e o Campeonato Brasileiro durante a Ditadura Civil – Militar**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

Entrevistas:

(BEDÊ, Mariza: depoimento [3 de setembro, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pela viúva do professor Waldyr Bedê).

(CALHEIROS, Dom Waldyr: depoimento [26 de agosto, 2012]. Volta Redonda, Rio de Janeiro. Entrevista concedida pelo bispo emérito de Volta Redonda).

A construção histórica do popular na dialética do processo comunicativo⁷

SOUSA, Gerson de ⁸

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/MG

Resumo:

Este artigo tem por objetivo analisar a importância social em problematizar e articular uma proposta do sentido da história da cultura popular a partir da dialética do processo comunicativo. As mudanças conceituais identificadas a partir da década de 60, desencadeadas pelos movimentos sociais, trouxe para o contexto contemporâneo a ruptura com o futuro como espaço utópico de realização e a necessidade de repensar a história, na comunicação, a partir de outras experiências vividas por sujeitos na realidade. A principal crítica neste artigo é que o reducionismo do uso da mídia em tratar esses homens e mulheres primeiramente como objeto até o seu “reconhecimento” como sujeito-receptor contribuiu para a efetivação do discurso de que a existência histórica do popular só se materializa em determinado momento na história: ora como crise da modernidade, ora como crise da pós-modernidade.

Palavras-chave: Memória; Mídia; Processo Comunicativo; Cultura Popular; Identidade.

⁷ Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia do 9º Encontro Nacional de História da Mídia

⁸ Graduado em Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo pela UNIMEP (SP), Mestre e Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP é atualmente professor adjunto do curso de Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia e docente do curso de Mestrado profissional Tecnologias, Educação e Sociedade da UFU. Trabalha com pesquisa na área de comunicação, cultura, memória e velhice. E-mail: gerson@faced.ufu.br

1 – Introdução

Este artigo pretende contribuir para problematizar a articulação de uma proposta teórica sobre o processo comunicativo, cuja narrativa histórica considere como essência a produção de sentido da cultura popular. A principal crítica está no seguinte pressuposto: durante décadas, houve a predominância de um discurso funcionalista com a tônica de considerar a história da comunicação como sinônimo de história da tecnologia. A consequência desse reducionismo está na destituição do processo comunicativo da concepção de totalidade para ser generalizado como fragmento, que tem como único desafio a “atualização” da cultura. A cultura e, com ela, os sujeitos que a materializam pela prática cotidiana, são condicionados ao discurso de progresso irreversível da ciência e da tecnologia, impulsionado pelo sistema capitalista. Esse discurso rejeita o conceito de identidade, tão fortemente acentuado pelos movimentos sociais, e instaura novo reducionismo para o que se denomina de pós-modernidade.

O primeiro aspecto de defesa deste artigo é discutir que o conceito de pós-modernidade - ou crise da modernidade - tem de ser entendido a partir de duas concepções histórico-sociais: por um lado, a tecnologia; por outro, os movimentos sociais que passam a atuar com mais veemência na década de 60. Em outro artigo⁹, apresentei a importância de problematizar a construção de identidade do popular por meio da memória. E enfatizei os desafios desse conflito em dois campos de luta: o presente e o passado. O presente, destituído do futuro como espaço de realização das promessas iluministas, torna-se o período de enfrentar a violência simbólica a partir da produção midiática realizada pelos próprios grupos sobre si mesmos. E o passado, desvalorizado ideologicamente por ultrapassado pelo progresso econômico-tecnológico, se configura como elemento essencial para se contrapor à violência física sofrida pelos sujeitos.

Como aspecto essencial desse campo de luta do popular está a memória. O reviver o passado pela memória possibilita definir outras narrativas da história da cidade para possibilitar a heterogeneidade do sentido. O que

⁹ Entre o Passado e o Presente: a memória como construção de identidade no processo comunicativo. Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia do II Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, 2012.

significa considerar a heterogeneidade do sentido da história ao reconstruir o processo comunicativo por meio da memória e da ressignificação do passado? Em que momento a instrumentalização do receptor como objeto de influência e manipulação na história da mídia, ao ser questionada pela afirmativa de homogeneizar a história, tem de ser revista e rearticulada a partir da heterogeneidade do popular?

As interrogações aqui formuladas permitem identificar o quadro problemático no qual este artigo procura identificar e sistematizar a introdução de uma proposta teórica. Em que momento a história da cultura passou a ser mero reprodutor de uma história da mídia? A análise se fará a partir de uma confrontação histórica do popular: o desenvolvimento do projeto de extensão “Revivendo a História Oral: desvelando um século de história do Congado Sainha”, do qual atuo como coordenador na Universidade Federal de Uberlândia. As indagações do Congado Sainha, o mais antigo de Uberlândia, iniciado no final do século XIX, permite relativizar historicamente esse debate sobre o reducionismo da mídia como história do processo de comunicação.

Essa é a crítica. A análise sociológica e filosófica da história das Teorias da Comunicação mostra o fato de o outro (receptor como sujeito) ser desfigurado como objeto ora de controle do seu comportamento ou do inconsciente, ora de conscientização para romper a falsa consciência como apregoado por determinados paradigmas teóricos. No entanto, o discurso não significa, para a memória marginalizada do popular e por meio do conflito dialético, que a história da cultura só deva ser reconhecida no momento em que esse discurso é confrontado. Em última instância, ao reconhecer o significado do popular no final do século XX, a reconstrução histórica exige reconhecer e reescrever a história da cidade a partir da experiência vivida do popular, nem sempre revelada ou apropriada pela mídia. Por outra vez, reviver a memória é trazer o sentimento, os conflitos e emoções da realidade da cultura popular na qual o cotidiano se fundamenta como conceito político.

2 - Produção de sentido

O problema teórico posto neste artigo é ir além da denúncia sobre a descaracterização do cotidiano como espaço de construção social da identidade e prática política do sujeito. Há aqui que discernir a diferenciação teórica nessa análise. Primeiro, a defesa do cotidiano como crítica de ser um tempo de alienação do outro por um sistema cuja lógica está na hierarquização econômica. O cotidiano é o espaço e tempo da produção de sentido do popular diante do significado construído a partir da problematização da experiência vivida. É claro que aqui se parte de uma análise dos Estudos Culturais, em que a esfera da cultura passa a ser o palco da significação (HALL, 2003).

O lócus central da sociedade passa a ser a cultura entendida como hegemônica. O conceito de hegemonia, a partir de Gramsci, pode ser entendido “como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (LIMA, 2004). Temos aqui que entender as relações de poder, ao considerar que uma determinada classe dominante pode dominar e subordinar valores, crenças e significados de outras classes. Entretanto, considerar a hegemonia implica em sair do discurso da hierarquização para mergulhar na complexidade dos conflitos entre as esferas sociais.

Esse aspecto teórico é importante ao considerar que a leitura da história da mídia, enquanto transformação social, se fundou pelo domínio do paradigma funcionalista, aprofundado nos modelos Matemático da Comunicação e do Informacional. Se, por um lado, predomina a ideia da visibilidade proporcionada pela tecnologia por uma racionalidade instrumental, por outro, a materialização desse sistema definiu o discurso de quem é o outro de forma estereotipada na história da teoria da mídia. E, aqui, se torna indiferente entender as variadas formas de linguagem. A imprensa, o cinema, o rádio, a TV ou a Internet têm a sua gênese localizada historicamente em cada década e século seguida de contextualização interna e externa.

O contexto interno da tecnologia mostra como o desenvolvimento de cada mídia exige a modificação do sentido da anterior. Será que a impren-

sa terá que se utilizar de um discurso mais próximo da oralidade para não perder espaço para o rádio? Será que o cinema, ao passar de mudo para falado, passará a substituir por importância coletiva o sentido da escrita como individualização? Em que momento a imagem e o som provocados pela TV exigem mudanças estruturais do rádio, pela imaginação, e da imprensa, em textos cada vez menores e distribuídos em espaço “fotográficos”? E como a imediatividade do noticiário da Internet leva os outros veículos a repensarem a concepção de tempo real? Essas problemáticas revelam parte da história da mídia. Por esse viés, os teóricos recorrem a mostrar a mudança da percepção do sujeito provocada pela tecnologia, a influência do comportamento enquanto estímulo e resposta e a necessidade de tornar o outro consciente de uma suposta realidade da qual não tem sentido. O ruído deixa de ser acidente de percurso para ser investigado e aperfeiçoado tecnicamente até ter a confirmação de sua semântica ao público.

A outra face dessa concepção está no fator externo. Só há sentido em construir a história da mídia se ela for contextualizada socialmente a partir do referente do outro: o popular. No entanto, a questão é a forma estática em que o popular, tratado como massa, é entendido como movimento histórico. As relações sociais são consideradas em seus aspectos mínimos diante da constatação pragmática da dificuldade de o discurso ser reconhecido e materializado no comportamento do outro. Essa é a resistência possível pela vertente funcionalista.

Entretanto, o movimento dialético da história permite instaurar o conflito no mesmo espaço do cotidiano em que o poder reducionista recusa afirmar significado. A história pode ser revelada a partir da tomada de posição do outro lugar, pela dinâmica da vida do popular, para revelar a vivência deste sujeito tornado objeto no sistema capitalista. A relação cultura e sociedade, aliás, é um aspecto conceitual importante para a defesa deste artigo. Como constrói Raymond Williams, o conceito de cultura deve ser ampliado e questionado de estar dimensionado somente em uma visão eletista. A cultura “comum ou ordinária” pode ser vista como modo de vida em condições de igualdade de existência com o mundo das Artes, Literatura e Música.

Há outra concepção de cultura a qual marca a particularidade dos Estudos Culturais, como narra Agger *apud* ESCOSTEGUY:

O grupo do CCCS amplia o conceito e cultura para que sejam incluídos dois temas adicionais. Primeiro: a cultura não é uma entidade monolítica ou homogênea, mas, ao contrário, manifesta-se de maneira diferenciada em qualquer formação social ou época histórica. Segundo: a cultura não significa simplesmente sabedoria recebida ou experiência passiva, mas um grande número de intervenções ativas – expressas mais notavelmente através do discurso e da representação – que podem tanto mudar a história quanto transmitir o passado. (HOHLFELDT, 2001, p. 156)

As intervenções ativas do popular como possibilidade de mudar a história e transmitir o passado. Eis o contexto do presente e do passado como ponto essencial dos Estudos Culturais no quadro entendido como pós-modernidade: a ruptura com o futuro. A modernidade, assim inconclusa, não realizada na sua completude como se propunha na filosofia iluminista na proposta de emancipação coletiva, se torna em um tempo de conflito. Há de se entender que a realidade social estava distante da harmonia nesse processo histórico. Mesmo almejando a utopia de uma nova sociedade com base, primeiro, na revolução do trabalho e, segundo, na aplicação da tecnologia para o processo comunicativo, ou a cultura comum, como defende WILLIANS, o estado de tensão e conflito era parte constituinte do movimento dialético do contexto da modernidade.

Esse conflito explica as próprias mudanças de temáticas na história do então Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), que mais tarde viria a ser denominado Departamento de Estudos Culturais. A análise bibliográfica sobre os Estudos Culturais, como em Escosteguy (2001), revela que três obras foram importantes para a construção do sentido desta proposta teórica metodológica. As obras, lançadas no final da década de 50, são consideradas por Stuart Hall como seminais e de formação.

O primeiro é de Richard Hoggart com *The Uses of Literacy* (1957). Ao priorizar a pesquisa qualitativa para entender a relação entre cultura e meios de comunicação, Hoggart valoriza aspectos até então desprezados pelas propostas teóricas anteriores. A análise de Escosteguy revela que “esse trabalho

inaugura o olhar de que no âmbito popular não existe apenas submissão, mas também resistência, o que, mais tarde, será recuperado pelos estudos de audiência dos meios massivos”. (ESCOSTEGUY, 2001). A relevância do trabalho de Hoggart está na construção problematizada do próprio tema: a cultura do pobre. A proposta é compreender a influência dos produtos (artefatos) culturais sobre as classes populares. Talvez aqui caiba a primeira indagação: como entender a influência na formação do estilo de vida das classes populares pelos meios de comunicação sem desconsiderar o sujeito na sua relação de prática cultural?

Cultura e Sociedade (1958) de Raymond Willians renova a afirmação de considerar a cultura como importante para compreender as relações de poder na sociedade. Mas, na sua elaboração crítica do modo como os sujeitos são tratados de forma estereotipada, ele desconstrói o conceito de massa a partir de seu interior. Eis a indagação sobre: “quem é a massa?”, que revela a crítica a uma forma funcionalista de pensar o outro. No entanto, podemos entender a contribuição importante de Willians ao avaliar a importância do avanço tecnológico da sociedade moderna para a propiciar a comunicação generalizada e estendida da cultura. Esse é o problema na qual a sociedade do século XX, no âmbito da comunicação, se encontra. A questão é saber se ela deixará de enfrentá-lo como a sociedade do século XIX deixou de enfrentar na produção material.

E o prosseguimento da análise crítica permite entender a crise da própria modernidade. Para Willians:

Estão dadas as condições técnicas para se produzir o suficiente para todos. Os meios de comunicação de massa são a condição técnica necessária para a criação de uma cultura comum. O fato de que por mais que se desenvolvam estes meios, essa aplicação continua longínqua é uma exposição, um julgamento e uma condenação da qualidade dessa sociedade” (CEVASCO, 2001, p. 73)

A terceira obra seminal *The making of the English Working-class* (A história da formação da classe operária), de Edward Thompson, de 1963, tem o objetivo de reconstruir parte da história da sociedade inglesa de um ponto de vista particular. A obra narra o desenvolvimento da história social britânica a

partir dos de baixo, e sistematizada na tradição marxista. O posicionamento do autor na proposta fundante da pesquisa está em compreender o passado à luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência. O sujeito, o outro que constitui a classe trabalhadora, se torna protagonista cuja importância está em valorizar a sua experiência de vida. A proposta logo no prefácio do livro deixa claro quem são os sujeitos:

Estou procurando resgatar o pobre descalço, o agricultor ultrapassado, o tecelão do tear manual obsoleto, o artesão utopista e até os seguidores enganados de Joanna Southcott, da enorme condescendência da posteridade. Suas habilidades e tradições podem ter-se tornado moribundas. Sua hostilidade ao novo industrialismo pode ter-se tornado retrógrada. Seus ideais comunitários podem ter-se tornado fantasias. Mas eles viveram nesses períodos de extrema perturbação social, e nós, não. (THOMPSON, 2002)

O Sociólogo Stuart HALL (2003) deve ser reconhecido em seu protagonismo para identificarmos os caminhos de uma nova leitura sobre o outro por meio dos Estudos Culturais. Na sua conhecida obra “Codificação e Decodificação” ou mesmo no texto “Reflexões sobre o modelo de Codificação/Decodificação”, o autor elabora a crítica à pesquisa administrativa e nos força a retirarmos da avaliação automática a tese da influência da mídia sobre o outro. O processo de codificação pode ser Dominante, a partir do modo hegemônico de ver; pode ser opositiva, modo de ver contrário ao prevalecente; ou Negociada, a contra-argumentação proporcionada pela experiência de situações vividas.

Há dois aspectos importantes para entendermos a posição política de HALL ao analisar a cultura na sociedade contemporânea. O primeiro é a rejeição da hierarquização do econômico sobre as outras esferas, mas sem, com isso, identificar e considerar as relações de poder. Este posicionamento pode ser entendido pela seguinte afirmativa: “não quero um modelo determinista, mas não quero um modelo sem determinação”. (HALL, 2003, p. 261). Há nesta frase o posicionamento de Hall em valorizar a cultura sem desconsiderar o estado de conflito com o poder econômico. Por outro lado, segundo aspecto, é errôneo recair em outro extremo de análise e considerar a cultura com poder autônomo. Esta reflexão Hall estende para o debate sobre O sentido da

codificação e o significado da decodificação no processo comunicativo. Hall argumenta não crer que as audiências ocupem as mesmas posições de poder daqueles que dão o significado ao mundo para elas.

Como analisa Schwarz apud ESCOSTEGUY, é possível identificar os princípios que se constituem como pilares dos Estudos Culturais:

A identificação explícita das culturas vivida como um projeto distinto de estudo, o reconhecimento da autonomia e complexidade das formas simbólicas em si mesmas; a crença de que as classes populares possuíam suas próprias formas culturais, dignas de nome, recusando todas as denúncias, por parte da chamada alta cultura, do barbarismo das camadas sociais mais baixas; e a insistência em que o estudo da cultura não poderia ser confinado a uma disciplina única, mas era necessariamente inter, ou mesmo, anti-disciplinar". (HOHFLEDT,2001, p. 157)

O fechamento dessa narrativa histórica, delimitada apenas nas obras seminais, tem de identificar como a proposta de analisar o cotidiano e a experiência vivida do sujeito no estado de conflito para a construção de identidade levou os Estudos Culturais a ampliarem o objeto de análise. Essa ampliação está diretamente vinculada ao desafio de que o entendimento da problemática da cultura tem de ser realizado no mergulho do contexto em que o sujeito tem a experiência da prática política. Se num primeiro momento as temáticas estão direcionadas para entender a relação entre a cultura popular e os meios de comunicação, as décadas trouxeram o conceito de identidade como fundamento na configuração da pós-modernidade.

Escosteguy mostra como a emergência de várias subculturas que pareciam resistir a alguns aspectos da cultura dominante de poder prevaleceu no início dos anos 70. Na segunda metade dessa **década, há a importância crescente dos meios de comunicação de massa como aparelhos ideológicos do Estado. Nesse período**, também impera a temática da recepção e a densidade dos consumos midiáticos. Em seguida, veio a análise de gêneros, raça, etnia, cujo foco é a reflexão sobre a análise de identidade. A questão que se exige entender em toda essa confrontação teórica é discutir: se as primeiras teorias surgem no início do século XX e a descoberta do outro como sujeito se intensifica como defesa teórica, em comunicação, no final da

década de 50, não podemos acusar a existência de um vazio da história sobre a experiência vivida do outro pelo processo comunicativo?

3 - Memória vivida do Congado

A pergunta sobre o vazio histórico ou a ausência da narrativa dialética da história na construção da “filosofia da história” pelo tecnológico tem o objetivo de atingir o âmago da proposta deste artigo. Parte-se do pressuposto de que reconhecer o outro, o pobre, o marginalizado, no processo comunicativo na década de 50, a partir da fundamentação teórica-metodológica dos Estudos Culturais, leva imediatamente ao desafio de localizar outros sentidos da história do popular. Para levar adiante o desafio de reconstrução histórica é preciso partir de duas concepções: o passado, a partir da memória subterrânea para revelar o valor da experiência vivida do sujeito; e o presente, para contextualizar as tensões e conflitos na realidade em que o sujeito vivencia. Como elemento de análise, considerarei o projeto de extensão *Revivendo a História Oral: um século de história do Congado Sainha*, projeto o qual coordeno na UFU.

O conceito de memória neste artigo está articulado no debate sobre a memória subterrânea ou memória marginalizada, de Michel Pollak. Trata-se da memória dos integrantes das culturas minoritárias e dominadas que não foram ouvidas durante o processo de construção da história, e que se opõem à “memória oficial”. O emprego da memória subterrânea está associado ao posicionamento político, porque trabalhar com as memórias coletivas subterrâneas “que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio” (POLLAK, 1989:04) significa privilegiar os excluídos, os marginalizados e as minorias, oferecendo um novo ponto de vista da história e dos fatos sociais do passado, cuja referência “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p.09).

Seria errôneo considerar a memória como reduzida e deslocada somente no tempo passado, desvinculada das suas aflições atuais, com uma suposta valorização do popular. Esse procedimento leva a despolitização do sujeito ao

utilizar como fim em si mesmo a memória pela memória. O ato de propiciar ao outro esse reviver por meio do recordar da memória tem seu significado na valorização do popular no presente. É o contexto histórico em que esse sujeito está inserido e a produção de sentido por meio das suas mediações que definem o significado político deste reconstruir histórico. Por um lado, essa proposta teórica está estruturada na mesma importância do trabalho profundo como o de Carlo Guinzburg, ao narrar o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. O cotidiano se torna elemento fundamental para analisar como as classes subalternas contribuem para a produção de sentido do social.

Para iniciarmos a análise sobre a reconstrução histórica do Congado, é necessário explicar de forma concisa a sua origem e a problemática da qual o projeto de extensão procura encontrar caminhos de proposta com o próprio grupo. O congado é uma expressão da cultura popular do Congo, no continente africano, trazida ao Brasil por meio da colonização. Inspirada no cortejo dos reis congos, tem por objetivo agradecer os seus governantes. Essa manifestação é uma forma de reviver a vasta cultura africana submetida à violência física e espiritual ao longo da história. O poder religioso, materializado no processo de cristianização, teve como concepção provocar mudança na identificação de homens e mulheres tornados escravos, forçando-os a abandonar suas crenças, devoções, cultos e ritos religiosos. Mas os sujeitos objetivados pelo sistema tinham suas táticas e estratégias em meio à escravidão: se reuniam escondidos para dançar e cantar em louvor a santa protetora.

É essencialmente relevante mergulhar no processo de construção histórica do Congado Sainha em Uberlândia, por ser uma das principais manifestações da cultura afro-brasileira, a qual realiza comemorações e louvor a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A devoção dos santos, porém, começou bem antes do centenário, em 1876. Ao considerar a importância cultural presente na cidade de Uberlândia por meio desta manifestação popular, o foco importante é entender como a pluralidade cultural, sustentada na tradição transmitida e ressignificada de geração em geração no terno Sainha, se evidencia como a riqueza de uma das culturas afro-brasileiras: o congado.

Esse congo surgiu com o senhor Elias Nascimento, fundador e um dos primeiros presidentes da irmandade. Com cores branco e azul claro, o terno vivencia fidelidade às crenças, ressaltando principalmente sua fé com o canto tradicional dos primeiros escravos, fazendo sempre referência à luta desse povo. Inicialmente, o congo era conhecido como “terno dos saias”, pois se trajava em homenagem à palha, material fundamental na vida dos povos africanos. O projeto de extensão nasceu por solicitação da própria comunidade do congado. A preocupação com a falta de referência das novas gerações sobre os homens e mulheres que mantiveram a tradição em contextos históricos de violência física e simbólica motivou a necessidade de reescrever a história. É com esse desafio de reescrever a história para ligar os sujeitos ao passado, à tradição, que se encaminha o projeto de um livro-reportagem e um fotodocumentário.

Há problemas que precisam ser enumerados para precisar o desafio de reconstruir a história do popular pela dialética no processo comunicativo. Como metodologia, utilizarei somente três períodos históricos de análise: o início do Congado Sainha, no final do século XIX; a década de 50, no século XX; e o momento atual da primeira década do século XXI. Em que contexto de Uberlândia podemos entender o surgimento do Congado Sainha, que antecede historicamente ao 13 de maio de 1888, cuja memória oficial releva a abolição da escravatura? Considerar essa manifestação revela a necessidade de mapear e trazer à tona a narrativa de homens e mulheres negros em um período em que a violência física e simbólica se aplicava como legitimada pelo Estado. O mergulho nas micro relações de poder permite identificar que a sociabilidade dos negros permitia, no final do século XIX, conceituar a comunicação a partir de novo olhar.

Por meio de relatos de outros integrantes do Congado, é possível identificar como a década de 50 se tornou momento de vanguarda em Uberlândia. Para situarmos, era o período em que negros e brancos transitavam por calçadas diferentes, em que o samba precisava encontrar espaço para se manifestar como cultura geral e onde os cinemas, único espaço de divertimento, delimitavam as classes sociais pelo preço do ingresso e a exigência de terno e gravata. É possível identificar, neste breve relato, uma mudança processual na

própria história das Teorias da Comunicação por meio da construção de identidade do negro e do popular. Em que momento a entrada de novos sujeitos nas salas de cinema passou a definir novas formas de expressão e definição de significados das leituras dos filmes? Como entender o significado de grupos de samba ao atravessar a rua principal da cidade em meio a luta contra o racismo?

A situação em 2013 se apresenta com outro problema: ao se efetivar como manifestação cultural importante de Uberlândia, a festa do Congado se defronta com o fator da massificação. Tratada como atrativo turístico e instigada a cada cobertura midiática a ser representada como simulacro, para se adaptar ao tempo da televisão, o Congado inicia uma fase de recusa de ser objeto de informação. A denúncia nos leva a interpretar a aflição da comunidade em ser descontextualizada do presente para ser entendida como valor do passado que deve ser preservado. O passado pelo passado, assim como a memória pela memória. É com esse dilema que os ternos do Congado passam a se reconstruir e produzir seu próprio material. Os vídeos, as músicas e os documentários gravados são conduzidos e protagonizados pelos próprios sujeitos, no respeito ao tempo e espaço em que se efetiva a cultura popular do Congado.

4 - Considerações Finais

A descrição breve de três momentos históricos do popular no contexto sócio-histórico do Brasil, plano macro, e de Uberlândia, plano micro, leva a identificar o percurso teórico-metodológico para reconstruir uma proposta das Teorias da Comunicação a partir de outros olhares. Esse olhar da comunicação a partir da cultura como ato político tem o objetivo de evidenciar que há outras esferas de valor para além da tecnologia ou do econômico, como determinadas teorias consideram predominante em determinado período. Isso significa que não basta a acusação de ter objetificado o outro durante determinadas vertentes paradigmáticas que privilegiaram a história da mídia, descompromissada com a história da comunicação como processo. É preciso mais do que acusar: é tarefa reconstruir o mapeamento histórico por meio de outros sentidos, outros significados, outros valores, das mediações do popular.

Considero que realizar o projeto de extensão sobre o Congado Sainha será o primeiro passo para, em seguida, se efetivar uma pesquisa cuja atenção esteja em problematizar a própria história da mídia diante da história da comunicação como processo em Uberlândia. E se, por um aspecto, a defesa teórica aqui está na hegemonia da comunicação, por outro, a esfera da cultura orienta a discussão sob esse contexto de pós-modernidade. A crítica está na ultravalorização da tecnologia como definidora da percepção ou de influência do comportamento de uma massa ou de sujeitos com falsa consciência. Há algo mais complexo nesse mergulho na realidade do outro, que só pode ser conceituado fora do estereótipo. É por meio da tensão e conflito do sujeito, no movimento dinâmico de construir a realidade, que se reconstruirá, pelas narrativas de vida de outros, a complexidade da história da comunicação.

Referências

ARENDRT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. V. 1 Trad. Sergio Paulo Roaunet. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança dos velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASILEIRO, Jeremias. **Congadas de Minas Gerais**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2001.

_____. **Congado**: Roteiro de um ritual de Fé. Uberlândia: 2008.

CALDAS, Graça. **Mídia e Memória: a construção coletiva da história e o papel do jornalista como historiador do cotidiano**. In: BEZZON, Lara Andréa Crivelaro. Comunicação, política e sociedade. Campinas (SP): Editora Alínea, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. V. 1 e 2. Petrópolis (RJ): Vozes, 1994. e 1997

_____. **A Cultura no Plural**. Campinas (SP): Papius, 1995.

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia dos Estudos Culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Ed. Autentica.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Trad. Adelaine La Guardiã Resende ... (et al). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu Silva e Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, Raquel Sousa. O conceito de cultura em Raymond Williams e Edward P. Thompson: breve apresentação das idéias de materialismo cultural e experiência. *Revista Cantareira, História da UFF*, 2004, 8 edição on-line.

Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/novacantareira/artigos/edicao8/artigo02.pdf>
Acessado em 20/03/2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos Meios às Mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento e Silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15

_____. **Memória e Identidade Social**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p.200-215

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do indizível ao dizível. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.) **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 14-43.

ROAUNET, Sérgio Paulo. **Mal-Estar na Modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Antônio Pereira da. **As histórias de Uberlândia: volume 3**. Uberlândia, 2003.

THOMPSON, Edward T. **A formação da classe operária inglesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Prática fotojornalística e experiência social - apontamentos teórico-metodológicos¹

SILVA, Aryanny Thays da.²

Resumo:

No primeiro momento, o artigo esboça uma discussão sobre o fotojornalismo contemporâneo com o intuito de inserir a trajetória do fotógrafo pernambucano Alcir Lacerda (1927-2012) em um contexto histórico de transformações. Nesse sentido, apresenta-se como a prática fotojornalística se constituiu como importante elemento da experiência histórica, na conjuntura internacional e no Brasil, do século XX. Na segunda parte do texto, apontam-se algumas leituras teóricas básicas para a desenvoltura de pesquisas com a temática do fotojornalismo na História, percebendo as trocas de conceitos e abordagens com outras disciplinas.

Palavras-chaves: fotojornalismo; prática fotográfica; experiência social.

1 Inicialmente, parte desse texto foi pensando como projeto para seleção no Mestrado em História, tendo sofrido modificações posteriormente. Trabalho apresentado no GT Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

2 Mestranda em História Social pela Universidade Federal Fluminense; graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte. Integrante do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi/Uff).

A temática do artigo insere-se na discussão sobre o fotojornalismo no Brasil contemporâneo e focaliza-se na análise da prática fotojornalística e sua relação com a historicidade. Apontando brevemente a trajetória do fotógrafo (1927-2012), demarcada entre os anos de 1963-1976, quando atuava como fotojornalista na *Revista Manchete*, indaga-se sobre os sentidos da história esboçados pela produção visual que caracteriza o agenciamento de notícias no período referenciado.

A importância do tema se projeta na contemporaneidade pela demanda social que as imagens têm exercido na informação e materialização dos acontecimentos na vida cotidiana. Entretanto, desde o século passado que as imagens, principalmente a fotográfica, vêm definindo narrativas que mediam nosso conhecimento do mundo. Ainda que naturalizada nos meios de comunicação, a imagem possui uma historicidade que precisa ser discutida pelo seu potencial de representação social.

O fotojornalismo, como elemento da experiência histórica no Brasil, no âmbito de uma prática fotográfica em crescente demanda nos noventa, reflete de que forma as fotografias produzidas pela imprensa ilustrada participam na elaboração de uma história contemporânea. Inserida em contextos de produção variados, é relacionada nos seus usos e funções aos modos de ver e conhecer da sociedade brasileira durante o século XX.

Como parte de uma cultura que se expandia e internacionalizava os acontecimentos, a imagem fotográfica se impõe como elemento predominante de uma linguagem visual que ganha gradualmente os espaços públicos. Marcadamente após a segunda metade do século XX e com os meios de comunicação cada vez mais presentes no cotidiano dos indivíduos, a fotografia se incorpora na experiência sensível humana, educando o olhar para os novos horizontes da vida social.

Nesse sentido, o artefato fotográfico ultrapassa sua antiga condição de relação com o real, onde a fotografia assumia o caráter de existência de uma realidade. Em movimento contrário, projeta-se a imagem na conjuntura de ações que a constituiu, refletindo, desse modo, sua produção e recepção.

Considera-se, também, a dimensão visual que caracterizara a fotografia dentro de uma experiência social da contemporaneidade.

Assim, uma quantidade extensa de registros foi produzida, tanto no ambiente doméstico da fotografia amadora, nas campanhas publicitárias de artigos de venda ou mesmo na esfera dos jornais e revistas do período. O conjunto dessas fotografias narram visualmente acontecimentos que integram as vivências humanas e contornam as memórias coletivas do passado.

A materialidade dos acontecimentos, potencializada nas fotografias “como síntese de experiências históricas” (MAUAD, 2008a), permite que as temporalidades inscritas nas imagens sejam desvendadas nas diversas histórias que envolvem o ato fotográfico. Nessa perspectiva, a fotografia pensada como produtora de sentidos e realizada através de uma prática social constrói uma experiência histórica dos eventos do século XX no Brasil.

Nesse contexto, a fotografia de imprensa assume um importante papel no registro dos acontecimentos, de tal forma, como coloca Mauad, que se pode contar a história através das imagens (MAUAD, 2008b: 36).

Segundo Jorge Pedro Sousa (SOUSA, 2004), no contexto mais amplo, o fotojornalismo havia assumido desde a década de 1920, com a geração de fotógrafos de Solomon, certa proeminência na utilização da fotografia como *news médium*. É na Alemanha que o fotojornalismo vai ser vivenciado, inicialmente, com mais vigor. A partir do momento em que as revistas ilustradas articulam textos e imagens, a fotografia de imprensa, enquanto meio visual, adotará novos valores. Sobre isso escreve Gisèle Freund, ao colocar que é apenas no momento que a imagem passa a ser a história de um acontecimento, narrada por uma série de fotografias acompanhadas tão somente de legendas, que o fotojornalismo inicia propriamente (FREUND, 1995: 112).

A atividade fotojornalística brasileira é marcada pela atuação de diversas revistas ilustradas como *O Cruzeiro*, *Fon-Fon* e, posteriormente, a *Manchete*, que foram definidoras de transformações no modo de utilizar a fotografia como componente fundante da notícia. As agências noticiosas vão se aproveitar da ideia da fotografia como verossimilhança com o real e construirão uma narrativa que procura atestar a veracidade dos fatos.

Também atuações de fotógrafos, como Jean Manzon¹, remodelaram o estilo de fotorreportagem no Brasil e ajudaram a consolidar a atividade fotográfica nos anos de 1940 como elemento da experiência sensível do mundo contemporâneo. Os fotógrafos iniciam, nesse período, uma trajetória diretamente ligada a uma tradição modernista e culturalmente urbana, projetando a realidade industrial. O fim do Estado Novo impõe o desafio de construir uma sociedade democrática onde as imagens assumem um caráter revolucionário (MAUAD, 2008c). Assim, fazer-se fotojornalista, nesse período, passa pela conformação dos espaços de sociabilidade em locais onde os acontecimentos integram as vivências sociais.

Durante a Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, ao seu término, a fotografia já integrava ativamente a imprensa moderna. Com a internacionalização da cultura, em um processo contínuo de midiaticização dos acontecimentos, a sociedade contemporânea passa em grande parte a ser pensada a partir das fotorreportagens promovidas pela imprensa ilustrada.

O Brasil, já inserido nessa conjuntura, tem o consumo de imagens acentuado pela mídia e, seguindo a ideia elaborada por Mauad, esse processo “foi gradualmente redefinindo os padrões de visualidade de uma cultura urbano-industrial” (MAUAD, 2008), que caracterizava o país no pós-guerra.

No âmbito desse panorama é que a trajetória do fotógrafo pernambucano Alcir Lacerda, marcadamente no seu período de atuação na Revista *Manchete*², entre os anos de 1963-1976, é tomada no sentido de fornecer compreensão às experiências vividas no lócus de produção do fotojornalismo.

O espaço delimitado pela atuação como repórter fotográfico na *Revista Manchete* corresponde fundamentalmente ao momento na trajetória do fotógrafo de maior dedicação ao trabalho fotojornalístico. Sua produção para o agenciamento de notícias nessa revista pode ser considerada bastante profí-

1 Francês radicado no Brasil, Manzon formou junto com o jornalista David Nasser uma importante dupla que revolucionou as reportagens fotográficas na imprensa ilustrada brasileira. O trabalho de ambos frente a Revista *O Cruzeiro* remodelou a maneira de se fazer o fotojornalismo na década de 1940.

2 A Revista *Manchete* foi um periódico publicado entre os anos 1952 a 2000 pela Bloch Editores, do empresário Adolfo Bloch, imigrante russo naturalizado brasileiro. Em pouco tempo a revista alcançou um nível de circulação nacional considerável que desbancou a Revista *O Cruzeiro* do patamar de publicação mais lida de sua época. Seu editorial era inspirado na revista francesa *Paris Match* de concepção moderna e que trazia na linguagem fotojornalística seu principal substrato.

cua e, concentrando-se apenas nesse aparato comunicativo, pode-se avaliar mais detidamente o circuito social que envolve a produção, circulação e consumo de suas fotografias.

Já a cronologia mencionada destaca um período ímpar na configuração da história do Brasil, balizada pela gestação e efetivação do governo militar e pela opressão da vida civil. O ano de 1963 caracteriza o andamento conflituoso do governo de João Goulart, que antecede ao golpe que pôs fim ao regime liberal democrático. Paralelamente, é também o momento que Alcir Lacerda começa a trabalhar com o repórter Fernando Cascudo na sucursal da *Manchete* no Recife.

O recorte no ano de 1976 se justifica pela informação que o fotógrafo esteve vinculado à revista ao longo desse período. Nesse sentido, a temporalidade demarcada constitui para a atividade fotojornalística um desafio na forma de agenciar as notícias, pois a censura imposta à imprensa condicionava as narrativas a serem vinculadas nesse contexto.

Desse modo, Alcir Lacerda, acompanhado de uma câmera fotográfica, registrou inúmeros episódios da cena política que vão desde a eclosão do golpe militar em 1964 ao período posterior de tensões que se instalou no domínio da vida política e social.

Uma linguagem visual singular é tecida a partir da narrativa encontrada nas suas fotografias. Nesse sentido, sua prática fotográfica investe significado no mundo sensível e coloca o repórter fotográfico como sujeito ativo na produção de uma visualidade a ser internalizada e incorporada como elemento da memória.

As fontes visuais da pesquisa permitem, a partir do problema proposto, inquirir sobre as percepções que são negociadas pelo olhar do fotógrafo e que narrativas podem ser encontradas nas publicações da *Manchete*. Assim, é possível pensar a esfera dos acontecimentos políticos entre 1963-1976 pelo “olho da história”: o fotojornalismo.

Dessa maneira, as narrativas fotográficas são delineadas como agentes da história, pois assumem um valor de representação social configurado pelo

processo histórico. Coloca-se que o acontecimento histórico redefinido pelo uso da imagem na imprensa brasileira produz significados agenciados por uma prática social tecida pelos sujeitos-fotógrafos.

Esse processo aponta para o campo da visualidade enquanto possibilidade de observação das experiências sociais. Objetiva-se que a visualidade não é apenas dada pela narrativa fotográfica pontuada, mas se processa como suporte de relações humanas. Considera-se o circuito social da fotografia de modo a conjugar as práticas e ações dos sujeitos históricos com os sentidos da história contemporânea.

Breve discussão teórica

Como efeito da presença marcante da fotografia como fonte de pesquisa, na produção do saber histórico, a partir de 1990, diversos estudos acadêmicos têm privilegiado “a natureza da imagem fotográfica, seus usos e funções sociais e seu impacto na cultura contemporânea” (MAUAD, 2011: 10). Nesse sentido, o trabalho da historiadora Ana Maria Mauad é tomado como referência nas pesquisas com imagens enquanto objeto de análise social da história. Suas pesquisas voltadas para o estudo do fotojornalismo brasileiro no século XX balizam os objetivos propostos ao colocarem em perspectiva as experiências sociais e refletirem sobre as práticas fotográficas e os sentidos da história contemporânea.

Importante ressaltar, no primeiro momento, o caráter disciplinar da pesquisa com o fotojornalismo para a escrita da História, movimento bastante profícuo, hoje, de empréstimos e trocas de conceitos, temas e métodos entre as diversas ciências sociais; tal que o tema aqui tratado utiliza noções vindas da antropologia e da área da comunicação como marcas da pluridisciplinaridade que servem para enriquecer e renovar as perspectivas do trabalho.

A temática do fotojornalismo liga-se por referências fundamentais ao estudo da memória, não apenas pela constituição de suas fontes de pesquisa- privilegiadamente visuais e orais, que têm como suporte os processos de rememoração dos sujeitos-fotógrafos-, mas considerando também as fotografias produzidas pela imprensa ilustrada como “suporte de uma memória

coletiva que registra, retém e projeta no tempo histórico uma versão dos acontecimentos” (MAUAD, 2008d: 25). Compreendendo que as fotografias narram visualmente os acontecimentos que marcaram o século XX é que se afirma a construção de memórias que são incorporadas pelo viés de uma memória oficial.

Destaca-se, igualmente, a memória do grupo de fotojornalistas³ atuantes na segunda metade do século XX, da qual Alcir Lacerda está inserido, a partir de uma prática fotográfica que alude a uma experiência social que possibilita a compreensão de processos socioculturais resultantes do trabalho de investimento de sentido.

Assim, a memória não é tomada como inscrição do que foi o passado em sua exatidão, mas objeto de construção que ganha forma nos processos de rememoração marcados pelas operações de esquecimento e silenciamento. Envolve, também, um processo de negociação de competências entre o pesquisador e o entrevistado.

A produção fotojornalística é analisada a partir da escolha de fotógrafos atuantes na segunda metade do século XX; valorizando-se o circuito social de suas fotografias e entrelaçando-o às trajetórias individuais desses sujeitos, delineia-se a historicidade que envolve os artefatos fotográficos e as experiências produzidas pelo olhar no curso da história.

Para Mauad, “ao elegermos o fotojornalismo como matéria fundamental da pesquisa, elegemos também um sujeito histórico: o fotógrafo de imprensa (...)” (MAUAD, 2008d: 174). Essa figura se desenvolve dentro de um projeto que se configura no decorrer de cada período onde atua o fotógrafo. No Brasil, ao longo do século XX, um ideal de modernidade ligada também à manutenção de certas tradições caracterizava o imaginário social. Assim, a atividade fotojornalística passa por transformações que acompanham as formas de ver e imaginar dos indivíduos numa época em que os acontecimentos tornaram-se essencialmente representativos através das narrativas fotográficas.

³ Ver o trabalho produzido pelo Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (Labhoi-Uff), na linha de Memória, Arte, Mídias no âmbito dos projetos sobre a Memória do Fotojornalismo Contemporâneo, coordenados pelas professoras Dras. Ana Mauad e Silvana Louzada. Site <<http://www.labhoi.uff.br/midia>>.

O trabalho de Silvana Louzada⁴ vem esclarecer o contexto de concretização do fotojornalismo no Brasil ao se debruçar sobre as revistas *O Cruzeiro* e *Manchete* na intenção de delinear como estas publicações se caracterizam pelas suas linhas editoriais e o modelo de fotojornalismo apresentado. Importante reflexão sobre o tema, pois traz um olhar da comunicação social orientado por uma leitura histórica.

A trajetória de Alcir Lacerda, como fotógrafo, surge incorporada na experiência fotográfica do século XX e é definida mais nitidamente após a segunda metade desse período, quando as imagens técnicas estabelecem uma cultura de mídia na centralidade do espaço de comunicação, lugar esse fundamentalmente social.

Dentro da narrativa visual que contém a fotografia e nesse caso, especificamente, a fotorreportagem, é imprescindível que uma análise histórica esteja ligada às experiências sociais que condicionam o ato fotográfico – esse concebido por Philippe Dubois pela impossibilidade de separação entre o produto e o processo, “a imagem e o ato com a fotografia, não é mais possível pensar a imagem fora do seu modo constitutivo, fora do que a faz ser como é” (DUBOIS, 2010:59).

A fotografia refletida no seu ato de fundação é discutida nas análises de Dubois e Mauad (MAUAD, 2008d: 29-47). O ato fotográfico implica a ação do sujeito na experiência, seja este o produtor, o receptor ou referente da imagem. Assim, a fotografia encontra sentido primeiramente na sua referência e inscreve significação nas experiências sociais. Esse posicionamento conceitual permite pensar os processos de produção de sentido visual na contemporaneidade e perpassam a discussão do circuito social das fotografias que orienta a análise histórica das fotografias de Alcir Lacerda na *Revista Manchete*.

A fotografia é problematizada como uma prática social, vivenciada dentro de uma cultura, projetada e recebida a partir de uma instrumentalização do saber-fazer e também de um entendimento que “pressupõe uma certa apren-

4 LOUZADA, Silvana. Fotojornalismo em revista: O fotojornalismo em *O Cruzeiro* e *Manchete* nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social)-Universidade Federal Fluminense. (Arquivo digital). Disponível em <http://www.bdt.d.ndc.ufr.br/tdc_busca/arquivo.php?codArquivo=1159>. Acessado 23 de agosto de 2012.

dizagem, ligada a interação dos códigos de leitura próprios à imagem fotográfica” (MAUAD, 2008d: 33).

Nessa perspectiva, o conceito de mediação cultural vem a contribuir para a compreensão dos processos culturais na sociedade capitalista. Nos estudos de comunicação do teórico Jesús Martín-Barbero, a mediação compreende o entrelaçamento entre cultura e comunicação. A cultura atua num processo comunicativo em que seus elementos, o emissor, o receptor, a mensagem e o sentido, são indissociáveis.

Redefine-se, portanto, o conceito de cultura que, pensado dentro de sua natureza comunicativa, segundo Martín-Barbero, é abordado no “seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor” (MARTÍN-BARBERO, 1997: 287).

Partindo da ideia do ato fotográfico, esse conceito é apropriado ao definir o sujeito fotógrafo como mediador entre o mundo das imagens fotográficas e aquele outro mundo dos acontecimentos factuais. Assim, a mediação confere sentido à experiência social do sujeito inserido num contexto de produção cultural.

Relacionando a mediação e o saber-fazer que envolve a trajetória profissional do fotógrafo, surgem as noções de campo de possibilidades e projeto orientados pelo trabalho do antropólogo Gilberto Velho (1994). A trajetória de Alcir Lacerda, enquanto fotojornalista, é traçada dentro de um quadro sócio histórico no qual se delineia a biografia individual do sujeito.

Nesse contexto, a noção de campo de possibilidades fornece ao indivíduo a dinâmica da vida social, o próprio fotojornalismo podendo ser entendido como campo de possibilidades, pois envolve uma diversidade de olhares negociados, seja pelas agências de imprensa ou por opções do fotógrafo, e pressupõe uma competência fotográfica que delimita sua prática social. Esse conceito destrincha as experiências fotográficas vivenciadas por Alcir Lacerda, pois permite compor o mapa de estratégias e ações possíveis que conduzem o fotógrafo à profissão de fotojornalista e também sua realização como tal.

A noção de projeto identifica o indivíduo como sujeito habilitado na capacidade de escolha e é construído na concretização das experiências sociais diárias. Segundo Velho, o projeto é sempre um ato consciente e sua condição de existência “é a possibilidade de comunicação” (VELHO, 1987: 27). Nesse sentido, o projeto se afasta da ideia de subjetividade pura e inscreve sua existência dentro de um campo de possibilidades demarcado por experiências culturais e históricas que potencialmente se apresentam aos indivíduos. Os projetos individuais ou coletivos que possam orientar a trajetória profissional do fotógrafo são extremamente relevantes, pois apontam olhares que condicionam práticas específicas na experiência fotográfica do período.

O conceito de experiência é conjugado à noção de prática fotográfica. Thompson define a experiência como a condição de mudança na existência dos indivíduos em interação com suas relações sociais no processo histórico. Segundo esse autor, “há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida” (THOMPSON, 2001: 261). Essa ideia coloca o sujeito como produtor de sentidos e delinea as experiências vividas.

Seguindo a trilha deixada por Thompson, historiadores como Mauad têm embasado suas pesquisas em torno da noção de experiência no intento de dimensionar as práticas fotográficas como parte das experiências visuais do mundo contemporâneo. Para tal, a autora propõe, em um dos seus artigos sobre o tema, um balanço e revisão de tendências que posicionem a prática fotográfica como integrante da experiência histórica na contemporaneidade (MAUAD, 2011). Diante de um levantamento dos principais autores que elaboraram uma teoria fotográfica e que colocaram em evidência a relação entre a fotografia e a produção de uma experiência social, compreende-se que esta última é essencial para se refletir a imagem fotográfica e seus usos e funções.

Na conjuntura de produção das experiências que materializam o olhar do fotógrafo, surge o conceito de prática, compreendido como a instrumentalização de um saber-fazer traduzido num conhecimento técnico e sensível acumulado pelo fotógrafo como resultado de suas vivências sociais.

Por fim, aborda-se a construção de uma cultura da visualidade que é ainda um campo recente na historiografia brasileira. Os estudos históricos voltados para uma dimensão visual da imagem na sociedade vêm sendo discutidos por Knauss, Meneses e Mauad.⁵

Para Meneses, o fundamental ao eleger a visão como campo operacional é que o foco de observação não está na fonte dita visual e sim na sociedade compreendida a partir da dinâmica da transformação. “O objeto é sempre a sociedade” (MENEZES, 2003: 28), conforme diz o autor. Nesse sentido, uma História Visual seria pensada não apenas com o uso de fontes perceptíveis pelo olhar, mas todo o documento torna-se possibilidade de análise do visual na sociedade.

O autor alude que o estudo da visualidade deve partir de uma problemática histórica na qual as fontes visuais venham a contribuir para o encaminhamento da pesquisa. A tarefa de trabalhar com imagens fotográficas direciona o olhar para os regimes de visualidade nos ambientes de interação social. Segundo David Chaney, a visualidade se configura num “conjunto de discursos e práticas que constituem distintas formas de experiência visual em circunstâncias historicamente específicas” (2000, p.118 apud MENEZES, 2003, p.151).

A discussão apresentada acima elenca alguns autores importantes para a reflexão sobre a prática fotográfica e, mais detidamente, sobre o fotojornalismo e sua historicidade. Um balanço historiográfico marcado pela reflexão pluridisciplinar e também pela crítica da fotografia como objeto da História; esse é um movimento ainda em trânsito, mas que se caracteriza pela ampliação dos canteiros da História.

Referências Bibliográficas

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral – memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

⁵ Sobre a construção de uma História Visual, ver: KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. Revista ArtCultura, v.8, n.12, p.1-224, jan.-jun. 2006. MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. Revista Brasileira de História, Rio de Janeiro, v.23, n.45, p. 11-36, jul.2003. MAUAD, Ana Maria. O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. Revista ArtCultura, v.10, n.16, p.1-254, jan.-jun. 2008.

- DUBOIS, Philippe. **O Ato Fotográfico**. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, Sp: Papyrus, 1993. 13ª edição: 2010.
- FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 1996.
- FREUND, Gisèle. **Fotografia e Sociedade**. Tradução de Pedro Miguel Frade. 2ª Ed. Lisboa: Veja, 1995.
- KNAUSS, Paulo. **O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual**. Revista ArtCultura, v.8, n.12, p.1-224, jan.-jun. 2006.
- MATÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MAUAD, Ana Maria. **OS FATOS E SUAS FOTOS: DISPOSITIVOS MODERNOS NA PRODUÇÃO DO ACONTECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE**. Revista Z Cultural, Ano IV, Número 1, 2008a. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/os-fatos-e-suas-fotos-dispositivos-modernos-na-producao-do-acontecimento-na-contemporaneidade-de-ana-maria-mauad/>>. Acesso em 10 de agosto de 2012.
- MAUAD, Ana Maria. **O olhar engajado: fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual**. Revista Art Cultura | V. 10, p. 33-50. N.16 Jan. – Jun. 2008b.
- MAUAD, Ana Maria. **Memórias do contemporâneo, a trajetória de Erno Schneider em foco**. *Enpublicacion: Studium*, no. 27. IFCH, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação de Filosofia e Ciências Humanas UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas: Brasil. Inverno. 2008c. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/27/07.html>>. Acesso em 09 de agosto de 2012.
- MAUAD, Ana Maria. **Poses e Flagrantes: Ensaios sobre História e Fotografia**. Niterói: Editora da UFF, 2008d.
- MAUAD, Ana Maria. **Prática Fotográfica e a Experiência Histórica – Um Balanço de Tendências e Posições em Debate**. Revista Interín (Curitiba), v. 10, p.45-58, 2011.
- MAUAD, Ana Maria. **Itinerários da memória - práticas fotográficas, trajetórias profissionais e os sentidos da história**, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Imágenes, memorias y sonidos, Puesto en línea el 13 junio 2012. Disponível em < <http://nuevomundo.revues.org/63139> >. Acesso em 16 de outubro de 2012.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares**. Revista Brasileira de História, Rio de Janeiro, v.23, n.45, jul.2003.
- CHANEY, David. “Contemporary socioscapes. Bookson visual cultura”, *Theory, Culture&Society*, v.6, nº17, 2000, p.118. Apud MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A fotografia como documento – Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico**, p.151. Revista Tempo, Rio de Janeiro, nº 14, p. 131-151. Disponível em <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artq14-7.pdf>. Acesso 27 de agosto 2012.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, n.10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.02, n.3, 1989, p. 1-13. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em 18 de setembro de 2012.

THOMPSON, E. P. "Folclore, antropologia e história social". In **As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001.

SOUSA, Jorge Pedro. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Chapecó: Argos; Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

VELHO, Gilberto. **PROJETO E METAMORFOSE. Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

LOUZADA, Silvana. **Fotojornalismo em revista: O fotojornalismo em O Cruzeiro e Manchete nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart**. 2004. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal Fluminense. (Arquivo digital). Disponível em <http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1159>. Acesso em 23 de agosto de 2012.

Trinta anos de história da televisão no Paraná registrados por três jornais diários (1954-1985)¹

COSTA, Osmani Ferreira da (Doutor)²
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA/PARANÁ

RESUMO:

Em 1954, um grupo de empresários e políticos criou em Curitiba o movimento Pró-Televisão no Paraná. Com o apoio da TV Tupi, fundada por Assis Chateaubriand em 1950, o grupo realizou naquele ano as primeiras experiências televisivas na capital paranaense e em três cidades do interior. Porém, as duas emissoras pioneiras só foram inauguradas, em Curitiba, em 1960: a TV Paranaense, em outubro, e a TV Paraná, em dezembro. Depois, até o fim do regime militar em 1985, outras dez estações de televisão comercial aberta entraram em funcionamento no estado. Esta comunicação objetiva historiar, analisar e interpretar – baseada em dados quantitativos e nos métodos comparativos e qualitativos – as práticas e representações que os três principais jornais do Paraná daquele período utilizaram para registrar os primeiros 30 anos da televisão no estado. Busca-se compreender e refletir sobre as relações dos diários *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Folha de Londrina* com os nascentes canais de TV e seus respectivos grupos concessionários. O texto é uma versão, bastante condensada, de um tópico do 1º Capítulo e das Considerações Finais da tese defendida pelo autor sobre o percurso histórico-político da televisão no Paraná. O resultado indica que, inicialmente tida pela imprensa como símbolo da modernidade e do progresso, logo a televisão foi dada como concorrente no plano empresarial, como palco de disputas políticas e, depois, colocada no limbo do “esquecimento” pelos diários não pertencentes aos mesmos grupos dos concessionários de canais.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Televisão; Imprensa; História; Paraná.

1 Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

2 O autor é doutor em História pela UNESP-Assis (2012), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-2002), e professor de Comunicação/Jornalismo também na UEL. E-mail: osmanicosta@uel.br

Oito de janeiro de 1954 pode ser considerado o primeiro dia da história da televisão (TV) no Paraná. Nele, foi aprovado o Manifesto da Rádio Televisão Paraná S.A., com o projeto dos estatutos daquela sociedade, liderada por Raul Vaz e Nagibe Chede. O documento foi publicado na íntegra, em anúncio de página inteira, no jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, nos dias 14, 15 e 16 de janeiro daquele ano³. Apesar do anúncio, o jornal nada noticiou sobre o fato naquele mês e nem nos seguintes. Em 1953, quando possivelmente tenham sido realizadas reuniões preparatórias para a organização do movimento que se autointitulava “Pró-televisão no Paraná”, também nenhuma notícia a respeito fora publicada na *Gazeta*⁴.

Em 5 de fevereiro de 1954, ocorreu a primeira publicação de notícia sobre a possibilidade da implantação de emissora de TV no interior do Paraná, no jornal *Folha de Londrina*⁵. Nela, especulava-se sobre a informação – dada por “fontes autorizadas” – de que haveria a concessão de dois canais de TV para breve instalação em Londrina. Ao final da nota, o colunista, que assinava sob o pseudônimo “Radialino”, comentava: “Não somos, entretanto dos mais otimistas quanto a essa possível realização. Temos que atingir, primeiro, um período de real maturidade radiofônica, para fazermos jús a tal conquista.”⁶

Para fazer uso dos três jornais⁷ como base desta análise foram levadas em consideração, predominantemente, as orientações metodológicas indicadas pelos pesquisadores Áureo Busetto e Tania Regina de Luca⁸.

A *Gazeta* foi lançada em 1919, pelo advogado alagoano Oscar de Plácido e Silva, que a dirigiu até de março de 1963. Em 1954, o matutino era

3 O mesmo anúncio pago foi publicado naquelas datas, respectivamente, nas páginas 7, 7 e 13.

4 *Gazeta* será a forma abreviada de referir-se ao diário curitibano *Gazeta do Povo*, neste texto, para economia de espaço. Da mesma maneira, a *Folha de Londrina* será às vezes tratada por *Folha*, e O Estado do Paraná simplesmente por O Estado.

5 A nota foi publicada na coluna “NO MUNDO DO RÁDIO”, na página 3 da edição daquele dia do então único diário de Londrina, cidade localizada no Norte do Paraná, a 390 km da capital Curitiba.

6 Ao longo deste texto, todas as citações que aparecem entre aspas são cópias fiéis das referidas publicações dos jornais utilizados como fontes; significando, portanto, que elas não tiveram a possível atualização ortográfica.

7 A *Gazeta* e O Estado foram pesquisados no acervo da Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba, durante 2009; e a *Folha* foi pesquisada no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, da Universidade Estadual de Londrina, também naquele ano.

8 Busetto trata do tema no artigo “A MÍDIA BRASILEIRA COMO OBJETO DA HISTÓRIA POLÍTICA: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E FONTES”, publicado no livro *Dimensões da Política na Historiografia*, organizado por Raphael Nunes Nicoletti Sebrían; e Tania de Luca o faz no texto “FONTES IMPRESSAS – História dos, nos e por meio dos periódicos”, capítulo do livro *Fontes Históricas*, organizado por Carla Bassanezi Pinsky. Ambos os autores consideram os jornais não apenas como fontes historiográficas, mas também como parte importante do objeto estudado.

standard, impresso em preto e branco, contava com 12 páginas divididas em dois cadernos e não circulava nas segundas-feiras. A *Gazeta* tinha uma linha editorial doutrinária, opinativa e politicamente engajada.

O Estado do Paraná, que começou a circular em julho de 1951, era dirigido pelo empresário Nestor Ericksen. Em 1954, o jornal tinha formato standard e, normalmente, 12 ou 16 páginas divididas em dois cadernos, com edições de segunda-feira a sábado. Com linha editorial opinativa, este diário curitibano nasceu ligado ao poder político que predominava no estado naquela época e em oposição aos interesses de a *Gazeta do Povo*.

A Folha foi fundada pelo empreendedor catarinense João Milanez em 1948, e permaneceu sob a direção dele no período desta pesquisa. Em 1954, o jornal tinha o formato standard, era impresso em preto e branco, e contava com 6 ou 8 páginas, num único caderno. O diário só não circulava às segundas-feiras. O jornal não era doutrinário; tinha linha editorial informativa e não assumia engajamento político.

Quase todos os grandes anunciantes daquela época estavam presentes, com as mesmas propagandas, nos três jornais: Hermes Macedo, Prosdócimo, Banco do Paraná, Nescafé, Jeep Willys, cigarros da Souza Cruz e bebidas da Brahma. Eram ainda anunciantes importantes as prefeituras de Curitiba e de Londrina e o governo do Paraná.

CHEGARAM AS TVs: GAZETA E O ESTADO NOTICIARAM COM INDIFERENÇA

No dia 17 de janeiro de 1960, a *Gazeta* publicou na página 19 o primeiro anúncio da venda de aparelho receptor de TV, da marca Emerson. Era um bom presságio: depois de longa espera, as emissoras de televisão logo começariam a operar em caráter definitivo em Curitiba. A capital tinha, naquele ano, uma população de 361.821, dez emissoras de rádio, 6 jornais diários e 15 salas de cinema.

A chegada da TV, ainda em caráter experimental, gerou mudanças na *Gazeta*. Em 24 de março, na página 15, foi publicada pela primeira vez a colu-

na “Rádio e TV”, em substituição à antiga coluna “Rádio”. Em julho de 1960, começaram a aparecer os anúncios de instaladores de antenas nos classificados do jornal. No dia 30 daquele mês, a coluna “Notas Sociais” divulgou pela primeira vez a programação completa da TV Paranaense, que só entrava no ar à noite.

A Gazeta não publicou reportagem, comentário, nem sequer uma nota curta sobre as inaugurações da TV Paranaense (Canal 12), em 29 de outubro de 1960, e da TV Paraná (Canal 6), no dia 19 de dezembro do mesmo ano. A primeira pertencia ao grupo de Nagibe Chede, e a segunda ao grupo de Chateaubriand; ambas haviam tido concessões outorgadas pelo presidente da República Juscelino Kubitschek.

O Estado publicou no rodapé central da página 5, de 23 de outubro de 1960, um domingo, este pequeno anúncio: “CANAL 12 – TV PARANAENSE – da Rádio Emissora Paranaense – será inaugurada com programação especial dia 29 do corrente, às 17 horas.” Na véspera da inauguração, foi a coluna social “7 Dias na Sociedade”, não assinada, quem divulgou o fato: “Finalmente amanhã (17:00 horas) se dará a solenidade inaugural do Canal 12 da Televisão Rádio Emissora Paranaense, que passará de agora em diante a funcionar em caráter comercial.” A mesma coluna informou, no dia da inauguração – 29 de outubro, um sábado – e na edição do dia seguinte, dados da festa da “TV pioneira do Sul do Brasil”. Diferentemente, sobre a inauguração da TV Paraná (Canal 6), em 19 de dezembro de 1960, O Estado não publicou uma linha sequer. Talvez, esse “silenciamento” tenha ocorrido porque a nova emissora pertencia ao grupo de Chateaubriand, proprietário de jornais que concorriam diretamente com O Estado.

Em 1961, entretanto, a *Gazeta* teve que se adequar à existência do novo veículo de comunicação na cidade. Já em 18 de janeiro, na página 9, saiu publicado pela primeira vez um quadro com a programação completa das duas emissoras locais de TV. Daí em diante, este quadro se tornou diário, ainda que variasse a página de publicação. A *Gazeta* passou a publicar, também diariamente, a partir de 20 de janeiro, a coluna “TV”.

Em abril, a *Gazeta* começou a demonstrar preocupação com a concorrência econômica que representavam as televisões. O redator responsável pela “TV” comentou, na edição do dia 12, que era “grande o sucesso de audiência da TV Paranaense – 66%, segundo dados da primeira pesquisa do Ibope em Curitiba – e a adesão de anunciantes ao novo meio de comunicação”. A coluna “TV” de 13 de agosto informou que o presidente da República, Jânio Quadros, por meio de um decreto do Ministério da Justiça, havia outorgado concessão ao grupo de Chateaubriand para o funcionamento da TV Coroados, em Londrina. Em maio de 1962, a TV Paranaense começou a publicar diariamente, na capa da *Gazeta*, um quadro com sua programação completa, sob patrocínio da Âncora Automóveis Ford. A iniciativa de marketing foi seguida, a partir de meados de junho, pela TV Paraná, com apoio de Móveis Cimo.

Na edição de 8 de novembro, a coluna “Rádio e TV” informou que novas emissoras de rádio e TV estavam sendo pleiteadas por empresários paranaenses junto ao governo federal; uma de televisão pelo político Paulo Pimentel. No segundo semestre e, depois, em 1964, esta coluna perdeu a regularidade; às vezes, ficando dias ou semanas sem ser publicada. Em 21 de setembro de 1963, foi inaugurada em Londrina a TV Coroados. Aquela coluna deu uma notícia sobre a “primeira televisão do Norte do Paraná, através do canal 3”. Não citou sequer o nome da nova emissora.

Em *O Estado*, os anos de 1962-63 trouxeram a diminuição no número de páginas e o desaparecimento definitivo da coluna “Sintonizando”, cujo redator Norberto Castilho foi trabalhar de assessor de imprensa no Palácio Iguazu para o governador Ney Braga, também patrão do dono do jornal, o então secretário estadual de Agricultura Paulo Pimentel.

Os anúncios com a programação das TVs Paraná e Paranaense seguiram diariamente, na capa da *Gazeta* e de *O Estado*, nos primeiros meses de 1964. Estes eram a única lembrança de que existiam emissoras de televisão em Curitiba, porque sobre elas não eram publicadas quaisquer notícias. Em 2 de agosto daquele ano, a “Rádio-TV” informou que o órgão que cuidava dos processos de concessão de canais no recém instaurado governo militar, o Conselho Nacional de Telecomunicações (CNT), estudava a possibilidade de funcionamento de duas novas emissoras de televisão em Curitiba, e que “a

disputa por elas é acirrada”. O colunista voltaria ao assunto em setembro e outubro, com notas em que criticava a possibilidade de concessão ao grupo de Pimentel. Já nas páginas de *O Estado*, nada foi publicado sobre o assunto em 1964, ano em que o diário esteve mais empenhado em apoiar o novo governo militar de Brasília e em enaltecer seu dono Paulo Pimentel, que se preparava para a campanha eleitoral de sucessão a Ney Braga.

FOLHA RECEBEU COM ENTUSIASMO O “SÍMBOLO DO PROGRESSO”

A primeira nota sobre televisão no estado publicada pela *Folha*, em 1960, saiu no dia 29 de janeiro, na “Coluna de Rádio”. Ela informava que a TV Paranaense estava em funcionamento em caráter experimental e pertencia à Organização Nagibe Chede. Em 29 de abril, aquela coluna noticiou o lançamento oficial da TV Coroados, que aconteceria dia 2 de maio em Londrina. A festa-show aconteceria no Grêmio Literário e a transmissão, em “circuito-fechado”, poderia ser assistida em aparelhos televisores instalados ao ar livre na Concha Acústica, a cerca de 100 metros de distância do clube.

No mês de outubro, nos dias que antecederam a inauguração da TV Paranaense, a *Folha* não publicou uma linha sobre o evento. Na “Coluna de Rádio e TV” de 1º de novembro, saiu uma nota sem título: “Foi inaugurada, sábado último, a primeira estação de televisão do Paraná: TV Paranaense, canal 12. Várias solenidades marcaram o início oficial das transmissões da televisora curitibana”. Também a inauguração da TV Paraná, em dezembro de 1960, não foi divulgada antecipadamente pela *Folha*. Na edição do dia 30 de dezembro, como se o leitor já soubesse do fato, a “Coluna de Rádio e TV” deu esta notinha confusa e sem título: “A TV Paraná, de Curitiba, está com excelente imagem, segundo se informa. Tal é a intensidade do sinal que é, inclusive, aconselhado aos telespectadores o uso de antenas internas, e não, como é necessário, externamente”.

No 1º semestre de 1961, a *Folha* seguiu publicando esporadicamente, na “Coluna de Rádio”, apenas detalhes das programações das estações de TV de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 2 de agosto, o colunista começou a demonstrar impaciência com a demora no funcionamento da TV Coroados,

em uma nota sem título: “E a televisão? A autorização presidencial já foi dada e não se ouve falar mais no assunto. E a curiosidade pública vai se tornando dia a dia maior.”

Igualmente, 1962 foi um ano inteiro de ansiedade pela instalação da TV Coroados na *Folha*, onde a passagem do tempo só fazia aumentar a impaciência e as críticas contra a demora na chegada da televisão a Londrina. O ano de 1963 teve início com essa expectativa, que foi confirmada em 21 setembro com a inauguração da TV Coroados. Londrina tinha então cerca de 160 mil habitantes, 7 emissoras de rádio, 5 salas de cinema e apenas a *Folha* como jornal diário. Na edição de 5 de julho, uma 6ª-feira, aquele colunista anunciou o “primeiro teste da TV Coroados no domingo”. Em 18 de setembro, Radialino comentou que a TV Coroados já distribuía convites para a festa de inauguração, que ocorreria na noite de sábado. Na “Coluna de Rádio” de 19 foram divulgados detalhes da cerimônia e dos programas que iriam ao ar no dia da inauguração. Ao lado da coluna, foi publicado um anúncio com cerca de ¼ de página da própria Coroados. No final dele, lia-se este texto: “Ali, onde cidades surgem e crescem em índices inéditos no mundo, surge agora cobrindo o fabuloso mercado consumidor que é a região Norte do Paraná a TV Coroados – Canal 3 – Londrina – Diários e Emissoras Associados”.

Ao contrário do que ocorrera na *Gazeta do Povo* e no *O Estado*, quando da inauguração das TVs de Curitiba, a *Folha* publicou em 22 de setembro completa cobertura do primeiro dia de funcionamento em caráter definitivo da Coroados. “Inaugura-se em Londrina a primeira estação de TV do interior do Paraná”, era o título da reportagem que ocupou inteiramente a página 8 e possuía sete fotografias. O editorial, na página 2, também foi dedicado ao tema sob o título “TV-Coroados”, em que elogiava a grandeza e desenvolvimento de Londrina e ressaltava que menos de 20 cidades brasileiras contavam com TV.

A cobertura da inauguração rendeu material informativo e opinativo ainda na “Coluna de Rádio”, com 7 notas, e na coluna “Sociedade”, de Oswaldo Militão, com texto que terminava assim: “(..) A TV Coroados já está no ar, constituindo-se na grande atração da atualidade para Londrina e toda a região norte-paranaense. Mais um marco para Londrina, a cidade que mais progride em todo o interior brasileiro”.

O ano de 1964 se iniciou, na *Folha*, como terminara o anterior: clima de animação com a TV Coroados. Na edição de 15 de outubro, uma nota informou que acabara de ser outorgada a concessão para o funcionamento de televisão em Ponta Grossa, na região central do Paraná. O texto não explicou quem era o grupo concessionário da futura estação. Essa foi a primeira concessão de TV – que se chamaria Esplanada e seria inaugurada em outubro de 1966 – para uma cidade do estado no governo militar.

A PRESENÇA DAS TELEVISÕES NOS JORNAIS

Foi bastante específica e diferenciada a maneira como cada um dos três jornais – *Gazeta*, *O Estado* e *Folha* – registrou a trajetória das 12 emissoras de televisão no Paraná, durante o período de 1954 a 1985. A cobertura jornalística daqueles diários sobre os assuntos ligados ao cotidiano das TVs variava, obviamente, conforme a linha editorial, os interesses econômicos e políticos, e a diversidade do público de cada jornal. Em consequência dessas condicionantes, o tipo de presença que cada emissora teve em cada um dos diários foi alterado várias vezes ao longo do tempo, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do qualitativo.

Após os primeiros contatos entre os líderes do “Pró-Televisão no Paraná” e os três jornais, em 1954, marcadamente comerciais mediante anúncios pagos, pouca mudança ocorreria naquela relação nos anos seguintes. Até porque o grupo que organizava a Televisão Paraná S. A. estava subordinado aos interesses do novo concorrente no campo comunicacional: Chateaubriand, que em março de 1955 havia lançado, em Curitiba, o *Diário do Paraná*.

Apesar disso, a televisão foi descrita em geral pelos três jornais como um veículo da modernidade, do progresso e do desenvolvimento, até 1960, quando da inauguração das duas primeiras emissoras no estado. Entretanto, às vezes tomadas pelos diários como simples concorrentes no plano empresarial – porque ambos os meios de comunicação disputariam os mesmos anunciantes –, as emissoras eram colocadas no limbo do esquecimento pela imprensa. Esse tipo de relação – que causava o desaparecimento das TVs das páginas dos periódicos – não mudou inteiramente nas décadas posteriores, e

até sofreu acirramento a partir do momento em que os proprietários dos dois jornais curitibanos se tornaram, também, concessionários de canais televisivos.

Ainda assim, as emissoras de televisão contaram, ao longo daquele período, sob diferentes formas, com notícias e informações acerca do seu funcionamento nos três principais diários paranaenses. Certamente, o número de publicações e o espaço ocupado pelos canais variaram de acordo com o grau de importância que cada jornal – aqui, se entendam os seus donos, sua linha de atuação e equipe editorial – deu aos fatos ligados a cada uma das emissoras. Isso porque, como observou Beltrão (1984, p. 47-48), faz parte do ofício do jornalismo selecionar, interpretar, editar e transformar o fato ocorrido em notícia publicada – ou não – de acordo com as circunstâncias, filtros e interesses. Não seria diferente com a televisão.

Entre os diferentes espaços e conteúdos disponibilizados pela *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Folha de Londrina* para a divulgação jornalística – aquela que, no Brasil, pressupõe a gratuidade – dos fatos ligados às TVs, seis foram os principais: capas, manchetes, editoriais, colunas, textos em páginas internas, e quadros com as programações. A estes, foi somada outra maneira de divulgar o universo televisivo, contudo não jornalística: a compra de espaços em capas dos jornais para a veiculação de anúncios de emissoras. A tabela abaixo demonstra, numericamente, como se deu a aparição conjunta das 12 emissoras paranaenses de televisão, nos três jornais, no período pesquisado:

Tabela 1: A presença das 12 emissoras de TV nos três jornais (1954-1985)

	Gazeta do Povo	O Estado do Paraná	Folha de Londrina
Capas	5	21	48
Manchetes	0	2	9
Editoriais	1	3	7
Colunas	5	1	6
Textos Informativos	6	29	57
Quadros Programações	7	7	4
Anúncios	23	16	11

Fontes: *Gazeta do Povo*, *O Estado do Paraná* e *Folha de Londrina* (1954-1985).

Como a tabela deixa evidente, a *Folha* foi quem dedicou maior e mais qualificado espaço à divulgação dos assuntos ligados à televisão; com destaque para a quantidade de textos publicados em capas, o número de editoriais destinados ao tema, e os textos presentes em páginas internas. Além de o número de vezes que assuntos ligados à TV estiveram presentes na capa da *Folha* ter sido quase o dobro do registrado nos outros dois jornais, o diário londrinense deu maior importância jornalística ao tema. Isso fica comprovado com a publicação de nove manchetes sobre o assunto, contra apenas duas manchetes veiculadas em capas de *O Estado* e nenhuma na *Gazeta*.

A análise do material publicado nas capas demonstra, ainda, que os jornais curitibanos priorizavam as emissoras pertencentes aos seus respectivos grupos empresariais. Das cinco notas publicadas em capas pela *Gazeta*, três foram sobre a TV Paranaense a partir de 1969, ano em que a emissora foi comprada pelos proprietários deste diário. Antes disto, nenhuma nota havia sido veiculada em capa da *Gazeta* sobre televisão, apesar de que Curitiba já possuía três canais em funcionamento; dois deles havia quase uma década.

Em *O Estado do Paraná*, dos 21 textos publicados em capas, apenas quatro foram sobre emissoras não pertencentes ao mesmo grupo do periódico. Destas, duas foram para criticar o empresário e adversário Oscar Martinez, concessionário das TV Tropical, de Londrina, e TV Paraná, de Curitiba. As outras duas foram sobre as concessões das emissoras TV Tarobá, de Cascavel, e TV Curitiba, da capital. Dentre os 21 textos, somente dois foram publicados como manchetes de capa. Ambos tratavam de interesses políticos que o dono do diário, Paulo Pimentel, possuía relacionados com suas emissoras de televisão.

Dos 48 textos publicados em capas pela *Folha de Londrina*, 27 foram produzidos antes da concessão da TV Tarobá ao dono do jornal, João Milanez, em junho de 1976. Portanto, aqueles textos e respectivas cinco manchetes estavam relacionados com outras emissoras do estado – normalmente a TV Coroados, de Londrina, ou a TV Tibagi, de Apucarana. Nenhuma manchete envolvia canal de televisão de Curitiba.

Entretanto, depois que o grupo *Folha* obteve a concessão da TV Tarobá, as quatro manchetes publicadas foram sobre aquela emissora pioneira na região oeste do Paraná. Na primeira, escrevia-se: “Concedida TV de Cascavel para a Folha de Londrina”.⁹ A segunda e a terceira manchetes eram relativas, respectivamente, à empolgação de autoridades de Cascavel com o futuro funcionamento da emissora e à assinatura do contrato de concessão em Brasília. A última – “Está no ar a TV Tarobá”¹⁰ – foi sobre o início do funcionamento da emissora, em caráter experimental.

Quanto aos editoriais referentes a assuntos ligados à televisão, a *Folha* publicou sete editoriais, ou seja, quase o dobro dos quatro veiculados pelos outros jornais. A *Gazeta* publicou apenas um, com o título “Paraná, uma grande aldeia”.¹¹ O editorial comentava sobre a importância da inauguração do Centro de Televisão de Londrina, montado em parceria pela Embratel e Telepar. O texto citava o teórico canadense Marshall McLuhan, criador da expressão “aldeia global”, mas não o governador do Paraná, Paulo Pimentel, o principal responsável pela montagem do primeiro centro de TV do interior do estado. Certamente, esse “esquecimento” se deu porque Pimentel era também dono de dois jornais e duas emissoras de televisão concorrentes do grupo *Gazeta*.

O *Estado do Paraná* veiculou três editoriais sobre o tema. O primeiro deles foi com a reprodução de um editorial publicado, no dia anterior, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. “Censura, até quando?”¹², era o título do texto opinativo que comentava a pressão política e econômica que as emissoras de TV pertencentes a Paulo Pimentel estavam sofrendo, naquele período, dos governos estadual e federal. O segundo editorial foi “Usando o nome em vão”.¹³ O texto denunciava que jagunços, contratados por Oscar Martinez – naquela época dono das TVs Paraná e Coroados e inimigo político de Pimentel, dono de *O Estado* – estariam usando o nome do ex-governador Ney Braga, em disputas por propriedades agrícolas no oeste do estado. O texto responsabilizava

9 Concedida TV de Cascavel para a Folha de Londrina. *Folha de Londrina*, Londrina, 01 jul. 1976, p. 1. Cascavel era em 1976– e segue sendo, em 2013 – a principal cidade da região oeste do Paraná.

10 Está no ar a TV Tarobá. *Ibid.*, 12 jan. 1979, p. 1.

11 Paraná, uma grande aldeia. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 31 maio 1970, p.3.

12 Censura, até quando? *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 abr. 1976, p. 3.

13 Usando o nome em vão. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 27 fev. 1977, p. 3.

Braga pela entrada do empresário Martinez no ramo das comunicações, com a compra de um jornal e de uma emissora de televisão em 1974.

O terceiro e último editorial, publicado pelo *O Estado* com o título “Dois anos de boicote”,¹⁴ afirmava que havia 24 meses que o governador Jaime Canet Júnior (ARENA) não repassava um centavo sequer, em forma de verba publicitária pública, para os dois jornais – *O Estado* e *Tribuna do Paraná* – e as duas estações do grupo Paulo Pimentel: TV Iguazu e TV Tibagi. Como demonstrado, os raros editoriais de *O Estado do Paraná* foram utilizados, na sua totalidade, na defesa exclusiva dos interesses econômicos e políticos de seu proprietário, Paulo Pimentel.

Na *Folha*, ao contrário do que se registrou em *O Estado*, apenas um dos sete editoriais tratava da emissora de TV pertencente ao próprio grupo. Ainda assim, o tratamento aconteceu de forma indireta, porque o texto “*A Folha e Cascavel*”¹⁵ comentava sobre a ligação diária que o jornal mantinha, havia décadas, com a população daquela cidade, onde somente em 1979 entraria no ar a TV Tarobá. O editorial foi escrito em comemoração à assinatura da concessão do novo canal ao grupo da Folha de Londrina, ocorrida em Brasília no dia anterior à publicação. Este foi o último editorial publicado pela Folha sobre o tema televisão no Paraná. Dos seis editoriais anteriores, três foram dedicados à TV Coroados, sempre com fartos elogios.¹⁶

Os outros três editoriais da *Folha* foram, respectivamente, a respeito da inauguração da TV Tibagi de Apucarana, em julho de 1969; sobre a preocupação do Ministério das Comunicações com a má qualidade da programação da televisão brasileira – com a qual o jornal concordou sem muita veemência –, em setembro de 1971; e em comemoração aos 25 anos da TV Tupi de São Paulo, em setembro de 1975.¹⁷ Nos cinco textos ligados às TVs Coroados, Tibagi e Tupi, não houve análise crítica a respeito da trajetória e papel das emissoras, mas somente comentários ufanistas sobre o pioneirismo dos empreendimentos e de seus concessionários.

14 Dois anos de boicote. *Ibid.*, 28 mar. 1978, p. 4.

15 *A Folha e Cascavel*. Folha de Londrina, Londrina, 02 jul. 1976, p. 2.

16 *Ibid.*, 22 set. 1963, p. 2; 22 set. 1968, p. 3; 21 set. 1973, p. 2.

17 Folha de Londrina, Londrina, 27 jul. 1969, p. 3; 15 set. 1971, p. 6; 20 set. 1975, p. 2.

Dessa forma, a avaliação relativa aos editoriais sobre a televisão no Paraná, durante o período pesquisado, leva à conclusão que aquele espaço – importante do ponto de vista jornalístico e da política editorial de cada diário – foi pouco e mal utilizado nos casos da *Gazeta* e de *O Estado*. Somente a *Folha* usou os textos editoriais com razoável frequência e mediana qualidade reflexiva.

Certamente, foi nas colunas especializadas – originalmente, em assuntos do rádio e, mais tarde, também nos de televisão – que saiu publicado o maior número de informações a respeito das emissoras de TV do estado. As notas, entrevistas curtas, notícias, fotografias e comentários divulgados – em 12 diferentes colunas diárias ou semanais dos três jornais – possivelmente somaram alguns milhares, apesar de não terem sido quantificados para esta análise.

Além das capas, dos editoriais e, principalmente, das colunas especializadas, o material jornalístico produzido sobre as emissoras de televisão do Paraná foi publicado nas páginas internas dos três diários. Ele era elaborado pelas equipes dos jornais – normalmente repórter, redator e editor – em três formas básicas de redação informativa: notícia, entrevista e reportagem completa. Para efeito desta quantificação, não foram incluídos comentário e artigos, que apareceram raramente e pertencem ao gênero jornalístico opinativo. Os textos informativos – que genericamente são chamados de matérias¹⁸ – foram encontrados da página 2 do primeiro caderno à última página do derradeiro caderno, cujo número variava de jornal para jornal, dependendo ainda do ano e do dia da edição. Mas, geralmente, esse tipo de matéria estava localizado no segundo caderno, onde se convencionou entre os periódicos brasileiros publicar quase tudo que é ligado à cultura, ao entretenimento e à diversão.

A *Gazeta do Povo* publicou somente seis textos informativos no interior de suas edições, ao longo daqueles 31 anos pesquisados. Em *O Estado do Paraná*, eles foram 29 e, na *Folha de Londrina*, 57. Como pode ser constatado, são números irrisórios. Mesmo a quantidade de publicações da *Folha*, destacadamente a maior entre os três jornais, não alcançou a média de duas matérias informativas por ano, o que foi, sem dúvida, muito pouco diante da

¹⁸ DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO, 2001, p. 391.

importância que a TV já assumira naquela época para a maioria dos leitores e da população em geral.

Simultaneamente à publicação do material de cobertura jornalística, os três diários divulgavam a televisão por meio de quadros contendo a programação de cada emissora. Quadros que, ao longo do tempo, foram se estabelecendo como uma espécie de prestação de serviço informativo aos seus leitores e, possivelmente, também já telespectadores. Outras informações relativas aos canais de televisão estiveram presentes nos três diários, também, através da publicação de material publicitário. Os anúncios de emissoras publicados em capas foram 23 na *Gazeta*, 16 em *O Estado*, e 11 na *Folha*.

Nos dois periódicos de Curitiba, foi constatada uma previsível e sintomática coincidência: todas as propagandas veiculadas eram da principal televisão pertencente ao mesmo grupo do jornal. Assim, nas capas da *Gazeta* só foram encontrados anúncios da TV Paranaense; enquanto que nas primeiras páginas de *O Estado* apenas peças publicitárias da TV Iguaçu estiveram presentes. Dessa maneira, parece óbvio que, nos dois casos, não houve investimento financeiro das TVs para a compra dos espaços nas capas daqueles diários curitibanos. Em geral, aquelas 39 propagandas eram sobre atrações especiais da programação de cada emissora, nos dias de suas publicações.

Na *Folha*, diferentemente, a maioria dos 11 anúncios publicados em capas foi de emissoras pertencentes a outros grupos de comunicação. Seis deles eram da TV Tibagi, três propagandas eram da TV Coroados e uma da TV Cultura de Maringá; elas anunciavam novos programas e atrações especiais daquelas emissoras. Um único anúncio da TV Tarobá, pertencente ao grupo da *Folha*, foi publicado para comemorar a inauguração do Canal 6 de Cascavel, em fevereiro de 1979.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por certo, existiram diversos motivos que levaram aos diferentes comportamentos destes dois jornais curitibanos e da *Folha*, na cobertura das questões ligadas às emissoras de televisão no Paraná. No entanto, eles nunca foram explicados aos leitores. Possivelmente, uma das principais motivações

tenha sido de caráter comercial: os proprietários dos veículos impressos estariam se precavendo da concorrência da TV por seus maiores anunciantes.

Resumidamente, pode-se afirmar que a *Folha de Londrina* foi o diário que ofereceu maior, melhor e mais constante espaço para a cobertura jornalística destinada às TVs, entre 1954 e 1985. Principalmente as oito emissoras do interior do estado sempre tiveram destaque garantido nas páginas da *Folha*. Não obstante, na maioria das publicações e durante grande parte daquele período, os textos do jornal londrinense trataram o advento da televisão de maneira menos crítica, quase sempre apenas com elogios e ufanismos.

A *Gazeta* e *O Estado*, contrariamente, dispensaram, ao longo daqueles 31 anos, espaço bem menor, pior localizado nas páginas e edições, e menos constante. Porém, quase sempre o conteúdo do material era mais crítico e mais aprofundado na análise das questões ligadas às emissoras de TV de Curitiba. Essa melhor qualidade do conteúdo divulgado esbarrou, no entanto, a partir de 1967, em *O Estado*, e a partir de 1969, na *Gazeta*, na sistemática parcialidade com que os dois jornais passaram a cobrir os assuntos sobre as emissoras pertencentes aos próprios grupos ou aos grupos comerciais concorrentes. Em 1967, o grupo de *O Estado* inaugurou na capital a TV Iguaçu, e, em 1969, o grupo da *Gazeta* assumiu a direção da TV Paranaense.

As emissoras de TV do interior praticamente não existiram nas páginas da *Gazeta do Povo*, enquanto os proprietários daquele diário não adquiriram as concessões da TV Cultura de Maringá, em 1979, e da TV Coroados, em 1980. Em *O Estado do Paraná*, as estações interioranas, igualmente, apareceram pouquíssimas vezes, com exceção das três que pertenciam a Paulo Pimentel, também dono daquele jornal: a TV Tibagi, a partir de 1969, a TV Coroados – de 1972 a 1976 – e a TV Naipi, já no final de 1985.

Com esta análise da cobertura dos três diários à chegada, estruturação e desenvolvimento do setor televisivo paranaense – ao longo de mais de três décadas – foi possível constatar que o espaço dispensado, principalmente nas páginas dos dois jornais curitibanos, ficou muito aquém da importância que a televisão assumiu no cotidiano da maioria da população, naquele período. No entanto, pior do que o pequeno espaço concedido foi a má qualidade do con-

teúdo destinado a divulgar e a comentar sobre o possível papel social, político, cultural e educativo das emissoras de TV. Na maioria das vezes, e ao longo de quase todo o tempo, ficou claro um distanciamento entre a tradicional imprensa escrita e o novo meio de comunicação, apresentado aos leitores apenas como mais um instrumento de distração, lazer, entretenimento e negócio.

No advento da televisão em Curitiba e Londrina, entre os primeiros *shows* de apresentação e transmissões experimentais, a imprensa considerava o nascente veículo de comunicação eletrônica como um símbolo da modernidade e do progresso científico. Todavia, com o passar dos anos, os canais televisivos foram sendo tratados como adversários dos periódicos impressos, na concorrência pelas contas dos anunciantes e verbas públicas. E assim, algumas vezes e em determinados períodos, as emissoras de TV foram relegadas ao limbo do esquecimento, notadamente pelos dois jornais de Curitiba.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo de interpretação**. São Paulo: Summus Editorial, 1984.

BUSETTO, Áureo. A mídia brasileira como objeto da História Política: Perspectivas teóricas e fontes. In: SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti (Org.). **Dimensões da Política na Historiografia**. Campinas (SP): Pontes Editores, 2008.

DE LUCA, Tania R. Fontes Impressas – História dos, nos e por meio dos periódicos. In:

PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DICIONÁRIO DE COMUNICAÇÃO. 2. ed. Coordenação: RABAÇA, Carlos Alberto;

BARBOSA, Gustavo Guimarães. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

TRIGUEIROS FILHO, Marinósio; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. **História da Imprensa em Londrina** (Do Baú do Jornalista). Londrina (SP): EDUEL, 1991.

O “Diário Mercantil” no Golpe Militar de 1964: como um jornal de província auxiliou na consolidação do golpe

LISIEUX, Daniella Oliveira¹

MUSSE, Christina Ferraz²

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / MG

Resumo:

O presente artigo faz uma análise de conteúdo das manchetes da primeira semana do governo militar no jornal juiz-forano auxiliou na consolidação, focando nas notícias de prisões políticas. Este, em 1964, era o maior jornal da cidade e região. Seus jornalistas acompanharam a marcha dos soldados juiz-foranos para a tomada do poder no Rio de Janeiro, o retorno dos mesmos como heróis, os atos que restringiam cada vez mais as liberdades individuais e testemunharam a prisão, o retorno dos mesmos como cidadãos e testemunharam a prisão, o retorno dos mesmos como cidadãos, notadamente pelos dois que interferiram diretamente na opinião da população eleitora. Além disso, trabalha-se a rememoração do Regime Militar e das prisões políticas que aconteceram naquele momento por meio de dados revelados pela Comissão da Verdade e das prisões.

Palavras-chave: Comunicação; jornalismo impresso; memória; ditadura militar; “Diário Mercantil”.

1 Mestranda da linha “Comunicação e Identidades” do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Especialista em Marketing e Negócios Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e Graduada em Comunicação Social com habilitação em jornalismo pela Faculdade de Comunicação da UFJF (2010). É técnico administrativo em educação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Atua principalmente nos seguintes temas: jornalismo impresso, ditadura militar, memória, identidade e jornalismo institucional. daniella.lisi@yahoo.com.br

2 Jornalista, mestre e doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF, é líder do Grupo de Pesquisa Comunicação, Identidade e Cidadania e do Grupo de Pesquisa de Telejornalismo da Intercom. É secretária de Comunicação da UFJF e editora-chefe da revista “A3”, de Jornalismo Científico e Cultural. musse@terra.com.br

Este artigo tem como objetivo investigar o conteúdo jornalístico do jornal “Diário Mercantil” durante os primeiros dias do golpe militar. As investigações concentram-se nas características de uma imprensa ainda não marcada pela censura, mas que já se mostrava omissa e parcial. As notícias de prisões políticas foram observadas com o objetivo de analisar o tratamento dado aos prisionados.

O lapso temporal pesquisado para este artigo encontra-se entre os dias 31 de março e 07 de abril de 1964, compreendendo a primeira semana de governo militar no Brasil. As investigações foram focadas nas notícias sobre prisões políticas e análise do conteúdo jornalístico oferecido pelo jornal.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado a respeito da formação de identidades em Juiz de Fora a partir de notícias que rememoram prisões políticas na cidade. Nesta pesquisa, trabalham-se os conceitos de memória discutidos por Michael Pollak, Ecléa Bosi, Marialva Barbosa, Christina Musse e Ana Paula Goulart, o de rememoração proposto por Paul Ricoeur, e identidades definido por Stuart Hall.

A hipótese deste artigo concentra-se na possibilidade de opiniões locais terem sido formadas a partir de uma cobertura omissa e parcial dos fatos. As ideologias e o momento histórico vivido em 1964 podem ter interferido diretamente na atitude dos jornalistas da época, que não interpretavam aquele golpe como algo definitivo e, sim, um momento de transição

O Diário Mercantil no momento do Golpe

A década de 1960 foi marcada não só pelas movimentações políticas, como também pelas transformações no âmbito da comunicação social no Brasil. Embora o rádio fosse o veículo de comunicação com maior amplitude, a televisão começava a ganhar espaço e o jornalismo impresso era aquele que se apresentava como formador de opiniões para a população urbana letrada até o momento. No entanto, a partir da virada nas relações políticas nessa época, a *agenda-setting*³ do jornalismo impresso passou a ser ditada em função

3 Linha de investigação surgida nos anos 70 que propõe a hipótese de que a mídia, por uma série de fatores, determina os assuntos que serão debatidos pelo público. (Wolf, 2001)

dos interesses da ditadura civil-militar⁴, das conveniências político/econômicas para a empresa à qual os diários pertenciam ou até mesmo com o objetivo de driblar os órgãos censores. Marialva Barbosa (2007, p.175) destaca que esta foi uma época em que houve um “(...) sepultamento da política. Era mais importante o engarrafamento do que uma matéria de âmbito nacional, uma medida do presidente da República, um discurso no Congresso” (*idem*). A autora complementa, por meio de entrevista com o jornalista Paulo Branco, que as medidas econômicas eram sempre muito bem divulgadas, pois a economia tinha um peso “muito significativo naquela época” (*idem*, p.175).

Em 1964, Juiz de Fora possuía três jornais mais representativos: “Diário Mercantil”, fundado em 1912 e fechado em 1983, com tiragem mais expressiva e pertencente ao grupo nacional dos Diários Associados; “Diário da Tarde”, de características mais populares, comandado pelo mesmo grupo e que circulou de 1942 a 1983; e “Gazeta Comercial”, jornal produzido pela Associação Comercial de Juiz de Fora, fundado em 1924 e fechado em 1976.

Nessa época, o “Diário Mercantil”, objeto de nossa investigação, era o jornal de maior destaque em Juiz de Fora e seu principal formador de opinião. Ele foi fundado em 23 de janeiro de 1912 e, em 1932, foi vendido aos “Diários Associados”, tendo aí permanecido até o seu fechamento, em 1983. Diariamente (com exceção das segundas-feiras), circulava com oito páginas, e era vendido nas bancas ao preço de NCr\$ 0,20. No ano do golpe militar, as notícias sobre política ainda não possuíam uma seção própria com páginas definidas, ocupando, em geral, as páginas 03, 04 e 05

Este jornal possuía à época, como diretores, João Medeiros Calmon e Renato Dias Filho. A redação ficava sob a responsabilidade de Nello Gervason, que tinha como assistente José de A. Holanda. O “Diário Mercantil” contava com a colaboração de correspondentes do Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte.

4 O termo “ditadura civil-militar” vem substituindo o termo “ditadura-militar” devido a investigações que comprovam a participação ativa de membros civis no regime ditatorial do Brasil. De acordo com documento publicado pela Comissão Nacional da Verdade, “1964 não foi um golpe das oligarquias ou elites políticas e econômicas nacionais contra um governo trabalhista e popular, tendo como testa de ferro parcela das Forças Armadas. Um golpe fundado na violência tradicionalmente exercitada no Brasil contra os destituídos”.

A cronista do “Diário Mercantil”, Cosette de Alencar, em editorial publicado em 1968, classifica o jornal como “*alter ego*” de Juiz de Fora e “porta voz da opinião pública” (MUSSE, 2008, p.171), evidenciando a visão a respeito do jornal que, segundo Christina Musse, era um jornal feito “da elite para a elite” (2008, 171).

Dadas as características do diário que é nosso objeto de estudo, será feita explanação das manchetes e conteúdo da primeira semana de governo militar pelo olhar do “Diário Mercantil.”

A primeira semana de governo militar no Diário “Mercantil”

Euforia. Essa seria a melhor palavra para expressar os sentimentos locais retratados pelo “Diário Mercantil” devido ao golpe militar. O jornal já demonstrava uma nítida preocupação com as “Reformas de Base” propostas por João Goulart, mas suas notícias não se posicionavam totalmente opositoras ao presidente.

Considerando que o “Diário Mercantil” era um jornal matutino, observamos que, no dia 31 de março de 1964, nenhuma clara menção às movimentações de tropas foi feita. A marcha dos soldados do 4º Batalhão de Infantaria da cidade, comandados pelo general Olympio Mourão Filho, aconteceria naquela noite. Observa-se uma notável mobilização contra os “comunistas” da época. Em sua manchete de primeira página, o “Diário Mercantil” trouxe novidades sobre a revolta dos marinheiros⁵: “Inspirações subversivas comprometem a hierarquia e a disciplina”. Nessa notícia, foi levantada a suposição de que pessoas infiltradas nas forças armadas teriam o objetivo de desmoralizar aquela instituição tão tradicional. Hélio Gaspari explica que a revolta dos marinheiros, associada ao discurso de João Goulart no Automóvel Clube em 10 de abril daquele ano, desestabilizou as Forças Armadas. Para Gaspari, a “organização militar, baseada em princípios simples, claros e antigos estava em processo

5 Dois mil marinheiros e fuzileiros navais liderados por José Anselmo dos Santos, o “cabo” Anselmo, realizaram uma reunião comemorativa do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais em no dia 25 de março de 1964. O ato contou com a presença de representantes dos sindicalistas e líderes estudantis, além do deputado Leonel Brizola e do marinheiro João Cândido, líder da Revolta dos Marinheiros de 1910. Na reunião, a Associação manifestou apoio às Reformas de Base. A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais era considerada ilegal. O então ministro da Marinha, Sílvio Mota, emitiu ordem de prisão contra os principais organizadores do evento e enviou um destacamento de fuzileiros navais ao local da reunião que, ao contrário de prender seus colegas, aderiu à manifestação. (LAMARÃO, 2013)

de dissolução. Haviam sido abaladas a disciplina e a hierarquia” (GASPARI, 2002, p.91).

Também nessa edição, uma notícia com foto de Magalhães Pinto, então governador de Minas Gerais, retrata um discurso desse político, que se posiciona contra as Reformas de Base anunciadas no comício de 13 de março de 1964 na Central do Brasil, Rio de Janeiro. O “Diário Mercantil” encerrou seu discurso anticomunista com fotos da “malhação do Judas”, muito comum à época, onde bonecos representando Leonel Brizola foram os mais “malhados” (13 mar. 1964, p.4).

No dia dois de abril, a manchete estampada no “Diário Mercantil” remeteu ao ideal de Minas Gerais como estado revolucionário e defensor do país: “Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36hs., a paz e a democracia”. O jornal estampou uma grande foto do general Olympio Mourão Filho assinando a “proclamação do país” e o aclamou como um dos líderes da libertação nacional das “garras” dos comunistas. Além disso, na primeira página, é evidente a notícia de que “Juiz de Fora, como toda Minas, viveu a situação como centro do alto comando pela Liberdade”.

Essas duas manchetes colocam em destaque o idealismo local de que o estado de Minas Gerais atuava como estado líder da nação. Tal imaginário lembra o momento da Inconfidência Mineira, em 1789, quando houve uma tentativa de revolta em pleno ciclo do ouro, contra, entre outros motivos, a execução da derrama e o domínio português.

Também na primeira página de 02 de abril de 1964, aparece a promessa de que um novo presidente constitucional seria eleito dentro de 60 dias. Christa Berger destaca, em artigo sobre a proliferação da memória, que, em 1964, “a grande imprensa conspirou junto com os militares para fazer acontecer o golpe” (BERGER, p.64, 2005). A autora afirma que as investigações sobre os editoriais do jornal “Correio da Manhã” demonstram um posicionamento desse diário totalmente a favor da tomada do poder, no entanto, o mesmo alegava ser neutro e imparcial naquele momento. As manchetes citadas por esta autora seguem o mesmo estilo das publicadas pelo “Diário Mercantil”, com frases imperativas e que denegriam a imagem do então presidente João Goulart.

É importante destacar que, nessa data, o jornal “Diário da Tarde”, que pertencia ao mesmo grupo que o “Diário Mercantil”, foi publicado em duas edições com o objetivo de cobrir todos os detalhes da “revolução”. Este jornal destacou que não houve mortos ou feridos devido à resistência governista e anunciou Ranieri Mazzili como novo presidente devido à “fuga do Sr. João Goulart”.

Dois dias após o golpe, em 03 de abril, o “Diário Mercantil” levou a seguinte manchete aos seus leitores: “Duas horas e meia antes da rendição, Goulart e Brizola deixavam Porto Alegre”. Nessa matéria o jornal retrata Jango como traidor da nação e fugitivo. Também nessa capa, a notícia de que o general Olímpio Mourão Filho recebeu o cargo de presidente da Petrobrás teve destaque. No pé esquerdo da página, com a frase “Agitador comunista é libertado” em negrito, ganha evidência uma foto de carro oficial levando Armond de Matos, “conhecido agitador comunista”, segundo a legenda do jornal. Em contraposição, no canto direito da página, fotos da frota que seguiu em direção ao Rio de Janeiro exultavam a tomada do poder: “A força de libertação nacional em marcha”. Entre essas fotos, o título “General Odilio Denys declarou que a limpeza do país teve agora que ser preventiva”. Observa-se que, em alguns momentos, o jornal descreve um país entregue ao “exército vermelho”, já em outros, retrata falas que dão ênfase ao termo “prevenção”.

Na página 3 dessa mesma edição do “Diário Mercantil”, também é noticiada a prisão de Misael Teixeira, ex-diretor da Delegacia Regional dos Correios e Telégrafos.

Em 04 de abril de 1964, o destaque da página é uma grande foto da Marcha da Família, com Deus pela Liberdade, que aconteceu no Rio de Janeiro no dia anterior. A manchete do jornal concentra-se na escolha do novo presidente: “Congresso escolherá nome apartidário para a presidência da República”.

Nessa edição, o “Diário Mercantil” começa a articular uma marcha semelhante à que aconteceu no Rio de Janeiro, em Juiz de Fora, pois, na capa dessa data, inicia uma série de notícias sobre o retorno das tropas de general Mourão Filho para a cidade, que se encerrará no dia 07 de abril.

As mudanças político-sociais começam a se tornar evidentes: “Haverá substituições nas presidências de todos Institutos de Previdência do País” e “PTB foi criado para combater o comunismo”. Além disso, a expressão “operação limpeza” aparece em vários momentos do texto.

O diário relembra a notícia da prisão de Armond de Matos ocorrida no dia anterior. Com foto, a notícia da página 2, feita pelo jornalista Laerte Braga, explica a prisão de Armond afirmando que um “núcleo perigoso” foi desmantelado pela Polícia do Exército. De acordo com o texto, uma batida na agência do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários buscou “material subversivo que vinha sendo distribuído pelo agente Armond de Matos” e, de fato, os policiais saíram do prédio carregando grande quantidade de material não identificado.

Como o “Diário Mercantil” não circulava nas segundas-feiras, foi publicada uma única edição para domingo e segunda-feira, dias 05 e 06 de abril de 1964. Com a manchete “Movimento democrático exige eleição de presidente enérgico para o país” e o título de um box no canto inferior de página “General Castelo Branco indicado para presidência da República”, o “Diário Mercantil” refletiu as articulações que levariam militares a governar o país. Todos os textos da primeira página exaltam o ato que devolveria a democracia à Pátria.

Também na primeira página dessa edição, duas prisões são noticiadas. A primeira, com foto, fala sobre a prisão do “agitador vermelho” e “vereador comunista” Jair Reihn. Na legenda da foto, explica-se que o vereador foi capturado após fuga e que naquela imagem ele estava lendo o “Diário da Tarde”, “que tão violentamente foi atacado por ele próprio no célebre comício do governador comunista Miguel Arraes, de Pernambuco”. A segunda notícia de prisão foi a do próprio governador Miguel Arraes. A manchete informou que o ex-governador estava preso em Fernando de Noronha e que ele foi deposto no Palácio dos Campos das Princesas após recusa a renunciar ao cargo: “quase só, sem amigos, pois a maioria fugira, entregou-se, preso, aos coronéis Castilho e Ivan Rul”. A notícia também confirma que momentos depois a Assembleia Legislativa declarou como vago o cargo de governador e deu posse ao vice Paulo Guerra.

Na página 3 dessa mesma edição, é informado o fechamento do Diretório Central dos Estudantes (DCE), “órgão máximo da classe estudantil local, que estava entregue à meia dúzia de comunistas que transformaram sua sede em quartel para propaganda comunista nesta cidade”. O repórter descreve que os militares não encontraram a diretoria do DCE no prédio, mas, mesmo assim, destituiu a mesma de seu cargo. Nesta ocasião, foi nomeada uma “Junta Governista interventora” para dirigir o DCE, composta por alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora que eram notadamente democratas.

Na contracapa dessa edição, a população é convidada a participar da “Passeata da Fraternidade”, articulada por professoras, membros das classes produtoras, estudantes e Igreja Católica. Segundo a matéria, o objetivo da passeata é “ressaltar, com o coro de toda a cidade, o júbilo [de] que está possuído todo o povo pelo soerguimento pleno do regime democrático” e “desarmar completamente os espíritos”. Ambiguamente, a matéria afirma que a passeata não possui nenhum caráter político e que a mesma será apartidária

Por fim, também na contracapa dessa data, é informado que “Serão cassados os mandatos dos comunistas”. Com reprodução de notícia da agência Meridional, os nomes dos deputados Sinval Bambirra (PTB), José Gomes Pimenta (PDC) e Clodesmidt Riani (PTB) são apontados como possíveis de terem seus mandatos cassados pois estes políticos são “reconhecidamente comunistas”. Na terça-feira seguinte, dia 07 de abril, o “Diário Mercantil” noticiou a prisão do juiz-forano Clodesmidt Riani.

A capa do “Diário Mercantil” de 07 de abril de 1964, exatamente uma semana após o golpe, foi quase toda dedicada à “Passeata da Fraternidade” que aconteceu na segunda-feira, dia 06. A manchete enfatizou a opinião daqueles que compareceram à passeata, mas generaliza a opinião para Juiz de Fora como um todo: “A população de JF veio para a rua confirmar seu **não** ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade” [sic]. Nos textos dessa capa, Juiz de Fora é classificada como Capital da Democracia e Capital Revolucionária. Segundo o texto, a população foi para as ruas do centro da cidade para aclamar as tropas do general Mourão Filho e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. As fotos demonstram que o pa-

triotismo foi exultado neste dia: bandeira nacional, imagem de Nossa Senhora da Aparecida e soldados fazendo o “v” da vitória.

Como de rotina, uma parte da primeira página deste jornal foi destinada a notícias sobre o domínio do comunismo no país: “Muitos milhões da verba do MEC iam alimentar propaganda dos vermelhos”. Por fim, um grande box chama a atenção do leitor. Com o título: “Aos trabalhadores das Indústrias de Fiação de Juiz de Fora”, a diretoria do Sindicato desse setor afirma que elementos de má fé tentam voltar os trabalhadores contra o novo governo, mas que esta atitude é apenas manobra dos comunistas para criar pânico entre a classe. É importante lembrar que o então ex-deputado Clodesmidt Riani era líder sindical local desde antes de ingressar na política e que o mesmo ainda possuía grande acesso aos trabalhadores. Verifica-se, portanto, que este texto foi inserido de forma notória na primeira página do jornal para justificar a prisão do sindicalista que seria anunciada na página 3 da mesma edição.

No final da primeira página dessa edição, o presidente do Diretório Municipal do Partido Libertador, Dante Antônio Pereira, solicita que a Câmara Municipal casse os mandatos dos vereadores que cometeram “crimes e atentados contra o regime e as instituições democráticas do país”.

Na página 3 do “Diário Mercantil” de 07 de abril, é estampada a foto da prisão de Clodesmidt Riani. Segundo o jornal, “o presidente da CNTI⁶, CGT⁷ e outros centros de agitação que tanto intranquilizaram a Nação” se entregou ao coronel Batista, Chefe do Estado Maior da 4ª Região Militar, durante a madrugada. A mesma foto repercutiu no “Diário Mercantil” em outras datas e no “Diário da Tarde”. Em biografia do sindicalista organizada por Hilda Rezende Paula e Nilo de Araujo Campos, destaca-se que Riani perdeu seus direitos sindicais por 10 anos por força do Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964 e que nesse período sua família, composta por esposa e dez filhos, passou por sérias dificuldades financeiras por não conseguir emprego (PAULA, 2005).

A página 5 dessa edição afirma que as “Classes produtoras de JF exaltam a ação de militares e de outras autoridades”. A Associação Comercial de

6 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

7 Comando Geral dos Trabalhadores.

Juiz de Fora é a fonte principal da notícia, que traz ao leitor opiniões de diversas autoridades da cidade se mostrando favoráveis ao golpe.

A contracapa desse jornal afirma, em manchete, que a “Revolução Vermelha estava marcada para 1º de maio de 1964”. Sem citar exatamente quais documentos levaram a essa conclusão e/ou onde os mesmos poderiam estar, o jornal afirma que “De acordo com a documentação subversiva em poder das autoridades militares, chegou-se à conclusão de que a tomada de posição das Forças antecedeu em um mês apenas, aqui, a eclosão do movimento revolucionário comunista”. Nenhuma fonte é citada nem o repórter identificado.

Apresentadas as principais manchetes ligadas ao Golpe Militar de 1964 no Brasil pelo jornal “Diário Mercantil”, prossegue-se para análise da rememoração dos trinta anos de ditadura no país pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

A Comissão Nacional da Verdade e a rememoração de 30 anos de omissões

Em reunião ampliada realizada pelo Grupo de Trabalhos Contextualização, Fundamentos e Razões do Golpe Civil-Militar de 1964, que faz parte da Comissão Nacional da Verdade, e com a participação de Comissões da Verdade e Instituições Conveniadas, em Brasília, em 25 de fevereiro de 2013, foi declarado que os primeiros levantamentos de pesquisa “sugerem que cerca de 50 mil pessoas teriam sido presas, no ano de 1964, em manobras desse tipo, executadas principalmente nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco”. (GT CONTEXTUALIZAÇÃO, 2013). Além disso, a Comissão Nacional da Verdade divulgou nessa data que os opositores do regime militar também eram presos em navios e estádios de futebol. Nos navios Raul Soares e Almirante Alexandrino, cerca de 600 pessoas foram mantidas presas, em sua maioria, sargentos e lideranças sindicais.

De acordo com a pesquisa realizada para este artigo, somente na primeira semana do governo militar, quatro juiz-foranos foram presos pela “Operação Limpeza”. Aqui constam apenas os dados que foram revelados à “imprensa democrata” da época. De acordo com o IBGE, na década de 1960, Juiz

de Fora possuía entre 181.389 e 238.510 mil habitantes (MUSSE, p.132, 2008). A cidade teve um crescimento significativo de sua população e participou do movimento de urbanização do país, embora em Minas Gerais, o êxodo rural tenha como característica fundamental a partida do campo para o estado de São Paulo (*idem*). Informações cedidas pelo Comitê da Verdade em Juiz de Fora demonstram que, somente no presídio de Linhares, 213 pessoas foram mantidas como presos políticos durante a ditadura, entre elas, a atual presidenta Dilma Rousseff.

Por meio dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, tem-se revelado como grande parte da sociedade civil colaborou para a consolidação do regime ditatorial. Assim como as manchetes do “Diário Mercantil” se demonstram extremamente carregadas de opiniões da empresa e dos jornalistas da época, grande parte da imprensa hegemônica de 1964 se comportou da mesma maneira.

As investigações da Comissão Nacional da Verdade tem sido pauta para a grande imprensa atual. A rememoração de fatos da ditadura é recorrente entre os jornais de maior circulação no país. Desde a instalação dessa comissão até 17 de março de 2013, data em que este artigo foi concluído, “O Globo” havia publicado na sua versão impressa e site 1049 notícias pautadas na Comissão Nacional da Verdade; a “Folha de São Paulo”, 660 notícias; o “Estadão”, aproximadamente 292 notícias e o “Estado de Minas”, 800 notícias, entre elas, uma série de reportagens sobre o relato das torturas que Dilma Rousseff sofreu em Juiz de Fora. Nessa cidade, atualmente, o jornal de circulação mais expressiva, a “Tribuna de Minas”, inclusive, publicou uma série de reportagens intitulada “Memórias da Ditadura” após revelações da Comissão Nacional da Verdade.

De acordo com Michael Pollak, é necessário revisar criticamente o passado quando há uma grande ruptura sociopolítica. Dessa forma, a visita ao passado levantada pela Comissão Nacional da Verdade e repercutida pela imprensa nacional “consiste na irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente” (POLLAK, 1989, p.5). O autor complementa que o tempo em que as memórias foram omissas não conduziu as mesmas ao es-

quecimento, pelo contrário, elas são “a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (*idem*).

Em requerimento à Comissão Nacional da Verdade, Carlos Araújo, ex-parlamentar do PDT, afirma que a TV brasileira, assim como outros veículos de comunicação, se beneficiou de um “silêncio oportunista”

É relevante investigar também o silêncio oportunista da maior rede de TV do País, a Globo, que naquela mesma época já tinha 75% de audiência e se omitiu na divulgação de atos arbitrários praticados pelos governantes militares. Se a Rede Globo não tivesse silenciado e acobertado as ações da ditadura, com toda certeza o número de perseguidos e vítimas do regime militar teria sido bem menor. Mas a importante organização não moveu uma palha para combater a truculência e as arbitrariedades de então”, diz o requerimento” (NEWTON, 2013).

A solicitação de Araújo também aponta o SBT como canal que auxiliou na consolidação do regime

O mesmo de se dizer do Sr. Silvio Santos, dono do Baú, da Telesena e de outros jogos ilegais, e controlador do Banco Panamericano, que deu um golpe de quase cinco bilhões de reais, com a anuência da Caixa Econômica Federal, e que também ganhou uma rede de TV, por estar a serviço dos ditadores. Silvio serviu-se, inicialmente, de horário comprado da TV Globo de São Paulo para massagear o ego de generais e de ministros dos governos revolucionários. Fez de conta que nada de errado aconteceu no Brasil, entre 1964 e 1985”. (NEWTON, 2013).

Em reunião para instalação do Comitê da Verdade em Juiz de Fora, em 27 de maio de 2011, Clodesmidt Riani, aos 90 anos, deu um depoimento sobre as condições em que se apresentou e foi preso, em Juiz de Fora, e afirmou: “eles me espancaram pra caramba”, mostrando um recorte de jornal estampando uma foto da época.

Um ano depois de sua instalação, o Comitê da Verdade em Juiz de Fora apresentou relatório de suas atividades à Comissão Nacional da Verdade, em Brasília. Ao todo, 18 depoimentos gravados em vídeo, além de documentos e fotos, coletados pelo Comitê, foram entregues. Nessa ocasião, Gilney Viana, Diretor de Promoção de Direitos Humanos, afirmou que Juiz de Fora foi uma

das primeiras cidades do Brasil a criar o Comitê da Verdade. Além disso, “a cidade é histórica, pois foi aqui que ocorreu o início do golpe militar de 1964”. Viana também lembrou que em Juiz de Fora “surgiram as primeiras denúncias de tortura. Denúncias estas que correram o mundo”. O Diretor cita que a presidenta Dilma foi presa e torturada nesta cidade.

Juiz de Fora conta com um Comitê da Verdade desde maio de 2011 e com a Comissão Municipal da Verdade desde julho de 2012.

Conclusões preliminares

Observou-se uma grande exaltação ao golpe principalmente pelo fato das tropas juiz-foranas terem participado ativamente do ato. O general Olympio Mourão Filho, que comandou o 4º Batalhão de Infantaria da cidade, é visto como herói da nação. Dessa forma, a mudança de postura e opinião do jornal já acontece no dia 1º de abril de 1964. O “Diário Mercantil” se apresenta totalmente favorável ao golpe e trata o então ex-presidente João Goulart como criminoso e inimigo público.

Nas notícias sobre prisões políticas, os indivíduos são tratados desde o início como culpados, não havendo em nenhum momento o tratamento de “suspeito” para os presos. As notícias sobre alterações na rotina política do país não possuem caráter crítico. Apenas relatam os acontecimentos autoritários com naturalidade ou, até mesmo, como se essas atitudes fossem esperadas.

Conclui-se, portanto, que tratar o golpe como apenas militar pode ser um erro que está sendo corrigido pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e pela apuração das notícias por parte da imprensa atual. A imprensa hegemônica, bem com a sociedade civil pensante da época, participaram ativamente da efetivação do poderio militar no Brasil.

Estudar a história e memória da mídia brasileira durante o governo militar é de fundamental importância para evitar que erros do passado sejam cometidos novamente no presente e futuro. Mais uma vez, a boa apuração dos fatos, a presença do jornalista no local do acontecimento, a entrevista com to-

das as partes envolvidas e, principalmente, o olhar desvelado de preconceitos são confirmados como essenciais para noticiar os fatos com responsabilidade e imparcialidade.

5 Referências

BOSI, Éclea. **O tempo vivo da memória**: Ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERGER, Christa. **Proliferação da memória** : a questão do revivimento do passado na imprensa, *in* Comunicação, acontecimento e memória. BRAGANÇA, Anibal e MOREIRA, Sônia Virgínia (organizadores) – São Paulo: Intercom, 2005.

DIÁRIO MERCANTIL. Capa. **Inspirações subversivas comprometem a hierarquia e a disciplina**. “*Diário Mercantil*”, Juiz de Fora, ano LIII, 31 mar.1964, p.1.

_____. Capa. General Mourão Filho sai em defesa do regime e instala em JF o QG da força de defesa da Democracia em Minas Gerais. “*Diário Mercantil*”, Juiz de Fora, ano LIII, 01 abr.1964, p.1.

_____. Capa. Minas mais uma vez sai em defesa da liberdade restituindo ao Brasil, em 36hs., a paz e a democracia. “*Diário Mercantil*”, Juiz de Fora, ano LIII, 02 abr.1964, p.1.

_____. Capa. **Dois horas e meia antes da rendição, Goulart e Brizola abandonava Porto Alegre** “*Diário Mercantil*”, Juiz de Fora, ano LIII, 03 abr.1964, p.1.

_____. Capa. **Congresso escolherá nome apertado para presidência da república**. “*Diário Mercantil*”, Juiz de Fora, ano LIII, 04 abr.1964, p.1.

_____. Capa. **Movimento democrático exige eleição de presidente enérgico para o país**. “*Diário Mercantil*”, Juiz de Fora, ano LIII, 05 e 06 abr.1964, p.1.

_____. Capa. A população de JF veio para a rua confirmar seu não ao comunismo. O povo, em lágrimas e com flores, recebeu a tropa da liberdade. “*Diário Mercantil*”, Juiz de Fora, ano LIII, 07 abr.1964, p.1.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOULAT, Ana Paula. FERREIRA, Lucia Maria Alves.(organizadoras) **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X. 2007.

GT CONTEXTUALIZAÇÃO. Grupo de Trabalhos Contextualização, fundamentos e razões do Golpe Civil-Militar de 1964 da Comissão Nacional da Verdade. **GT Golpe civil militar de 1964**. Disponível em: <http://migre.me/dlOvm> . Acesso em 14 mar.2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª. Ed. São Paulo: DP&A, 2006.

LAMARÃO, Sérgio. **A conjuntura de radicalização ideológica e o golpe militar**: a revolta dos marinheiros. Disponível em <http://migre.me/dlwdw>. Acesso em 15mar. 2013.

MATHEUS, Letícia Cantarella. **Comunicação, tempo, história**: Tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

NEWTON, Carlos. **Comissão Nacional da Verdade recebe documentos denunciando atuação de Roberto Marinho na ditadura**. Disponível em: <http://www.tribunadaimprensa.com.br/?p=63294>. Acesso em 17 mar. 2013.

PAULA, Hilda Rezende; CAMPOS, Nilo de Araujo. **Clodesmidt Riani**: Trajetória. Juiz de Fora: Ed. UFJF, Funalfa Edições, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. 1989. Disponível em: <http://migre.me/ediE7>. Acesso em 20 mar. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia científica**. São Paulo: Cortez. 2007.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Traduzido por Dora Rocha Flaksman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em <http://migre.me/dlOwM>. Acesso em 14 mar. 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 6.ed. Lisboa: Presença, 2001.

Documentário: A história da imprensa de Frutal - um passado presente¹

ARAÚJO JUNIOR², Antonio ferreira de (graduado)

GUILHERME³, Clarissa Souza (graduado)

SILVA⁴, Karen neres da (graduado)

FERREIRA⁵, Lienay Aparecida Lúz (graduado)

COSTA⁶, Edwaldo (mestre)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG)

Resumo

Este artigo tem como título “A História da Imprensa de Frutal – Um passado presente”. A escolha do assunto se fez a partir da constatação de que a cidade de Frutal-MG não possui um acervo com dados que possam expor, de maneira objetiva e organizada, toda a trajetória dos meios de comunicação. Além da pesquisa teórica, foi produzido um vídeo documentário com duração de 22 minutos, que contém fotos, imagens e depoimentos de pessoas que estiveram ligadas direta ou indiretamente com a trajetória da imprensa frutalense. A dificuldade de acesso aos documentos históricos, depoimentos, equipamentos de produção e outros, não foi obstáculo que pudesse comprometer a qualidade antes planejada para a produção do material. Ao relatar os fatos do passado e presente da imprensa na cidade, percebe-se o quanto é importante conservar a memória histórica e fomentar reflexões que proponham o desenvolvimento, a disseminação do conhecimento e da informação. “Um passado presente” foi utilizado com subtítulo da obra, já que a realidade antes constatada nos primeiros veículos de comunicação perpetua até os dias de hoje. No decorrer do trabalho, verificamos que o início da imprensa no município se deu com cunho político e essa situação promove até hoje grande dependência dos meios de comunicação, principalmente jornais impressos, de convênios publicitários com o poder público.

Palavras-chave: História da Imprensa; Frutal; Documentário

¹ Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013

² Graduada em Comunicação Social com habilitação de Jornalismo pela UEMG.

³ Graduada em Comunicação Social com habilitação de Jornalismo pela UEMG.

⁴ Graduada em Comunicação Social com habilitação de Jornalismo pela UEMG.

⁵ Graduada em Comunicação Social com habilitação de Jornalismo pela UEMG.

⁶ Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Leciona na Faculdade Birgúí e na Universidade do Estado de Minas Gerais/UEMG.

1. INTRODUÇÃO

A proposta de fazer um vídeo documentário para contar a história da imprensa de Frutal surgiu porque são escassos os trabalhos que abordam esse assunto. Um deles, que trata mais aprofundadamente do nascimento do jornalismo no município, não foi publicado em sua íntegra. O conteúdo contido nesta pesquisa foi retirado da obra original “Apontamentos Históricos de Frutal”, datilografada e de autoria do jornalista Ernesto Plastino. Um tema importante como esse precisa ficar registrado para que outras pessoas e pesquisadores possam conhecer e até mesmo fazer contribuições.

Este trabalho visa mostrar como foram criados os primeiros meios de comunicação frutalense, por meio de fotos, vídeos, encenações e relatos de personagens, envolvidos direta ou indiretamente, que acompanham a evolução da imprensa.

Atualmente, com o Curso de Comunicação Social da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Campus de Frutal, o jornalismo local se mostra presente no contexto dos estudantes e professores, o que fomenta discussões mais aprofundadas sobre a prática de um jornalismo isento, livre de preconceitos e mais democrático.

O objetivo deste trabalho consiste em resgatar a memória da imprensa e contribuir com a informação.

Destacam-se, também, outros objetivos, como:

- Estudo da história da imprensa no Brasil e, principalmente, em Frutal;
- Pesquisa documental na Câmara, Prefeitura, Secretaria de Cultura e Biblioteca Municipal;
- Levantamento dos locais em que funcionaram e funcionam os veículos de comunicação.

O artigo foi dividido em seis capítulos. A introdução descreve o panorama atual e introduz o assunto, procurando deixar claro o propósito deste trabalho. No capítulo dois, apresenta-se a história da imprensa em Frutal. O

produto midiático, mais especificamente o vídeo documentário, será abordado no capítulo três. As considerações finais estão no capítulo quatro.

2. FRUTAL

Segundo site oficial da Prefeitura de Frutal, Antônio de Paula e Silva construiu uma capela dedicada à Nossa Senhora do Carmo, ao redor da qual formou-se um povoado, passagem obrigatória para os que transitavam de São Paulo para Goiás e Mato Grosso. Em seus primórdios, o lugar tinha como atividade econômica fundamental a criação pecuária, sendo que o povoamento da região teve como móvel principal a agropecuária para abastecimento de bandeiras, viajantes e localidades de exploração aurífera.

O grande número de pessoas que se fixaram no povoado favoreceu o seu rápido crescimento, passando à categoria de Arraial em 1850.

Em 13 de Dezembro de 1851, assina o memorial dirigido ao padre visitador Jeronimo Macedo, pedindo provisão para a construção de uma capela em Frutal, porque naquela época a igreja mais próxima ficava em Dores do Campo Formoso, pedido este atendido. Na construção do templo recebeu a cooperação de José Vieira Velho, José Antonio Pereira e Florencio Ferreira. (OLIVEIRA, 1976)

Em 1854, foi incorporado ao Município de Uberaba e, em 14 de maio de 1858, elevado à condição de “Distrito de Paz”.

Em 5 de outubro de 1885, de acordo com Lei n.º 3325, o distrito foi emancipado e elevado à categoria de Vila, denominada Carmo do Fructal, desmembrando-se de Uberaba. Sua elevação à categoria de cidade se deu em 4 de outubro de 1887, através da Lei nº 3.464, já com o nome de Frutal.

O município de Frutal localiza-se na região oeste do Estado de Minas Gerais. Na divisão administrativa de Minas, está na Região Administrativa Triângulo e Alto Paranaíba, pertencente à Macrorregião de Planejamento IV, à Mesorregião do Triângulo Mineiro e à Microrregião de Frutal.

Segundo dados do IBGE (2010), Frutal conta com uma população de 53.474 habitantes, sendo 27.074 homens e 26.400 mulheres.

A região do Triângulo Mineiro, onde Frutal está localizada, compreende 33 municípios, distribuídos entre as Microrregiões de Ituiutaba, Uberlândia, Frutal e Uberaba.

2.1 A IMPRENSA EM FRUTAL

A história da imprensa de Frutal completará, em setembro de 2013, 118 anos.

2.2. O PRIMEIRO JORNAL

Segundo Plastino (1976), o primeiro jornal a circular na cidade de Frutal, intitulado “O Santelmo”, teve sua edição datada em 15 de setembro de 1895. Produzido em quatro páginas, contendo basicamente texto e, assim como o primeiro jornal a circular no país, “O Santelmo” não foi editado em seu território de distribuição. O noticiário era editado na cidade de Uberaba, onde estavam as oficinas gráficas. Todo o material de produção foi adquirido com recursos da Câmara Municipal de Frutal. Um jornal político que causou grande impacto em todo o território mineiro, “O Santelmo” circulou até sua edição de número 156, datada em 25 de setembro de 1898.

“O Santelmo foi um jornal político de alta expressão em todo o território de Minas Gerais, principalmente no Triângulo Mineiro e muito especialmente no município de Frutal. Enriquecia o patrimônio cultural da imprensa mineira” PLASTINO (1976).

O jornal pioneiro na comunicação frutalense fora criado para publicações oficiais da Câmara, mas também assumia o papel de manter bem informado os moradores do pequeno e jovem município.



Reprodução: jornal “O Santelmo”

Fonte: (reprodução família Plastino)

O apoio à democracia sempre foi uma preocupação visível a cada edição, por este motivo, “O Santelmo” se transformou em um órgão reconhecido e prestigiado em todo território do Triângulo Mineiro.

2.2.1 Surgimento de novos jornais

Foi questão de tempo para surgirem novos jornais a fim de divulgar outros interesses políticos. Seis anos depois da fundação de “O Santelmo”, mais especificamente em 15 de novembro de 1901, os leitores frutalenses ganharam um novo jornal “politiqueiro”. Ainda de acordo com Plastino (1976), “O Democrata” tinha como redatores Américo de Macedo e Gustavo A. Gonzaga de Siqueira, que se opunham a corrente chefiada pelo senador Gomes da Silva. O novo semanário também fora criado para ser o veículo oficial da Câmara de vereadores. Considerado um jornal com visual bonito para a época, ele era impresso em quatro páginas que continham notícias sobre política, pregando contra os ideais de senador Gomes da Silva. Foram poucas edições até a última distribuída no município. De acordo com Plastino (1976), o semanário durou até seu número 53, datado em 30 de novembro de 1902.

O próximo jornal, “Cidade do Fructal”, fundado por Antenor de Paula e Silva, só começou a circular em 1910. O jornal também era editado em oficinas próprias. Segundo Plastino (1976), a trajetória desse veículo de comunicação se dividiu em duas fases, sendo que na segunda ele circulou como “Órgão Oficial da Câmara Municipal”.

Em 1913 surgiu “O Facão”, o primeiro jornal crítico e humorístico da cidade, fundado por Ernesto Plastino. Este era impresso nas oficinas gráficas da “Cidade do Fructal”. Dividido em duas fases, consta que foram editados 14 números deste. (LAMOUNIER, 2011)

Outro órgão humorístico a circular na cidade foi “A Rosa”, um jornal com mini-formato, tendo como fundadores Ernesto Plastino e Paulo Salazar Pessoa. A trajetória deste foi menor, com apenas 3 edições, todas lançadas em fevereiro, de 1914.

“O Cri-Cri” foi mais um jornal crítico, fundado por Mário e Loureiro Salazar Pessoa, dois irmãos de família bastante conhecida em Fructal. O conteúdo presente nas páginas de “O Cri-Cri” foi responsável por uma grave desavença entre os fundadores e uma das fontes, fazendo com que o jornal não passasse de sua segunda edição. Tudo aconteceu por volta de 1915.

Houve outro jornal intitulado “Gazetinha Colegial”, em mini-formato, era editado pelo Colégio “Dr. Pedro Salazar”, e seu lançamento ocorreu em novembro de 1917.

“Fructal-Jornal” começou a circular em janeiro de 1920, dirigido por Castor Amaral. Assim como a “Cidade do Fructal”, esse era o “Órgão Oficial Da Câmara Municipal”. Suas edições eram irregulares e apenas uma vez por mês o cidadão tinha acesso ao conteúdo desse informativo. Seu último número é datado em janeiro de 1926.

Em Julho do mesmo ano, foi lançado “O Progresso,” tendo como fundadores Alexandre Mello dos Santos e Luiz Augusto Teixeira. Segundo Plastino (1976, p. 67), foi um jornal que teve curta duração, sendo conhecido até a edição de número 21.

“O 24 de Maio” surgiu, em 1932, como um jornal do Grupo Escolar “Gomes da Silva”, organizado através da professora Júlia Carvalho. Com duas fases de existência, deixou de circular em 1939.

O jornal era o veículo de comunicação com total aceitação na cidade, e em 1944 surge mais um noticiário. O “Tribuna de Frutal”, fundado por Ernesto Plastino e Márcio Campêlo, se classificava como um jornal independente, mas ajudou na fundação do diretório do Partido Social Democrático (PSD). Seus fundadores tiveram que deixar a direção do jornal anos depois, devido à perseguição política. A partir de 1947, o “Tribuna de Frutal” recebeu como diretor o filho de Ernesto Plastino, Vinícius Plastino, o qual permaneceu à frente do semanário até a sua última edição, datada em 27 de janeiro de 1963.

O jornal “Gazeta de Frutal” teve sua primeira edição lançada em 15 de abril de 1959. Seus diretores eram Geraldo Felix, Moura Prado e Anael Aguiar. Foram apenas nove edições do quinzenário, um órgão independente que circulou pela cidade até abril de 1960.

Outro jornal a circular na cidade foi “Correio de Frutal”, fundado por Nelson Mendes Evangelista. A primeira edição foi lançada em 15 novembro de 1960, se estendendo apenas até sua 4ª edição.

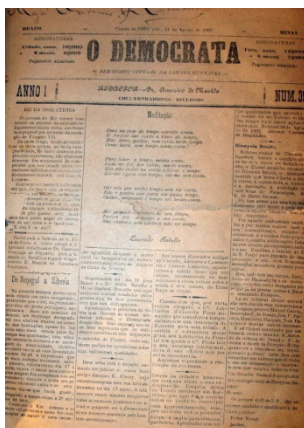
Em 20 de janeiro de 1962, surge “A Tribuninha”, também fundado por Ernesto Plastino. Era um jornal em mini-formato de circulação quinzenal. Considerado um noticiário humorístico e crítico, durou apenas dois anos. A publicação era de responsabilidade do jornal “Tribuna de Frutal”.

Em 1967, um surge um jornal para defender a emancipação do Triângulo Mineiro. “O Frutalense”, fundado por Agostinho de Lucena, teve sua primeira edição em 16 de julho desse mesmo ano. Após sua 4ª edição, o noticiário saiu de circulação.

Halley de Oliveira e José Ruy fundam outro mini jornal em setembro de 1967, “O Minuto”. Segundo Plastino (1976), era um jornal com feição gráfica apreciável, bastante noticioso e bem orientado. Foram apenas cinco edições que circularam em Frutal.

Em 4 de outubro de 1969, é lançado “ O Frutal”, tendo como fundadores Roberval Mateus Oliveira e José Ruy de Mello Nogueira. Em suas páginas, eram noticiados diversos fatos, como dados históricos e notas sociais. Consta que o jornal não passou de sua primeira edição.

O jornal “O Democrata” retornou em 1971, agora como órgão oficial do Colégio Estadual Maestro Josino de Oliveira”. Seus diretores eram Laerte Aruda e David Carlos de Oliveira; com apenas três edições circulou em agosto, setembro e outubro deste mesmo ano.



Reprodução: jornal “O Democrata”

Antonio de Padua Menezes lançou, em 1971, o “Jornal da Região”, classificado como o jornal “a serviço da região”. Sempre divulgava fatos que aconteciam nos municípios de Frutal, como em Pirajuba, Fronteira e Comendador Gomes.

No mesmo ano de lançamento de “Jornal da Região”, também começou a circular o “Jaze”, que teve sua primeira edição no dia do aniversário da cidade. O nome é resultado da junção da primeira letra dos nomes de quatro jovens. O diretor da publicação era José Carlos Corrêa Coelho.

Em setembro de 1972, é publicada a primeira revista de Frutal, intitulada “Os idealistas”. Essa teve edição única. Ela foi lançada com o apoio do Sindicato Rural de Frutal e homenageou o aniversário da cidade.

Uma nova fase do jornalismo impresso se iniciou, em Frutal, a partir de junho de 1973. Foi lançado o jornal “O Esquema”, tendo como fundador o jornalista Paulo Martins Goulart. Com oito páginas impressas e ilustradas, esse impresso esteve nas ruas até 1989, quando já era dirigido pelo jornalista Narcio Rodrigues da Silveira.



Reprodução: “Jornal Esquema”

Em 1980, começou a circular na cidade o semanário “Folha de Frutal”, tendo como fundador José Barcelos e Paulo Pereira. Segundo Jeová Ferreira (2002), este jornal teve sua última edição lançada em 1992.

O jornal “Pontal do Triângulo” surge em 1990. Com circulação regional, seu fundador foi Sérgio Carlos Portari. Conhecido hoje como Jornal Pontal, o nome atualmente pertence ao empresário Romero Brito, também proprietário da Rádio Centenário FM.

Em 1995, o “Jornal de Frutal” foi fundado pela jornalista Mônica Alves. No início, os exemplares eram distribuídos gratuitamente, o que aconteceu em seus primeiros cinco anos. Atualmente, as edições são vendidas, e o semanário é produzido em uma redação enxuta. Na mesma época, o “Folha Regional” tem sua primeira edição veiculada em Frutal, tendo como fundador Carlos Lima. (PORTARI, 2011).

Odair de Moura e Silva funda, em 1997, o “Jornal Nova Frutal Regional”. Em 2006, Cintia Queiroz assume o comando. Hoje, o semanário carrega o nome de “Jornal Diário” e é mantido com verbas de convênios com poder público e alguns poucos anúncios.

Em 7 de fevereiro de 2003, é fundado o jornal “Correio da Região” pelo jornalista Alex Freitas e sua sócia Eliza Simão. A linha editorial da publicação é política e busca fazer oposição a diferentes partidos e grupos políticos. (PLASTINO, 1975)

No ano de 2005, nasce o “Jornal da Cidade”, fundado por Caliton Cristiano de Oliveira. De acordo com o proprietário, o jornal é voltado para o serviço público e empresarial.

2.3 A PRIMEIRA RÁDIO

De acordo com Ferreira (2002), o primeiro receptor de rádio visto em Frutal foi apresentado em 1930 por Francisco Rodrigues da Silva. A população ficou curiosa e confusa, não conseguindo entender como aquela “caixa” poderia falar e tocar música. Mais tarde, o rádio foi reapresentado no Grêmio Recreativo, com transmissão de notícias sobre a Revolução Getulista de 1932. Dez anos depois, em 1942, José Rodrigues da Silva montou o primeiro serviço de alto-falantes de Frutal e um dos primeiros locutores foi Lúcio Barbosa.

A primeira rádio em Amplitude modulada (AM) de Frutal foi inaugurada em 21 de abril de 1963 pela empresa Sociedade Rádio Frutal Ltda., do radialista José Buzzolo. Seus primeiros locutores foram: Valdir Pacheco, Osmar Silva, o próprio Buzzolo, além de outros. (FERREIRA, 2002).

Em 1989, a Organização Arantes Brito inaugurou a primeira emissora em Frequência Modulada (FM) de Frutal, a “Centenário FM”, hoje conhecida como “97 FM”. Atualmente, a rádio pertence ao empresário Romero Brito que também é proprietário do jornal “Pontal”. Em 1991, os empresários Paulo César Fernandes Cardoso e Ronaldo Jonas Ferreira inauguram a terceira rádio legitimamente frutalense. Também operando na Frequência Modulada (FM), a “Natividade FM” ou “102FM” surgiu com o propósito de oferecer música ao

público jovem e alternativo. O pop rock e a música popular brasileira são os estilos que definem o público alvo da emissora. O sertanejo tem amplo espaço na programação pela manhã e no período da tarde. Já sua principal concorrente, a “97 FM”, trabalha com programação mista sem definição de estilo musical durante suas 24 horas de programação.

2.3.1 Surgimento de novas rádios

A partir daí, novas emissoras de rádio foram surgindo. Em 1996, entrou no ar a Rádio Cidade FM, primeira comunitária no município. Em 1997, a Sociedade Rádio Ltda. foi vendida para o grupo de comunicações ODM de Barretos-SP e se torna a Rádio AM Nova Frutal. No mesmo ano, é inaugurada a quinta rádio frutalense, a Rádio Boa Nova -FM.

2.3.2 O rádio hoje em Frutal

Hoje, em Frutal, há cinco rádios, todas FM. A “97 FM”, inaugurada há 22 anos, dedica grande parte de sua programação para o gênero sertanejo, que vai do “raiz” ao universitário. Outros estilos musicais são misturados na programação.

De acordo com Chagas e Arantes (2011), a rádio “102 FM” é conhecida por conter uma programação mais diversificada. Ela atua há 21 anos no mercado. A programação é voltada para o público jovem e a predominância musical é de pop rock. O Sertanejo ocupa cinco horas de toda programação diária.

A emissora comunitária “Rádio Cidade” foi fundada no ano de 2003 pelos sócios-diretores William Silva de Aquino, Gilson Celestino de Paula e Jacir José Rodrigues. Ainda segundo Chagas e Arantes (2011), sua programação sempre foi voltada para o religioso e assuntos da comunidade, além de um horário reservado para o jornalismo local.

A Rádio Cultura é outra comunitária da cidade e tem seis anos. Ela também investe em uma programação diversificada. Além do sertanejo e pop rock, há espaço para o ritmo dançante eletrônico e axé. Toda programação da emissora é voltada para o público jovem.

2.4 O PRIMEIRO CANAL DE TELEVISÃO COM TRANSMISSÃO

Na década de 1960, o técnico Jeová Ferreira montou o primeiro receptor de televisão em Frutal e apresentou à população através de altas antenas. A partir daí, foram feitas apresentações em praça pública e quermesses.

Em 1º de abril de 1964, após o golpe militar, a polícia apreendeu o receptor de televisão de Ferreira. Logo depois, ele e um amigo viajaram até a Torre de Colina e pediram que orientassem uma das antenas da Torre de Olímpia na direção de Guaraci, para que o leque de irradiação alcançasse Frutal. O pedido foi acatado e Ferreira construiu um retransmissor em canal 13. Desde então, os frutalenses começaram a comprar aparelhos de televisão e a receber o sinal em casa.

Foi criado, em 1965, o Clube de Televisão de Frutal, com o objetivo de arrecadar recursos para a aquisição de torres e equipamentos retransmissores de TV. O Clube inaugurou a Torre Nova Granada -SP e a Torre Local, que passaram a receber sinais da Rede Tupi.

Quatro anos depois, a Usina Furnas Centrais Elétricas solicitou um canal de televisão nos acampamentos de barragens e, dessa forma, outras usinas solicitaram e buscaram o sinal de televisão da torre retransmissora de Ribeirão Preto.

De acordo Ferreira (2002), a melhora da qualidade do sinal em áudio e vídeo ocorreu a partir de 1971, quando o vereador frutalense Jesus de Souza e Silva conseguiu a aprovação do prefeito José Miziara Andrade para comprar uma nova torre com 50 metros de altura e um transmissor maior. A partir desse momento, a torre retransmitia sinais de TV procedentes da repetidora Furnas Centrais Elétricas, instalada em Colômbia (SP). Logo depois, o sinal foi transmitido em cores.

Mesmo sem ter um canal local, Frutal conseguiu a retransmissão dos principais canais de TV do país. “Até o ano de 1996, Frutal já recebia estes canais de televisão: Rede TV Cultura, canal 4 local, com 250 watts; Rede TV Triângulo - Rede Globo, canal 5 local, com 250 watts; Rede Minas de Televisão, canal 7 local, com 100 watts” (FERREIRA, 2002).

2.5 PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO LOCAL

A produção de TV local só começou a ser feita a partir de junho de 2009, pelo radialista José Aparecido Sardinha, através da “TV Mundo Maior” da Fundação Espírita André Luiz. Ele tem um programa semanal de entrevistas voltado para o espiritismo e utilidade pública⁷.

A emissora está instalada em um estúdio improvisado em sua casa, e é mantida também com o apoio de alguns empresários locais.

3. SUPORTE MIDIÁTICO

Além deste artigo contando a história da imprensa de Frutal, criou-se um vídeo.

3.1. PRODUTO

A ideia de realizar um vídeo documentário contando a história da imprensa de Frutal surgiu quando o grupo percebeu que este é um assunto pouco abordado, e que é uma parte da história desta cidade, a qual precisa ser eternizada e, a partir disso, ser apresentada para todas as pessoas interessadas em saber sobre o desenvolvimento cultural e social deste lugar.

O gênero vídeo documentário foi escolhido justamente por ser um recurso audiovisual utilizado como forma de expressão social e de registro dos acontecimentos.

Este trabalho mostra, teoricamente, e através de um vídeo, como foram criados os primeiros veículos de comunicação. Há relatos de personagens que participaram de toda a evolução e que de alguma forma fizeram com que a história de Frutal se transformasse com a chegada dessas novas maneiras de divulgar as informações.

⁷ Informação verbal. Entrevista concedida por Rodrigo Daniel Levoti Portari no dia 10 de outubro de 2011.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, juntamente com o vídeo documentário “A História da Imprensa de Frutal. Um passado presente”, teve como objetivo fazer um resgate histórico da imprensa do município. Apesar das dificuldades, já que o grupo encontrou pouco material bibliográfico que desse suporte às pesquisas, o trabalho conseguiu mostrar a trajetória dos veículos de comunicação de uma maneira linear.

As entrevistas feitas durante o processo de produção do vídeo foram os pontos principais para que se pudesse construir uma história cronológica neste trabalho. Das diversas mais de 10 horas de gravação, apenas 22 minutos fazem parte do vídeo documentário.

Através dessas entrevistas, pudemos detectar fatos históricos que no início deste trabalho eram desconhecidos, e que acabaram influenciando mudanças na pesquisa. Com o produto finalizado, pode-se perceber que todo esforço é válido e que a comunidade científica passou a ter uma referência sobre a imprensa frutalense.

Com o material coletado, conseguiu-se chegar a um ponto único, que foi resumir os 116 anos da imprensa de Frutal, focando praticamente todos os tipos de veículos de comunicação.

Os vários personagens aqui citados escreveram e continuarão a existir na história, enquanto houver alguém interessado em saber de seu passado e da história do município. “Uma sociedade que não conhece sua história, é uma sociedade sem identidade”, frase de autoria desconhecida. Em seus 116 anos, a trajetória da imprensa frutalense, desde Senador Gomes da Silva, que publicou o primeiro jornal impresso, até o radialista José Aparecido Sardinha, que iniciou a produção de programas locais em Frutal para televisão, continuará sendo fator primordial no desenvolvimento do município. Durante esse primeiro século, a imprensa escreveu e, muitas vezes, foi protagonista das conquistas obtidas em prol à sociedade. Ao ter conhecimento de seu passado, o homem tem capacidade de evitar as mesmas falhas no presente e planejar melhor o futuro. Assim, pode-se exemplificar a importância de ter conhecimento sobre a trajetória dos meios de comunicação e propor uma reflexão sobre a

importância deles na sociedade. Sendo assim, esse trabalho atingiu seu objetivo: além de resgatar a memória, contribui para a formação de uma imprensa mais justa, independente e na busca pela isenção.

Conclui-se que este relatório técnico e o vídeo documentário realizado pelo grupo se torna o primeiro material de memória oral e documental específico.

REFERÊNCIAS

CALABRE, Lia. **A era do rádio**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARVALHO, Ananda. **Documentário-ensaio**: a produção de um discurso audiovisual em documentários brasileiros contemporâneos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC-SP. Mestrado em comunicação e semiótica. <http://pt.scribd.com/doc/38691327/DISSERTACAO-FINAL>

CATALDO, Isabela Chagas; ARANTES, Tatiana Costa. **Documentário Radiofônico**: Dupla Sertaneja Carlito e Baduy. Frutal: UEMG, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso – Comunicação Social, Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal, 2010. FERREIRA, Jeová. **Original história de Frutal**: Registros de fatos pessoais e de conhecimentos históricos de Frutal. Frutal: Oficina das Artes, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População de Frutal**. In: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacaofrutal/censo2010/default.shtm>. (out./2011).

LACERDA, Maria José. **Frutal, sua fundação e seu povo**. Frutal, Editora Diário do Povo Ltda, 1982.

LAMOUNIER, Terezinha. Out. 2011. Entrevista concedida a Antonio Ferreira de Araujo Junior.

MATTOS, Sergio. **A televisão no Brasil**: 50 anos de história (1950-2000). Salvador: Editora PAS-Edições Ianamá, 2004.

OFICIAL, Prefeitura Municipal de Frutal. **Aspectos gerais**. Disponível em: <<http://www.frutal.mg.gov.br/aspectos-gerais.html>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

OLIVEIRA, Oplonizia Alves de. **Eu te saúdo Frutal**. Letra e Música 1975.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PAIVA, Fernando. **Jornais e revistas se mobilizam**. Disponível em: <<http://www.teletime.com.br/2/2011/jornais-e-revistas-se-mobilizam/tt/222257/revista.aspx>>. Acesso em: 31 out. 2011.

PAULA, Bolivar Abadia. Set. 2011. Entrevista concedida a Antonio Ferreira de Araujo Junior.

PENAFRIA, Manuela, **O filme documentário**. História, Identidade, Tecnologia. Edições Cosmos, Lisboa,

1999.

PIAI, Andrea Carolina; SOUZA, Cinthia Queiroz; GOMES, Pâmela Biage. **Projeto Experimental**: Revista Femmina. Frutal: UEMG, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso – Comunicação Social, Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal, 2010.

PLASTINO, Ernesto. **Apontamentos históricos de Frutal**. Frutal, 1976.

PORTARI, Rodrigo Daniel Levoti. Out. 2011. Entrevista concedida a Antonio Ferreira de Araujo Junior.

PUCCINI, Sérgio. **A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=170http://www.doc.ubi.pt/06/artigo_sergio_puccini.pdf Introdução ao roteiro de documentário Sérgio Puccini Doutor em Cinema pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. 2009.

RABAÇA, Carlos Alberto & BARBOSA, Gustavo Guimarães. **“Dicionário de comunicação”**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SAMPAIO, Walter. **Jornalismo audiovisual**: teoria e prática do jornalismo no rádio, TV e cinema. Petrópolis. Editora Vozes, 1971.

SILVEIRA, Ademir Silva et al . Documentário: **Ribeirão Frutal**: Fonte de Vida Ameaçada. Frutal: UEMG, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso – Comunicação Social, Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1994.

Questões historiográficas e metodológicas: historiadores e jornalistas coincidem, entretanto, não se confundem.⁸

SCHWARTZ, Rosana (Doutora)⁹ e SCHAUN, Angela (Doutora)¹⁰,
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - SÃO PAULO

Resumo:

Este artigo aborda a relação contemporânea das áreas de conhecimentos história e jornalismo, no tocante à produção dos registros/documentos criados pelos indivíduos envolvidos na esteira dos acontecimentos. Apresenta percursos realizados pela historiografia até os métodos de análise da História Imediata, intrinsecamente ligados aos documentos advindos da produção dos jornalistas, aos veículos de comunicação. Uma vez acreditando na hipótese de que o jornalismo faz história, ou seja, que se constitui em uma forma de produção histórica, o campo de estudo da história, criou metodologias de análise que relacionam jornalista e historiadores. Dessa forma, percorremos por um debate teórico sobre os caminhos da Historiografia, as relações do jornalismo com a história, a perspectiva de análise da história imediata, questões sobre temporalidades, gerações, gênero e formação dos sujeitos sociais no ato da produção e estudo dos documentos.

Palavras-chave: Historiografia, Jornalismo, História Imediata.

8 Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

2 Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2007). Professora Colaboradora da Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão - COGEAE da PUC/SP - Pós-Graduação- Lato Sensu em História, Sociedade e Cultura, desde 2005; Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, desde 1999. Graduação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda - Pós-Graduação Lato Sensu em Marketing e Comunicação Integrada. Líder do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça/Etnia da UPM, participa do Núcleo de Estudos da Mulher da PUC/SP e do Núcleo de Estudos da e/imigração da UPM. É integrante do Comitê Ad Hoc do Programa Pró Equidade de Gênero da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República desde 2008. rmpbs@uol.com.br.

3 Professora Adjunta I e Pesquisadora do Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde foi coordenadora de Pesquisa (2008-2011); e de Extensão (2006-2008). É líder Grupo de Pesquisa do CNPq: Comunicação, Culturas e Mídias Contemporâneas. Avaliadora AD HOC do INEP-MEC na área de Comunicação. Avaliadora Institucional do SINAES - MEC. Assessora AD HOC da FAPESP Livros e artigos publicados nas temáticas: Ciberativismo, Nomadismo Ciberespacial; Mídia e Cultura na Era Digital; Comunicação e Sustentabilidade, Educomunicação. Possui Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). É sócia da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), onde contribui como co-editora da Revista Bibliocom. Atualmente é Vice-Presidente Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia - Alcar 2011/2014. angela.schaun@mackenzie.br.

A proposta deste artigo se circunscreve na historiografia que relaciona história e jornalismo. Problematizada a produção dos registros/documentos criados pelos indivíduos envolvidos na esteira dos acontecimentos e os métodos de análise da História Imediata.

Historiadores, desde a Escola dos *Annales*, se posicionaram contra a visão positivista do acontecimento isolado do processo, pensado sob o olhar linear e pela lógica cartesiana. A visão do acontecimento factual repleto de datas, nomes de heróis, batalhas e a perspectiva dos vencedores, foi criticada pela Nova Escola, pois afirmavam que essa história só tratava do que tinha passado superficialmente e não evocava as particularidades do tempo, as subjetividades, gerações e o relacional na história. O tempo e as temporalidades são intrínsecos aos acontecimentos. (LACOUTURE, 2007).

Por temporalidade, entende-se a percepção da passagem do tempo, ou seja, como são realizados nos indivíduos os entendimentos sobre as dimensões que reconfiguram os fatos, os acontecimentos. Paul Ricoeur (2011), compreende que o tempo é um processo social intuitivo que obedece critérios como o amadurecimento do sujeito que observa e sente o acontecimento, o que supõe especificidades geracionais e experiências cotidianas. Esse conceito, relacionado à comunicação e a história, suscita questionamentos como o tempo entendido como físico, social, histórico e psicológico no presente e no passado. Para a história, o tempo pensado de forma linear foi substituído pelo cíclico, repleto de permanências e continuidades do passado no presente.

A segunda geração da Escola do *Annales*, com Fernand Braudel a abordagem do tempo pelos historiadores em 1949, se transformou de linear para a noção de circularidades. Sentiu que a história precisava dialogar com outras áreas do conhecimento para decompor o tempo em individual, o tempo social e o tempo geográfico, local. Para ler o passado partindo do presente, seria necessário penetrar em três temporalidades, longa, média e curta. A concepção braudeliana da temporalidade histórica tornou-se um marco para gerações de historiadores, sendo incorporada pela academia como um procedimento metodológico básico que influenciou toda a historiografia.

A historiografia com as reflexões e propostas dos *Annales* abriu possibilidades para novas formas de compreender e estudar a história, assim como tratar alguns registros com a sua devida importância. Novos métodos e categorias de análise foram utilizados, além dos questionamentos sobre as temporalidades, como os estudos do cotidiano, culturas, atividades coletivas e mentalidades. Todos com credibilidade e adesão de inúmeros adeptos, mesmo em tempos remotos como os anos de 1930.

Entre os diversos métodos de análise da história este artigo privilegiou a História Imediata (tempo curto) e sua relação com o jornalismo.

Pierre Nora (2007) assinalava que os novos métodos passaram a tratar a narrativa do acontecimento, em oposição a “*histoire événementielle*” positivista, efêmera e isolada do passado. Problematizava a importância dos questionamentos sobre a longa duração, permanências e continuidades do acontecimento no presente, o lugar temporal desse acontecimento e a história reunida e exposta sob a assinatura dos mass media. Segundo o autor, para que exista o acontecimento histórico, é fundamental que ele não seja apenas registrado, mas sim conhecido, e é nesse sentido que os veículos de comunicação marcam posição e importância na historiografia. Eles criam documentos, e proporcionam materialidade ao acontecimento. (BURKE, 2006).

Adriano Rodrigues (2010) destaca que historiadores puderam explorar e descortinar a partir da relação história/jornalismo, informações em diversos documentos como as revistas, jornais, rádio, filmes documentários, fotografias, vestuário, mobiliário, vida cotidiana, gestos dos indivíduos, cores, odores, subjetividades, entre outros, por meio do cruzamento das evidências desses registros com outros documentos, e nesse sentido a história e jornalismo tenderam a convergir.

Edward Hallett Carr, afirma que os fatos são averiguações por meio das impressões dos sentidos das pessoas que os analisam, não falam por si mesmos, só adquirem sentido quando o historiador recorre a eles e determina sua temporalidade criando uma temporalidade específica. Os jornalistas registram os fatos e os historiadores selecionam, interpretam e apresentam os mesmos, conferindo-lhes sentido no tempo, encaixando-os em uma temporalidade.

Esse movimento não reflete de modo algum a realidade concreta, mas sim a do tempo e o olhar de quem o estudam.

As temporalidades históricas transitam entre fronteiras metodológicas, teóricas e historiográficas que nem sempre pertencem puramente à história, mas sim ao campo da natureza interdisciplinar, multiplicadora de questões. Transitam entre temporalidades, memórias individuais e coletivas, atos de lembrar, registros escritos, pictóricos, imagéticos, sonoros entre outros. As fontes diversas servem de base e referência para a investigação histórica.

No mundo contemporâneo, os acontecimentos estampados em jornais, revistas, sites, redes sociais e blogs, tornaram-se essenciais para a história, uma história imediata que necessita métodos de análise. Essa história imediata criou categorias de análise da história e tornou-se campo privilegiado, a partir desses registros. Foi ao encontro dos historiadores que buscavam na atualidade suas fontes, assim como dos jornalistas cansados do efêmero.

As transformações dos métodos de estudos sobre a história abriram a possibilidade para problematizar uma história tributária das técnicas jornalísticas, uma vez que se utiliza da entrevista por meio da História Oral, trabalho de campo, uso do gravador e arquivos da imprensa.

Do jornalismo realizado por indivíduos imersos nos acontecimentos, a pesquisa histórica recorreu a questionamentos, como a compreensão de que as vozes tanto do jornalista como do historiador são ecos das suas culturas, gerações, ideologias e gênero. O tecido conjuntivo dos seus atos aparece na confecção dos documentos e a palavra dos atores da história no registro (HOBSBAWM, 2009).

O acontecimento não visto mais como fato isolado do processo, se elabora por meio dos arquivos vivos, da história vivida criada e recriada pelo historiador e jornalista. Será sempre um testemunho de seu tempo (BURKE, 2004).

A história imediata pode ser considerada um método híbrido entre a história e o jornalismo. A narração dessa história é realizada pelo historiador-jornalista e pelo jornalista-historiador. O autor constitui relação direta com o tema e é sujeito social da própria história. (HOBSBAWM, 2009) Ao problematizar o

imediatos no século XXI, propicia a movimentação em direção ao retorno do intelectual militante, engajado e conectado com as questões prementes das sociedades e de seu tempo. Preocupado em buscar, na transformação, a construção histórica passada o historiador e o jornalista passam a compreender as suas próprias funções de sujeito social nos processos históricos.

O historiador do imediato procura compreender o processo que levou à situação presente, ele procura narrar às estruturas cujas transformações dão conta do acontecimento factual de fenômenos cuja gênese se situa na curta e longa duração. A essas questões acrescenta-se o problema dos jornalistas-historiadores ignorarem no momento da exposição do acontecimento, o epílogo, ou seja, o desenlace, o resultado as partes ativas do drama. Muitos historiadores qualificam os registros da mídia como dotados de especificidades relevantes, entretanto com fragilidades indiscutíveis no tocante ao processo de construção da história. Não obstante, percebem e concordam que o acontecimento necessita da diferença, da visibilidade, para não ser apenas um epifenômeno secundário no processo das mudanças sociais (NORA, 2007).

A história está em constante movimento, transformações repletas de permanências e continuidades, que um simples relato ou registro de um acontecimento não dá conta da sua complexidade. Constatação que provocou durante décadas oposições entre o historiador clássico, ao imediatista e fundamentalmente ao jornalista. O primeiro se estendia em suas reflexões numa longa sequência de séculos com resultado final para obter pareceres sobre um determinado acontecimento, já o segundo e o terceiro seu objeto de estudo passa pelo prazo da curta duração do acontecimento, do ocorrido em seu tempo de vida e muitas vezes sem a possibilidade do conhecimento dos resultados. As gerações de pensamento estão presentes nesses grupos, e quem percebe o marco que interferiu nessas gerações compreende as temporalidades e a totalidade em história. A reflexão em torno do uso do conceito de gerações, trás para a historiografia a necessidade de se problematizar questões íntimas do cotidiano e a relação entre história e jornalismo (LACOUTURE, 2007).

A historiografia costumava, até a década de 1990, distinguir e separar completamente a ação do historiador e do jornalista pelo viés da diferença dos níveis de escuta e entendimento sobre o factual. O antifactual, proposto pela

Escola do Annales, pode harmonizar-se, após décadas, com o conceito de imediação, pela história do imediato que aproxima as duas áreas do conhecimento, jornalismo e história pela aptidão de ambas em circunscreverem os acontecimentos na história (BURKE, 2004). Esse olhar multidisciplinar trouxe a possibilidade de se combater o efêmero e diminuir a lacuna entre o passado e o presente na busca da compreensão dos acontecimentos atuais massificados pela mídia, que cotidianamente realiza um resumo do dia, por meio da imprensa. A nova postura diante dos fatos permitiu inserir os acontecimentos atuais e do tempo presente nos processos históricos e transformou a perspectiva do passado, enquanto procedimento histórico. Toda a história é contemporânea, sem dizer que é. (LE GOFF, 2001).

Essa proximidade entre os jornalistas e os historiadores se concretiza a cada dia em decorrência da irrupção da eletrônica na historiografia e as diversas formas de acompanhamento dos acontecimentos por meio das múltiplas fontes e possibilidades oferecidas pelos veículos de comunicação. As interferências dos *mass media* se fazem presentes registros, primeiro pela imprensa escrita, pelo rádio de que Hitler, Stálin e Getúlio Vargas foram usuários, depois pela televisão, mais recentemente pela internet, por meio dos Blogs, Redes Sociais, Portais de Informação e aparelhos celulares. Todos trazendo informações pluralistas e observadoras do mundo presente que captam as inúmeras vozes das emissões vindas de todos os continentes, grupos sociais, de gênero e étnicos. Cada vez mais se exige a pesquisa do imediato e o diálogo entre jornalistas e historiadores na operação da análise da comunicação e da histórica (SCHWARTZ, 2010).

Entretanto, nem tudo é tão simples, o imediato apresenta-se como desafio concreto ao jornalista historiador, pois descortina problemas referentes à subjetividade e a potencialidade da arbitragem com relação ao “conhecido” e o “a conhecer”. As interpretações dos fatos históricos resultam da observação de indivíduos que podem falsear o concreto por meio do seu olhar no exame crítico ou ainda pelo crivo da empresa de comunicação.

O feixe condicionante e orientador das interpretações sobre os acontecimentos está condicionado ao tempo, geração, cultura e relações de poder. Existe, nesse sentido, o risco da escolha errada das fontes e o registro equivo-

cado ou direcionado. O relator é parte reflexiva e criadora do acontecimento, portanto, há responsabilidade do historiador e jornalista em seu papel de comentarista do presente ou imediato

Nos deparamos, de um lado com a dimensão epistemológica e metodológica, de outro com o aspecto universitário, social e historiográfico da afirmação do presente ou imediato. Não pretendemos neste artigo nos debruçar exaustivamente sobre a historiografia e a genealogia do presente, mas sim, apresentar os pontos de convergência entre história e comunicação e a produção dos registros/documentos.

Durante os anos 70 do século XX, investigações metodológicas e epistemológicas estavam voltadas essencialmente para os estudos da Escola do Annales de Lucien Febvre e Marc Bloch. Esses estudiosos não consideravam decisivos os movimentos de curta duração. O domínio da história imediata era pouco cristalizado pelos estudiosos dessa Escola, mas sem dúvidas eles abriram portas para discutir o lugar do presente anos mais tarde. Marc Bloch escreveu: “A incompreensão do passado nasce afinal da ignorância do presente (BLOCH, 2001, p 10) e Lucien Febvre “ a análise do presente pode dar a régua e o compasso para a construção da pesquisa histórica” (FEBVRE, 1998, p.47) observações que possibilitaram as reflexões mais aprofundadas de Pierre Nora e Jacques Le Goff nos anos 70 e 80. Ambos se inquietavam metodologicamente com as mentalidades, com as construções mentais e coletivas, com o retorno do político e cultural. A historiografia se desdobrará à medida que os teóricos do presente ou imediato acabavam suas teses.

Nos anos de 1978, criaram o Instituto de História do Tempo Presente e o instituto de História Imediata, concretizando a aproximação da história com a comunicação.

Essa cronologia e observações historiográficas, aqui expostas brevemente, desvelam conjugações de fatores que contribuiram para o estreitamento do diálogo entre jornalistas e historiadores. Nesse processo o retorno do político e da história política teve papel aglutinador, por meio da imprensa, assim como o impacto de gerações pós 68, desabrochando os acontecimentos cotidianos e evidenciando que a história não é somente o estudo do passado, é

também o estudo do presente. Hoje em dia a História do presente e imediata é traduzida por uma vasta produção editorial, jornalística e difusão que ultrapassa os meios universitários.

O estudo historiográfico, metodológico e epistemológico da história do imediato e presente, não faz referência às mesmas cronologias, não obstante, os dois tempos históricos pertencem ao contemporâneo e final do século XX. A história imediata pressupõe alguns anos, meses ou semanas e é escrita no calor dos acontecimentos, enquanto o presente algumas décadas e o ato de escrever recuado do fato. A leitura e análise do imediato pertence ao presente, pois o público espera um esclarecimento pela reverberação histórica.

A pressão jornalística e as novas demandas sociais da década de 1950 e 60, Guerra Fria, vida política francesa, temas candentes, intensidade de engajamento político de intelectuais, estudantes e operários, contribuíram para a construção dos princípios da História Imediata (LACOUTURE, 2007).

Na década de 1990, Cristian Gras, por meio da História Oral, entrevistando personagens e dossiês de imprensa e testemunha do período em que escreveu sua obra, consolidou a relação entre as duas áreas do conhecimento.

Peter Burke, afirma que os historiadores necessitam se interessar cada vez mais pela construção da memória, como fonte histórica e como fenômeno histórico. Como fonte estudar o ato de lembrar, o ir e vir na memória, o que se desejou perenizar nesse ato, ou seja, perceber criticamente o fato e o fato lembrado. Utilizar a História Oral, as entrevistas, como os jornalistas, entretanto, por meio dos moldes da operação de análise dos documentos históricos. E no segundo aspecto, o que tange a “história social do lembrar”. Utilizando a premissa de que a memória social, como a individual, é seletiva, escolhe o que deseja deixar marcado, registrado. Nesse sentido, faz-se necessário identificar quais foram os princípios de seleção realizados pelo entrevistado e observar como os mesmos variam de pessoa a pessoa. “As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade”. (BURKE, 2000, p.73).

No entrelaçamento dessas vias analíticas, conclui-se que toda produção presente nos veículos de comunicação é histórica.

O jornalismo histórico, marcado pelos veículos de comunicação, trouxe para a história novos olhares e metodologias e, a história, um maior rigor nas análises da vida cotidiana, mentalidades e subjetividades com relação às entrevistas, memória e elaboração dos registros.

A relação estabelecida entre jornalista-historiador e historiador-jornalista na construção e interpretação dos acontecimentos na contemporaneidade é evidente; coincidem, entretanto, não se confundem.

Bibliografia.

BURKE, Peter. **Variiedades da história cultural**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

_____. **A Escola dos Annales – 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia**, São Paulo, Fundação Editora UNESP, 2005.

_____. **Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.

BLOCH, Marc. **Memória Coletiva: síntese histórica**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001

FEBVRE, Lucien. **Escola dos Annales**, São Paulo, Martins Fontes, 1998

GRAS, Christian. **História da Primeira República Miterrandienne**, São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

HOBSBAWM, E. **Ensaio sobre História**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

LACOUTURE, Jean. **A História Imediata**, Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**, São Paulo, Martins Fontes, 2001.

_____. **História e Memória**, São Paulo, Companhia das Letras, 2010

NORA, P. **Ensaio sobre Ego história**. São Paulo, Martins Fontes, 2007

SCHWARTZ, Rosana. **Retratos da história; imagens documento**. IN FERREIRA, Dina. **Imagens: o que fazem e significam**. São Paulo Annablume, 2010.

Virgílio de Melo Franco: Trajetória política e jornalística¹

FERRO, Flavia Salles (mestranda)²

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE/ RIO DE JANEIRO

Resumo:

Esse trabalho visa apresentar a trajetória política e jornalística do Virgílio de Melo Franco. Como jornalista, ele iniciou suas atividades na década de 20, contribuindo no *O Jornal* e na revista *Fon-Fon*. Na década de 30, colaborou no *O Dia* e na *Revista Diretrizes*. Por fim, no ano de seu falecimento, 1948, fundou o jornal *Política e Letras*. Como político, suas principais ações são na Aliança Liberal, na Revolução de 1930, e nos primeiros anos da UDN. É possível compreender um entrelace da política com o jornalismo no personagem Virgílio de Melo Franco; sendo assim, a imprensa é uma das fontes utilizadas nesse trabalho. O uso dessa fonte e a proposta desse trabalho estão inseridos nos estudos da História Cultural. Assim, serão discutidas as mudanças ocorridas nesse campo de estudo e de que maneira essa pesquisa se insere na História Cultural.

Palavras-chave: Virgílio de Melo Franco; História; Jornalista; História Cultural.

¹ Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

² Mestranda na Universidade Federal Fluminense, graduada na Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: flavia.sferro@gmail.com .

1. A inserção da trajetória do Virgílio de Mello Franco nos estudos da História Cultural

Esse trabalho tem o intuito de apresentar a trajetória do jornalista e político Virgílio de Mello Franco, o qual atuou intensamente na Aliança Liberal, Revolução de 1930, e na fundação da UDN. Será discutida também a importância do uso da imprensa para a pesquisa histórica, fonte esta usada após mudanças ocorridas na História Cultural.

Como salienta Silva (2006), a imprensa é uma das manifestações de seu tempo,

as empresas jornalísticas devem ser vistas como partidos de determinados grupos políticos e econômicos, em consonância com seus programas, ou seja, suas interpretações da realidade acabam interferindo no conhecimento que se tem sobre a realidade e na tomada de posições sobre elas. (SILVA, 2006: 2)

Por assim ser, a imprensa é uma fonte que merece ser estudada, pois além dela apresentar as ideias, os eventos ocorridos em uma determinada época, é possível compreender as posições políticas e a cultura política do recorte temporal estudado. Nesse trabalho, a imprensa estudada é da década de 20,30 e 40.

Ao ser utilizada a imprensa como fonte, pretende-se conhecer o contexto histórico em que estava inserida, o perfil dos impressos e dos responsáveis por ele, em uma maneira de compreender os discursos e representações dispostos nos periódicos. Jobim articula adequadamente as disposições que deve ter um historiador ao historicizar o jornal: “só um historiador impregnado da atmosfera do tempo em que o artigo foi escrito, tendo presentes as circunstâncias históricas em que se produziu, é que pode captar o eco das intensas vibrações sociais que porventura tenha provocado.” (JOBIM, 1992: 26 apud AGUIAR, 2010: 6)

Os estudos que abarcam o uso de imprensa como fonte e escritas de trajetórias estão inseridos na História Cultural. Esse campo, segundo Marieta de Moraes Ferreira, em fins da década de 1970 e no decurso da década de 1980, obteve transformações importantes, como a incorporação dos estudos

contemporâneos, revalorização das análises quantitativas, resgate da preocupação pelo individual e o renascimento do estudo do político.

Para compreender o que permeia a história cultural, sua importância e as transformações ocorridas nos últimos anos em suas problemáticas e metodologias, é importante contextualizá-la.

A consolidação da disciplina de história e a profissionalização do historiador no século XIX foram desenvolvidas com o uso absoluto de documentos escritos como fontes. Como aponta Ferreira:

a criação dos arquivos nacionais, paradigmas de instituição organizada em torno da fonte escrita, conduziu ao desenvolvimento dos estudos dos períodos mais remotos, assegurando a supremacia da história medieval e erigindo a análise do político em abordagem essencial para se chegar a uma história científica. Paralelamente, vinculava-se a tradição oral ao anedótico ou ao passado recente, às sociedades sem escrita, às classes populares, estabelecendo-se assim uma hierarquia dos campos de conhecimento, de fontes e de objetos. (FERREIRA, 1994: 1)

É possível compreender, assim, que fontes orais, ou impressos que não fossem oficiais, não eram pautáveis de estudos, uma vez que não seria possível obter a Verdade com análise dessa. Do mesmo modo que não eram todas as fontes possíveis de serem estudadas pela história, os objetos também deveriam ser de um passado distante, pois era defendido que uma história só nasce para uma época quando esta já está totalmente morta.

No início do século XX, Jacob Burckardt já se destacava como historiador preocupado com a História Cultural, preocupando-se com o coletivo e com a longa duração. Na Escola dos Annales, com os historiadores Marc Bloch, Lucien Febvre e Braudel, há um aprimoramento dessa disciplina, uma vez que defendem a utilização de variadas fontes, a interdisciplinaridade e preocupação com a longa duração, ignorando os eventos factuais, efêmeros.

Porém, com o crescente interesse pelo econômico e social, principalmente promovidos através do marxismo, há um decaimento no interesse pela cultura e pelo político, uma vez que esses estudos eram vistos como elitistas, que visavam promover o “herói”.

Como aborda Maria Elisa Cevasco em sua obra “Dez Lições Sobre Estudos Culturais”, na década de 1960, Raymond Williams dá um passo em relação ao conceito de cultura, defendendo que esta é um “[...] sistema de significações mediante o qual necessariamente uma dada ordem social é comunidade, reproduzida, vivenciada e estudada.” (Williams,1992: 13)

De uma maneira geral, a história cultural é um “terreno comum dos historiadores culturais pode ser descrito como a preocupação com o simbólico e suas interpretações” (BURKE, 2000: 10). Há a preocupação com os “de baixo”, sem esquecer os “de cima”; não apenas com classes sociais, mas gênero, etnia, religião, buscando, assim, um aprofundamento do conhecimento histórico cultural.

É possível compreender, assim, a importância que essa “virada” na História Cultural possui. Os estudos acerca da trajetória política e jornalística do Virgílio de Mello Franco estão inseridos nela.

2. A trajetória política e jornalística do Virgílio de Mello Franco

Virgílio de Mello Franco em uma correspondência para Pedro Aleixo, datada de 9 de setembro de 1945 escreve:

Lutei quinze anos, sem a falta de um dia; consumi minha mocidade, num esforço hercúleo de sacudir a árvore para que os outros colhessem os frutos; escrevi na imprensa; fiz discursos, escrevi livros; fiz revoluções e expus a vida e a liberdade; sofri prisões e constrangimentos de toda a ordem; achei-me em tudo e em toda parte, menos na hora de colher os frutos.

Nessa carta, é exposta a memória que Virgílio possui de suas ações políticas e jornalísticas, ambas sempre relacionadas. De uma maneira geral, é possível compreender que ele foi um importante personagem na política brasileira. Ocorre nessa escrita uma expressão de desgosto por ainda não ter colhido os frutos que ele há anos vinha plantando, que, nesse caso, é a democracia-liberal.

Virgílio de Melo Franco vinha de uma família de políticos; em sua primeira geração brasileira, ligaram-se aos Caldeira Brant e forneceram inúmeras

ros quadros políticos ao império. Afrânio de Mello Franco, seu pai, foi figura proeminente da primeira república e primeiro ministro do Exterior do governo Vargas. (FAUSTO, 1972:43) Ele foi também diplomata brasileiro. Seu irmão era Afonso de Mello Franco, o qual exerceu o cargo de deputado federal e foi um dos líderes da UDN. Virgílio, assim como seu irmão, participou intensamente na fundação da UDN, sendo o seu primeiro secretário-geral.

Em 1920, Virgílio iniciou seu trabalho na imprensa escrevendo para *O Jornal*. Ainda em 1920-1921, colaborou na revista *Fon-Fon* com o pseudônimo de Gonçalo Alves.

Em fevereiro de 1921, foi fundado *O Dia*, um novo matutino no Rio, que defendia a candidatura de Arthur Bernardes. Juntamente com Inácio Azevedo do Amaral e Tristão da Cunha (José Maria Leitão da Cunha Filho), Virgílio foi um dos diretores de *O Dia*.

Virgílio, em 1922, viajou à Europa a pedido de Artur Bernardes para resolver o caso das cartas falsas¹. Quando voltou, encontrou *O Dia* fechado devido à falta de recursos para mantê-lo, uma vez que já havia sido concretizada a vitória de Bernardes nas eleições. Na década de 20, foi colaborador de *O Jornal*, da Cadeia Assis Chateaubriand, além do *Diário Carioca*, o qual o levou a se aproximar das ideias tenentistas.

Como político, Virgílio atuou nessa década como deputado estadual de Minas Gerais. Em 1922, fora eleito através da legenda do Partido Republicano Mineiro para completar o mandato de Garibaldi de Castro Melo, eleito para o Congresso Nacional. Seria reeleito em 1923 e em 1927 para mandatos de três anos.

Em 1929, participou da Aliança Liberal, sendo um dos protagonistas juntamente com Osvaldo Aranha, Pedro Ernesto, Carlos de Lima Cavalcanti e Joao Neves da Foutoura, os quais, apesar de não serem tenentes, por esta-

¹ Virgílio de Melo Franco foi encarregado por Bernardes de viajar à Europa para obter de especialistas laudos que demonstrassem não serem de sua autoria as cartas que haviam sido publicadas no *Correio da Manhã* em outubro de 1921, com alusões ofensivas às forças armadas. Bernardes pretendia demonstrar que as "cartas falsas" tinham apenas o objetivo de incompatibilizá-lo com os militares. Após uma tentativa infrutífera em Bordéus (França), Virgílio conseguiu obter de peritos de Lausanne e Roma documentos negando autenticidade às cartas.

rem muito envolvidos com as ideias tenentistas foram conhecidos por tenentes civis.

Na Aliança Liberal, Virgílio possuiu grande importância nos diálogos para a concretização da coligação entre os estados, como é possível perceber na carta enviada por Virgílio de Melo Franco a Epitácio Pessoa, no dia 7 de setembro de 1929, em que diz: “Na campanha cívica em que estamos empenhados, cabe-me muita responsabilidade como um dos precursores da política de entendimento com o Rio Grande do Sul.” (apud NABUCO, 1962: 5). Ele era o principal intermediário entre os tenentes e os veteranos chefes políticos no Rio de Janeiro.

Após a vitória da Aliança Liberal na Revolução de 1930, diversos cargos públicos foram distribuídos, porém Virgílio não aceitou nenhum. Ele passou o final de 1930 e o início de 1931 doente, mas, recuperado em maio, redigiu seu testemunho sobre a Revolução, no livro *Outubro, 1930*, o qual obteve grande sucesso, possuindo quatro edições em dois meses.

No prefácio de seu livro, Osvaldo Aranha aponta que Virgílio

foste uma espécie de Ariel da Revolução. Estiveste em toda a parte, agiste em todas as horas, animastes os vacilantes, reconfortaste os fracos, articulaste com os fortes, ligando-nos a todos e em todos os transes. Ninguém te excedeu moral e materialmente, na hora da conspiração. Foste a providencia na crise e a paciência nos momentos de ansiedade [...] Poucos homens tem esse condão de viver dentro de um pensamento até vencer [...] Nele está a alma dos homens fortes. Nele está a tua grande e inalterável alma de revolucionário, que, como certas árvores solitárias, deita raízes na tempestade para poder frutificar a bonança[...] (ARANHA, 1980:XXII).

Osvaldo Aranha, em uma maneira de prestigiar a atuação política de Virgílio, refere-se a ele como portador de alma de revolucionário. Tal caracterização decorre do fato de que ele, juntamente com outros políticos, entre eles o próprio autor do prefácio, esteve disposto a lutar pelo fim da política oligárquica e instituir direitos políticos e civis, ocorrendo na Revolução de 30 o fim da política oligárquica.

Sobre a proximidade de Osvaldo Aranha com o Virgílio de Melo Franco, Juscelino Kubistchek afirma que eles ficaram muito próximos, sendo Virgílio “um jovem mineiro, muito inteligente, combativo, e que tinha prestado extraordinários serviços na Revolução de 1930. Por isso mesmo, tinha adquirido uma posição de liderança muito grande, na fase inicial da Revolução.” (OLIVEIRA, 1976: 41)

Virgílio atuou após a Revolução como interventor do Partido Republicano Mineiro, como é visto no telegrama a Virgílio datado de 17/08/1931:

temos a honra de enviar a vex a seguinte indicação que acaba de ser votada unanimemente(sic) pelo congresso do partido republicano mineiro; o partido republicano mineiro representado pelos novecentos delegados aqui presentes de 211 dos 215 municípios e fiel interprete dos sentimentos de todo o povo de Minas Geraes assegura a vex o mesmo leal apoio que lhe vem prestado desde as memoráveis jornadas da Alliança liberal e da revolução de outubro na finda e fundada esperança de que vex se apressara em garantir a este estado um regimem (sic) de tolerância liberdade moralidade administrativa e justiça sob novo interventor que inspire confiança ao povo mineiro e a nação digne se vex aceitar os protestos do nosso mais alto apreço Arthur Bernardes Presidente Alaor Prata secretário Affonso Penna Junior levindo Coelho Eduardo Amaral Camillo Chaves.

Como é possível perceber no telegrama, Virgílio é um homem que possuiu intensa participação na Aliança Liberal e na Revolução de 30, sendo prestigiado pelos trabalhos prestados à Minas Gerais, compreendido também na monção enviada a Virgílio pelo Partido Republicano de Leopoldina, assinada por Jairo Salgado, secretário, datada de 13 de Dezembro de 1931:

o Partido Republicano mineiro de Leopoldina, por proposta de seu presidente, aprovada unanimemente por todos os seus membros presentes à reunião de hoje, nesta cidade: Tendo em alta conta os relevantes serviços por V. Excia. Prestados à causa da Revolução e do nosso glorioso estado de Minas Geraes; os sacrifícios que jamais poupou e mediu na defesa dos elevados e patrióticos princípios que encarna o tradicional Partido Republicano Mineiro, resolveu enviar a V. Excia. esta monção de inteira solidariedade e reconhecimento , que bem traduz o sentir colectivo do laborioso povo leopoldinense ao grande e heroico filho de Minas Geraes.

É observável que Virgílio é um homem que possuiu reconhecimento em Minas Gerais pela sua atuação em prol desse Estado. O Partido Republicano Mineiro é o partido que possui maior influência no Estado nesses anos, e Virgílio nele atua como interventor.

Em agosto de 1931, o PRM realizou em Belo Horizonte um levante com o intuito de depor Olegário Maciel, interventor de Minas Gerais, para no seu lugar assumir Virgílio. O golpe contava com o apoio de Osvaldo Aranha e o beneplácito de Vargas. No entanto, a tentativa foi desfechada pelo 12º. Regimento de Infantaria.

Diante de divergências políticas entre o Partido Republicano Mineiro e a Legião de Outubro, as forças antagônicas iniciaram um acordo que foi a fundação do Partido Social Nacionalista. Virgílio foi um dos articuladores do PSN e integrou sua comissão diretora, ao lado, entre outros, de Venceslau Brás, Artur Bernardes e Antônio Carlos. Porém, Virgílio, ao perceber que o Partido Social Nacionalista não serviria ao propósito de pacificação, renunciou ao seu posto na direção do partido.

Após a Revolução Constitucionalista em que Virgílio lutou a favor de Vargas, ele articulou a fundação do Partido Progressista de Minas Gerais, visando as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, marcada para 3 de maio de 1933. Nessas eleições, o Partido Progressista derrotou o Partido Republicano Mineiro, fazendo 31 deputados, contra seis do PRM.

Nessas eleições, Virgílio desejava ser interventor de Minas Gerais, assim, ele disputava o cargo com Gustavo Capanema; no entanto, os dois exerciam influência nas opiniões de Minas Gerais. Getúlio Vargas, não desejando que um grupo político ficasse descontente com sua escolha sobre qual seria o interventor, decidiu escolher um terceiro – Valadares, o qual não exercia grande influência nas posições políticas de Minas Gerais. Após essa decisão de Vargas, Virgílio rompe com seu governo, sendo futuramente um dos principais opositores ao Estado Novo.

A comissão diretora do PP defendeu a candidatura de Benedito Valadares contra a de Virgílio, o qual renunciou ao Partido e resolveu fundar um jornal opositorista em Belo Horizonte, o *Folha de Minas*. Com a censura à imprensa

estabelecida em 1935 pelo governo de Getúlio Vargas, o *Folha de Minas* foi obrigado a fechar.

Após a instauração do Estado Novo, Virgílio se dedicou aos negócios, voltando a colaborar na imprensa somente em 1943, através do *O Jornal* e da *Revista Diretrizes*. No mesmo ano, voltou a atuar na política também, contribuindo para a elaboração do Manifesto dos Mineiros, cuja carta, assinada por importantes pessoas da elite mineira, defendia a democracia. Participou também, em 1943, discursando no I Congresso de Escritores Brasileiros, o qual visava promover a democracia, lutando contra o fim do Estado Novo.

No discurso, Virgílio promove:

quando se esgotar o período das ditaduras, quando se encerrar a era da violência feita a lei, do atentado ao espírito de liberdade e de justiça, essa há de ser a única realidade subsistente: a viva realidade da inteligência [...] Queremos preservar a nossa união pela fidelidade aos propósitos comuns de liberdade e de justiça. Só assim teremos cumprido o dever que constitui uma das razões da reunião deste I Congresso Brasileiro de Escritores.

Em 1945, ele foi um dos fundadores e secretário geral na União Democrática Nacional, cargo do qual se absteve² em dezembro de 1946, devido ao apoio da UDN ao governo Dutra. Em abril de 1946, Virgílio reuniu anotações e documentos sobre o processo de formação da UDN e publicou *A campanha da UDN (1944-1945)*. Nesse livro, afirmava que a grande campanha de que emergimos não terá sido estéril se, além do reinício do jogo das instituições democráticas, tiver dado ao país o grande 'partido de centro inclinado para a esquerda', em que Roosevelt sintetizava seu idealismo político.

Após seu afastamento da secretaria-geral, ele operou como presidente da UDN na coligação mineira, interessado na unificação dos udenistas.

² Virgílio, em 1946, abstém-se da Secretaria Geral da UDN devido ao partido se conciliar com o governo Dutra, pois "para Virgílio, que citava Nabuco de Araújo ao esconjurar os males da conciliação ("impraticável, perigosa e inadmissível"), a UDN estaria fadada ao suicídio se abandonasse sua linha de oposição e de luta: "a unidade só serviria de pretexto à concentração de todas as forças nas mãos dos ditadores". (Comissão Executiva 1947, p. 9-20 apud Benevides 1981, p. 153).

Sua última iniciativa na área da imprensa foi a fundação, em 1948, do *Política e Letras*, o qual durou poucos anos. No mesmo ano, Virgílio é assassinado em sua casa por um ex-funcionário.

É possível perceber que a trajetória jornalística de Virgílio está diretamente relacionada com sua participação política, uma vez que escreve na imprensa no mesmo contexto em que atua em partidos e governos. Afasta-se da imprensa no momento em que rompe com o governo Vargas, retornando a escrever em jornais em revistas quando se mobiliza politicamente contrário ao Estado Novo.

REFERENCIAS

Memórias:

FRANCO, Virgílio Alvim de Melo Franco. **Outubro 1930**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. **Sob o Signo da Resistência**. 1947 - Zélio Valverde, Rio de Janeiro.

Bibliografia geral:

AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de. Imprensa: Fonte de estudo para construção e reconstrução da história. In: **O Brasil no Sul** : cruzando fronteiras entre o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010 / Organizadoras : Marluza Marques Harres; Ana Silvia Volpi Scott. - Porto Alegre : ANPUH-RS, 2010. P. 1-11.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**. Ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BURKE, Peter. Variedades de história cultural; tradução de Alda Porto. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez Lições Sobre Estudos Culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo. Brasiliense, 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: um inventário das diferenças. In: Marieta de Moraes Ferreira. (Org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, v. 1, p. 1-13.

NABUCO, Carolina. **A Vida de Virgílio de Melo Franco**. José Olympio, 1962.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. **Juscelino Kubitschek II (depoimento, 1976)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1979. 77 p. dat.

SILVA, Carla Luciana. Estudando a imprensa para produzir história. In: **III Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina**, 2006, Londrina. Anais, Crise das democracias latino-americanas: dilemas e contradições. Londrina: eduel, 2006. p. 1-13.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Experiências de Leitura: Leituras e leitores antes da prensa³

BARREIROS, Vaniele⁴

Resumo:

Perceber a leitura como prática social, história e cultural a partir da evolução e das variações textuais construídas e exercidas junto à sociedade, tendo como recorte as leituras e os leitores antes da prensa de metal. Revisando a história da leitura em autores como Fischer, Chartier e Manguel, busca-se uma imersão na construção da leitura ao longo de alguns séculos. Ao comparar os usos e as apropriações da leitura ao longo da história da escrita, percebe-se que o indivíduo é fator determinante nas práticas da utilização de tal tecnologia (a escrita). Esse trabalho propõe uma experimentação da leitura antes da prensa tipográfica, ressaltando as formas e meios de apropriação do texto pelo indivíduo em meio aos percalços da leitura ao longo dos séculos. A inserção da leitura nas sociedades exclusivamente orais e a instauração da complexidade nos diversos controles e registros, as relações interpessoais e de poder e o desenvolvimento da leitura é o cerne desse trabalho.

Palavras-chave: leitura; escrita; tecnologia da comunicação, história.

3 Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

4 Mestre pelo programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, na linha de pesquisa "Tecnologias de Comunicação e Cultural". Especialista em Comunicação Empresarial, pela UFJF, bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo. Possui experiência como coordenadora do curso de Comunicação Social - Jornalismo e PP - do Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB). Experiência em docência no ensino superior, nos cursos de Comunicação Social, Design, Marketing, Engenharia Ambiental e em Pós-Graduação/MBA em Gestão de projetos. Integrante do grupo de pesquisa: Livros e a Cultura letrada, da UERJ, orientada pelo professor Márcio Souza Gonçalves.) vaniele.barreiros@gmail.com (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=W1170172>)

Introdução

Ao perceber as ações do indivíduo no cotidiano, é corriqueiro as ações de leitura, sejam para se localizar em uma cidade, para escolher o prato do cardápio do restaurante, para se locomover utilizando ônibus ou metrô e até mesmo para uma distração dentro desses. Enfim, pode-se dizer que a leitura é essencial para a manutenção de diversas ações diárias do indivíduo e, desde a infância, essa prática é estimulada e vai sendo aprimorada ao longo dos anos. Para Fischer, a leitura é mais do que a palavra falada materializada, é a “capacidade de extrair sentido de símbolos escritos ou impressos” (2006, p. 11). A partir dessa assertiva e pelas diversas definições de leitura das quais se podem ter acesso, a partir de um considerável número de bibliografia acerca do tema, entende-se ser necessária uma delimitação de teorias e definições para se perceber a leitura. Pretende-se, neste trabalho, fazer uma releitura das teorizações acerca da prática da leitura, a partir do histórico registrado nas páginas de Fischer (2006), Manguel(2010), Cavallo e Chartier (1998), dedicados a construir a história da leitura de forma rica em detalhes. Busca-se, neles, fundamentações sobre a inserção da leitura nas sociedades exclusivamente orais, a instauração da complexidade nos diversos controles e registros, as relações interpessoais e de poder e o desenvolvimento dos textos e da leitura com a tecnologia, perpassando pelas construções sociais permitidas por tal ato.

Propõe-se explorar o contexto social da *leitura* a partir do momento que há uma tentativa de dominação da produção de livros e textos, na intenção de manter uma coerção sobre o leitor quando esse experimenta, com a *leitura*, a individualidade e a capacidade de desenvolver seus próprios pensamentos.

Para perceber a *leitura* como prática social, histórica e cultural, é preciso compreender sua evolução, bem como as variações nas construções estruturais e simbólicas que exerceu junto à sociedade. Se a prática da *leitura*, ao tentar ser impedida pelo clero e outras elites de poder, foi reflexo do temor à desordem ou às consequências que a livre interpretação poderia gerar, é possível mensurar a importância do mapeamento dessas e de outras situações historicamente variáveis, que fazem parte do objeto de investigação dessa pesquisa.

Teorizando a leitura ao longo da história

Segundo Fischer, a leitura nem sempre foi da maneira que se conhece hoje. É certo dizer que tal ação vem sendo praticada ao longo dos milênios pelas diversas civilizações das que se tem registro e sua prática existiu nas mais diversas formas, mas, ainda na Antiguidade Clássica, que será entendida como o apogeu da civilização Grega e Romana, a leitura era uma forma de o “verbal tornar-se visível” (2006, p.13), pois tal prática ainda pouco explorada estava instaurada onde poucas pessoas sabiam ler ou tinham o porquê de aprender essa ação, já que suas aplicações eram voltadas para:

conferir uma conta, verificar um rótulo ou identificar uma chancela de propriedade. Os escribas declamadores entoavam extratos, cartas, documentos jurídicos, peás e homenagens. Os grandes acervos de argila e papiro da Antiguidade acabaram aparecendo, embora com a principal finalidade de supervisionar e validar contas e contratos, bem como de estimular a memória daqueles que lembravam da extensa história oral (FISCHER, 2006, p,13).

Importante, aqui, ressaltar que muito antes de ser possível encontrar uma definição entre as sociedades já conhecidas, é possível acompanhar uma série de artefatos que garantiam meios de permitir os primeiros registros e apontamento das inúmeras necessidades das sociedades, mesmo que primitivamente organizadas.

Observa-se que o homem Neandertal e os primeiros homo sapiens sapiens já possuíam uma forma de registrar informações a partir de entalhes em ossos que sinalizavam algo que, segundo Fischer (2006), tratava-se de informações pontuais, como ciclo lunar e marcações de jogos, por exemplo. Em outro distante momento, os Incas utilizavam nós de quipo codificado por cores, enquanto os polinésios marcavam em cordas e entalhes. Já no oriente médio, há registros a partir de fichas ou moedas de argila marcadas com símbolos que indicariam formas para a contabilidade, enquanto os azilianos da França pintavam imagem em pedras.

Considera-se como “leitura”, mesmo que em um sentido primitivo, a decodificação da mnemônica, ou seja, os auxílios da memória, e as imagens,

que ainda eram figuras pictóricas (MANGUEL, 2010). Essa arte rupestre era composta por “histórias visuais dotadas de informações com significados” (FISCHER, 2006, p.14) e podiam ser encontradas em cascas de árvores, essências, pedaços de madeira, onde, dessa forma, essas eram as possíveis ferramentas para diversas necessidades como: pequenas transições comerciais e acompanhamento de ciclos lunares. Tais símbolos gráficos eram utilizados para representar coisas, mas não possuíam uma uniformização entre as diversas formas e, com o passar dos tempos, vieram a se tornar padronizados e abstratos, mas mantendo seu valor fonético. Ao longo da transformação da “escrita e leitura”, escribas sumérios começaram a usar outra forma de comunicação, como demonstra Fischer:

foneticismo sistêmico, isto é, passaram a coordenar de modo sistemático sons e símbolos (incluindo os pictogramas) a fim de criar ‘sinais’ de um sistema de escrita. Uma figura deixava de representar uma mercadoria real, como uma ovelha, mas, em vez disso, passava a indicar um valor sonoro específico (2006, p. 15).

Dessa forma, já é possível falar em uma leitura de uma forma verdadeira ou mais próxima do que se conhece, pois há, de alguma forma, uma interpretação. De objeto para palavra à sequência lógica de sons:

um sinal pelo seu valor sonoro isoladamente em um sistema padronizado de sinais limitados. Textos completos, e não apenas palavras isoladas, podiam, nessas circunstâncias, ser transmitido, o que significava que a leitura deixava de ser uma transferência um a um para se tornar uma sequência lógica de sons que recriasse uma linguagem natural humana. Em vez de se lerem imagens, lia-se desse modo, linguagem (FISCHER, 2006, p. 15).

Era uma leitura ainda voltada às ações práticas ou técnicas, seja para a organização e logística das cidades, mas uma ferramenta já eficaz e facilitadora, mesmo que ainda apenas centrada em execuções de tarefas. “Ler era ita em sumério que também significava contar, calcular, ponderar memorizar, declamar, ler em voz alta” (FISCHER, 2006, p. 17), restrito aos escritores oficiais de tabuletas. Esse era o principal suporte de leitura.

Os primeiros leitores, as primeiras leituras: Mesopotâmia

Os primeiros leitores estão ligados aos registros da escrita suméria, uma leitura que “envolvia a união lógica de fragmentos de informação, sem a reconstituição do discurso articulado.[...] Ao contrário da escrita, a leitura não pressupõe linguagem: a leitura é antes de mais nada visual (não oral) e conceitual (não lingüística)” (FISCHER,2006, p. 16). Há relatos de que, em uma população de aproximadamente doze mil pessoas, apenas cerca de cento e vinte delas eram capazes de ler e escrever, isso por volta de 2000 a.C.. O cenário não apresentou grandes mudanças de 1850 a 1550 a.C., pois, numa população de dez mil habitantes, apenas cento e oitenta e cinco escribas eram contados, ou seja, o número de alfabetizados foi restrito em um grande período da história (FISCHER, 2006).

Acredita-se que a capacidade de escrita e leitura se torne uma atividade aristocrata apenas no terceiro milênio a.C (MANGUEL, 2010), pois, até então, a leitura era uma atividade quase que exclusiva dos escribas. Tais sumérios eram detentores de grandes responsabilidades, de forma que apenas com a leitura de um documento seria possível acabar com uma discussão sobre contas/finanças ou sobre determinada lei, mas, mesmo com essa característica, o ato de escrever ainda assim era mais importante. A literatura pública e oral dos sumérios ainda era direcionada para o trabalho e não para o lazer, seja pelo reduzido número de pessoas capacitadas para tal atividade, ou pela dificuldade de acesso às poucas publicações de leitura que pudessem caber na palma da mão. Importante ressaltar que os livros disponíveis não eram possíveis para uma mobilidade, já que eram grandes tabuletas pesadas e desconfortáveis. Sendo assim, a leitura servia apenas para recuperar algum texto anteriormente decorado, em um local pré-estabelecido para esse armazenamento.

Leituras e leitores do Egito

A leitura como um discurso visível, essa era uma das características egípcias. Declamar era a forma como que os escribas-testemunhas davam corpo à leitura oral e tal prática acontecia a partir das tabuletas cuneiformes chegadas ao Egito (que foram enviadas pelos hurrianos) até por volta de 3.300

a.C., quando se começa a instaurar os hieróglifos escritos com tinta sobre os papiros. Mesmo que não se considere escrita e leitura como condição para o desenvolvimento das civilizações, há registros de que o Egito e Mesopotâmia “progrediram e prosperaram, transformando-se em grandes impérios, apenas depois do surgimento da leitura e da escrita” (FISCHER, 2006, p. 27).

Pode-se atribuir tal feito, principalmente, à possibilidade de uma melhor organização econômica e contábil a partir da prática dessas duas ações. Em 4.000 a.C., as atividades das cidades já estavam em grande expansão, antes mesmo de haver a escrita completa. Acredita-se que somente no quarto milênio a.C. era possível um registro para leitura em escrita cursiva (que somente depois foi denominada hierática), que permitia, de uma forma mais prática, apontamentos cotidianos. A literatura já era feita da direita para a esquerda, sendo formalizada por volta do segundo milênio a.C.. O que o Egito pôde experimentar foi um suporte que facilitaria a leitura, uma vez que o papiro permitia a junção de vários outros escritos e o transporte desses textos, o que, a princípio, seria um facilitador para uma possível leitura mais extensa.

Não que no final do Antigo Império houvesse uma oferta de textos e de leitores que transformasse essa prática em corriqueira, mas já se registrava muitos tipos de registros escritos como as biografias, cartas, textos sobre religião, não havendo, ainda, textos literários. “A tradição oral prevalecia em todos os gêneros, mantendo a escrita limitada à documentação, sem expandir-se à expressão criativa” (FISCHER, 2006, p. 28).

Outra diferença entre Egípcios e Sumérios está ligada aos letrados e sua posição social. No Egito, os letrados:

abrangiam a elite, mas não exclusivamente, pela capacidade de ler e escrever. Estes e a subelite de escribas ocupavam quase em maioria todos os cargos administrativo. Ao contrário da Mesopotâmia, não há evidências de que os escribas do Egito desfrutassem de barreiras importantes dissociadas do ofício público (FISCHER, 2006, p. 29).

Mesmo numa sociedade que adquiriu certa intimidade com os textos, apresentando muitos registros escritos, eram raros os casos de leituras ocorridas durante o período de vida tanto do autor quanto de outros leitores. Ao

supor que tais inscrições eram direcionadas apenas para registros, e não informação, entende-se o motivo para apenas os próprios escribas terem feitos tal leitura. Mesmo os egípcios sendo contemporâneos aos sumérios, a leitura e a escrita funcionaram como auxiliares no desenvolvimento social; não era uma sociedade pautada em grandes escritos (ou a dependência deles), e sim em histórias descritivas por meio de discursos e com ações voltadas para alguns tipos de registros diversos e pontuais, como transações financeiras.

Não havia, ainda, uma prática de leitura próxima a do cotidiano, mas suas aplicações marcaram os registros arquitetônicos e diferenciou uma elite que desde muito cedo estava em contato com a leitura e a escrita. A difusão da escrita alfabética, que possuía uma estrutura mais simples, possibilitou o ensinamento da leitura e da escrita a um maior número de indivíduos de forma mais complexa, ou seja, o que apenas a memória não poderia proporcionar, a leitura permitiu: uma ampliação dessa memória, que pode sobreviver ao tempo e conquistar espaços. Muito além da contabilidade “três mil anos após a elaboração da escrita na Mesopotâmia” a leitura é a “testemunha imortal” (FISCHER, 2006, p. 40) e a voz da própria humanidade.

Leituras e leitores da Grécia

O ato de leitura, desde a Antiguidade, teve uma parte de seu valor despertado, que logo foi percebida como uma atividade de certa forma temida, pois, quando se perde o controle daqueles que leem e a leitura se torna algo definitivo, os livros, em suas diversas formas de existência, são alvos de um poderio dos governantes tiranos. Esses objetos poderiam significar ameaça à soberania, devido às tantas possibilidades atribuídas à leitura. Sendo assim, os livros passaram a ser objeto de estima e desejo, principalmente, de gregos e romanos, ou seja, eram preciosas posses de familiares.

Há registros da leitura grega desde 2.000 a.C. a partir da escrita silábica. Mil anos depois, haveria a presença do alfabeto já completo (FISCHER, 2006), com consoantes e vogais, da mesma forma que se conhece. Mas só por volta de V a.C. a leitura passa a se popularizar, saindo do monopólio oligárquico e garantindo uma fonte de informações; agora, a leitura tem seu ‘poder’ acre-

ditado. “Por meio da leitura, uma pessoa poderia visualmente ‘se tornar’ em texto e com mais leitura, até uma ‘biblioteca ambulante’ de diversas obras” (FISCHER, 2006, p. 47). A cultura da palavra escrita é registrada a partir do Século IV a. C, desde a livre importação de rolo de papiro, marcando aqui uma mudança da tradição oral para a tradição escrita. Importante ressaltar que tal marco não deve ser ainda percebido como uma mudança da sociedade oral para a sociedade escrita, pois tal ação só acontecerá bem posteriormente.

“Compreender, obter conhecimento e depois criar algo com base no texto escrito” (FISCHER, 2006, p.50), traduz, de melhor forma, a principal concepção do sentido da leitura, difundida a partir de pensadores como Hipócrates e Galeno. No século IV a.C., a leitura continua ganhando novos contornos no ocidente, onde a escrita é remetida à superioridade sobre registro orais. Porém, a leitura só consegue ganhar novos horizontes com o papiro produzido em grande escala em Alexandria, onde cópias puderam ser feitas; dessa forma, então, no Século III, foi notável um aumento no comércio de livros, permitindo assim que a leitura não continuasse apenas como um “recurso de memória, mas um canal autônomo para transmissão de informação, interpretação e criação” (FISCHER, 2006, p.51). Aquilo que antes funcionava como um prolongamento da memória passa a ganhar uma atuação mais própria, de forma que seu destino não é ser recurso, mas o primeiro de longos passos que ocorrerão ao longo dos séculos.

O processo de ensino de leitura era demorado, passando pelo alfabeto grego, o vocabulário de termos técnicos e médicos, textos memorizados de passagens famosas de Homero e Eurípedes, por exemplo. A leitura tinha uma relação direta com a declamação, já que um significava o outro e continuavam ligados à escrita e mantidas pelo leitor declamador e a prática da oratória. A leitura, segundo Manguel (2010), não chegou a ser uma atividade que proporcionou uma relação democrática à sociedade. Os livros e a prática da leitura, que seria considerada como uma atividade que permitiu uma individualidade de pensamento, acabaram por ser uma liberdade cerceada, mas que incentivou e permitiu uma abertura às novas escritas, agora baseadas no próprio pensamento.

Leituras e leitores de Roma

Em Roma, também se encontra uma construção social acerca do texto. Mesmo já utilizando a escrita alfabética, os romanos eram uma sociedade oral; o ato da leitura era compreendido ou interpretado como declamação, recital, ao mesmo tempo em que podia ser traduzido como desenrolar (desenrolar os rolos de papiro) ou estudar. Ainda eram poucos os romanos que sabiam ler ou escrever, mas uma forte característica de cidadãos ativos na política exigiu uma disseminação da leitura, pois todos os documentos e propostas circulantes faziam de Roma o primeiro “Império da Leitura” (FISCHER, 2006; MANGUEL, 2010), onde seus indivíduos liam e escreviam diariamente. Aos primeiros séculos d.C., os romanos liam em voz alta para si mesmos e isso demonstra haver um certo domínio de tal prática por esse povo.

A leitura era feita preferencialmente durante o dia, já que a iluminação artificial nas casas era difícil e cara. Outra curiosidade, ou fato, eram os problemas de visão dos leitores; tal problema foi fator que contribuiu para que ainda houvesse a leitura por empregados e escravos: se os patrões não conseguiam ler, seus serviçais eram olhos oficiais. Os romanos tinham uma leitura regular, mesmo que isso desagradasse aos médicos devidos às mazelas que o excesso de leitura poderia causar. Como acontece hoje, as formas e as preferências de leitura eram questionadas; havia preferência por esse ou aquele estilo de interpretação dos textos, entre a eloquência e a concisão de alguém, a brevidade e a objetividade do erudito, ou seja, entre os discursos dos palanques e os estudos detalhados e fundamentados dos eruditos. Nascia daí a divisão entre os grupos de leitores: os da elite, que apreciavam as características da erudição, e a maioria da população, optante pela “retórica convencional e compravam os gêneros populares que a aplicavam e perpetuavam. Algumas casas de campo no século V d.C. possuíam clássicos em latim para os homens e as obras religiosas para mulheres” (FISCHER, 2006, p.73). Desde então, os gêneros demarcavam a distinção dos indivíduos e classificavam leitores e escritores.

Além da Grécia, também em Roma os presságios foram conhecidos a partir dos textos: um leitor poderia perceber uma nova interpretação, não pretendida pelo outro ou pelo leitor. “O texto veio a ser um código privado, em ou-

tras palavras, o símbolo secreto de um duplo destino: corporificava o desgosto ou o bem, dependendo da interpretação, das necessidades ou do estado de espírito do leitor” (FISCHER, 2006, p.74). Tais leituras não estavam destinadas “à informação, à erudição, à explicação ou à diversão, mas sim à leitura da sorte das pessoas” (FISCHER, 2006, p.74). Esses presságios serviam às possíveis previsões e interpretações de futuro ou de vida; alguns indivíduos tinham o texto apenas com essa função. Os poemas de Virgílio, por exemplo, foram muito utilizados para a previsão do futuro; consultavam, aleatoriamente, os rolos de papiro que estavam disponíveis em templos dedicados à deusa Fortuna (FISCHER,2006).

Em Roma, dois autores eram fonte de estudo, leitura e ditados, ou muito utilizados em declamações: Homero e Virgílio; mas, sempre na coletividade, eles normalmente não eram os escolhidos para uma leitura individual. No império Romano, também foi possível ver a respeitabilidade atrelada aos professores eruditos; a mais alta autoridade foi conciliada e atribuída à cultura literária. No século VI, houve um declínio na prática da leitura pública que “decorreu de vários fatores: patrícios que abandonaram os grandes centros, declínio do ensino, ou enfraquecimento do comércio de livros, invasões germânicas e outras mudanças” (FISCHER, 2006, p.75). Outro fator que contribuiu para esse enfraquecimento foi a entrada das letras vernáculas, que gerou uma fragmentação do tradicional latim.

A leitura na Idade Média

“Observou que as pessoas leem às vezes sozinhas, em silêncio, quando se concentram em algum assunto, uma vez que atribuir voz às palavras pode distraí-las do pensamento” (FISCHER, 2006, p.83). Não se tem uma precisão de quando se data o silenciar das leituras. Os registros de leitura pública estão por todos os lados, mas, para a leitura íntima, é possível encontrar fragmentos de diversos leitores em fases diferentes que a praticavam. Em 384 d.C, Santo Agostinho relatou a surpresa em ver seu professor cujos “olhos atentamente corriam as páginas e seu coração buscava o sentido, mas sua voz permanecia em silêncio” (Santo Agostinho *apud* FISCHER,2006, p.82). Em V a.C., “Demóstenes olha para uma tabuleta mandada por um oráculo e, sem dizer

em voz alta o que contém, parece ficar surpreso com o que leu.” (MANGUEL, 2010, p. 59). Só se data essa leitura silenciosa quando já se tornara mais usual; no século IX d.C., percebe-se que além da “nova” prática de leitura, o silêncio propicia novas relações do indivíduo com o livro.

É possível perceber que nos primeiros escritos, como a *Ilíada* e a *Odisséia* de Homero, “épicos primários ou orais, seu objetivo original é a declamação” (FISCHER, 2006, p.85). A *Eneida* de Virgílio “é um épico secundário ou literário, seus principais atributos residem na individualidade e na grandeza do estilo e da expressão literária” (FISCHER, 2006, p.89). As formas de escrita e, conseqüentemente, suas leituras, estão ligadas e são características às épocas da qual pertencem. Assim sendo, percebe-se que a introdução da leitura na rotina trouxe alteração na forma de produção literária: de textos repetitivos, prolixos e truncados que estavam voltados para a expressão gestual e direcionada a grupos de ouvintes, aos textos organizados e mais concisos com uma nova organização visual.

Com o novo formato na disposição do texto escrito, ou seja, com a demarcação de pontuação, a melhoria na composição de frase e orações acabou por facilitar a leitura, principalmente ao permitir que se pudessem entender melhor os textos antes truncados e repetitivos, que exigiam maior concentração e geravam grandes problemas de interpretação. A ausência dessas demarcações dificultava a leitura e a compreensão, mas não eram os únicos fatores determinantes, pois a forma prolixa de expor as ideias e o rebuscamento das palavras também contribuíam para esse feito. Com o latim assumindo uma forma fixa, por volta do século IX, isso o deixou muito próximo à estrutura falada, seja pela clareza, seja pela forma mais simplificada e uniforme que acabou por proporcionar a reforma educacional. Passar a reconhecer os conjuntos de letras e a separação pela pontuação permitiu, de forma mais fácil, uma relação menos complexa entre o ato de ler e compreender.

Essas reformas foram essenciais para desagregar a escrita da fala, permitindo uma organização visual e, principalmente, a prática da leitura silenciosa, ação essa que modificou a atuação de boa parte da sociedade. Sem a necessidade de oralizar para entender e perceber o texto, considera-se esse um importante passo para o silêncio.

Na fertilidade de suas próprias construções sociais, o indivíduo pode, a partir de sua memória, crença ou ideal, construir novos caminhos e encontrar novas interpretações para leituras antes conduzidas por ideologias, por exemplo, era uma forma livre. Ao pensar que a comunicação individual e sem censura pode causar aos novos leitores relacionamentos diversos sem interferências, quem sabe tal característica tenha proporcionado diminuição em sentimento de medo, por exemplo, causando maior confiança ao desvendar as novas ações, possibilidades e até mesmo autoconfiança daquele que possui tal sensação: a “psique social” (FISCHER, 2006, 149) como fator importante na concepção de individualidade e resultado dessa introspecção da leitura. Sendo assim, na Idade Média a leitura silenciosa possibilitou ao indivíduo não submeter-se à censura da igreja ou às caracterizações de heresia, somente à reclusão da própria leitura.

A leitura parece ter alterado as formas de pensar, mas foi além: ela possibilitou o questionar e o discutir com o próprio texto. Fácil entender o motivo de o poderio da elite ter se incomodado com essa nova ação social, pois agora as ferramentas são individuais, o que acaba por amedrontar aqueles que podem vir a ter a soberania posta em cheque, pois incoerências podem ser percebidas no reduto e silêncio do próprio lar. Pode-se também repensar o discurso do clero, instaurando aí uma era desafiadora para a verdade única e absoluta. Isso não significou que esse poderio sempre foi contra tal ação social, já que, durante muito tempo, tais construções foram aliadas das elites.

De um ponto a outro, essa é a sensação que tal ação produziu: do extremo barulho, entonação e ação em pares, para o isolamento e o silêncio das mímicas. Vale ressaltar que não houve a extinção da leitura oralizada, mas, nos locais sossegados, principalmente nos *scriptoria*, “o escriba tinha que usar uma linguagem especial de sinais quando precisava de um novo missal para copiar, por exemplo, ele fazia o sinal da cruz; quando desejava copiar um texto profano, espreguiçava-se como um cão” (FISCHER, 2006, p.150). Entre os séculos XII e XVI, algumas novas leituras foram introduzidas ao cotidiano ocidental, como o livro das horas e o livro das preces, que por ora poderia substituir a bíblia, que ainda não era de fácil acesso particular e individual, devido ao alto preço na produção ou cópia. Dessa forma, com esse livro, os fiéis rece-

biam as palavras sagradas individualmente em idiomas vernáculos, o que até então era inconcebível, mas que foi mais uma ferramenta que permitiu a livre interpretação dos fiéis. Se a igreja precisava se reaproximar dos fiéis, a saída foi aproximar esses indivíduos da sua própria crença, assim “trazia as palavras sacras para um cenário contemporâneo do leitor” (MANGUEL, 2010, p.155).

“Cenas bíblicas agora apareciam em cores claras, iluminadas pelo sol incidindo do alto; púlpitos com complexos entalhes em pedra eram erguidos na direção do céu” (FISCHER, 2006, p.155). Um encantamento visual e quem sabe uma forma de direcionar as leituras silenciosas, que até então, como apresentado, estavam permitindo possíveis novas formas de interpretação, pois depois (por volta de XIV) essa aparência atrativa foi transposta para livros, onde apenas as imagens continuavam a falar por si próprias. “As escrituras não eram apenas sagradas pelo conteúdo, mas o próprio ato de lê-las era considerado um caminho amplo, conduzindo ao conhecimento divino e ao fortalecimento moral” (FISCHER, 2006, p. 159). O ambiente acolhedor e divino dos templos era prolongados nos livros, permitindo assim um reforço aos discursos do clero e da supremacia da igreja.

O aperfeiçoamento da leitura

Na Alta Idade Média, para haver um aperfeiçoamento da prática da leitura, após o aprendizado básico, os alunos eram incentivados a ler “de modo apropriado”, que era seguir algumas etapas pré-determinadas. O que se poderia pensar na prática de leitura? Ou o modo apropriado de ler? O que se pode relacionar, a princípio, são os modos de como essa prática é aprendida para, depois, analisar suas formas de apropriação. No século XV, por exemplo, os ensinamentos e as primeiras práticas de leitura eram a partir das preces diárias, pois se acreditava que essas cópias seriam de fácil aprendizado pela assimilação do discurso completo.

O método escolástico da Alta Idade Média consistiu em uma unificação de disciplinas, entre elas teologia, filosofia e educação, no intuito da construção de uma formação básica e lógica, pré-estabelecendo evidências e discussões. Era a tentativa da união da razão humana com os preceitos religiosos,

desejando, assim, uma forma argumentativa coerente com os desejos dos poderes dominantes:

é o nome mais genérico para aquilo que, na verdade, foi um conjunto de disciplinas. Os eruditos que estavam convencidos de que os preceitos da fé religiosa podiam ser conciliados com os argumentos da razão humana combinaram os ensinamentos dos Padres da Igreja com os de Aristóteles (FISCHER, 2006, p.164).

Transformou-se em dogmático, ou seja, a “recepção do conteúdo deveria ser peneirada pelo filtro dos critérios escolásticos. O leitor deveria receber a sabedoria, mas não obtê-la” (FISCHER, 2006, p.165). As leituras eram cercadas por análises e busca por esclarecimentos da obra, com anotações feitas nas margens e entrelinhas do texto a partir de observações e comentários do leitor. Outro acontecimento no escolaticismo foi a excessiva prática de abreviação, adotadas por copistas que pretendiam facilitar a compreensão dos leitores fazendo ligações das palavras, mas tal característica levou a uma dificuldade maior de entender o texto, pois gerou uma densidade, por vezes, indecifrável. Tal proeza ficou a cargo de um pequeno grupo da sociedade composto por estudiosos que o tinham por prática diária. O latim também foi uniformizado, agregando, aos seus conhecedores, estudiosos intelectuais Europeus, o que proporcionou um aumento de obras eruditas e, então, a leitura chega a ser conhecida como aquela propulsora de toda a forma de conhecimento.

Com o crescente número de livros, novos recursos tiveram que ser explorados como: os títulos de capítulos, índices, iniciais coloridas, citações diretas e outras características poderiam facilitar e tornar a leitura mais útil, bem como as formas de catalogação que um dia já foram utilizadas na Biblioteca de Alexandria. No século XIV, já se percebe mais uma alteração nas formas e experiência da leitura.

Muito comum na Antiguidade era a especialização em uma só área, para que um leitor conseguisse alcançar certa excelência de leitura, ou melhor, “ler com rapidez a maioria dos textos de sua aula, após ter investido muitos anos em incansáveis esforços para alcançar tal destreza. Entretanto, se esse mestre mudasse de setor [...] seus olhos ficavam, de repente, paralisados” (FISCHER,

2006, p.163). Cada área possuía seu vocabulário de formas de apresentação, o que levava à dificuldade de um leitor se aproximar de outra área.

“A leitura o ajuda, sim, a suportar a inquietação da vida” (FISCHER, 2006,p.171). A leitura ganha cada vez mais alguma nova característica ou aplicação: seja para organizar os pensamentos, seja para buscar novos artifícios de memórias como meio de organização individual, essa prática passa a fazer parte da construção individual. “Um livro passaria para sempre a representar um repositório de numerosos fatos e frases que podiam ser saboreados ou assimilados, retidos ou descartados conforme conviesse a cada leitor de acordo com a habilidade e a inclinação” (FISCHER, 2006, p.172).

Definitivamente, haviam se alterado as relações dos indivíduos com a leitura, bem como havia uma expansão da ação de tal prática. Por volta de 1316, haveria duas ou quatro formas de ler: a forma literal e o figurado, na qual o figurado ganha três expectativas (a alegoria, o analógico e o anagógico). Fischer (2006) relata, então, que, com tal possibilidade, os estudiosos buscavam as possíveis vertentes de interpretações ou significados dos textos.

Considerando essa evolução da caracterização da leitura, desde aí (século XIV) se percebe então a proliferação de uma leitura diferente da eclesíastica, aquela disseminada a partir das cópias em massa voltadas para vendas e lucros. Com novas e diversas publicações, no mercado viu-se a necessidade das “versões autorizadas”, pois, com as possibilidades interpretativas e as costumeiras anotações no entorno do texto, era necessário ordenar e legitimar as cópias, para que não sofressem alterações e, quem sabe, deturpações a partir dos arquivos originais.

De ouvinte público para leitor público. Do latim para a prosa vernácula. Os livros, em sua maioria, passaram a ser lidos e não ouvidos, isso a partir do século XIV, quando ler e escrever passou a ser uma constante. Isso não significou o fim da leitura pública: ainda se encontrariam relatos de poemas que, ao serem lidos, eram claramente associados à atuação para outras pessoas, cheios de detalhes característicos de encenações de leituras quase teatrais. Pode-se citar como autores que registravam o texto para leitura Jean de Joinville (1309) e Ludivico Ariosto (1507). Fischer e Manguel (2006 e 2010) relatam

que, na verdade, essas leituras teriam se tornado um passatempo entre os familiares.

O indivíduo rendido à leitura passa a ter um maior repertório; dessa forma, acredita-se que ele esteja, de melhor forma, munido de argumentos que proporcionem o desenvolvimento de outras ideias e propostas. Tal capacidade permitia principalmente uma abertura ao questionamento, que indiretamente desenvolveu novos pensamentos que antes eram dominados pela igreja. Isso não significou o fim da supremacia clerical, mas a necessidade de um constante desenvolvimento, seja administrativamente nas formas de convencimento, nas relações pessoais ou de pares.

É possível encontrar outra forma de diversão, a disseminação de uma comunicação efetiva e, porque não dizer, multiplicadora, de forma que o indivíduo interpreta suas possibilidades através de uma composição única e interpretativa que pode ser somada à construção coletiva e social de várias outras leituras. Dessa forma, pode-se considerar que a leitura acaba sendo uma ferramenta que possibilita a individualização do pensamento e da reação. Esse repertório é submetido a diversas outras intervenções individuais, gerando novos repertórios que possibilitam a constante mudança social.

Considerações finais

Não é possível atribuir um final para esse trabalho, por trata-se de um pequeno recorte quanto à evolução da leitura e do desenvolvimento de novos mecanismos para ações de escrita, ou seja, formas de perpetuar ou, quem sabe, desenvolver ferramentas que permitem apropriações diversas da leitura. Percebe-se que as situações de leitura sempre foram variadas e, da mesma forma que acontece hoje, que a tecnologia acompanhou tais processos, mas a leitura silenciosa e o aumento de livros permitiu uma nova relação com a leitura, conseqüentemente com a sociedade; tal relação foi aumentada com a quantidade de livros que começaram a fazer parte da sociedade. Esse trabalho se finda às vias de haver uma nova mudança de concepções da leitura e de sociedade, quando, em 1450, com a primeira impressão de tipo móvel de metal, há uma grande ruptura na concepção intelectual e histórica. Assim sendo,

propõe-se com esse trabalho uma reflexão sobre as mudanças advindas pela e na leitura, uma imersão nas possibilidades de ler, pensar, e nas concepções de tecnologia disponíveis até então.

Referências

BAINES, John e MÁLEK, Jaromír. **O Mundo Egípcio**: Deuses, Templos e Faraós. São Paulo: Del Prado, 1996; Vol II.

CAVALLO, G. e CHARTIER, R. (Org.). **História da leitura no mundo ocidental 1**. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo: Ática, 1999.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP e Imprensa Oficial SP, 1998.

PÉRCODA, Alcir. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2003.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Unesp, 2009.

COUTINHO, Granja Eduardo; GONÇALVES, Márcio Souza. **Letra Impressa**: Comunicação, Cultura e Sociedade. Porto Alegre: Sulinas, 2009.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. São Paulo: Unesp. 2006.

GONÇALVES, Márcio. **Escrita, subjetividade, tecnologia de comunicação**. Logos. 1º semestre 2009; Ano 16: 22-33.

GONÇALVES, Márcio Souza. McLuhan, Eisenstein e Johns . Trabalho apresentado no II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial. Niterói: UFF, 2009. Disponível em <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/segundoseminario/index.php/resumos/porautorprenome/96dejam?lang=pt> , acesso em 10 de maio de 2012>

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das letras, 2010. ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra**. Campinas (SP): Papyrus, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e Pesquisa**: Projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001.

Cinquenta anos entre Roswell e Varginha: memória discursiva em movimento e formação de sentidos no jornalismo¹

CAMPANHA, Vitor L. (graduado em Comunicação Social)²

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA/MG

Resumo:

O trabalho tem por objetivo, com base na Teoria do Discurso, comparar os discursos de duas reportagens: a primeira, do jornal impresso norte-americano Roswell Daily, de 1947, e, a segunda, do programa televisivo brasileiro Fantástico, de 1996. Nos dois casos, as pautas são supostas capturas de objetos e seres extraterrestres por militares. Baseando-se nas diferentes abordagens, veremos como a memória discursiva em movimento durante quase 50 anos - teorias conspiratórias, produções cinematográficas e debates midiáticos acalorados sobre o tema dos objetos voadores não identificados - modificou os dizeres jornalísticos, fazendo com que a matéria televisiva não obedeça totalmente aos cânones do objetivismo jornalístico.

Palavras-chave: Memória discursiva; Análise de Discurso; jornalismo; história; ufologia

¹Trabalho apresentado no GT de Historiografia da Mídia, integrante do 9º Encontro Nacional de História da Mídia, 2013.

²Trabalhou como repórter em emissoras afiliadas da Rede Minas, SBT e Rede Globo. Atualmente, trabalha com criação de conteúdo para web. Desenvolve pesquisas nas áreas de mídia e religião e história da mídia, principalmente com relação análise de conteúdo produzido tanto por profissionais da área quanto por usuários de redes. E-mail: vitorlcampanha@gmail.com

Introdução

Talvez o psicólogo Carl Gustav Jung estivesse certo quando expôs, em 1958, sua opinião de que os tão falados discos voadores seriam um “mito moderno”³. O ex-discípulo de Freud não se aprofundou, em sua obra, em busca de respostas definitivas, vendo tratar-se de um tema mais complexo do que a simples banalização verdade *versus* ilusão; observou antes a importância do debate sobre a temática, fosse ela rumor ou fato.

Da mesma forma, assim como esclarecemos já em pesquisa anterior⁴, não nos cabe discutir a veracidade ou não dos fatos, mas sim sua presença na mídia e os sentidos gerados. No presente estudo, pretendemos demonstrar como a memória discursiva – conceito da Teoria do Discurso, que explicitaremos a seguir – atua na formação de novos sentidos.

Analisaremos duas reportagens. A primeira, do jornal impresso Roswell Daily, do estado do Novo México, de 1947, que fala da suposta captura de um disco voador por militares dos EUA e a segunda, uma reportagem televisa do Fantástico, de 1996, que investiga a suposta captura de um ser alienígena pelo Exército Brasileiro na cidade de Varginha, em Minas Gerais. Nosso objetivo é detectar diferenças discursivas entre as duas e discutir o porquê das disparidades, baseando-se na memória construída historicamente no decorrer das quase cinco décadas que separam as reportagens.

Análise de discurso: aparato teórico

A Teoria do Discurso, iniciada nos anos 60 do século XX, utiliza conceitos surgidos a partir da relação entre três diferentes áreas: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. A Análise de Discurso (doravante AD) busca compreender como sujeitos e sentidos se constituem historicamente, considerando que estes são afetados pela ideologia e pela língua.

A AD herda da Linguística a afirmação da não transparência da linguagem, negando que haja uma relação unívoca entre língua, pensamento e reali-

³ Ver JUNG, 1991.

⁴ Ver CAMPANHA, 2011.

dade. A língua tem sua ordem própria, assim como o pensamento e o mundo têm suas especificidades. Do materialismo histórico, herda-se a ideia do homem inserido em uma ideologia construída ao longo da história, ideologia que transparece no discurso por meio da análise. A língua mescla-se com a história na produção dos sentidos, pois a língua também é acontecimento histórico.

A psicanálise contribui com a noção de sujeito, que se constitui na relação com o simbólico. O inconsciente também é importante aqui, pois o sujeito nem sempre se dá conta de que se reconhece num discurso constituído historicamente. Com aponta Orlandi (2005, p.20), ele é afetado tanto pelo real da língua quanto pelo real da história. Não tendo controle sobre o modo como elas o afetam, o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da existência humana. (idem, p.15)

A interpretação influencia no sentido construído por ser simbólica. As diferentes interpretações e possibilidades interpretativas acabam continuamente reestruturando o sujeito histórico e os significados de tudo na/da sociedade. Por isso, estes mecanismos devem ser analisados: além de discutir-se *o quê* significa tal coisa, é importante saber *por que* significa e como essa significação foi construída.

Formações discursivas, memória discursiva e procedimento metodológico

Tendo a ideia de *sentido* como algo que vai além das palavras, concluímos que o sentido é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico. O conceito de formação discursiva seria, então, o que é dito e deve ser dito no discurso em determinada formação ideológica, ou seja, a partir de uma posição em uma conjuntura sócio-histórica.

É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes

sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. [...] Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. (Orlandi, 2005, p. 44-45)

Nos casos estudados, em que se discute o uso ou não da objetividade – por meio do formato jornalístico dito objetivista –, pode-se identificar certa ideologia cientificista ou pragmática que sempre amparou os defensores do tal objetivismo e da imparcialidade. Esta é a marca mais ideológica dessa formação: a “transparência da informação”. Conforme Alves:

A imparcialidade, uma inspiração pragmática de igualdade não valorada das crenças [...] é ressignificada dentro da FDO [formação discursiva objetivista] como um verdadeiro gerenciamento da opinião e um efeito discursivo peculiar: para além das verdades particulares – das ideologias particulares – haveria a possibilidade de uma verdade universal destituída do ideológico. (2001, p. 125-126)

O objetivismo ressignifica-se, então, da simples busca pela clareza, concisão e imparcialidade, para uma formação discursiva – objetivista –, marcada ideologicamente: curiosamente a ideologia da transparência de sentido.

O sujeito é afetado pela história ideologicamente graças também à memória. Na Análise de Discurso, ela é tratada como memória discursiva, ou seja, é o que já existe e foi dito antes: tudo que dizemos e pensamos são reflexos e repetições, mesmo que com algumas alterações, do já dito e pensado antes, que está alojado na memória. A memória discursiva, também chamada interdiscurso, ajuda a constituir o sujeito afetado histórica e ideologicamente. Ela “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (Orlandi, 2005, p. 31).

É visando elucidar o que se construiu na memória discursiva, quais novos dizeres relativos à temática “ufológica” surgiram entre 1947 e 1996, que partiremos para as análises das duas matérias sob a luz da AD. No caso da reportagem do Roswell Daily, procederemos com as citações das partes relevantes e a subsequente análise, pela necessidade, como salienta Orlandi (2005, p.

64), de que “a teoria intervenha a todo momento para ‘reger’ a relação do analista com seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação.”.

No caso do Fantástico, por se tratar de uma reportagem de TV, separamos a reportagem em materialidade linguística – o texto – e visual. Efetuou-se a descrição da imagem, a decupagem do texto e, a partir daí, procedeu-se análise do material. Houve a preocupação de evitar a contaminação do sentido da imagem pelo texto, pela proeminência mesmo do linguístico sobre a visualidade. Assim, as imagens foram observadas separadamente e antecipadamente ao texto, já que, para a AD, tanto o texto – linguisticamente considerado – como quaisquer outras textualidades – como as narrativas visuais – não se confundem com os discursos propriamente ditos, visto que estes são os sentidos constituídos historicamente e que atravessam aquelas textualidades.

Somente depois de observar as imagens, buscamos **no áudio a própria “escrita” da reportagem**. Colocaremos as sequências de imagem em itálico a fim de que se distingam mais facilmente da análise.

Os enunciados textuais relevantes serão colocados normalmente como citações e, posteriormente, também analisados, com o cuidado, porém, de deixar explícito qual personagem discursa. É importante ressaltar que, do ponto de vista discursivo, *enunciados são unidades discursivas e não se confundem com as frases. Portanto, a clivagem no momento em que se percebeu uma mudança discursiva na reportagem*.

Basicamente, trabalhou-se na identificação de duas formações discursivas no jornalismo: a (a) formação objetivista, que é predominante nas práticas jornalísticas contemporâneas, sobre a qual já comentamos, e (b) uma formação discursiva estético-literária, na qual foi possível perceber um distanciamento com relação à primeira, em uma aproximação entre o jornalístico e algo que pode ser comparado à literatura de ficção científica, que se materializava muitas vezes em construções cinematográficas (ou pelo menos de remissões à linguagem do cinema) na reportagem do Fantástico.

Reportagem do Roswell Daily, 1947

Faremos, agora, a **análise da matéria** “*RAAF captures Flying Saucer on ranch in Roswell Region*” do Roswell Daily Record, de julho de 1947. O título, simples, direto e no tempo presente, obedece perfeitamente aos cânones do jornalismo objetivista. Procederemos com a apresentação dos trechos mais relevantes, com as considerações em sequência.

The intelligence office at 509th Bombardment group at Roswell Army Airfield announced at noon today, that the field has come into possession of a flying saucer. According to the information released by the department over authority of Maj. J. A. Marcel, intelligence officer, the disk was recovered on a ranch in the Roswell vicinity, after a unidentified rancher had notified the Sheriff Geo Wilcox, here, that he had found the instrument on his premises. Major Marcel and a detail from his department went to the ranch and recovered the disk, it was stated. After, the intelligence office here had inspected the instrument it was flown to “higher headquarters”. (RAAF..., 1947, p.1).

A reportagem do Roswell Daily se inicia com a fonte oficial, legitimando a fala jornalística. Veremos, ao longo do texto, que a imparcialidade, visada no jornalismo de formação discursiva objetivista é sempre respeitada. A fala sempre é da fonte, o jornalista é isento e apenas “leva” a informação.

Mr. and Mrs. Dan Wilmot apparently were the only persons in Roswell who have seen what they thought was a flying disk.

They were sitting on their porch at 105 South Penn. last Wednesday night at about ten minutes before ten o'clock when a large glowing object zoomed out of the sky from the southeast, going in a northwesterly direction at a high rate of speed. [...]

Wilmot said that it appeared too high to be about 1,500 feet, high and going fast. He estimated between 400 and 500 miles per hour.

In appearance in looked oval in shape like two inverted saucers, faced mouth to mouth, or like two old type washbowls placed together in the same fashion. [...]

Wilmot told he heard no sound but that Mrs. Wilmot said she heard a swishing sound for a very short time.

The object came into view from the southeast and disappeared over the treetops in the general vicinity of six-mile hill. (idem, ibidem)

Aparecem dois personagens, geralmente utilizados também para legitimar a fala jornalística. É notável o espaço que foi dado ao casal Wilmot, que teria descrito a visão do suposto disco voador em detalhes. Como mais um sinal da busca pela isenção e imparcialidade, o jornalista faz questão de apontar contradições entre o depoimento, ao citar que eles discordam sobre o som emitido pela suposta nave.

Wilmot, who is one of the most respect and reliable citizens in town, kept the story to himself hoping that someone else would come out and tell about having seen one, but finally today decided that he would go ahead and tell about seeing it. The announcement that the RAAF was in possession of one came only a few minutes after he had decided release the details of what he had seen. (idem, ibidem)

Ainda buscando legitimar a fonte, opta-se por exaltar Wilmot, que seria um “cidadão respeitável na cidade” – embora a adjetivação da forma como foi feita não seja tão usual do ponto de vista objetivista. Ao terminar dizendo que o homem apenas contou o que teria visto após o anúncio dos militares, infere-se que ele não estaria em busca de visibilidade ao contar sua história: novamente, tentando qualificá-lo no enunciado como uma fonte confiável.

Entre os anos 40 e 90: memória discursiva em movimento

O primeiro relato amplamente divulgado envolvendo objetos voadores não identificados aconteceu menos de um mês antes do chamado “Caso Roswell”, quando o aviador e funcionário do Serviço Florestal dos Estados Unidos, Kenneth Arnold, afirmou ter visto nove objetos brilhantes voando em alta velocidade. O despacho, por telégrafo, da agência de notícias Associated Press para as redações de jornais norte-americanas relatava (apud THOMPSON, p. 15):

O PENDLETON, Ore. 25 de junho (AP) – Nove objetos brilhantes em forma de pires, voando a uma “velocidade incrível”, a 3.000 metros de altitude, foram vistos aqui hoje por Kenneth Arnold, de Boise, Idaho, piloto, que diz não ter ideia do que possam ser.

Portanto, a suposta captura do disco voador em Roswell foi feita em um momento inicial, de “novidade”. Notamos como o caso é tratado com naturalidade. Prova do objetivismo jornalístico em se evitar sensacionalismo ou ainda um “desconhecimento de causa”? Fato é que, após esse momento, os discursos mudariam.

O *boom* midiático dos discos voadores viria nos anos 50 nos Estados Unidos. Novos supostos observadores passaram a aparecer sistematicamente. A Força Aérea Americana, obviamente inquirida em busca de respostas, expressava seu ceticismo ou tentava desmistificar os casos. A postura se tornara então, diferente da adotada frente à matéria do Caso Roswell

Nesse íterim, para preencher a lacuna deixada pela reação pouco convincente dos militares, foi criada uma lenda de grande força. [...] Estava lançada a ideia de que o governo tinha em seu poder respostas definitivas, mas negava sistematicamente o acesso a elas. (idem, p. 21-22)

Com o crescente interesse e os debates intensos pelo assunto, ele se tornou presente nos jornais de maior circulação, mas os artigos tratavam o tema de forma menos imparcial.

A revista *Time* afirmava que os OVNIs eram na verdade balões *Skyhook*; a *U.S. News and World Report* anunciava que os discos voadores eram na verdade armas secretas da marinha; a *Cosmopolitan* usava o sarcasmo, chamando as pessoas que viam discos voadores de “verdadeiros crentes”, “idiotas”, “comediantes” e membros da “marginália lunática”. (idem, p. 25)

Autores escreviam livros que diziam se tratar de histórias reais, e que, mesmo depois de provadas serem apenas contos ficcionais, acabavam por ficar as bases de uma nova espécie de mitologia popular, como a obra *Behind the Flying Saucers*, de Frank Scully (1950), uma das primeiras a usar elementos como discos voadores acidentados, cadáveres de extraterrestres, conspirações que encobririam os fatos e a busca da verdade por investigadores.

O cinema, principalmente o norte-americano, também colaborou com suas produções para a criação desse imaginário e, ao mesmo tempo em que se alimentava de tais teorias, realimentava a memória discursiva com os elementos de conspiração, segredo, etc. É algo exemplar na fala do Agente K, personagem de Tommy Lee Jones no filme MIB – Homens de Preto⁵ (1997), que diz que o desconhecimento da verdade sobre extraterrestres seria a única forma das pessoas viverem tranquilamente.

Com tal desenvolvimento temático na memória discursiva, em 1996 dificilmente uma situação semelhante seria noticiada da mesma forma, até mesmo pelas inovações tecnológicas. É o que veremos na análise do Caso Varginha.

Reportagem sobre o ET de Varginha, 1996: análise de imagens

Lembrando que aqui não consideramos o áudio, nesta análise daremos ênfase às partes em que recursos visuais são empregados rompendo com a formação discursiva objetivista, enquanto remetem a uma formação mais estética ou literária. Uma análise mais aprofundada da primeira reportagem sobre o ET de Varginha, feita pelo Fantástico, pode ser encontrada em trabalho anterior. (CAMPANHA, 2011)

Após a fala da âncora, a matéria mostra uma mulher com expressão de espanto e medo e meninas com semblante sério em um terreno. Corta para uma imagem em movimento subjetivo que percorre o chão do local, mostrando a grama, até chegar a um muro previamente apontado por uma das meninas.

Este recurso é raramente utilizado no jornalismo diário. A objetividade, agilidade e a concisão refletem-se na técnica de imagens com os cortes secos e imagens sem movimentos “desnecessários”. A câmera andando pela relva como um animal que rasteja é algo mais cinematográfico que jornalístico. É o primeiro traço do embate entre o jornalismo objetivista, com sua sobriedade e

⁵ Os Homens de Preto do filme são inspirados em relatos também dos anos 50, nos EUA, sobre homens vestindo roupas escuras que chegavam em carros negros e se encontravam furtivamente com supostas testemunhas de OVNI, às quais pediam sigilo sobre o que teriam testemunhado. Ver Thompson (p. 66).

frieza, e o jornalismo de caráter mais literário, que apela para a emoção e para o “contar a história” de forma sensacional.

Corta para uma arte que mostra, sobre um fundo azul, um ser de pele marrom, olhos grandes e vermelhos, três protuberâncias na cabeça bem grande e redonda. Ele tem nariz e boca pequenos e o pescoço fino. Corta para a imagem de um jornal de título “Locais”, onde se lê na manchete: “Instituto crê em hipótese da existência de estranha criatura em Varginha”.

Nota-se, aqui, um paradoxo. Por um lado, numa formação discursiva objetivista do jornalismo, principalmente em TV, temos o auxílio gráfico que busca, além de mostrar, sustentar e legitimar o que é dito. Como lembra Alves,

O jornalista pode assinar a matéria, [...] mas tudo que diz só terá valor a partir do aparato visual de que lança mão o veículo: uma estruturação isomórfica de realidade com todos os seus indicadores, fotos, tabelas e infográficos. (2001, p. 98).

Ao mesmo tempo, o que temos é um ser estranho, fantástico, típico de jornais sensacionalistas que se enquadram numa formação discursiva literária (do jornalismo literário). Tanto é que o jornal da região é mostrado, e ele fala sobre a estranha criatura. Porém, o próprio fato de ser mostrado o jornal não seria, apenas mais uma vez, uma busca de legitimidade? E se não se tem a certeza da existência do tal ser, esse retrato falado de fato legitima mesmo algo? Sendo assim, ele parece criar mais ambiguidade que esclarecimento. Mas é aqui também que a reportagem expõe mais a fratura do texto em dois discursos dominantes: o literário (e mesmo ficcional neste caso) e o objetivo.

Imagem em um homem fardado, com a identificação Capitão Alvarenga. Ele fala algo e ri enquanto fala. Está em frente a um caminhão vermelho, provavelmente dos bombeiros. Corta para uma mulher com um semblante de medo e susto da qual são feitos dois planos. Ela está no terreno baldio, e atrás dela se vê as três mulheres citadas no início.

Aqui, pela primeira vez, aparece um sorriso, justamente o da autoridade. Ele se alterna com a cara de espanto das personagens da matéria. Essa tomada atualiza uma memória discursiva em que a frieza e descrença da auto-

ridade contrastam com a crença, o pouco distanciamento e o emocionalismo da população. Também remete a algo defendido por “ufólogos” que atribuem a descrença a um acobertamento de informações. Há aqui a possibilidade de uma segunda remissão: os diversos filmes que representam a descrença das autoridades até que elas sejam tomadas pelos fatos extraordinários. Por essa ótica, as teorias da conspiração e referências cinematográficas se misturam sob o fundo de um jornalismo objetivista.

Corta para uma imagem mais afastada do lado do muro sempre apontado por Kátia. A imagem se afasta mais, em câmera lenta, passando por entre o capim até o muro sumir de vista e só restar a grama. Com um efeito a imagem corta para uma mata fechada por onde a câmera passa.

Mais uma vez o recurso cinematográfico, pouco usado no padrão de jornalismo contemporâneo – principalmente nas matérias factuais da Rede Globo. Puro recurso de estilo, conseqüentemente mais um passo fora do objetivismo.

Corta para imagens de corredores e instalações de paredes claras com pessoas de branco caminhando. A câmera anda pelos corredores como se fosse alguém procurando algo. Corta para um senhor de barba, de branco, com a legenda “Adilson Usier, diretor do hospital”. Ele fala durante alguns segundos e a imagem corta para um homem mais novo, a legenda diz “Paulo Vítor Freire, prefeito em exercício”, que também fala por alguns segundos, olhando diretamente para a câmera.

O contraditório se dá nesse momento: as autoridades, diretor de hospital e prefeito, mostram-se sérias, ao contrário do militar entrevistado anteriormente. Na Análise do Discurso, os sentidos vão sendo constituídos numa cadeia de significantes – que funcionam como unidades de construção de sentido. Daí que a recorrência a significantes anteriores acaba se fazendo à medida que novos elementos vão aparecendo. A postura das autoridades agora ressignifica o sorriso do bombeiro. Observando somente a imagem, não parece mais expressar uma descrença da autoridade contra a crença ingênua da população. A imagem acaba por reafirmar a seriedade do caso.

Corta para uma arte que mostra o mapa do estado de Minas Gerais, com a imagem, no canto superior direito, de um ser parecido com o mostrado no início da reportagem. No mapa são marcadas duas cidades em sequencia: aparece a inscrição Baependi e logo após Varginha. Na localização de cada cidade há um desenho que aparenta ser um disco voador.

Aqui, assim como quando aparece o retrato falado do suposto extraterrestre, ocorre o que Alves (idem) denomina de “espetáculo da objetividade”: lança-se mão de mapas para situarem a informação objetivamente, mas ao mesmo tempo aparecem os elementos estranhos, os discos voadores que marcam as cidades e a arte gráfica com a imagem do ser. Há outra vez uma espécie de ruído literário/sensacionalista em meio a uma técnica típica do objetivismo.

Corta para a imagem de um homem andando, passando por algumas árvores em câmera lenta. Veem-se morros bem ao fundo. É uma paisagem bucólica.

Pela câmera lenta nota-se um clima de suspense sobre o homem que caminha: ele deve ser importante. Só o fato da possível interpretação de que se confira importância a uma fonte pelo suspense – tecnicamente criado – já confere o tom dramático e avesso a uma formação discursiva objetivista à cena.

Seguimos para a imagem em zoom de um portão grande, que com a proximidade permite-se ler a inscrição ESA. Corta para a imagem de uma placa que diz: “Visitante: pare na faixa, apague os faróis, acenda a luz interna, identifique-se.” Corta para a imagem interna de um carro, a filmagem é feita de dentro dele. Este recurso sugere o uso de câmera escondida.

Tratando-se aparentemente de uma instalação militar, a relação câmera escondida e Exército já supõe que o Exército tem algo a esconder. Pela história brasileira com a ditadura militar, essa desconfiança é ainda mais fácil de ser suscitada. Transferindo para a “ufologia”, temos outra vez a velha narrativa, tão mostrada pelos filmes e séries norte-americanos, de que os militares escondem a verdade sobre assuntos extraterrestres. Tudo isso foi construído na memória do sujeito desde as primeiras aparições midiáticas do tema que

já comentamos. É a memória discursiva em movimento: “o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer”. (ORLANDI, 2005, p. 32).

Corta novamente para Luíza Helena, a mulher com cara de susto, ainda no terreno com as três mulheres do início. Ela fala algo mais. Corta novamente para a imagem do canto do muro mostrado no início, a imagem sobe, mostrando o céu e a matéria termina.

Este é um fechamento pouco típico do jornalismo factual por seu caráter pouco útil do ponto de vista de uma formação discursiva objetivista.

Reportagem sobre o ET de Varginha, 1996: análise de texto

Âncora: “Muita gente acredita que trata-se de um extraterrestre e dizem também que o ser foi capturado pelas autoridades e é mantido escondido em algum lugar.” (PRIMEIRA REPORTAGEM...)

Nesse primeiro enunciado, a referência evasiva a “muita gente” tende a corroborar o fato. Como se verá mais à frente, não há nenhuma preocupação dos redatores do Fantástico em atribuir, nesse primeiro momento da matéria, o mesmo peso aos que afirmam e aos que negam. A reportagem, discursivamente, é parafrásica aos enunciados daqueles que acreditam no extraterrestre. Pode-se observar esta sequência bem interessante sobre como o jornalismo, com marcas do objetivismo, é mobilizado para tratar de um tema fantástico.

[Locutor] Kátia Xavier, de 22 anos, está apavorada. As irmãs Valquíria, de 14, e Liliane de 16, também estão muito assustadas. É a primeira vez que elas voltam a esse lugar desde o dia 20 de janeiro, um sábado. Por volta das duas tarde, quando passavam por este terreno baldio, as três viram algo muito estranho.

[Kátia] Vim descendo assim com as meninas, né, as três, nós três, aí de repente assim que nós olhamos pra lá, assim, aquela coisa estranha, redonda, nossa! Tava super estranho. A gente ficou com tanto medo que não ficamos observando muito não. Aí daqui a gente já correu pra lá e desceu. [...]

[Liliane] Tinha perna e braço normal, de um homem normal, mas a gente olhou direito e não era assim, um homem. Tinha chifres, tinha a pele assim marrom, parecia que passou algum óleo no corpo, tinha um pé grande, uns olhos super arregalados, vermelhos. [...]

[Valquíria] - O corpo dele também, ele estava agachado, com a mão no meio das pernas...

[Kátia] Se fosse um homem agachado ali, eu tinha coragem de passar aqui com as três, a gente cortava e ia embora. Mas uma coisa tão estranha daquela a gente não teve coragem. Nossa, mas de jeito nenhum. (idem)

Deve-se observar que em, nenhum momento, o jornalista aparece. Dessa série descrita de enunciados com a voz das testemunhas, volta-se diretamente para o locutor, como se verá abaixo.

[Locutor] Segundo a descrição das três, o ser que elas viram teria essa aparência [entra arte]. A história foi manchete nos jornais da cidade. A estranha criatura teria sido presa pelos bombeiros. Esta semana o comandante do quartel de Varginha, Capitão Alvarenga, soltou uma nota oficial. Ela diz que o corpo de bombeiros não foi acionado para capturar um extraterrestre. (idem)

Somente neste momento, aparece a primeira autoridade a negar o fato. Como vimos mais acima na análise das sequências de imagem, o texto da reportagem caminha ao par com o que o expectador vai assistindo. Não há contraditórios entre imagem e texto, nesse primeiro momento, estando o texto a corroborar o que tem a imagem de remissão a uma memória discursiva das coberturas de fatos graves no jornalismo. Mas vamos ao tratamento editorial dado ao primeiro pronunciamento de uma autoridade da cidade.

[Capitão Alvarenga] Serviço nosso é ligado diretamente com coisas, né, da Terra, do Brasil. Não queremos pegar ocorrências que sejam de fora, que seja incomum. Se acaso ocorresse um tipo dessa ocorrência, dificilmente teríamos condição de dizer qual seria nossa reação. (idem)

Não há negação, portanto, do fato. Apenas uma evasiva do militar, que apenas confessa que dificilmente saberia o que fazer se tal fato extraordinário ocorresse. É bem conhecido mesmo do senso comum e não especializado

que há uma pré-edição das perguntas, e a subsequente edição das respostas. Fica claro, nesse trecho, que alguma parte da fala do personagem é ocultada, recortada, além de não ter cabido ao jornalista explorar as contradições do caso, como modo de averiguar o que fora comentado pela população. Não há pressão sobre o militar, não há questionamento. O texto é fragmentar e vem reforçar o jogo de depoimentos e imagens que logo depois desfilariam pelo programa. Vamos a alguns enunciados importantes para o acompanhamento dessa análise.

[Locutor] A mãe de Viviane e Valquíria, dona Luíza, acredita na história das filhas, mas ela acha que o ET não foi capturado e que estaria escondido perto do local onde apareceu, num bosque de eucaliptos.

[Luíza] Elas estão falando a verdade, eu dou a minha palavra, porque elas não iam brincar com uma coisa tão séria desse jeito. Isso eu confirmo mil vezes se for preciso.

[Locutor] O curioso é que na vizinhança ninguém viu nada. Nesta história do ET de Varginha, quem parece saber de alguma coisa, foge das câmeras. Algumas testemunhas dizem que a estranha criatura passou pelo Hospital Regional. Esta mulher afirma que o porteiro do hospital confirmou esta versão.

[Mulher não identificada] Ele me disse que realmente estava no hospital, mas que tinha sido transferido pra outro. [...] Ela disse que não podia ver, porque ele estava no balão de oxigênio e não tinha autorização nenhuma, e mesmo se tivesse autorização ela não ia conseguir ver, porque ela ia ficar muito impressionada.

[Locutor] Outra mulher confirma ter ouvido a mesma história.

[Mulher não identificada 2] Uma pessoa me contou que trabalha lá e diz que viu e já teria saído de lá.

[Locutor] A direção do Hospital Regional permitiu que nossa equipe percorresse as instalações. Se o alienígena passou por aqui, com certeza já se foi. (idem)

Temos aqui um primeiro momento em que é dada a oportunidade a um depoimento que não reforça o que supostamente ocorrera em Varginha.

[Adilson Usier (diretor do hospital)] Aqui no Hospital Regional eu te dou toda certeza e estou convicto disso, que aqui não internou ninguém com qualquer característica acima de um ser humano.

[Paulo Vitor Freire (prefeito em exercício)] Se tiver alguma coisa que a Prefeitura possa fazer para tranquilizar a população, nós a faremos. Mas o que eu gostaria de tranquilizar é que nós não temos nenhum dado concreto, nada que possa nos conduzir a esse fato que está sendo especulado aqui no nosso município. (idem)

Gramaticalmente, o conectivo “mas” é definido como conjunção adversativa. Mas, do ponto de vista discursivo, ele pode ser visto como um operador importante no encadeamento contraditório de discursos no texto (função próxima do que já prevê a gramática), e também como contraposição entre sentidos detectáveis no texto e outros que significam pela sua ausência e que podem, no entanto, ser identificados no arquivo histórico de uma conjuntura dada – o interdiscurso ou memória discursiva. Neste caso abaixo, o “mas” efetua as duas articulações. Por um lado, mostra que há pessoas, como já mostradas, que acreditam “sim” na visita extraterrestre, mas também funciona como reafirmação do discurso do jornalista, na medida em que remete à própria condução do sentido da matéria na textualidade que é a reportagem. Os próximos três enunciados desempenham a função de “garantias de verdade” aos depoimentos.

[Locutor] Mas tem gente na cidade que pensa de outra forma. O advogado e professor, Ubirajara Rodrigues, que também é ufólogo, disse na TV que encontrou indícios de que a história é autêntica. Ubirajara Rodrigues acredita no relato das meninas.

[Ubirajara] Pela nossa experiência em ufologia e após todas as análises básicas de observação que nós fizemos de depoimentos, eles são absolutamente sinceros. Existe por parte das garotas manifestações inclusive de distúrbio emocional que nos leva a crer que elas realmente estão dizendo a verdade.

[Locutor] Foi Ubirajara Rodrigues que investigou uma das histórias mais incríveis da ufologia brasileira: o caso Baependi. [...] Em março de 79, o fazendeiro Arlindo Gabriel teria visto, na Serra do Alegre, o pouso de um disco voador e seus ocupantes. Rodrigues fez um molde

em gesso do local do pouso da nave. No caso Varginha, ele acha que a história está mal contada. (idem)

No enunciado acima, a autoridade do depoente é atestada pela matéria: Ubirajara Rodrigues investigou X. A atenção, nessa análise, deve recair sobre o verbo “investigar” que no discurso jornalístico e na maioria dos discursos institucionalizados vem atribuir valor de autoridade. A paráfrase da reportagem em relação à versão do aparecimento do E.T fica cada vez mais clara nos próximos enunciados, como podemos acompanhar:

[Ubirajara] Parece, vou ser repetitivo, que algo está sendo escondido e mantido em sigilo através de um processo de desinformação na cidade de Varginha. E se este material esteve aqui, provavelmente já não esteja mais.

[Locutor] Este homem é uma testemunha chave do caso Varginha. Ele é uma das pessoas que disse ter visto, no dia do incidente, dois caminhões do exército entrando na cidade. Mas diante das câmeras, se calou. Os caminhões seriam da Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações, a unidade militar mais próxima de Varginha. Nossa equipe não foi autorizada a filmar lá dentro. O oficial de plantão disse que não houve nada de estranho no dia 20 de janeiro. Mas outro oficial daqui, que não quis se identificar, afirmou ter visto uma movimentação anormal naquele dia.

[Luíza] Eu peço pra investigar o que é isso, por favor, porque elas estão muito nervosas com isso. O pessoal leva em brincadeira isso, isso é coisa séria.

[Locutor] A polêmica do ET divide uma cidade inteira (idem)

Na análise textual, não há traços de sensacionalismo relevantes, nem operadores de dúvida em abundância, humor ou ironia. O Fantástico afirma como verdade uma história que poderia entrar para os anais dos folclores urbanos do país. É curiosa esta associação entre uma formação objetivista e a cobertura do fantasioso, retirando deste os elementos lúdicos que poderiam ser explorados.

Considerações finais

A comparação entre as reportagens do Caso Roswell e do Caso Varginha nos demonstra, através de diferentes formações discursivas – objetivista no primeiro caso e no texto da segunda matéria, e de caráter mais literário na análise de imagens da matéria do Fantástico – como novos dizeres são construídos ao longo da história. Na reportagem do programa televisivo, apesar de ter sido demonstrada a capacidade do discurso jornalístico de produzir efeitos de evidência mesmo em casos incomuns ou desprovidos de comprovação, observamos pela análise das imagens como o discurso – auxiliado por recursos tecnológicos visuais – foi influenciado pela memória discursiva construída desde o final dos anos 40.

A mídia acaba por fazer o papel tanto de se alimentar da formação de novos sentidos, determinados pela conjuntura sócio-histórica e pela língua, quanto de retransmitir e reestruturar novos dizeres, em um movimento contínuo. Analisar os discursos, além de identificar a relação do homem e sua constituição em sujeito com relação à realidade, é uma forma de observar essa construção histórica.

Tratando-se do que se convencionou chamar, através das décadas citadas, de temática ufológica, temos um terreno fértil para pesquisas, graças às ambiguidades nos sentidos – que oscilam entre supostas verdades e ficção – e que, portanto, merece ser alvo de novos estudos, tanto sobre sua presença midiática quanto em outras áreas.

Referências

ALVES, Wedencyley. **O discurso da Notícia: o objetivismo jornalístico e seus efeitos**. 2001. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.

CAMPANHA, Vitor L. O Caso do ET de Varginha: Um Estudo sobre Formações Discursivas em Telejornalismo. In: IX Encontro Regional de Comunicação. **Anais...** Juiz de Fora: UFJF, 2011.

JUNG, Carl G. **Um mito moderno de coisas vistas no céu**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MIB – HOMENS DE PRETO. Men in black. Direção de Barry Sonnenfeld. Amblin Entertainment MacDonald/Parkes Productions. Estados Unidos, 1997. São Paulo: Sony Pictures, 1997. DVD (98 min.), color.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PRIMERA REPORTAGEM sobre o ET de Varginha no Fantástico ano 1996 [**Reportagem do programa Fantástico**]. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=5AN87P2z9fs>> Acesso em 08 abr. 2013.

RAAF captures Flying Saucer on ranch in Roswell Region. **Roswell Dayli Record**. Roswell, 8 jul. 1947. p. 1

SCULLY, Frank. **Behind the Flying Saucers**. Nova York: Henry Holt, 1950.

THOMPSON, Keith. **Anjos e extraterrestres**: OVNI's e a imaginação mítica. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

“Cultura política de esquerda no Brasil: reflexões sobre um intelectual e o cinema nacional”.

ZANCA, Gabrielli .

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)/SC

A gente achava que a fórmula – do cinema brasileiro - se dava neste nacionalismo, realismo, a busca de realidade brasileira e como botá-la na tela, isso a gente discutia o tempo todo...

(Alex Vianny, 1978)

Importante crítico de cinema no Brasil, Alex Vianny e sua trajetória como intelectual o levaram a ser um especialista e entusiasta do cinema nacional. Jornalista cinematográfico da revista *O Cruzeiro*, passou, em abril 1945, a ser correspondente internacional em Hollywood, conhecendo e convivendo com os principais realizadores do cinema mundial como Orson Welles e Walt Disney. Após um período de três anos em terras norte americanas, o retorno de Vianny ao Brasil, em dezembro de 1948, foi o início de uma trajetória intelectual dedicada ao cinema brasileiro e a sua história.

Ainda nos Estados Unidos, conhece Vinicius de Moraes, vice-cônsul brasileiro em Los Angeles. Com a amizade, surge um projeto, a revista *Filme* (1949) . Com a publicação, Vianny e Vinicius pretendiam “sair do star system hollywoodiano” (AUTRAN, 2003, p.31) e produzir análises filmicas acompanhadas de reflexões sociais, políticas e culturais.

O projeto da revista *Filme* é um exemplo dessa mudança político-ideológica de Alex Vianny. A partir de seu retorno ao Brasil, a postura política pensada para a revista *Filme* e seus artigos de teoria cinematográfica demonstra seu interesse em “evidenciar um pensamento crítico mais engajado e reflexivo” (VIANNY, 1987, p 18).

Dessa maneira, o “americanófilo por gosto e convicção”, Alex Vianny, se distancia do american way of life que o seduziu no início dos anos 40 e passa a fazer parte de uma ideologia política contrária àquela que motivou sua entra-

da ao jornalismo cinematográfico em meados da década de 1930 (AUTRAN, 2003, p. 28).

Em entrevista a Pedro Lima, seu mentor, que o introduziu à crítica de cinema quando ainda era um jovem jornalista, Viany enumerou os motivos que o fizeram abandonar Los Angeles e o american way of life.

1. A inflação americana que aumentava o custo de vida, reduzindo a quantidade de vezes que o espectador ia ao cinema.
2. A baixa qualidade dos filmes.
3. A concorrência da televisão, pois os estúdios tinham dúvidas se deveriam produzir filmes para este veículo.
4. O refluxo de mercados externos, por conta das restrições e da concorrência,
5. E, o mais importante, a separação imposta pelo governo ao truste cinematográfico (VIANY, Apud AUTRAN, 2003 p. 28).

Consciente da ascensão das correntes cinematográficas europeias, o seu retorno ao Brasil é marcado pelo interesse em estudar o cinema brasileiro, conhecer o que estava sendo produzido, e refletir sobre quais caminhos o cinema nacional deveria seguir. Para isso, as relações entre intelectuais e cineastas foram essenciais para o debate e formação de um cinema nacional pautado na representação social e cultural do povo, um cinema inspirado nos moldes do Neorrealismo italiano, e do Realismo Socialista Soviético (VIANY, 1954, p.7).

A preocupação de questões sociais e teóricas e a busca por estéticas que suprimissem a necessidade de representar um Brasil esquecido fazem parte da problematização e reflexão sobre o cinema nacional promovido por Alex Viany e demais intelectuais como Paulo Emilio Sales Gomes, Antônio Candido e Vinicius de Moraes. Através de uma produção textual diversificada, sua primeira obra de caráter historiográfico, *Introdução ao Cinema Brasileiro*, escrita em (1959), é precursora dos estudos sobre o cinema nacional e sua trajetória. Em seguida foram escritos: *Velho e o Novo* (1965), *Quem é quem no Cinema Novo Brasileiro* (1970) e *Dois Pioneiros: Afonso Segreto e Vitodi Maio*

(1976), que juntos formam um conjunto de textos de grande relevância para a formação de uma historiografia do cinema brasileiro.

Em Viany não há como separar sem artifícios o historiador do crítico, do ensaísta e do cineasta – nem do militante político, para quem as muitas batalhas do cinema brasileiro são uma das formas possíveis e legítimas de conduzir a batalha maior da sociedade brasileira. Mesmo porque eles se interpenetram continuamente, e mutuamente se aprofundam e esclarecem. (GALVÃO, Apud VIANY, 1987, p 11).

Viany filia-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1950 (Autran, p.58), posicionando-se, efetivamente, como um intelectual de esquerda, antes simpatizante influenciado por suas relações de amizade com Vinicius de Moraes e David Neves. As preocupações em mostrar questionamentos político-sociais e suas possibilidades de representação proporcionadas pelo cinema passam a ser frequentes.

Um momento de Alex Viany significativo para a cultura política de esquerda é sua contribuição para a revista Fundamentos (1948-1956), “principal revista de divulgação cultural do partido comunista, que segundo a Historiadora Mariarosaria Fabris, passou em 1950, a se interessar por cinema dedicando maior parte de suas matérias à produção cinematográfica brasileira”. (AUTRAN, 2006, p.63)

O jornalismo cinematográfico, por meio do crítico de cinema, tinha, entre suas possibilidades, evidenciar a complexidade que o entretenimento fílmico poderia proporcionar a quem se interessasse por suas entrelinhas. Os críticos constantemente lutavam contra a “má vontade de um público mal informado e comodista que não enfrenta a fita e que assiste e se comporta de forma passiva, receptora” (NEVES, 1966, p.17).

Intelectuais de cinema, jornalistas e cineastas como Carlos Ortiz, Nelson Pereira dos Santos e Paulo Lima, foram os pensadores e articulistas de um movimento cinematográfico criado para ser a realidade representada do povo brasileiro. Permeado por questões sócio-políticas e ideais de esquerda, o movimento cinematográfico Cinema Novo foi o resultado de um cinema idealizado como prática social.

Nosso cinema é novo porque o homem brasileiro é novo e a problemática do Brasil é nova, e nossa luz é nova e por isso nossos filmes já nascem diferentes (...). Nós não queremos saber de cinema queremos ouvir a voz do homem. (VIANY, 1965, p.47).

Voltar-se para o Brasil não significa mais descrever costumes locais, mas sim ter, da sociedade brasileira, uma visão crítica e analisar suas contradições numa perspectiva sociológica. (BERNARDET, 2006, p. 107). É perceber uma “história portadora de sentido em que o político constituísse um elemento indissociável da evolução das sociedades humanas, tomadas em seu conjunto”. (Bernstein, 2009)

Contra uma corrente nacionalista ufanista baseada em belezas naturais e estereótipos, o grupo de intelectuais de esquerda, no qual Viany estava inserido, também se considerava nacionalista, porém, baseado em uma esquerda comunista. Essa esquerda foi forjada perante a evidenciação dos problemas sociais e o debate sobre suas possíveis soluções, gerando uma cultura política impulsionada e discutida por intelectuais em busca de uma realidade onde houvesse o encontro de uma identidade nacional proferida pelo povo.

Aqui entra em ação um outro lado da visão histórica que extrapola o cinema ao se cruzar com a ideologia política da esquerda nacionalista da época. Para explicá-los – aos problemas específicos do cinema brasileiro – o ponto de apoio fundamental é um esquema genérico de análise aplicável ao cinema como a todo o resto: a situação do Brasil, país subdesenvolvido “sujeito às malhas do imperialismo”, a sofrer em qualquer campo, no cinema tal como no petróleo, todas as consequências do subdesenvolvimento. (GALVÃO, Apud VIANY, 1987, p.13).

Em uma sociedade com diversas culturas políticas, o cinema surge com a capacidade de representar e propagar um ideal político. Os intelectuais de esquerda, dentre eles Alex Viany, buscaram, através do debate, a realidade problematizada, escondida no cotidiano e mostrada nas telas. Para isso utilizam da estética do Cinema Novo e das publicações em jornais e revistas para evidenciar e problematizar questões sociais como quem é o povo brasileiro, e quais seriam os aspectos que representariam sua verdadeira identidade nacional.

Não se pode desprezar a maneira pela qual se exprimem as culturas políticas. Deve-se igualmente levar em conta o discurso de cada uma delas, onde as palavras, em geral codificadas, dizem mais que aquilo que significam correntemente, onde o não dito encobre ricos segundos planos, onde cada um compreende por meias palavras porque conhece as chaves de interpretação. (BERNSTEIN, 2009, p.36)

A legitimação do cinema como forma de propagação de uma cultura política não encontra somente no cinema brasileiro e sua forma de representação, ao morar nos Estados Unidos, Viany presenciou um processo político ideológico bastante difundido pelo cinema. Com Walt Disney, animações passaram a se expressar como propaganda contra o regime nazista; o Pato Donald com a suástica representa uma cultura política referente à Segunda Guerra Mundial.

De formas diferentes, Disney, por meio da propaganda em animação e Viany, por meio do cinema contestador e realístico, projetaram posicionamentos políticos que encontraram na arte cinematográfica uma forma de entretenimento direcionado à propagação de ideais.

As abordagens empíricas dos fenômenos políticos mostram claramente que os atos e comportamentos de atores políticos como cidadãos se explicam mais frequentemente em função de um complexo sistema de representações, partilhados por um grupo suficientemente expressivo dentro da sociedade (BERNSTEIN, 2009, p. 30/31).

Culturas políticas diferentes projetaram-se através da animação propagandística e da realidade ficcional, e ambas buscaram expressá-los para a sociedade, através do cinema. As intenções, apesar de semelhantes, divergem na recepção do público que, no caso do cinema brasileiro, sofre com a falta daquele que é representado, na plateia.

Viany, inserido em uma rede de intelectuais, possibilitou que a cultura política de esquerda se afirmasse como face contrária à direita em ascensão, que mais tarde se consolidaria com a Ditadura Militar. No caso de Disney, animações como A face do Fuehrer e Aprendizado para a morte foram curtas que, por meio da propaganda, evidenciaram uma postura política dos Estados Unidos contra o regime nazista alemão.

Esse paralelo é um exemplo de que culturas políticas podem encontrar sua sedimentação em meios de comunicação; apesar de alguns movimentos cinematográficos não atingirem as massas na época, o pensamento de esquerda se difunde entre os intelectuais, incentivando sua discussão e promovendo sua representação através do Cinema Novo.

Como David Neves escreveu no livro *Cinema Novo no Brasil* (1966), Alex Viány foi o porta voz do movimento no Brasil através de sua influência junto as publicações estrangeiras (Neves, p. 40) e, como consequência, propagador de uma linguagem cinematográfica inspirada na cultura política de esquerda do Brasil, fundamentada na representação social como principal ferramenta de discussão e reflexão do cinema brasileiro.

Considerações Finais

Para compreender o cinema brasileiro, faz-se necessário observar o papel do intelectual como principal propagador e divulgador de correntes estéticas. Em movimentos sociais e políticos, a recepção e a representação são as principais questões a serem exploradas como reflexo de uma produção de cinema socialmente engajado.

Sua produção crítica tem muito a dizer sobre a estética fílmica, que tinha como principal temática a realidade, em um processo de identificação e representação, que proporcionava ao cinema um caráter social até antes pouco explorado. Por ter acompanhado inúmeros movimentos cinematográficos que contribuíram muito para a formação do cinema brasileiro, Alex Viány acreditava que a História do Cinema brasileiro era essencial para a contextualização das produções fílmicas e, com isso, seu papel como historiador é reconhecido como uma das principais referências à formação do cinema brasileiro.

Assim como na história, Alex Viány buscou no Cinema Novo uma estética que fosse portadora de sentido, onde um roteiro possuísse significados para não ser somente um retrato do cotidiano, mas uma representação como meio para reflexão.

Uma cultura política é marcada por diversos fatores que a transformam em um processo de consolidação de ideais sociais. O discurso da esquerda esteve presente na formação do movimento cinematográfico Cinema Novo e, por isso, pode ser caracterizado como um expoente da cultura política do período entre 1950 e 1960.

A luta da esquerda era contra aspectos arcaicos da realidade brasileira. Acreditava-se que o povo deveria se erguer contra os latifúndios e, conseqüentemente, lutar pela igualdade social. Os inimigos da esquerda foram os interessados no progresso do país mesmo que, com isso, o povo fosse esquecido e imerso em problemas sociais, como empecilho para a modernização e a formação de um Brasil moderno. Viány, indiretamente, ajudou na “hegemonia cultural de esquerda” (SCHWARZ, 2005); sua trajetória é indissociável da formação do cinema nacional, e por isso inseparável da cultura política de esquerda.

As representações possuem energia própria e tentam convencer acerca da veracidade de suas afirmativas, porem diferentes escalas de observação permitem a visualização de diferentes objetos e por isso a cultura política pode ser observada a partir da trajetória intelectual de Alex Viány. (CHARTIER, 2011, p.23)

Através de Alex Viány, é possível observar a cultura política de um período, mas é preciso perceber que sua produção teórica não ultrapassou as barreiras do intelectualismo. Seus ideais não configuram nem resistência e nem colaboração. Seu posicionamento faz parte de um processo cultural que se limitou na discussão de um cinema nacional representativo, sendo errôneo caracterizá-lo como símbolo de resistência política.

O cinema nacional através do cinema Novo foi engajado politicamente, mas não ultrapassou as barreiras teóricas do cinema; os intelectuais se esforçaram para difundir seus ideais de esquerda, mas o resultado foi um intercâmbio de experiências entre eles, e para eles mesmos. Não há cultura política coerente que não compreenda precisamente uma representação da sociedade ideal de acordo com sua imagem da sociedade e do lugar que nela ocupa o indivíduo. (BERNSTEIN, 2009, p.35)

As representações e realidades sociais são complexas e por isso passíveis de inúmeros comportamentos políticos e culturas políticas (BERNSTEIN, 2009, p.44); o cinema é uma forma de observar um aspecto e representá-lo.

Alex Viány foi um intelectual que, através da produção textual referente ao cinema brasileiro, influenciou e produziu um cinema nacional engajado e, conseqüentemente, um expoente da cultura política de esquerda, no Brasil.

Referências

AUTRAN, Arthur. Alex Viány: crítico e historiador. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BERNSTEIN. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecilia et al (org.). Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CHARTIER, Roger. O passado no presente: ficção, história e memória. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). Roger Chartier– A força das representações: história e ficção. Chapecó, SC: Argos, 2011. Pág. 95 – 123.

MASCARELLO, Fernando (org.). História do Cinema Mundial. Campinas: Papirus, 2006.

NEVES, David E. Cinema Novo no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1966.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: _____ Cultura e política. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

VIANY, Alex. Introdução ao cinema brasileiro. Rio de Janeiro: Alhambra-Embrafilme, 1987.

_____. O Realismo Socialista no cinema e a Revisão do método crítico. IN: Revista de cinema. Minas Gerais, nº3 – Junho de 1954.

_____. O velho e o novo. São Paulo, SP: Sociedade Amigos da Cinemateca, 1965.

Entrevista com Alex Viány. [21 set.1978]. Entrevistador: José Inácio de Melo e Souza, São Paulo, 1978. Projeto de pesquisa: IDART- Cinema: Pesquisa década de 50. Cinemateca Brasileira